

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Departamento de Antropologia

Territórios, patrimónios, regionalização: discursos sobre Leiria

Fernando Paulo Oliveira Magalhães

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em
Antropologia, especialidade Museologia e Património

Orientador:

Doutor Jorge Freitas Branco, professor associado com agregação
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Co-orientador:

Doutor Ricardo Vieira, professor coordenador com agregação
Instituto Politécnico de Leiria

Janeiro de 2009

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Departamento de Antropologia

**Territórios, patrimónios, regionalização:
discursos sobre Leiria**

Fernando Paulo Oliveira Magalhães

Janeiro de 2009

RESUMO

A partir de um estudo de caso sobre a região de Leiria pretende-se contribuir para a análise de processos de transformação de espaços em lugares, levados a cabo por elites regionalistas com vista à legitimação cultural e política de territórios específicos.

Trabalho de campo e entrevistas a personalidades permitiram isolar dois eixos estruturantes nos discursos dessas elites: território e património. Recorrendo tanto à palavra oral como à escrita, os regionalistas leirienses circunscrevem espaços identitários. A afirmação da territorialidade leiriense não é contestada ao nível nacional. É no plano do distrito que se geram tensões. Estas assumem particular relevância no centro e no sul, suscitando instabilidade na delimitação geográfica.

Se a afirmação de um território regional é uma constante nos discursos emitidos pelos meios leirienses, já a distribuição dos recursos argumentativos é matéria geradora de acesos debates. O património edificado – mosteiros de Alcobaça e da Batalha – é o elemento fundamental no processo de objectivação cultural da região. Dado que a estes monumentos havia sido anteriormente atribuída função emblematizadora à escala nacional ou mesmo europeia, intelectuais e políticos leirienses reclamam agora uma transferência de sentimentos de pertença a favor da região.

Palavras-chave: território, regionalização, nação, património, identidade, Leiria

ABSTRACT

Using the Leiria region as a study case, it was analysed the transformation processes of spaces into places, promoted by regional elites with the purpose of cultural and political legitimacy of specific territories.

Fieldwork and interviews carried with some personalities enabled us to identify two structural axes in those elites' discourses referred their: territory and heritage. Helped by the use of the written and spoken word Leiria's regionalists describe identity places. The affirmation of Leiria's territoriality is not tension's object at national level. It is at provincial level where those are created. These tensions are specially felt in the centre and south of the region, causing some instability in its geographic delimitation.

Even when the affirmation of a region is a constant among discourses delivered by Leiria's means, also the argumentative resources' distribution generates warm debates. The monumental heritage as Alcobaça and Batalha's monasteries is elemental in the cultural objectification process belonging to this region.

Due to these monuments had previously been given an emblematic function at national, or even, European level, Leiria's intellectuals and politicians claim, nowadays, for enhancing of belonging feelings in favour of the region.

Keywords: territory, regionalization, nation, heritage, identity, Leiria

À minha mãe, a grande heroína...
...ao meu pai e aos meus irmãos que são a minha vida.

Agradecimentos

Os quatro anos em que me concentrei neste projecto constituíram uma das mais importantes etapas da minha vida académica. Uma vida feita de motivação, de inspiração, e por que não de prazer! Para obter os resultados que apresento ao longo desta dissertação muito devo à excelente orientação científica que tive e, por isso, os meus maiores agradecimentos dirigem-se ao Professor Doutor Jorge Freitas Branco. Com as suas reuniões periódicas transmitiu-me uma sabedoria cujas palavras se tornam parcas para prestar a gratidão que o professor merece. Devo-lhe a metamorfose intelectual e pessoal que o desenvolvimento deste projecto provocou na minha pessoa. Estes agradecimentos são extensíveis, na mesma amplitude, ao Professor Doutor Ricardo Vieira, co-orientador da tese, mentor intelectual que tive o prazer de encontrar num campo para mim desconhecido como era o espaço da Escola Superior da Educação de Leiria. Território marcado por tantos desafios e desconfianças por parte dos nativos em relação a alguém dotado de uma pronuncia de qualquer lugar lá “do Norte”.

Presto também um tributo aos meus amigos, aos que deixei no meu ponto de partida - Fafe, no de passagem - Coimbra, e no de chegada - Leiria. Agradeço à Natércia Baptista, que apesar da distância nunca esqueceu as teias da amizade que nos unem.

Aos meus amigos Zé Trindade e Argentina, pessoas que admiro não só pela amizade que nos une como pela intelectualidade e força que me têm proporcionado ao longo destes oito anos que nos conhecemos. Zé, obrigado pela tua sábia amizade. Nunca hei-de esquecer os períodos menos bons da vida em que me dizias: *Essa agora, nenhum ser humano tem que pedir licença por ter nascido e caminhar por esta estrada da vida.*

Aos amigos que encontrei em Leiria, permitam-me que vos trate com a amizade e carinho com que sempre se pautaram as nossas relações: Alan Sánchez Valles, Susana Henriques, Victor Santos, Paula Cândido, Susana Custódio, Maurinha e Marco obrigado pelo apoio e atenção que me têm concedido.

Um agradecimento muito especial ao pessoal das bibliotecas da Escola Superior de Educação de Leiria, do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, pela atenção e empenho que me dedicaram.

Para todos aqueles que tornaram este trabalho possível, os meus informantes, endereço uma grande gratidão. Assim, ao Dr. Acácio de Sousa, ao Professor Doutor Alfredo Marques, ao Engenheiro António Ferreira, ao Dr. António Carneiro, à Dr.^a Graça Leiras, ao Dr. Diogo Mateus, ao Dr. Miguel Medeiros, ao Professor Joaquim Ruivo, ao Engenheiro José Ribeiro Vieira, ao Professor Orlando Cardoso, ao Dr. Pedro Machado, ao Dr. Tomás Oliveira Dias e ao Sr. Travaços dos Santos, o meu muito obrigado. Às respectivas secretárias os melhores agradecimentos.

Territórios, patrimónios, regionalização: discursos sobre Leiria

ÍNDICE

| | |
|-----------------------------|------|
| Índice de quadros | x |
| Índice de figuras..... | x |
| Lista de abreviaturas | xiii |

Introdução

| | |
|------------------------------|----|
| O tema..... | 15 |
| Metodologia e materiais..... | 27 |
| A dissertação..... | 39 |

PARTE I TERRITÓRIOS

| | |
|---|----|
| Capítulo 1 O distrito de Leiria: de Portugal à Estremadura..... | 45 |
| 1.1. A nação e a província da Estremadura..... | 45 |
| 1.2. O monumento ao soldado desconhecido | 50 |
| 1.3. O distrito de Leiria e o Portugal “napoleónico”..... | 56 |
| 1.4. Leiria: distrito de transição | 64 |
| 1.5. O IPPAR e a região submersa na nação..... | 67 |
| 1.6. A Estremadura no imaginário colectivo | 72 |
| 1.7. A Alta Estremadura, ícone discursivo da região..... | 79 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo 2 | |
| As Territorialidades de Leiria | 83 |
| 2.1. As regiões de turismo e o distrito de Leiria | 83 |
| 2.2. A diocese Leiria / Fátima | 95 |
| 2.3. O eixo Leiria / Marinha Grande | 101 |
| 2.4. Que Europa para a região? | 104 |
| 2.5. Leiria entre duas NUT II | 111 |
| 2.6. As três NUT III do distrito: heterogeneidade ou divisão? | 120 |
| 2.6.1. A região do Pinhal Interior Norte | 121 |
| 2.6.2. A região do Pinhal Litoral | 124 |
| 2.6.3. A região Oeste | 126 |
| 2.7. Leiria e Oeste: o papel do Instituto Politécnico de Leiria na construção da região | 130 |
| 2.8. Ourém ribatejano ou da Leiria estremenha | 133 |
| | |
| Capítulo 3 | |
| Leiria e o debate sobre a regionalização (2003-2005) | 137 |
| 3.1. Uma nova proposta | 137 |
| 3.2. Comunidade Urbana ou Área Metropolitana de Leiria? | 139 |
| 3.3. A Comunidade Urbana do Oeste | 146 |
| 3.4. A Comunidade Intermunicipal do Pinhal | 150 |
| 3.5. Abrandamento do ímpeto regionalista | 152 |
| 3.6. A Associação para o Desenvolvimento de Leiria (ADLEI) | 154 |
| | |
| PARTE II | |
| PATRIMÓNIOS | |
| | |
| Capítulo 4 | |
| A paisagem como metáfora | 159 |
| 4.1. A paisagem e a construção da região | 159 |
| 4.2. A serra de Sicó | 165 |
| 4.3. A paisagem ondulada do Oeste: uma Toscana portuguesa? | 167 |
| 4.4. Entre o mar e a serra | 171 |
| 4.5. O maciço calcário estremenho | 173 |
| 4.6. Óbidos: invocando uma relíquia medieval | 178 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo 5 | |
| Inventando a tradição..... | 181 |
| 5.1. Islão e cristianismo | 181 |
| 5.2. A tradição cisterciense: em busca de outras origens..... | 185 |
| 5.3. Regiões e tradições | 187 |
| 5.4. A universidade de Coimbra | 189 |
| 5.5. Passado, presente e futuro: o património edificado e o regionalismo..... | 191 |
| 5.5.1. O castelo de Leiria: fundação da região..... | 194 |
| Capítulo 6 | |
| Os monumentos na construção da região | 200 |
| 6.1. Reequacionando os monumentos..... | 200 |
| 6.2. Linguagens do património: um hospital e um mosteiro | 202 |
| 6.2.1. Da cidade ou da região? O hospital termal de Caldas da Rainha | 205 |
| 6.2.2. Dos muitos patrimónios que habitam o mosteiro da Batalha | 210 |
| 6.3. O mosteiro de Alcobaça..... | 215 |
| 6.4. A região de Leiria: património(s) e identidade(s)..... | 217 |
| 6.5. Acerca da vida cultural da região leiriense | 227 |
| 6.6. O Centro de Património da Estremadura (CEPAE)..... | 229 |
| Capítulo 7 | |
| Leiria: do culto aos Heróis ao museu do povo..... | 234 |
| 7.1. O culto aos heróis e aos grandes homens fundadores da região | 234 |
| 7.2. O rei Dinis e o pinhal de Leiria..... | 236 |
| 7.3. O vidro da Marinha Grande: um ícone da região? | 241 |
| 7.3.1 O vidro e o cristal: da rua ao museu | 245 |
| 7.4. O museu português: da nação à região | 250 |
| 7.5. Leiria e o <i>museu do “seu” povo</i> | 253 |
| Concluindo: | |
| Leiria, as territorialidades, os patrimónios | 258 |
| Bibliografia | 263 |
| Outras fontes | 283 |
| Internet | 283 |
| Imprensa..... | 291 |
| Legislação | 291 |
| Anexos (CD) | |
| Entidades entrevistadas | |
| Entrevistas | |
| Análise das entrevistas | |
| Autorizações | |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| 1 – Cronologia dos eventos relevantes para a região / distrito de Leiria | 57 |
| 2 - Distribuição da actividade económica por sectores de actividade dos concelhos do distrito de Leiria e Ourém | 102 |
| 2 – As 250 maiores empresas do distrito, por concelho | 103 |
| 3 - Resultados finais do referendo à regionalização em Portugal | 110 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| 1 – Alexandre Herculano | 46 |
| 2 - Túmulo ao soldado desconhecido..... | 51 |
| 3 – Guarda de Honra permanente junto ao Túmulo..... | 52 |
| 4 – Sinalética colocada na entrada da Sala do Capítulo – Mosteiro da Batalha | 52 |
| 5 – José Miguel Medeiros | 56 |
| 6 – Mapa distrital de Portugal e mapa do distrito de Leiria..... | 58 |
| 7 – Tomás Oliveira Dias | 60 |
| 8 - Motivo decorativo da Igreja visigótica de São Gião | 69 |
| 9 - Igreja de Santa Maria de Óbidos | 69 |
| 10 - Vista parcial do Paço de D. Pedro I..... | 70 |
| 11 - Castelo de Óbidos..... | 70 |
| 12 – Divisão provincial de Portugal no século XVI | 73 |
| 13 – José Travaços Santos | 74 |
| 14 – Afonso Lopes Vieira | 76 |
| 15 – Orlando Cardoso | 77 |
| 16 – A Alta Estremadura | 80 |
| 17 – José Ribeiro Vieira..... | 81 |
| 18 – Graça Leiras | 83 |
| 19 - Mapa da região de turismo Leiria/Fátima..... | 84 |
| 16 – Total de visitantes das principais regiões turísticas continentais + Fátima | 86 |
| 21 – Pormenores do Castelo de Ourém | 88 |
| 22 – Igreja do Cardal – Pombal | 89 |
| 23 – Sé de Leiria | 90 |

| | |
|---|-----|
| 24 - As três regiões de turismo do Distrito de Leiria: Leiria/Fátima, Oeste, Centro | 91 |
| 25 – António Carneiro | 92 |
| 26 – Pedro Machado | 93 |
| 27 – A extinção da RTL/F vista pela imprensa regional | 94 |
| 28 – Diocese de Leiria/Fátima no contexto das divisões diocesanas portuguesas | 97 |
| 29 – Diocese de Leiria/Fátima em 2007 (Paróquias e vigararias) | 98 |
| 30 – As cinco NUT II portuguesas em 1989 | 106 |
| 31 – Alfredo Marques | 107 |
| 32 – A NUT II Lisboa e Vale do Tejo (incluindo as NUT III) em 1989 | 111 |
| 33 – A NUT II Centro (incluindo as NUT III) em 1989 | 112 |
| 34 – As cinco NUT II do continente português em 2002 | 113 |
| 35 – A NUT II Centro (incluindo as NUT III Oeste e Pinhal Litoral) em 2002 | 113 |
| 36 – A NUT II – Lisboa (incluindo Grande Lisboa e Setúbal) em 2002 | 113 |
| 37 – António Fonseca Ferreira | 114 |
| 38 – Divisões geográficas de Portugal segundo Orlando Ribeiro | 117 |
| 39 - As NUT III em Portugal | 121 |
| 40 - NUT III Pinhal Interior Norte | 122 |
| 41 – Diogo Mateus | 123 |
| 42 - NUT III Pinhal Litoral | 124 |
| 43 - NUT III Oeste | 126 |
| 44 – Área de influência directa do Instituto Politécnico de Leiria | 132 |
| 45 – Região de Leiria: distrito de Leiria + Concelho de Ourém | 135 |
| 46 – Área metropolitana de Leiria | 145 |
| 47 – A Comunidade Urbana do Oeste em Portugal | 146 |
| 48 – O Mosteiro da Batalha e a sua simbiose com a Natureza | 161 |
| 49 – O Emigrante (1918) | 162 |
| 50 – Serra de Sicó | 165 |
| 51 – Praça de Toiros de Abiul | 166 |
| 52 – Oeste: Paisagem de pomares | 167 |
| 53 – O mar e a praia (Nazaré): Da divisão à união | 170 |
| 54 – São Pedro de Moel | 172 |
| 55 - Maciço calcário estremenho | 174 |
| 56 – A vila de Óbidos | 178 |
| 57 – Acácio Sousa | 185 |

| | |
|---|-----|
| 58 – Interior do mosteiro de Alcobaça..... | 186 |
| 59 – Pormenor da porta da biblioteca joanina - A Universidade de Coimbra | 190 |
| 60 – O Castelo e a cidade de Leiria em finais do séc. XIX | 194 |
| 61 – O castelo de Leiria na actualidade | 197 |
| 62 - Castelo de Pombal | 200 |
| 63 - Castelo de Porto de Mós..... | 201 |
| 64 – Leiria e Oeste, de um distrito a duas regiões | 205 |
| 65 – Edifício principal do Hospital Termal de Caldas da Rainha | 206 |
| 66 – Torre da Igreja da N ^a Senhora do Pópulo anexa ao Hospital Termal de Caldas da Rainha..... | 207 |
| 67 – O Mosteiro da Batalha | 211 |
| 68 – Mosteiro de Alcobaça | 216 |
| 69 – Santuário da Senhora da Nazaré | 226 |
| 70 – Joaquim Ruivo | 230 |
| 71 – Francisco Rodrigues Lobo | 235 |
| 72 – Dinis, Isabel e o pinhal em São Pedro de Moel | 237 |
| 73 – Brasão de Armas da cidade de Leiria – Jornal “O Leiriense” de 1854..... | 238 |
| 74 – O Pinhal de Leiria | 239 |
| 75 - Frasco do vidreiro | 243 |
| 76 - Vasos e Frasco do vidreiro com torcidos centrais (1990) | 245 |
| 77 - Caravelas Portuguesas (Anos 30/40)..... | 246 |
| 78 - Galhetas Unidas: Testemunho antigo do Vidro na Marinha Grande (Século XVIII)..... | 247 |
| 79 - Vaso comemorativo dos centenários (Anos 30/40)..... | 248 |
| 80 - O quarto estádio: Vítreo | 249 |
| 81 - Tito de Sousa Larcher..... | 255 |

LISTA DE ABREVIATURAS

[AC] – António Carneiro

[ADLEI] – Associação para o Desenvolvimento de Leiria

[AMAE] – Associação de Municípios da Alta Estremadura

[AMN] – Assembleia Municipal da Nazaré

[ANAFRE] - Associação Nacional de Freguesias

[ANRET] - Associação Nacional das Regiões de Turismo

[AFF] – António Fonseca Ferreira

[APFP] - Associação de Produtores Florestais de Pombal

[AM] - Alfredo Marques

[ARPT Centro de Portugal] - Agência regional de promoção turística Centro de Portugal.

[AS] - Acácio Sousa

[ATCP] - Associação de Turismo do Centro de Portugal

[CCR] - Comissões de Coordenação Regional

[CCDR] - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

[CCDRC] - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

[CCDRLVT] - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

[CEE] – Comunidade Económica Europeia

[CEPAE] – Centro de Património da Estremadura

[CET] – Cursos de Especialização Tecnológica

[CIID] - Centro de Investigação Identidades & Diversidades

[CML] – Câmara Municipal de Leiria

[CMN] – Câmara Municipal da Nazaré

[DGEMN] - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

[DM] - Diogo Mateus

[ENATUR] - Empresa Nacional de Turismo

[FEUC] - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

[GAM] – Grande Área Metropolitana de Leiria

[GL] – Graça Leiras

[IGESPAR] - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

[INDEA] – Instituto de Investigação, Desenvolvimento e Estudos Avançados

[IPA] - Instituto Português de Arqueologia

[IPL] – Instituto Politécnico de Leiria

[IPPAR] - Instituto Português do Património Arquitectónico

[JMM] – José Miguel Medeiros, ex. Governador civil do distrito de Leiria

[JR] - Joaquim Ruivo, presidente do Centro de Estudos de Património da Estremadura

[JRV] – José Ribeiro Vieira

[JTS] – José Travaços dos Santos

[LEADEROESTE] - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste

[NUT I] - Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins estatísticos com que se divide o território europeu - Portugal

[NUT II] – Cinco regiões plano portuguesas: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, mais as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

[NUT III] – 29 regiões mais pequenas, muito semelhantes às actuais associações de municípios.

[NUT IV] – Concelhos portugueses

[OC] – Orlando Cardoso

[PM] – Pedro Machado

[PCP] – Partido Comunista Português

[PPD] - Partido Popular Democrático

[PROT] – Plano Regional de Ordenamento do Território.

[PRACE] - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

[PSD] - Partido Social Democrata

[PS] - Partido Socialista

[QREN] - Quadro de Referência Estratégico Nacional para os anos 2007 a 2013

[RTC] - Região de Turismo do Centro

[RTO] - Região de Turismo do Oeste

[RTL/F] - Região de Turismo Leiria / Fátima

[SNI] – Serviço Nacional de Informação

[TOD] – Tomás Oliveira Dias

[UE] – União Europeia

Introdução

O tema

Esta dissertação desenvolve-se em torno de três linhas orientadoras: Património, Espaço e Identidade. Pretendo indagar a sua relação na construção da ideia de uma região de Leiria e na argumentação da sua especificidade. A problemática a desenvolver prende-se com as representações territoriais e patrimoniais do espaço leiriense.

Pensar as sucessivas tentativas políticas de descentralização e o lugar de Leiria nas mesmas implica reflectir acerca dos discursos construídos e reconstruídos pelas elites regionais, bem como sobre as práticas relativas à região e aos bens patrimoniais nela situados. Neste sentido, é meu objectivo abordar as retóricas da edificação de regiões em Portugal e o lugar do distrito de Leiria nas controvérsias nacionais sobre regionalização.

Não obstante a centralização do Estado-Nação português simbolizado pelo Terreiro do Paço, o país, nas mãos dos reformadores liberais do século XIX, acabou dividido em 18 distritos continentais e 4 insulares. A partir dessa reorganização nasceu o distrito de Leiria. Este passou a constituir a unidade territorial mais próxima da ideia de região, enquanto comunidade situada entre o local e o nacional.

A partir da realidade distrital pretendo analisar as territorialidades forjadas no pensamento dos autores nativos, umas coincidindo com o espaço da antiga província da Estremadura, outras com o distrito. Por outro lado, procuro averiguar o papel que o património monumental ocupa nesses discursos, partindo do princípio de que se trata de objectos a utilizar e a manipular com vista à produção do sentimento de pertença a uma região leiriense. Os objectos, testemunhando os feitos dos antepassados, passam a legitimar os discursos que advogam a existência de uma região leiriense no quadro nacional. De acordo com Richard Handler (1988) e com Michael Herzfeld (1991), parto

da análise desses discursos para averiguar os processos através dos quais as elites distritais seleccionam e atribuem linguagens regionais aos monumentos.

Enquanto espaços de construção identitária, no que ao património diz respeito, pode-se falar de três tipos de discursos na região: local, regional, nacional. Efectivamente, no âmbito local existem várias experiências de recolha, de inventariação e de divulgação, destacando-se a existência dos museus e monumentos municipais.

O discurso nacional está representado em edifícios monumentais como os mosteiros de Alcobaça ou da Batalha, a par de lugares regularmente visitados como a Nazaré, Peniche ou S. Pedro de Moel.

Os museus têm sido apropriados por diversos grupos como *armas da identidade* (Holo, 1999) no discurso *performativo* de comunidades locais, regionais e nacionais, tal como se tem percebido pelos discursos que defendem a construção de um museu regional de Leiria. A não concretização destes projectos constituirá um sintoma de falta de vontade ou de poder por parte das elites regionais na concretização do ideal de região? Ou serão as elites que habitam o distrito que não revêem este espaço enquanto região?

A problematização e os eixos teóricos que se apresentam ao longo da dissertação reflectem as leituras e reflexões que tenho vindo a fazer acerca de discursivos e práticas regionalistas. Escutar os discursos dos autores de Leiria sobre a região e o papel do património na sua elaboração constitui o eixo da minha investigação.

No domínio do estudo dos conceitos de espaço, de região e do papel das elites na sua definição, relevo Pierre Bourdieu (1989). Na sua obra *O Poder Simbólico*, o autor explora a noção de região enquanto divisão do mundo social. Esta divisão resulta de uma imposição por parte de quem tem legitimidade divina, política, científica, para classificar. Destaca-se assim um novo grupo ou região a partir de um todo que corresponde frequentemente ao espaço nacional. Como refere o autor, a *eficácia do discurso performativo regionalista [...] é proporcional à autoridade daquele que o enuncia* (Bourdieu, 1989: 117). A imposição deste discurso implica que o grupo a quem ele é dirigido reconheça a sua unidade. Este factor depende uma vez mais da autoridade atribuída às lideranças, a partir das quais é construída e imposta a vontade colectiva. Maurice Agulhon (1988) observa, da mesma forma, como as elites desempenham um papel fundamental na produção dos discursos regionalistas. O autor verificou que a *falta de burguesias regionais dinâmicas* constituiu um dos principais obstáculos à construção e afirmação das regiões francesas durante o século XIX. São apontadas como principais

causas a sedução dessas elites pela cultura dominante sedeada em Paris ou a expansão de uma educação nacional que impôs o francês como língua nacional. Na perspectiva de Bourdieu, as representações que as elites possuem das suas regiões incorporam-se na realidade a partir do momento em que contribuem efectivamente para o nascimento de novas divisões, pois as *representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade, contribuem para a realidade das divisões*. O autor observa o discurso regionalista como um *discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer conhecer a região assim delimitada* (Bourdieu, 1989: 116-120). É a partir desta definição de região que irei operacionalizar a minha pesquisa.

Seguindo a mesma linha de pensamento dos autores supracitados, Marc Abélès refere a organização administrativa francesa e suas dinâmicas nos últimos 200 anos. Abélès (1991), elaborando uma análise da organização administrativa do Estado francês, explora duas questões que foram centrais aos discursos regionalistas modernos; a reorganização territorial francesa pós-Revolução de 1789 e o poder das famílias influentes no sistema eleitoral francês ao nível dos departamentos (Yonne). A divisão “matemática” da França em departamentos constituiu uma metáfora da união da nação francesa. Os departamentos não correspondiam a unidades políticas independentes, foram traçados a partir de Paris e neles eram colocados os representantes da nação.

Revolt of the Provinces: The Regionalist Movement in America, 1920-1945, (1993) de Robert Dorman, constitui outra obra de referência no estudo dos movimentos regionalistas. O autor reporta-se à emergência e desenvolvimento do regionalismo norte-americano na primeira metade do século XX. Durante este período o apelo à região e a um *corpus* de tradições impolutas emerge em contraposição com o *cansaço* provocado pela vida moderna e pelas grandes cidades industriais descaracterizadas por um lado e, por outro, como forma de libertação cultural relativamente à antiga metrópole inglesa.

O regionalismo americano constituía, segundo Dorman, um movimento artístico que procurava defender uma América feita de diferentes regiões, dotadas de quadros culturais e paisagísticos diversos, mas com poderes políticos equivalentes perante a União. Esta América deveria ser o berço de novos homens onde nem Leste, nem Oeste, nem Norte, nem Sul, se deveriam assumir como o único *berço cultural da nação americana*.

Richard Handler, com a sua obra *Nationalism and the Politics of Culture in Québec* (1988), é um autor em que muito me apoiei ao longo desta dissertação. Destaco a ênfase que dá a dois aspectos do nacionalismo quebequiano: a *criação de tradições próprias*, onde o discurso nacionalista procura materializar as ideias de nação recorrendo à música ou ao folclore *tradicionais* e a atenção concedida ao património do Quebec. Os bens patrimoniais são observados como uma característica própria da cultura quebequiana, formas de objectivação cultural dignas de ocuparem um lugar de relevo nas políticas legislativas e culturais das elites políticas daquela província canadiana.

Edward Said pesquisa as narrativas que o Ocidente, ou melhor, *uma enorme massa de escritores, entre os quais estão poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais*, construíram sobre o Oriente. Ao aceitarem a *distinção básica entre Oriente e Ocidente como ponto de partida para elaboradas teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do oriente, dos seus povos, costumes, “mente”, destino [...]* (Said, 1990: 14) foram também produtores de discursos e de performances sobre esse Oriente enquanto espaço geográfico e cultural oposto ao Ocidente.

O orientalismo é [...] uma distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, económicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma elaboração não só de uma distinção geográfica básica [...] como também de toda uma série de “interesses” que, através da descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém; é, acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação directa, correspondente, ao poder político, mas que antes é produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como uma ordem colonial ou imperial), com o poder intelectual [...], com o poder cultural [...], com o poder moral (idem, 24).

Ao longo de toda a sua obra, o autor demonstra como o Oriente foi um produto da imaginação europeia. A cultura europeia construiu-o política, sociológica, científica, geográfica e ideologicamente, durante um período que remonta ao séc. II a.C., ganhando consistência nas atitudes ao longo do tempo. O pós-Iluminismo deu força a este processo.

Nesta dissertação entendo os lugares na perspectiva de Said, enquanto criações históricas. Como *entidades geográficas e culturais [...] os lugares, regiões e sectores geográficos [...] não existem por si*, naturalmente, mas são feitos pelo homem. Na perspectiva do autor, *as fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de um modo previsível* (Said, 1977: 16; 64). Delimitar um espaço geográfico é delimitar o *nossa* espaço, as nossas ideias, das dos outros.

Outra obra de referência nesta dissertação foi *A Nation of Provincials: the German Idea of Heimat* (1990). Partindo do conceito de *Heimat*, palavra que tem servido aos palatinos para reivindicarem a sua pertença ao espaço ocupado pelo *Renish Pfalz* (Palatinado, actual região do Estado alemão da Renânia-Palatinado), Celia Applegate estuda o processo de construção da nação alemã nos últimos 200 anos e as suas relações com as regiões. Observando o contexto específico do *Renish Pfalz*, a autora desvenda a emergência de uma reivindicação forte da identidade regional em simultâneo ao nascimento e consolidação de uma identidade nacional alemã.

Assim, a palavra *Heimat*, com que os palatinos reclamaram a sua identidade regional, a sua pertença à região, o seu lar, (Applegate, 1990: 3) foi apropriada pelas elites federais oitocentistas. Estas, apropriando-se do termo, conferiram-lhe um novo vigor no processo de construção da nação alemã.

Heimat, palavra presente

in various German dialects since the fifteenth century ... has been the center of a German moral – and by extension political - discourse about place, belonging and identity ... Rescued from archaic German in the late eighteenth century, the word gathered political and emotional resonance in scattered legal reforms and popular literature invention of Biedermeier period. In the second half of the nineteenth century, Heimat identified the diverse and mostly local efforts (like those of the Pfälzers) to appreciate provincial cultures and, simultaneously, to celebrate German nationhood. During the war, it served the Germans in the same way that the term “home front” served the English (idem, 4-7).

Mais próximo do contexto ibérico, são vários os estudos que se têm efectuado sobre a regionalização e a acção preponderante das elites na idealização, construção e afirmação das regiões. São de relevo os estudos efectuados por Lourdes Méndez (2004), relativamente à Galiza. A autora analisa a afirmação cultural da Galiza não somente perante o espaço territorial do Estado espanhol, mas também no contexto europeu.

Méndez observa o desenvolvimento e apropriação de eventos culturais e artísticos, sobretudo no domínio da entendida alta cultura, como recursos de afirmação da região galega no palco global. O património constitui, a par das artes plásticas, um desses recursos mais valiosos na afirmação das regiões uma vez que permite fazer a ponte entre o passado e o presente. Testemunha um passado comum aos habitantes da região, advindo daí a centralidade das problemáticas da cultura no Estatuto de Autonomia da Galiza (Méndez, 2004: 91-98). Neste sentido, os investimentos avultados em infra-estruturas como o Centro Galego de Arte Contemporânea, a dinamização de diversas exposições, a realização de festivais de música erudita, bem como a transformação de Santiago de Compostela na capital da região, materializam o discurso de algumas elites políticas e culturais galegas na afirmação da região.

No contexto desta dissertação é fundamental a referência à pesquisa efectuada por António Medeiros (2006). O autor elabora um trabalho inter-regional no qual analisa o processo histórico de construção e afirmação da comunidade *nacional* galega por acção de algumas das elites que demarcaram e afirmaram a diferença galega no contexto espanhol. Aquelas seguiram um percurso *performativo* semelhante ao da constituição de outras comunidades nacionais oitocentistas afirmado um território, história ou língua comuns aos galegos. Estas dinâmicas nacionalistas galegas não se verificaram no lado minhoto. A província do Minho ora fora referida como o berço da nação portuguesa, em particular *no imaginário dos primeiros autores nacionalistas românticos* (Medeiros, 2005; 2006), ora fora observada como um dos extremos de uma nação centralizada em Lisboa, e na região centro. Em finais do século XIX o Minho chegou a simbolizar a decadência portuguesa (Medeiros, 2006).

António Medeiros pesquisa os processos que estiveram na origem da formação de uma comunidade nacional do lado espanhol, a Galiza, e da construção de uma região minhota intrincada no processo de nacionalização português, centralizado em Lisboa. Enquanto a Galiza foi construída como nação, os discursos sobre o Minho inseriram-se nos projectos de construção da nação portuguesa.

No campo da construção europeia, e das suas relações com os Estados-Nação que a compõem, destaca-se Cris Shore (2000) que elabora uma análise crítica sobre os processos de construção de uma comunidade cultural e política europeias. O autor demonstra como os eurocratas seguem, nas suas tentativas de construção de uma comunidade europeia, processos em muito semelhantes aos da construção dos Estados - Nação oitocentistas, ainda que procurem forjar uma Europa unida que se lhe

sobreponha. Assim, questões como a construção cultural da ideia de *cidadania europeia*, a criação de símbolos comuns, de uma história comum, a invenção de tradições ou ainda a moeda única, são observados enquanto elementos usados e manipulados pelas elites europeias que, sob uma *capa* supostamente democrática, os impõem aos habitantes dos diferentes Estados-Nação da União Europeia. Com estes elementos pretendem criar uma identidade cultural europeia homogénea.

Os movimentos regionalistas que se desenvolveram em contextos internacionais, na primeira metade do século XX (Dorman, 1993), acabaram por exercer a sua influência sobre o espaço português. Um dos maiores apologistas da regionalização portuguesa foi Aristides Amorim Girão. Em 1933 o autor advogou a tese de que o território correspondente às províncias seria aquele que melhor se coadunava com a divisão do país em regiões.

Apresentando uma visão crítica do centralismo gerado a partir do liberalismo do século XIX, Amorim Girão (1933) defendia a regionalização como um meio eficaz para o desenvolvimento económico do país, contribuindo para o fim da macrocefalia de Lisboa.

As regiões não podem ser pensadas em contextos históricos isolados. Muito do centralismo português observado por autores como Amorim Girão advém de um processo de nacionalização do povo português decorrido ao longo dos séculos XIX e XX. Neste âmbito Jorge Freitas Branco analisou como diversos autores, oitocentistas, se constituíram em nacionalizadores do povo português (Branco, 1994; 1995; 1999). Pela produção etnográfica e a proposta de fundação de um museu etnográfico português a ser instalado na praça do Império, José Leite de Vasconcelos constituiu uma das principais vozes deste movimento.

A fundação do museu leitiano, a sua instalação nos Jerónimos, a sua consolidação e a sua permanência até aos nossos dias, em termos de representação simbólica da nação incutida à praça e indirectamente ao país, são um padrão erguido para assinalar a nacionalização do povo na vida política nacional (Branco, 1995: 167-168).

O pensamento e a acção regionalistas foram particularmente importantes nos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Em relação aos Açores, Rui de Sousa Martins (2005-2006) estudou o papel das elites na selecção e imposição de uma iconografia regional açoriana, que permitia destacar o arquipélago do todo nacional. Como refere o

discurso associado à predominância das representações icónicas dos valores da paisagem (...) insere-se numa desigualdade de representações turísticas que reflectia o processo de produção identitária das elites urbanas, ao longo do século XIX, que seleccionou inicialmente os valores da natureza e da paisagem e consagrou os costumes populares como referente identitário fundamental (Martins, 2005-2006: 418).

Também sobre os Açores destaca-se a obra de Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, (1999), que examina o ambiente de exaltação regionalista que se viveu no arquipélago durante os anos 20 do século passado. Cordeiro analisa o movimento regionalista açoriano entre a ascensão, em 1918, e o seu enfraquecimento, em 1928, em consequência das novas orientações políticas que viriam a conduzir à afirmação do Estado Novo.

Ainda no domínio dos estudos sobre os Açores, destaco João Leal. O autor pesquisa *alguns dos ensaios mais representativos que entre 1880 e 1940 deram corpo à procura de um rosto identitário para os Açores* (Leal, 1997: 191). Vitorino Nemésio, natural da ilha Terceira, constitui um dos inventores da identidade açoriana que se desejava particular e diferente do resto do país. Como refere João Leal, a produção de Nemésio assim como a de *um conjunto significativo de outros intelectuais açorianos do período que medeia entre 1880 e 1940*, evidencia *o estabelecimento dos factos e argumentos susceptíveis de fundar os Açores como espaço marcado pela peculiaridade e pela diferença* (*idem*, 192).

A obra *Le Mythe de Monsieur Queimado*, em que Vitorino Nemésio procura identificar o ser açoriano, constitui o ponto de partida para Leal analisar os processos através dos quais um conjunto de autores açorianos procurou construir a identidade açoriana entre finais do século XIX e meados do século XX. *Assim, e em primeiro lugar, todos eles* (Arruda Furtado, Montalverne Sequeira, Aristides da Mota, Luís Ribeiro e Vitorino Nemésio) *fazem sua uma aproximação à identidade açoriana marcada pela centralidade dos temas da unidade e da diferença. A afirmação dos Açores como um espaço unitário envolve, pelo seu lado, a gestão integradora dos factos de diferenciação interna do arquipélago*. A descontinuidade geográfica dos Açores acaba por favorecer uma unidade interna cuja diferença passa a ser enunciada *por referência ao todo nacional* (*ibidem*, 192).

Trata-se da busca de uma identidade cultural açoriana. Nesse sentido, e de acordo com João Leal, a cultura ocupa um lugar de relevo nas narrativas que os autores constroem sobre a região. O processo de afirmação da identidade açoriana segue o da afirmação das comunidades nacionais, na medida em que se *valoriza os Açores como uma comunidade de descendência e como um corpo de natureza étnica, baseado em costumes populares próprios e uma maneira de ser distinta* (*ibid.*, 193). A etnogenealogia e a atribuição de uma série de traços específicos aos açorianos, que os distinguem do resto dos portugueses, são transversais às obras que foram produzidas pelos autores da região. No domínio da etnogenealogia é argumentada uma especificidade baseada na origem multinacional dos açorianos. A etnogenealogia e os factores geográficos projectam as particularidades do açoriano, herdeiro não só de portugueses mas também de flamengos e bretões (a presença dos bretões nos Açores tem *sido recusada pela historiografia mais sólida açoriana* (*ibid.*, 197), que se tinham estabelecido nas ilhas.

Se uns advogaram a independência açoriana, como os micaelenses Aristides de Mota e Montalverne Sequeira, com o argumento dessa especificidade multicultural do açoriano, outros, como o terceirense Luís Ribeiro, defenderam as particularidades açorianas no quadro português. Para este autor a etnogenealogia do açoriano não se explicava pela origem multinacional, mas pela herança açoriana dos valorosos portugueses de Quattrocentos que se estabeleceram nas ilhas. Assim os Açores transformavam-se numa espécie de “*quintissência*” de Portugal (*ibid.*, 201).

Relativamente ao contexto madeirense relevam-se os trabalhos desenvolvidos por Jorge Freitas Branco. Em *Paisagem com Gente: O processo de folclorização na Madeira* (2001), o autor analisa comparativamente os processos através dos quais etnógrafos, escritores e intelectuais têm construído imagens da Madeira como um cenário descaracterizado pelo turismo, em oposição à paisagem idílica e plena de felicidade dos Açores. É neste contexto que nascem novas imagens do arquipélago veiculadas pelas suas elites que edificam

uma nova topografia mental do espaço insular. Criam factos de identificação regional pela marcação sistemática da paisagem madeirense e porto-santense: um promontório, uma achada, uma encumeada, construções edificadas ou em ruínas, locais de devoção, rotinas constatadas (Branco, 2001: 504-505).

Estes elementos servem para construir uma imagem madeirense positiva oposta ao negativismo criado sobre o arquipélago no início do século XX¹.

No contexto continental, Jorge Freitas Branco analisa a projecção de uma aldeia alentejana na região e na nação. O autor explora como o *movimento folclórico* conduz à enumeração de algumas localidades mais conhecidas do que outras e, por isso, consideradas representativas duma região ou província.

[...] *Graças às actuações do rancho em acontecimentos e competições folclóricos nacionais* (Branco, 2003a: 409; 417), a aldeia de Peroguarda é projectada no Alentejo e no país. Ela não é só uma aldeia alentejana mas a evocação da província do Alentejo. Destaca-se, também, por ter sido berço de inúmeros políticos locais activos, visíveis na toponímia, e de acontecimentos que marcaram uma época. O mais simbólico de todos foi no âmbito competitivo regional. [...] *No ano de 1938 Peroguarda foi integrada no grupo final para a selecção nacional* (da Aldeia mais Portuguesa de Portugal) *em representação do Alentejo. Embora fosse Monsanto a vencer e a receber o prémio, na memória local parece que as pessoas se conformaram com a decisão final do júri nacional, e que se sentem ainda hoje vencedoras à escala da província* (*idem*, 410).

João de Pina Cabral (1991) constitui outro dos autores de referência no campo do domínio das perspectivas antropológicas sobre a regionalização em Portugal. Na sua obra, *Os contextos da antropologia*, pesquisa as dinâmicas identitárias e as diversas identidades que habitam as mentes dos actores sociais, num país onde a *unidade nacional portuguesa é um dado absoluto* (Cabral, 1991: 93). Não existe na sua perspectiva uma identidade ibérica, ao contrário da identidade cristã que em 1991 ainda prevalecia no Norte de Portugal, ou uma identidade europeia que se começava a afirmar com a integração de Portugal na ex. Comunidade Económica Europeia.

Por outro lado, o processo de regionalização administrativa e política do continente que tem acompanhado o desenvolvimento do regime democrático desde 1974 (Cabral, 1991: 96) levanta novas questões acerca das identidades regionais portuguesas. À excepção do Algarve, é difícil observar a existência de regiões, em

¹ Um dos folclorizadores madeirenses evocados por J. Freitas Branco é Carlos M. Santos [1893-1955] (Branco, 2003b). Durante a primeira metade do século XX Carlos Santos fundou e dinamizou diversos grupos musicais como o grupo de bandolistas em 1913 (*idem*, 448). Enquanto autodidacta Carlos Santos debruça-se sobre aspectos do folclore madeirense, organizando grupos folclóricos a partir de 1937. Os seus feitos são relevantes na medida em que reactiva dispositivos da memória madeirense, criando ao mesmo tempo imagens próprias da região insular perante a plateia nacional e internacional. Carlos Santos é o responsável pelo ingresso definitivo da Madeira no movimento folclórico nacional (*ibid.*, 452).

Portugal, dotadas de territórios geográficos e sociais bem delimitados, para além das realidades nacional e local. Segundo o autor a integração regional é complexa e não uniforme em todo o país, não sendo contudo de ignorar que as *regiões são unidades sociogeográficas, tal como o são a nação, os concelhos, as freguesias e, no Noroeste, as casas rurais* (*Idem*, 101), ainda que estas não correspondam a fronteiras territoriais fixas.

No panorama nacional destacam-se, ainda, os estudos efectuados por Jorge Gaspar (1972; 1993). Gaspar tem reflectido sobre as geografias regionais nos debates acerca da regionalização em Portugal. Em *Évora e sua Zona de influência* (1972) o autor explora as dinâmicas de Évora e da sua atracção sobre um território que ultrapassa os limites do distrito. Em *As Regiões Portuguesas* (1993) apraz observar o facto de Gaspar ter como ponto de partida as 7 regiões plano, correspondentes às NUT II² Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve e às duas regiões autónomas, Açores e Madeira. Não ignorando outras divisões regionais defendidas pelos seus antecessores, em particular as províncias, Jorge Gaspar tem em conta as NUT II e III, designando as últimas como sub-regiões que *configuram territórios de inegável identidade geográfica, histórica e socio-económica* (Gaspar, 1993: 17).

Relativamente à região de Leiria destaco a obra de Ricardo Vieira. Interventor e dinamizador do congresso *Pensar a Região de Leiria*, o autor explora as dinâmicas económicas, sociais, culturais e identitárias do distrito, analisando os processos de aproximação de concelhos como Ourém relativamente a Leiria no que designa de *mapas identitários, que são dinâmicos e podem mudar em função das acessibilidades [...]* (Vieira 2005a: 25).

Para Ricardo Vieira o distrito é uma das muitas regiões de Leiria. Foca a sua intervenção nos processos de identificação subjectiva dos habitantes com a região, recusando propostas de objectivação cultural que não correspondem a efectivos sentimentos de pertença à comunidade.

O nosso olhar não é o do folclorista que tantas vezes coisifica a cultura de cada espaço em volta de denominadores comuns relativos à habitação, à indumentária, ao património, à gastronomia, etc., encerrando a cultura num passado fossilizado e fechando-se à ideia do projecto que cada comunidade idealiza para si, planifica, e

² Nomenclatura de Unidade Territorial para fins estatísticos, temática explorada no capítulo dois desta tese.

tantas vezes concretiza. [...] A identidade é, aqui, também e antes de mais, um sentimento de pertença, de identificação (idem, 28).

Outro eixo pelo qual poderia passar a construção de uma identidade leiriense era pelo clube de futebol. Mas o União de Leiria *ainda não casou com a região*, sendo preciso encontrar estratégias para que o clube possa funcionar como *outra bandeira identitária da região*.

A diversidade paisagística da região, ao invés de constituir um problema, deve também ser vista como potencial de afirmação, *símbolo identificador da região (ibidem, 30)*.

Não negando o papel do Instituto Politécnico de Leiria como um dos principais eixos construtores da região leiriense, Ricardo Vieira reclama ainda uma Universidade Pública para Leiria.

Uma universidade constituiria um eixo de identificação para com a região leiriense mais eficaz do que o ensino politécnico. Segundo o autor as representações que se fazem deste tipo de ensino são diferentes do universitário, surgindo aquele numa posição de inferioridade, *de uma identidade estigmatizada [que] representa um factor impeditivo da criação da identidade regional*.

A prova é que os alunos escondem a especificidade da categoria do estabelecimento de ensino – como politécnico – afirmando uma condição de alunos universitários: na invenção do traje académico, na cópia dos rituais da praxe académica, nas lutas estudantis e no discurso (Vieira, 2005b: 280).

Só com a universidade é que Leiria se *pode comparar com Aveiro, Coimbra e Lisboa (idem, 280)* no mesmo plano e não numa desigualdade paternalista em que o ensino superior politécnico saia inferiorizado pelo universitário e colocado simbolicamente num posição periférica.

A universidade pública é também uma metáfora da centralidade que Leiria deve reclamar perante as suas vizinhas cidades universitárias. *Leiria não é periferia. Leiria merece ser uma cidade central, geográfica e politicamente. Leiria merece ser, também por isso, uma cidade com Universidade Pública (ibidem, 284)*.

Concluo apresentando a questão central desta dissertação: Até que ponto se pode invocar o leirenense³ enquanto indivíduo identificado com uma região de Leiria?

Conforme Filomena Silvano sublinha, as preocupações com as noções de espaço, sua organização e representações, remontam aos finais do século XIX e inícios do século XX. Émile Durkheim e Marcel Mauss definem *duas construções conceptuais e metodológicas de espaço, ainda hoje tidas como referência: o espaço pensado como uma representação e o espaço pensado como uma realidade material*. Para Durkheim o espaço é uma representação colectiva, exprimindo realidades colectivas, é uma coisa social, o produto do pensamento colectivo, e nasce da necessidade de ordenar ou organizar a heterogeneidade. É uma categoria social e por isso indissociável da própria organização social, manifestando estados de colectividade, da sua constituição e da organização. Enquanto representação social, o espaço constitui o “espelho” da organização social, indissociável da sociedade que o habita, sendo na relação de ambos, sociedade – espaço, que se deve procurar entender as diferentes formas de organização espacial (Silvano, 2001).

As dimensões espaciais das práticas culturais continuam a ser centrais no discurso antropológico. Setha Low e Denise Lawrence-Zuñiga num estudo introdutório propõem seis tipos de formas de organização do espaço: *embodied space, gendered spaces, inscribed spaces, contested spaces, transnational spaces, spatial tactics* (Lawrence-Zuñiga e Low, 2003: 2-13).

Metodologia e materiais

A prossecução dos objectivos propostos neste projecto implicou a escolha de uma metodologia que pudesse orientar a investigação, bem como a análise e interpretação dos dados.

No dealbar do século XXI muito poucas sociedades e culturas no mundo estão ausentes da observação interpretativa por parte de investigadores provenientes de diversos campos de estudo. Estes têm produzido obras, directa e indirectamente, relacionadas com o objecto de estudo que me proponho analisar. Recorri a diversas fontes documentais directas e indirectas (Fernandes, 1995: 167), nomeadamente artigos

³ Conceito que melhor se coaduna, segundo o historiador Saul António Gomes (2005), às particularidades dos habitantes da região de Leiria.

sobre a região produzidos por diversos autores, imprensa e bibliografia diversa, que guiaram o meu trabalho conferindo-lhe uma maior solidez teórica e apuro prático.

A temática em torno da qual se desenvolveu esta dissertação, territórios, patrimónios, regionalização: discursos sobre Leiria, parte de conceitos culturalmente construídos pelos diferentes actores que têm pensado a região. Averiguar como são construídos os discursos e as práticas relativamente à região de Leiria e ao património nela localizado, encaminhou-me em direcção ao paradigma qualitativo. Era minha intenção ler ou interpretar as regiões de Leiria que *habitavam* as mentes dos seus autores a partir dos seus próprios pontos de vista (Geertz, 1989).

O trabalho de campo etnográfico é entendido ao longo deste trabalho numa perspectiva abrangente, tal como a define Cris Shore.

Ethnographic fieldwork is, therefore, a broad approach that incorporates a variety of methods besides participant-observation. These range from the use of statistical data, survey research, historical archives and the use of textual analysis, to biographies, oral histories, recorded interviews, and informal conversations (Shore, 2005: 7).

O trabalho de campo permitiu-me ouvir as vozes dos autores da região bem efectuar o levantamento fotográfico do património monumental situado na área do distrito. Este levantamento decorreu entre Junho e Outubro de 2007.

Os métodos e técnicas que pautaram a elaboração deste trabalho foram condicionados pela necessidade de ouvir e de analisar os discursos que as elites têm produzido sobre a região de Leiria. Por este motivo recorri também ao inquérito por entrevista, nomeadamente à entrevista em profundidade. Trata-se de um tipo de abordagem aberta, a partir da qual procurei conceder o máximo de liberdade aos meus informantes relativamente às problemáticas em discussão. Esta técnica revelou-se adequada aos objectivos propostos na medida em que permitiu obter dados que *não se encontravam na documentação disponível* bem como ouvir os *líderes da população que pretendi conhecer* (Carmo e Ferreira, 1998: 128-129).

Relativamente aos entrevistados, tive em conta a influência da sua formação académica e profissional sobre os discursos e representações que possuem acerca da região leiriense. Deste modo, demarquei as minhas entrevistas aos autores dos campos político e cultural⁴. Os contactos aí referenciados são apenas os institucionais.

⁴ Ver CD em anexo.

Alguns autores regionais não foram entrevistados, em particular os do meio académico, em virtude de terem sido abordados quer por intermédio da obra produzida, quer pelo contacto proporcionado por conferências, congressos e outros encontros informais. Este é o caso de Carlos Ascenço André, de Emília Margarida Marques, de Cristina Nobre, de Saul António Gomes e de Feliciano Barreiras Duarte.

Realizei onze entrevistas entre Outubro de 2005 e Julho de 2006⁵. Estas foram constituídas por duas questões orientadoras: 1 - O que é para si a região de Leiria? 2 - Que património servirá para a representar? Efectuei mais duas entrevistas no mês de Dezembro de 2006.

A primeira entrevista resultou de um encontro com Diogo Mateus, e decorreu no dia 28-10-05, pelas 13 horas, tendo-se prolongado por cerca de duas horas. Acompanhado pelo Ricardo Vieira tive um dia pleno de informações. O ambiente informal assim o proporcionou.

Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus [DM]⁶, 39 anos, tem desempenhado funções em diversos órgãos políticos. Adjunto do Governador Civil do distrito de Leiria entre 2002 e 2005, ocupa actualmente o cargo de vice-presidente da autarquia pombalense. Do seu currículum contam-se actividades como a vereação em regime de permanência na Câmara Municipal de Pombal de 1994 a 2002 ou a presidência da Junta de Freguesia de Pombal entre 2002 e 2005. Foi juiz social junto do Tribunal Judicial de Pombal designado pela Câmara Municipal de Pombal, membro da Assembleia Municipal de Pombal entre 2002 e 2005, conselheiro da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e coordenador adjunto da Delegação Distrital de Leiria da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) para o mandato de 2003 a 2005. Exerceu ainda as funções de representante para o Conselho Municipal de Educação de Pombal.

A nossa intenção era almoçar com Diogo Mateus com quem tínhamos encontro marcado junto à câmara municipal de Pombal. Chegados ao local combinado deparamo-nos com uma reunião entre o presidente da câmara, Narciso Mota, o vice-presidente e os presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Pombal. Um almoço que fora previamente pensado a três acabou por se transformar num fórum de discussão acerca da região de Leiria e do lugar de Pombal na mesma. A informalidade do almoço

⁵ Ver CD em anexo.

⁶ Portal do Município de Pombal [online]. *Vereadores da Câmara Municipal* [citado em 01/10/08; 00:10 horas], disponível em http://www.cm-pombal.pt/vereacao/diogo_mateus.php.

proporcionou discussões que trespassaram temáticas como o ensino superior universitário e politécnico, a saúde, as vias de comunicação e os arranjos territoriais nacionais.

Algumas notas relativamente ao meu estatuto e identidade enquanto investigador a trabalhar sobre a região: vivo no distrito de Leiria desde 2000, local onde tenho exercido a actividade profissional. O facto de habitar o campo de estudo, embora não tenha nascido no mesmo, constituiu uma vantagem na medida em que permitiu o acesso às representações e dinâmicas sobre as realidades regionais *por dentro*. Concedeu, em simultâneo, um determinado afastamento emocional como se impõe à prossecução dos estudos deste género. O acesso aos *media* regionais, aos congressos e às conferências onde se pretendia discutir a região de Leiria, foi permanente. Consultei vários números dos *Jornal de Leiria*, jornal *Região de Leiria*, *Diário de Leiria* e *Jornal de Negócios*, jornal *Região da Nazaré*, a *Kaminhos Magazine*, a *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, e a *Tinta Fresca: Jornal de Arte, Cultura & Cidadania*, entre outros.

As Actas sobre os congressos da região de Leiria realizados desde os anos 90 foram igualmente importantes para a prossecução dos objectivos propostos nesta dissertação. Foram cinco os congressos, realizados nos últimos 18 anos, sobre a região de Leiria e o seu lugar no espaço territorial português. Dos mesmos germinaram as respectivas actas. Participei na organização de alguns destes congressos ou na apresentação de comunicações. Fiz parte da comissão organizadora do congresso *Pensar a Região de Leiria*, onde expus uma comunicação sobre os museus e a região de Leiria.

Apresentei outra comunicação subordinada ao tema “A paisagem monumental, cultura e desenvolvimento da região de Leiria” no IV Congresso regional “Região de Leiria: Inovação e Oportunidades”. A proximidade ao campo de estudo proporcionou-me conversas informais com os autores da região, bem como acesso a uma vasta documentação, produzida em particular nos dois últimos séculos. Não ser natural da região não constituiu um obstáculo ao acesso à informação e aos entrevistados.

A investigação conducente à presente tese foi totalmente financiada pelo meu trabalho docente e o facto de desenvolver actividade profissional numa instituição sedeadna na região, o Instituto Politécnico de Leiria, não constituiu qualquer obstáculo às minhas investigações. Pelo contrário, obtive um grau completo de autonomia. Por outro lado, constatei que a minha apresentação como antropólogo despertou a curiosidade dos entrevistados, alguns dos quais me interrogavam se ia *estudar as tradições da região*.

Notei a existência de uma conhecimento aprofundado das questões antropológicas, sendo que por coincidência um dos informantes possui formação graduada em antropologia. É o caso de António Carneiro [AC].

O facto de me apresentar como antropólogo e professor do ensino superior, trabalhando sobre a região de Leiria, tornou-se uma mais valia no âmbito da realização dos encontros planeados. Penso estar associado às representações das classes profissionais e aos respectivos estatutos de que gozam os professores do ensino superior em Portugal.

Foi notória a disponibilidade e a generosidade dos meus informantes, alguns dos quais disponibilizando-se para se deslocarem às instalações da Escola Superior de Educação de Leiria [ESEL]. Tal foi o caso de Tomás Oliveira Dias [TOD]. Não obstante ter deixado ao seu critério a selecção do espaço e do tempo a dedicar ao nosso encontro, TOD anuiu à nossa reunião sem impor qualquer obstáculo, tendo-se deslocado às instalações da ESEL no dia 05-04-2006 entre as 12.00 e as 13.30 horas. A entrevista decorreu no ambiente informal de uma sala de aulas que me havia certificado estar vazia durante esse dia.

TOD [n. 1933] é uma personalidade leiriense marcante, defendendo a integridade do que pensa ser a sua região: a província da Estremadura. Tem desenvolvido várias actividades em prol da mesma, em particular do distrito de Leiria e da inserção do mesmo na antiga província. As suas ideias encontram-se objectivadas quer na fundação ou co-fundação de várias instituições cuja missão é reflectir e incorporar a região de Leiria, como a Associação para o Desenvolvimento de Leiria [ADLEI] ou o Centro de Património da Estremadura [CEPAE], assim como nos inúmeros encontros, conferências e congressos que tem dinamizado. Dos cinco congressos sobre Leiria e a sua região, realizados nos últimos 17 anos, quatro têm a sua marca. Presidiu à comissão organizadora do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura, realizado em 1991. Enquanto sócio fundador e presidente da ADLEI, foi parte fundamental da organização do 2º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura, em 1995, e do 3º Congresso do Distrito de Leiria e Estremadura, que ocorreu em 1999, bem como, já fora da presidência da ADLEI, foi uma personalidade fundamental na organização do último congresso denominado *Região de Leiria: Inovação e Oportunidades*, realizado nos dias 20 e 21 de Abril de 2007. Participou ainda no congresso *Pensar a Região de Leiria*, realizado pelo projecto Identidades & Diversidades, na Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Leiria, em

2003, onde, incluído no painel de abertura do mesmo, apresentou a comunicação *O que é a Região de Leiria* (Dias, 2005). Tomás Oliveira Dias foi um dos fundadores do Partido Popular Democrático [PPD], tendo sido mandatário distrital das candidaturas à presidência da república de António Ramalho Eanes, de Mário Soares e de Francisco Sá Carneiro. Fez ainda parte do movimento pró-Ota, associação cívica de defesa de construção do novo aeroporto de Lisboa naquela localidade.

Neste caso, como em todos os outros entrevistados, o período diário em que as entrevistas foram realizadas não teve influência no tempo dispendido. Este factor pode ser explicado pela liberdade de escolha do dia e da hora do encontro, pela minha parte, tarefa que considero impor-se ao investigador.

Todos os entrevistados revelaram um conhecimento aprofundado das questões colocadas. Não se verificou em nenhum dos casos a solicitação prévia das mesmas. Os informantes evidenciaram uma profundidade de pensamento, bom humor e grande empatia para com as questões colocadas, não tendo colocado qualquer reserva ou limitação relativamente às mesmas. Da mesma forma não foram colocadas quaisquer condições relativamente ao seu conteúdo ou à confidencialidade das identidades dos entrevistados. Joaquim Ruivo [JR] foi um dos entrevistados que revelou grande curiosidade pelo meu trabalho, tendo-me proposto colaborar com o CEPAE no fim da entrevista.

Como nos outros casos, o meu encontro com JR foi pautado pela informalidade. Decorreu no dia 20-02-2006, das 16.00 às 17.00 horas, nas instalações do Centro de Património da Estremadura, situado na vila da Batalha.

JR [n. 1959] é historiador e professor na Escola Secundária e de 3º Ciclo de Ensino Básico da Batalha. Lecciona na área temática das artes como oficinas de teatro e de cinema. Foi director do Orfeão de Leiria, entre os anos 2002 e 2004, e membro da coordenação executiva do Festival “Música em Leiria”, no mesmo período. É membro da coordenação do grupo de Leiria da Amnistia Internacional, exercendo também a função de presidente da direcção do Centro de Património da Estremadura. No âmbito das suas actividades no CEPAE, Joaquim Ruivo tem dinamizado a publicação de vários livros e artigos sobre o património da região de Leiria, como a colecção *Estremadura, Espaços e Memórias*. Liderou a organização do 1º fórum internacional *Património, Educação e Desenvolvimento*, realizado nos dias 17 e 18 de Maio de 2007.

JR tornou-se num amigo com quem vim a colaborar mais estreitamente ao longo destes dois anos, tendo com ele partilhado muitas das questões que se impõem aos

mapas regionais propostos pelos últimos governos. Em particular, o património, a educação, o desenvolvimento e a região têm constituído temáticas orientadoras das nossas conversas.

Relativamente às entrevistas, uma nota digna de registo tem a ver com o facto de alguns informantes afirmarem estar a expor as suas ideias como cidadãos e não enquanto detentores de cargos políticos ou culturais, procurando separar as respectivas identidades profissionais das socioculturais. Notou-se, contudo, a influência da sua posição profissional nas informações transmitidas.

Alfredo Marques [AM] e António Fonseca Ferreira [AFF], respectivamente, sublinharam a organização territorial portuguesa baseada nas cinco regiões - plano ou NUT II.

Entrevistei AM enquanto presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro [CCDRC], cargo que ocupa desde 2005. No nosso encontro, decorrido na sede da CCDRC, em Coimbra, no dia 08-05-2006, pelas 13 horas, AM advogou uma descentralização administrativa, necessária ao desenvolvimento do país. Sublinhando a unidade nacional destacou a heterogeneidade cultural que caracteriza a região Centro, nela incluindo o distrito de Leiria.

Natural de Ansião, AM⁷ [n. 1948] é licenciado em Economia pela Faculdade de Ciências Económicas de Aix-en-Provence (França) e doutorado (ramo de Economia do Desenvolvimento) pela Universidade de Ciências Sociais de Grenoble (França). É professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra [FEUC], onde ensina disciplinas na área da Integração Económica Europeia. Leccionou também Economia do Crescimento e do Desenvolvimento, Economia Industrial e Economia Portuguesa. Além disso é coordenador geral do Centro de Estudos da União Europeia na mesma instituição. Ex. administrador principal da Comissão Europeia (de 1988 a 1996), na Direcção Geral da Concorrência, tendo sido responsável pela Coordenação da Unidade “Auxílios Regionais” e pela Monitorização dos Programas Nacionais de Desenvolvimento Regional dos Estados-membros, co-financiados pelos Fundos Estruturais. É consultor, desde 1997, de entidades públicas e de empresas sobre Políticas Europeias (em particular Política de Concorrência e Fundos Estruturais) e

⁷ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro [online]. *Perfis* [citado em 01/11/08; 00:50 horas], disponível em <http://www.ccdrc.pt/ccdrc/presidencia/document.2006-03-14.4557113894/?searchterm=alfredo%20marques>.

membro de equipas de avaliação de Programas Operacionais do III Quadro Comunitário de Apoio.

No dia 08-03-2006, entre as 10 e as 12 horas, fui recebido em Lisboa por António Fonseca Ferreira, na sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo [CCDRLVT], por si presidida. O autor referiu-se ao Oeste como uma das mais complexas sub-regiões de Lisboa e Vale do Tejo. Entre o norte (sul do distrito de Leiria) e o sul (norte do distrito de Lisboa) desta sub-região há na sua perspectiva diferenças difíceis de conciliar.

AFF⁸ [n. 1943], condecorado como Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, é licenciado em engenharia civil pela Universidade do Porto e doutorado pela Escola Prática de Altos Estudos de Paris. Exerceu funções docentes enquanto professor auxiliar convidado no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa [ISCTE] bem como na Universidade Atlântica. É gestor do programa operacional regional, cargo que exerce desde 16 Março 1998, bem como o de assessor principal do quadro do Conselho Superior de Obras Públicas – CSOPT. Foi presidente da comissão instaladora para a requalificação da Frente Ribeirinha de Lisboa, director municipal e assessor do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, responsável pelo planeamento estratégico e urbanístico, director de serviços do fundo de fomento da habitação e responsável pela execução dos programas: “Cooperativas de Habitação”, “Contratos de Desenvolvimento para a Habitação” e “Empréstimos às Câmaras Municipais”. Tem elaborado, coordenado e leccionado várias matérias como planeamento estratégico territorial e sociologia urbana, passando pelas questões relacionadas com a habitação e o alojamento. AFF coordenou os planos estratégicos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, entre 1998 e 2000, e da cidade da Guarda. Foi co-autor dos planos estratégicos das cidades de Castelo Branco, Coimbra e Aveiro, nos anos de 1995 a 1997. Participou em várias missões e reuniões internacionais onde se pretendia discutir o planeamento urbano e territorial. Tem obra produzida no domínio científico.

A diversidade de mapas da região leiriense é também visível no domínio turístico. Na altura da elaboração desta dissertação, o distrito de Leiria encontrava-se dividido por três regiões turísticas: Região de Turismo do Centro [RTC], Região de Turismo de Leiria / Fátima [RTLF] e Região de Turismo do Oeste [RTO]. Este factor

⁸ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo [online]. *Resumo Curricular* [citado em 01/10/08; 22:50 horas], disponível em <http://www.ccdrlvt.pt/files/f567d35ac3ec86874f05406917bde2a7.pdf>.

induziu-me à concretização de três entrevistas aos seus presidentes. Por razões que desconheço o presidente da Região de Turismo de Leiria / Fátima [RTLF] indigitou a técnica Graça Leiras [GL]. Foi o único caso em que tal sucedeu.

Todos os encontros decorreram nas sedes das regiões de turismo. Os três autores das regiões de turismo, Graça Leiras [GL], Pedro Machado [PM] e António Carneiro [AC], focaram os espaços territoriais ocupados pelas regiões de turismo, tendo destacado os seus símbolos patrimoniais. Foi realçado o património material (monumentos, museus, aldeias históricas, gastronomia) como o imaterial (contos, lendas, músicas). A primeira entrevista a GL (RTLF) decorreu em 07-02-2006 pelas 10.00 horas, tendo-se prolongado por cerca de uma hora.

GL [n. 1954], licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Variante de Estudos Franceses / Ingleses, é técnica superior principal na Região de Turismo Leiria / Fátima. Tem desenvolvido e participado em vários seminários, congressos e conferências relacionados com o turismo e a região de Leiria. Destes destacam-se a sua participação no *Seminário sobre Marketing Turístico da Região*, realizado em 1986, nas *1^{as} Jornadas de Desenvolvimento Turístico da Região*, em 1991, e no seminário *O Termalismo na Europa*, no ano 2000. Realizou a acção de formação *Percursos Turísticos em Leiria – História*, em 2003, tendo participado nesse ano, na conferência *Arte, Fé e Devocão nos sécs. XV – XVI*. Em 2004 esteve presente no *V Congresso Nacional das Regiões de Turismo*. É formadora, orientadora e coordenadora de estágios na Região de Turismo Leiria/Fátima, sendo também uma presença assídua em vários congressos realizados em Leiria sobre as temáticas turísticas e/ou regionais.

A segunda entrevista decorreu na sede da RTO, em Óbidos, no dia 18-12-2006 entre as 10.30 e as 11.30 horas. O entrevistado foi António Carneiro.

AC [n.1945] é licenciado em antropologia pela Universidade Técnica de Lisboa. Tem desenvolvido várias actividades docentes e de formação relacionadas com o turismo, marketing e gestão de empresas turísticas e hoteleiras. Foi vereador da câmara municipal de Torres Vedras entre 1983 e 1997. A sua relação com as questões e representações da região Oeste estão também ligadas ao facto de ocupar a presidência da Região de Turismo do Oeste [R.T.O.] desde 1984. Entre 1996 e 2000 foi presidente da Associação Nacional das Regiões de Turismo [ANRET]. Actualmente preside à sua Assembleia-geral bem como à ENATUR, Empresa Nacional de Turismo. É membro da direcção da Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste [LEADEROESTE], da Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste, e da Agência

Regional da Promoção de Turismo da Região de Lisboa. Enquanto presidente da RTO e da ANRET tem participado em vários seminários e congressos nacionais e internacionais como palestrante de temas relacionados com legislação turística, ambiente e ordenamento, desenvolvimento regional, produtos turísticos e políticas de turismo. Pelo trabalho desenvolvido na área de turismo recebeu a comenda da Ordem de Mérito, atribuída pelo presidente da República, bem como a medalha de mérito turístico, ouro, pelo Ministério da Economia.

O terceiro encontro teve como entrevistado Pedro Machado, tendo sido efectuada em Coimbra no dia 28-12-2006 pelas 11.30 horas. Prolongou-se por hora e meia.

PM [n. 1966], licenciado em filosofia, tem desenvolvido funções na área da docência, da coordenação e da direcção de várias escolas e centros de formação da região Centro. Vice-presidente e vereador da câmara municipal de Montemor-o-Velho, exerceu o cargo de presidente da direcção da ADA – Associação Diogo de Azambuja, tendo ainda desempenhado, de entre outros cargos, o de vogal da comissão directiva do Paul de Arzila, em representação das câmaras municipais de Coimbra, Condeixa e Montemor-o-Velho, nos anos de 2003 e 2004. Foi chefe de gabinete do secretário de Estado da Administração Local, no XVI Governo Constitucional (2004-2006). Em 2006 foi eleito presidente da região de Turismo do Centro (RTC), para mandato até 2010. Presentemente é presidente da Associação de Turismo do Centro de Portugal [ATCP] bem como presidente da Agência Regional de Promoção Turística - Centro de Portugal (ARPT - Centro de Portugal). É presidente da Agência para a Promoção e Desenvolvimento do Turismo Centro de Portugal, desde 25 de Julho de 2007.

Para além dos autores citados, o meio cultural esteve representado pelas entrevistas que efectuei a Orlando Cardoso [OC], José Travaços dos Santos [TS] e Acácio de Sousa [AS].

A entrevista a OC decorreu no ambiente informal de um café situado na Avenida Marquês de Pombal, em Leiria, no dia 04-04-2006, entre as 12.15 e as 14.00 horas.

O historiador OC [n. 1948] tem desenvolvido várias actividades relacionadas com as problemáticas regionais de Leiria. É colaborador do *Jornal de Leiria*, onde expõe regularmente as suas ideias em artigos sobre a região de Leiria. Foi director do jornal *Correio de Pombal* e director-adjunto da *Desafios*, revista do Núcleo Empresarial da Região de Leiria. Coordenou as monografias Arrabal - Terra de Santa Margarida e Filarmónica do Arrabal – Cem Anos de Música, e colaborou na construção dos roteiros

Da Fábrica de Papel à Tipografia, Pombal Pombalino. É co-autor do álbum *Zarah – a Moura Encantada de Leiria* e do livro *Leiria*. Foram-lhe atribuídos, no âmbito das suas actividades literárias, os prémios de poesia “José Carlos Ary dos Santos” e o de conto “600 Anos dos Bombeiros Portugueses”.

Entrevistei JTS em sua casa, situada no centro histórico da Batalha, em 05-04-2006 pelas 12.00 horas.

José Travaços Santos [n. 1931], natural da Batalha, é um *apaixonado* pelo mosteiro situado nesta vila, pela sua história e simbolismo, factos tantas vezes reflectidos nas suas obras. Na sessão de apresentação da obra *Senhora do Ó*, de sua autoria, em Novembro de 2005, JTS fez questão de sublinhar que a fonte inspiradora foi a *enigmática Senhora das Mão Espalmadas (Senhora do Ó), do Mosteiro da Batalha, simbiose de civilizações e enlace entre o divino e o humano...*⁹. Tem desenvolvido várias actividades relacionadas com o Rancho Folclórico Rosas do Lena e colabora com a Câmara Municipal da Batalha em assuntos relacionados com a história e o património local e regional. No âmbito da sua actividade literária destacam-se as publicações *Cadernos da Vila Heróica*, cinco números editados e coordenados por JTS, em 1971. Em 1980, e na sequência desta colecção, publicou *Alguns Aspectos da Etnografia do Concelho da Batalha e Alta Estremadura*. Em separata do jornal *O Alcoa* (1980), publicou *Para Uma Emancipação Económica e Social*. É um colaborador regular da imprensa local e regional, tendo produzido vários artigos nos jornais *O Mensageiro, Região de Leiria, Jornal do Reguengo, A Voz do Domingo e Jornal da Batalha* para além do já citado *O Alcoa*.

AS recebeu-me nas instalações do Arquivo Distrital de Leiria, por si presidido. O encontro decorreu no dia 02-02-2006, entre as 16.00 e as 18.00 horas.

AS [n. 1951] é historiador e tem desenvolvido funções em instituições regionais ligadas a áreas culturais. Foi representante do Ministério da Cultura na Região de Turismo Leiria/Fátima e presidente da ADLEI, Associação para o Desenvolvimento de Leiria. Foi membro do Serviço de Arte e Património da Diocese de Leiria/Fátima bem como do Conselho Editorial da *Desafios: revista de desenvolvimento regional*. AS presidiu à direcção do CEPAE - Centro de Património da Estremadura e foi membro da direcção da ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, em representação do CEPAE. Fez parte de grupos de trabalho a nível nacional em

⁹ Apresentação do livro “Senhora do Ó” – 2005 [online]. *Viver em Leiria* [citado em 05/11/07; 12.00 horas], disponível em http://leiria.no.sapo.pt/autor_livros.html.

instituições como o Ministério da Educação ou o Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. É uma presença assídua em ciclos de conferências, seminários e congressos, onde as temáticas se têm orientado para a reflexão sobre a região de Leiria.

A cultura e a imprensa regional estiveram presentes na voz de José Ribeiro Vieira [JRV], que me concedeu a entrevista na Livraria Arquivo, em Leiria. Decorreu no dia 09-07-2006, pelas 17.00 horas.

JRV [n. 1943], de formação em engenharia electrotécnica, é um dos fundadores da Movicortes. Esta empresa esteve originalmente ligada ao sector agrícola, tendo sido posteriormente transformada em grupo empresarial. O grupo Movicortes foi um dos responsáveis pela mecanização agrícola do distrito de Leiria, tendo como presidente do seu conselho de administração JRV. Está ligado a outros sectores da vida económica da região em campos tão diversos como o vinícola ou o automóvel, tendo inaugurado recentemente o 3º centro Porshe do país. Fundou a livraria Arquivo, conceito inovador de livraria na região. A Arquivo divulga e comercializa diversa literatura, possui terminais de acesso à Internet e um bar com várias publicações periódicas à disposição do leitor. JRV é também proprietário dos jornais regionais *Jornal de Leiria* e *Região de Cister*.

No campo político tive em conta o facto do distrito constituir a realidade mais próxima do conceito de região que existe em Portugal. Entrevistei o governador civil de Leiria, José Miguel Medeiros [JMM], que me recebeu na sua sede em 24-02-2006, pelas 16.00 horas. A entrevista prolongou-se por cerca de uma hora e meia.

JMM [n. 1960] foi o representante do governo na área do distrito¹⁰ de Leiria. Na ausência de regiões político-administrativas em Portugal, os distritos constituem estruturas intermediárias entre a comunidade local e a nacional, ainda que possuindo competências muito limitadas.

Natural de Ansião, JMM é filho de uma família de tradições republicanas. Licenciado em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, possui formação adicional em Gestão Pública. Foi professor do ensino secundário. Em 1992 assumiu funções de assessoria política e técnica, primeiro na Câmara de Figueiró dos Vinhos e depois no conselho de gestão do programa LEADER. Inseriu-se na actividade partidária pela mão de Júlio Henriques, antigo presidente da Câmara de Castanheira de

¹⁰ Consulte-se a este propósito o Decreto-Lei n.º 252/92 de 19 de Novembro segundo o qual o artigo 291.º da Constituição estabelece que, enquanto as regiões administrativas não estiverem instituídas, o governador civil se mantém como representante do Governo e como órgão encarregado do exercício da tutela na área do distrito.

Pêra, de quem chegou a ser adjunto no Governo Civil. No final dos anos 90 unificou o PS no distrito de Leiria, tendo sido reeleito por duas vezes presidente da sua Federação. Entre 1997 e 2005 foi deputado na Assembleia da República e vereador da Câmara Municipal de Ansião. Apoiate de Sócrates nas eleições internas, JMM foi nomeado governador civil do distrito de Leiria, renunciando ao cargo de presidente da Federação de Leiria. Enquanto governador civil reforçou o trabalho na área da protecção civil, colocando Leiria como um dos distritos-modelo na gestão dos meios e estratégias de prevenção. No dia 1 de Fevereiro de 2008 José Miguel Medeiros tomou posse enquanto secretário de Estado da protecção civil, sendo substituído no seu cargo anterior por José Humberto Paiva de Carvalho.

Resta-me referir que os trechos das entrevistas aqui reproduzidos foram vistos e autorizados pelos seus autores¹¹. Este segundo momento da entrevista serviu para, dadas as mudanças políticas conjunturais sobre as discussões regionalistas, averiguar a dinâmica de pensamentos dos autores sobre a região de Leiria no período que mediou o início e o fim da elaboração desta dissertação.

A dissertação

Esta dissertação encontra-se estruturada em duas partes e sete capítulos. A primeira parte, *Territórios*, é composta por três capítulos, a partir dos quais se pretende abordar os discursos e representações territoriais e patrimoniais acerca da(s) região(ões) que povoam as mentes dos autores que se relacionam com o distrito de Leiria. No primeiro capítulo, *O distrito de Leiria: de Portugal à Estremadura*, pretende-se explorar as relações que se têm estabelecido, em particular nos últimos dois séculos, entre a formação da moderna nação portuguesa enquanto comunidade cultural, pretensamente homogénea, e a suposta heterogeneidade que caracteriza as suas mais idealizadas do que realizadas regiões. Neste processo, o lugar ocupado dentro da nação pelas regiões, ora constituídas discursivamente como províncias, ora como distritos, foi sempre marcado pela subalternização. Esta submissão hierárquica decorreu de vários factores. Um dos mais importantes consistiu na apropriação e transformação de certos elementos materiais em monumentos da, e para a nação, por parte das elites nacionais. Grande parte desses elementos situam-se fora da capital nacional, o que dificultou a emergência

¹¹ Ver CD em anexo.

de um discurso regionalista por seu intermédio. Tendo esta premissa em mente pretendo, no primeiro capítulo, observar como os discursos de Alexandre Herculano e outras personalidades dos séculos XVIII e XIX, *pais da moderna nação portuguesa*, submergiram a província da Estremadura na comunidade nacional, uma vez que a consideraram o berço da nação portuguesa.

Encerrado no mosteiro da Batalha, o monumento ao soldado desconhecido, herói nacional, aprofundou o processo de nacionalização dos monumentos situados em Leiria, situação abordada no subcapítulo 1.2. Por outro lado, faz-se uma incursão pela nova realidade espacial portuguesa, nascida a partir dos ideais da Revolução Francesa. Tal como em França o século XIX constituiu um momento de reorganização profunda do seu território administrativo (Abélès, 1991), também em Portugal emergiram, a par das já existentes províncias, os distritos. Nos subcapítulos 1.3., 1.4. e 1.5., exploro a questão dos distritos enquanto nova realidade espacial do território português oitocentista, bem como o lugar do distrito de Leiria no contexto da reorganização territorial operada em 1836.

Não obstante o persistente *apagamento* das províncias nos discursos políticos oficiais, em particular a partir da instauração do regime democrático, em 1974, a noção de *província histórica* permanece na mente de muitas das elites regionais. De acordo com os autores da região de Leiria, a província da Estremadura seria uma espécie de *antídoto* para as crescentes ameaças de divisão do distrito insinuadas pelas propostas de regionalização actualmente em discussão. Tal como para o poeta leiriense Afonso Lopes Vieira, que em 1936 defendia a união do distrito de Leiria em torno da província da Estremadura, também para os autores Tomás Oliveira Dias ou José Travaços Santos, a restauração da Estremadura permitiria manter unido o distrito.

A partir do capítulo dois analiso as territorialidades leirienses que se têm perfilado nos últimos 30 anos. Estas divisões territoriais de índole turística, religiosa ou política situam-se na base de grande parte dos discursos que actualmente se constroem sobre a região de Leiria e dos elementos icónicos que são escrutinados para a sua materialização.

As regiões de turismo do distrito, a diocese de Leiria/Fátima, o eixo Leiria - Marinha Grande, ou ainda as actuais unidades territoriais para fins estatísticos (NUT), constituem algumas das muitas regiões pensadas em torno de Leiria, dentro das quais a produção de ícones materiais e imateriais assume uma relevância significativa quer

enquanto causa como consequência da imaginação dessas diversas comunidades territoriais.

O capítulo três, *Leiria e o debate sobre a regionalização (2003-2005)*, constitui uma incursão pelas últimas tentativas de regionalização político - administrativa do território nacional. Com este capítulo pretendo pesquisar como a entrada no século XXI e a nomeação de um novo governo constitucional, presidido pelo social-democrata José Durão Barroso, reiniciou o processo de divisão regional do país. Partiu-se do pressuposto de que cada concelho deveria ser livre para se associar aos seus vizinhos de modo a formar uma das três regiões hierárquicas definidas pelas denominadas *Leis Relvas*. Para o distrito de Leiria foi o agitar, de novo, dos *fantasmas* da divisão, que se pareciam manifestar no facto de não se ter conseguido criar uma Grande Área Metropolitana de Leiria. Para este factor contribuiu a viragem de Alcobaça em direcção ao Oeste, concelho determinante para a realização dessa grande região leiriense.

A partir da segunda parte da tese, composta por quatro capítulos, e denominada *Patrimónios*, analiso os processos de selecção e de apropriação de determinados ícones para incorporar uma região de Leiria. Desde pelo menos há um século que os autores locais têm apelado aos objectos materiais para construir a região de Leiria, num movimento consonante com aquele em que se processou a constituição das comunidades nacionais. Tanto se apela às paisagens, ou ao pinhal, como se reclamam os monumentos que, dotados de uma dimensão arquitectónica e estética significativa, deveriam ocupar um lugar de relevo nas narrativas que se constroem acerca da região.

Neste sentido, a heterogeneidade paisagística do distrito de Leiria é frequentemente lida como uma metáfora da sua diversidade cultural. A partir dessa heterogeneidade dá-se corpo à expressão “unidade na diversidade”, tão do agrado de alguns dos autores que pensam e constroem a região.

A paisagem serve tanto os discursos da união como os da (des) união como se irá constatar. A diversidade paisagística do distrito de Leiria tem sido apropriada, pelas elites do sul, para reivindicarem mais do que uma unidade na diversidade, uma diversidade de desunião.

Por outro lado, o *slogan entre o mar e a serra*, frequentemente usado pelas elites locais, propõe uma reflexão acerca da orientação geográfica do distrito de Leiria e da influência do mar e da montanha nos discursos sobre o mesmo. Constituindo uma longa faixa litoral, o distrito possui uma paisagem contrastante e diversificada. Quer o litoral, banhando pelo mar, como o interior, pontuado por zonas montanhosas como as serras

de Sicó, ou as de Aire e Candeeiros, constituem ícones paisagísticos, a serem apropriados na definição e identificação da região de Leiria.

O capítulo cinco, *Inventando a tradição*, constitui uma incursão pelas tradições inventadas com que diversos autores pretendem legitimar os seus pensamentos e discursos acerca da região leiriense. Desde a presença árabe à reconquista cristã, serão abordadas questões relacionadas com a apropriação e (re)criação de acontecimentos do passado, tais como a *importante herança árabe*, mencionada por José Travaços Santos, ou a *linha defensiva* das reconquistas de Afonso Henriques, considerado por Saul António Gomes como o fundador da região de Leiria.

Ainda neste capítulo será analisada a questão da tradição cisterciense enquanto tradição inventada que estaria na origem ou, pelo menos, teria constituído no passado, um grande impulso regenerador da região leiriense. É neste sentido que Acácio de Sousa defende a importância dos monges de Cister para o estabelecimento e desenvolvimento de uma comunidade regional leiriense. Esta ordem religiosa teve a capacidade de agregar e formar laços de afectividade entre os actores sociais que habitaram o território de Leiria e de que os seus habitantes actuais são herdeiros.

Também a alegação do presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, Alfredo Marques, de que se devem construir prioritariamente as regiões políticas, criando-se posteriormente tradições que sirvam para criar laços de união entre os actores sociais que passam a habitar a nova região, constitui uma das temáticas em torno das quais se move este capítulo.

O capítulo seis, *Os monumentos na construção da região*, constitui uma incursão pela análise do património e dos múltiplos discursos identitários que elites nacionais e leirienses constroem por intermédio dos monumentos. Neste sentido, a apropriação do património insere-se num processo de monumentalização de uma memória regional, em que se legitima e materializa a região de Leiria.

Os discursos identitários que as elites locais constroem por intermédio dos monumentos são problemáticos e complexos, umas vezes aparentemente contraditórios, outras, associando esses monumentos a identidades culturais diversas, fazem-no de forma hierárquica. Ao nacionalizarem-nos, em primeiro lugar, regionalizando-os, posteriormente, reconhecem tacitamente que a comunidade nacional se sobrepõe à regional, numa relação de subordinação desta perante aquela, como acontece com os mosteiros de Alcobaça ou da Batalha.

A suposta inexistência de vida cultural na região de Leiria constitui outra temática em análise neste capítulo. A partir das asserções de José Mattoso parte-se para a problematização dos conceitos de cultura, sobretudo da alta cultura e da cultura popular, no contexto da construção de uma comunidade regional. Irei analisar como a alta cultura constituiu um instrumento privilegiado no processo de materialização das oitocentistas comunidades nacionais, e como este conceito continua a ser problematizado no contexto da concretização, hodierna, de uma região de Leiria.

A partir do capítulo sete, *Leiria: do culto aos Heróis ao museu do povo*, desenvolvo mais duas problemáticas: a atribuição de estatutos especiais aos Homens e Mulheres, cujas acções sobre a região foram consideradas fundamentais para o seu nascimento e consolidação, e a questão da edificação de um museu capaz não só de guardar a memória regional na capital de distrito, mas também de materializar e projectar a ideia de região leiriense sobre os actores sociais que a habitam.

Assim, a glorificação de reis e rainhas que ao longo da Idade Média desenvolveram acções preponderantes sobre o território do actual distrito e a promoção a Grandes Homens, de todos os homens e mulheres que nos últimos 200 anos têm narrado e defendido a região de Leiria nas suas obras, serão algumas das temáticas a desenvolver no capítulo referido. As acções do rei Dinis, em prol do desenvolvimento do pinhal de Leiria, serão ainda abordadas neste capítulo.

No âmbito das questões referentes aos museus, analisam-se as relações que se estabeleceram entre os conceitos de museu moderno e de comunidade nacional, nos séculos XVIII e XIX. Em finais de novecentos e, em particular, a partir do século XX, os museus passaram a ser apropriados na objectivação de outro tipo de comunidades imaginadas que, não sendo nacionais, seguem processos idênticos àquelas, na sua afirmação.

Inserido no movimento anterior, nasce a ideia de fundar um museu da região de Leiria, em 1917. Tito Larcher foi o grande impulsionador deste ideal. O então *Museu Regional de Arte, Arqueologia e Numismática de Leiria* não passou do projecto à prática, o que é interpretado por vários autores regionais como um sintoma da falência da regionalização em Portugal, bem como da afirmação das suas regiões no quadro do todo nacional.

PARTE I

TERRITÓRIOS

Capítulo 1

O distrito de Leiria: de Portugal à Estremadura

1.1. - A nação e a província da Estremadura

A produção de discursos acerca de Leiria e da província da Estremadura, onde o distrito leiriense se insere, deve ser vista à luz de vários factores que concorreram para a formação de ideias modernas acerca de nação e de província. É o caso da composição do romance¹² histórico oitocentista, escrito em língua vernácula¹³.

O romance histórico, constituindo um género genuinamente romântico, foi o precursor da moderna historiografia nacional, na medida em que serviu de modelo narrativo para a escrita da história das nações modernas (Induráin, 1995: 24; Thiesse, 1999: 131). A acção retratada neste género literário, embora relacionada com a fundação da nação portuguesa, desenvolve-se nas suas diferentes regiões. Nestas era possível encontrar *os elementos capazes de proporcionar uma memória colectiva do passado e um inventário minucioso dos recursos presentes na Nação* (Silva, 1997a: 8).

Walter Scott (1771-1832) criou o género do romance histórico, em consequência da publicação de *Waverley* (1814), *Ivanhoé* (1820) e *Quentin Durward* (1823). Através destas obras acreditava-se na possibilidade de aprender a história inglesa (Induráin, 1995). Scott não só influenciou grandes escritores românticos do século XIX como Honoré de Balzac, Alfred de Vigny, Alexandre Dumas ou Victor Hugo, como marcou o pensamento de Alexandre Herculano, um dos símbolos da associação do romance histórico à escrita da história da nação portuguesa e das suas regiões. Anne-Marie

¹² Ao mesmo tempo que são produtores, os romances são também produtos do nacionalismo (Induráin, 1995; Thiesse, 1999; Anderson, 2005: 193-206).

¹³ Língua vernácula, fundamental para a criação da comunidade imaginada nacional (Anderson, 2005). Constituía o que Benedict Anderson denomina por “línguas de imprensa nacionais”, p. 103. Por outro lado, utilizarei a partir do mesmo autor, o conceito de comunidade imaginada enquanto grupo de pessoas organizadas politicamente e conscientes da partilha de alguns interesses e sentimentos comuns.

Thiesse constata a acção de Alexandre Herculano, referindo que *para além de consagrar numerosos romances aos conflitos políticos e sociais da Idade Média Nacional, redige a primeira grande História de Portugal* (Thiesse, 1999: 136).

Alexandre Herculano (1810-1877) (fig. 1) em *Lendas e Narrativas* permite vislumbrar alguns dos elementos simbólicos ou icónicos que estiveram subjacentes à formação da identidade nacional e provincial, de que se começava a tomar consciência no século XIX. O autor dá corpo à ideia de nação quando se refere à pátria portuguesa enquanto território vivido e de cidadania.



Fig. 1 – Alexandre Herculano. Fonte: Portal São Francisco.

A pátria não é a terra; não é o bosque, o rio, o vale, a montanha, a árvore, a bonina: são-no os afectos que esses objectos nos recordam na história de vida: é a oração ensinada a balbuciar por nossa mãe, a língua em que pela primeira vez ela nos disse: - "meu filho" (Herculano, 1858: 194).

Herculano¹⁴ é o introdutor do romance histórico em Portugal, com a publicação *O Bobo* (1878), sendo o *Monge de Cister* (1977 [1848]) uma das obras mais importantes para a província da Estremadura. É esta região que serve de palco à acção desenvolvida no último romance. A partir das aventuras de um monge cisterciense que habita o mosteiro de Alcobaça, Alexandre Herculano analisa o quadro social português do tempo de D. João I e, em particular, as lutas sociais e políticas que se debateram no seu reinado.

A localização de Alcobaça junto à Batalha e a influência dos cistercienses sobre a sociedade da época são reconhecidos no *Monge de Cister* por Alexandre Herculano. O apoio que o *abade de Alcobaça*, monge detentor de uma assinalável riqueza, viria a dar a D. João I na batalha de Aljubarrota, garantiu-lhe um lugar de relevo bem como à ordem cisterciense, no quadro político-social do primeiro reinado posterior à restauração da independência.

¹⁴ Acerca da vida e obra de Alexandre Herculano e dos paradigmas nacionalistas românticos, observe-se Silva, Augusto Santos (1997a). *Palavras para um País*. Lisboa: Celta. Relativamente a estas temáticas atente-se da mesma forma a Catroga, Fernando (1998). “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”. In *História da História de Portugal, sécs. XIX-XX*, vol. 1. Lisboa: Temas e Debates.

Do número de irresolutos foi a princípio o abade de Alcobaça, que, senhor de quinze vilas e de dois castelos e fronteiro de quatro portos de mar, seria sem dúvida aliciado por ambos os partidos contendores para se unir a eles. De um documento, mandado exarar em Abril de 1385 pelo arcebispo de Braga, D. Lourenço, se vê que o reverendo abade favorecera el-rei de Castela, prestando-lhe abundantes vitualhas para o seu exército quando viera sobre Lisboa. É certo, porém, que quando se deu a batalha de Aljubarrota ele mandou o irmão Martim de Ornelas com bom troço de gente em socorro do Mestre de Avis, pelo qual se havia formalmente declarado nas Cortes de Coimbra, celebradas pouco antes e em que o Mestre fora proclamado rei. Desde então este poderoso vassalo da coroa, que antevira o triunfo provável da causa da nacionalidade e da independência portuguesa, ganhou na corte de D. João I notável importância e valia [...] (Herculano, 1977: 113)

Os mosteiros de Alcobaça e da Batalha, situados na Estremadura, serviram de palco à obra literária de Herculano enquanto os seus actores eram cidadãos portugueses na sua diversidade regional. Estes factos transformaram os romances do autor em documentos que permitem entender as relações que se estabeleceram entre a comunidade portuguesa e a província estremenha, que acabaria por ser transformada, à sua medida, num berço da nação.

Tal como Herculano, Almeida Garrett (1799-1854) com *Viagens na Minha Terra* (1846), José Maria de Eça de Queirós (1845-1900) em *O Crime do Padre Amaro* (1875), ou ainda Fernando Pessoa (1888-1935) com *Mensagem* (1934), constituem alguns dos maiores regeneradores da nação portuguesa (Silva, 1997a). Através das suas obras literárias criaram as ideias modernas acerca de nação e das suas províncias, em todo um processo desenvolvido por intermédio da produção massiva de imagens icónicas ou de estereótipos que incorporaram os conceitos de comunidade imaginada regional e nacional (Herzfeld, 1991). Relataram-se acontecimentos históricos ou mitológicos que tiveram como palco os grandes monumentos nacionais.

Poetas e romancistas foram acompanhados por toda uma *geração original de intelectuais* (Branco, 1999) como José Leite de Vasconcelos (1858-1941), A. Jorge Dias (1907-1973), Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990) ou Orlando Ribeiro (1911-1997), que desempenharam um importante papel no processo de construção da comunidade nacional portuguesa (Silva, 1997a) e da nacionalização do povo, no contexto dos dois últimos séculos (Branco, 1999).

Em *Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização, volume III*, publicada em 1941, José Leite de Vasconcelos refere-se às províncias como uma das divisões tradicionais do território (Vasconcelos, 1980: 19-24), imprescindíveis à compreensão da nação. Neste processo o etnógrafo transforma-se numa voz da autoridade na produção de narrativas acerca da nação e das suas regiões. Através da sua escrita, por intermédio da qual comportamentos não escritos, fala, crenças, tradição oral, ritual começam a ser configurados como um *corpus*, um conjunto potencialmente significativo, o etnógrafo detém um *poder superior ao dos próprios detentores da tradição, às pessoas que viveram a realidade, e a sua acção legitimou argumentos nacionalistas* (Pestana, 2008: 8)

Como refere Maria do Rosário Pestana relativamente à construção da imagem da província do Doutro Litoral, entre os anos 1937 e 1959, a etnografia [...] foi um meio eficaz *de construção de uma imagem de Província*. A autora demonstra como a elite urbana portuense construiu uma imagem da província duriense *a partir de documentos etnográficos trazidos pelos etnógrafos do universo rural “tradicional”*. A fundação de um museu de etnografia e história, a edição de um Boletim e a realização de estudos etnográficos e monográficos e de sessões públicas culturais, constituíram uma complementaridade de discursos que, referindo-se *ao que os habitantes da província do Douro Litoral teriam sido, de onde vinham e sobretudo aquilo a que – pelo menos os seus mentores – poderiam aspirar*, serviram para construir discursos acerca de uma região (*idem*, 5).

Imbuída no desiderato nacional, a antropologia portuguesa parece ter esquecido o império colonial português, encontrando-se voltada durante a primeira metade do século passado, para a construção da nação. Esta situação irá mudar em finais de 1950, quando Jorge Dias leva a cabo uma investigação entre os Macondes do norte de Moçambique (Dias, 1964a; Leal, 2006).

Os mesmos autores que em oitocentos sonharam e realizaram a nação portuguesa enquanto comunidade cultural homogénea, e seus sucessores como Fernando Pessoa ou Afonso Lopes Vieira (1878-1946),¹⁵ são também aqueles que por intermédio dos seus discursos materializados em contos, romances, lendas ou poesias, contribuíram para a criação de um imaginário romântico das regiões ou províncias¹⁶ portuguesas na sua

¹⁵ Veja-se a sua obra *Onde a Terra se acaba e o Mar começa*, reeditada em 1998, em Lisboa, pela Vega.

¹⁶ Acerca da ideia de Província e da sua imaginação como comunidade regional, observe-se o subcapítulo 1.6.

particularidade (Catroga, 1998; Silva, 1997a; França, 1999). Neste sentido, a produção das regiões, desenvolvidas discursivamente como províncias, deve ser vista à luz da formação do imaginário nacional português, num processo iniciado no século XIX, e que se vem manifestando até aos nossos dias. As elites que construíram a nação são também aquelas que ajudaram a criar uma consciência regional anacional ou intrincada com o projecto nacionalista. Ao contrário de outros Estados europeus (Anderson, 2005: 144), Portugal não foi nem se construiu como um Estado multinacional, uma vez que os discursos subjacentes às representações das suas regiões se confundiram com o da edificação da nação¹⁷ (Silva, 1997b).

A produção da iconografia nacional incrementou-se ao longo do Estado Novo, particularmente até aos anos 60. Foi um período marcado pela propaganda nacional e pela dinamização de um plano de recuperação dos monumentos portugueses (Ramos do Ó, 1999), em que *os castelos, as igrejas e outros monumentos nacionais que simbolizavam uma ligação concreta ao passado histórico edificante, um testemunho do espírito patriótico, um marco de sublimação criadora* (Melo, 2001: 55), davam corpo ao “ressurgimento nacional”, ou a uma identidade cultural nacionalista. Em simultâneo, o pensamento de alguns românticos oitocentistas inspirou a política cultural do Estado Novo na produção de ícones e estereótipos da nação e das suas províncias (Melo, 2001). Assim, no campo da literatura e da história, fazem parte da Biblioteca Ambulante do Secretariado Nacional de Informação (SNI), cinco obras de Alexandre Herculano, três de Almeida Garrett, oito de Eça de Queirós e uma do historiador Oliveira Martins (Ramos do Ó, 1999). Marca ainda presença, no acervo destas bibliotecas, Afonso Lopes Vieira¹⁸, leiriense, referido por Tomás Oliveira Dias [TOD] como *nacionalista monárquico e não salazarista* e um dos grandes produtores de ícones da nação e da província da Estremadura, com seis das suas obras.

¹⁷ O processo de construção da comunidade nacional portuguesa é distinto do espanhol como evidencia Lourdes Méndez (2003; 2004), mas muito semelhante ao francês, principalmente durante o século XIX, como demonstra Maurice Agulhon (1988).

¹⁸ Observe-se em particular a sua obra *Onde a Terra se acaba e o Mar começa*, (1940). Pode ser vista como reacção à integração do norte do distrito de Leiria na recém-criada província da Beira Litoral (capítulo um desta tese).

1.2. O monumento ao soldado desconhecido

A província da Estremadura reúne, na voz de muitos dos nossos intelectuais, os principais monumentos que serviram para construir o imaginário nacional de Portugal (Garret, 1846; Herculano, 1934; Vieira, 1940). Mas é também no mosteiro de Santa Maria da Vitória¹⁹ que se encontra um dos mais *poderosos emblemas da cultura moderna do nacionalismo* (Anderson, 2005): o monumento ao soldado desconhecido (figs. 2, 3, 4). Os primeiros cultos modernos aos militares mortos foram idealizados pelos alemães, em consequência do elevado número de vítimas resultantes da Primeira Guerra Mundial. Os soldados, caídos nos campos de batalha, emergiram como metáfora da comunidade nacional alemã: jovem, vigorosa e eterna (Mosse, 1990). Estas ideias marcaram os nacionalismos do primeiro quartel do século XX com tal intensidade que a veneração aos homens que lutavam e morriam pelas suas nações haveria de dar origem à edificação dos monumentos ao soldado desconhecido.

Gregos e romanos, para quem a pátria correspondia à ideia de cidade ou de terra natal, veneravam os seus heróis perdidos nas batalhas, mas a concepção de *sacrifício pela pátria* enquanto território nacional tem as suas origens no século XIV. Segundo Ernst Kantorowicz a martirização dos soldados caídos em consequência da Primeira Guerra Mundial tem as suas origens na tradição cristã. Aqueles que lutavam pela sua nação e a defendiam dos agressores eram considerados mártires tal como os que morriam lutando contra os mouros pela libertação da terra sagrada de Jerusalém (Kantorowicz, 1999)

Enquanto elementos comemorativos modernos, os primeiros monumentos ao soldado desconhecido surgiram em França e na Inglaterra nos anos 1919/20. Posteriormente, a ideia de monumentalizar os que lutaram pelas suas pátrias, disseminou-se pelo continente europeu. Portugal inaugurou o seu monumento em 1921.

Nos anos 1943 e 1948 o monumento situado no mosteiro de Santa Maria da Vitória serviu os discursos daqueles que defendiam a unidade do distrito de Leiria bem como a ideia de que este era não só o berço, mas também o coração da nação e do Império português. Leonel de Parma Cardoso no I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria e José Rodrigues de Matos no II congresso homónimo sublinham estes factos.

¹⁹ Também denominado mosteiro da Batalha, em consequência da fundação da vila da Batalha no século XV. Seria por esta altura, de acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, que o anterior mosteiro de Santa Maria da Vitória iria começar a ser conhecido como mosteiro da Batalha (Serrão, 2000).

Enquanto para Cardoso *no distrito de Leiria, na Batalha, se guardam saudosamente* (negrito do autor) *os restos mortais dos soldados desconhecidos portugueses de África e da Flandres* (Cardoso, 1944: 46), para José Rodrigues de Matos na [...] *região leiriense, [...] alberga-se sob a abóbada magistral do templo da Batalha, na penumbra do Lampadário da Pátria – o Soldado Desconhecido - símbolo do Portugal Eterno* (Matos, 1950: 30).

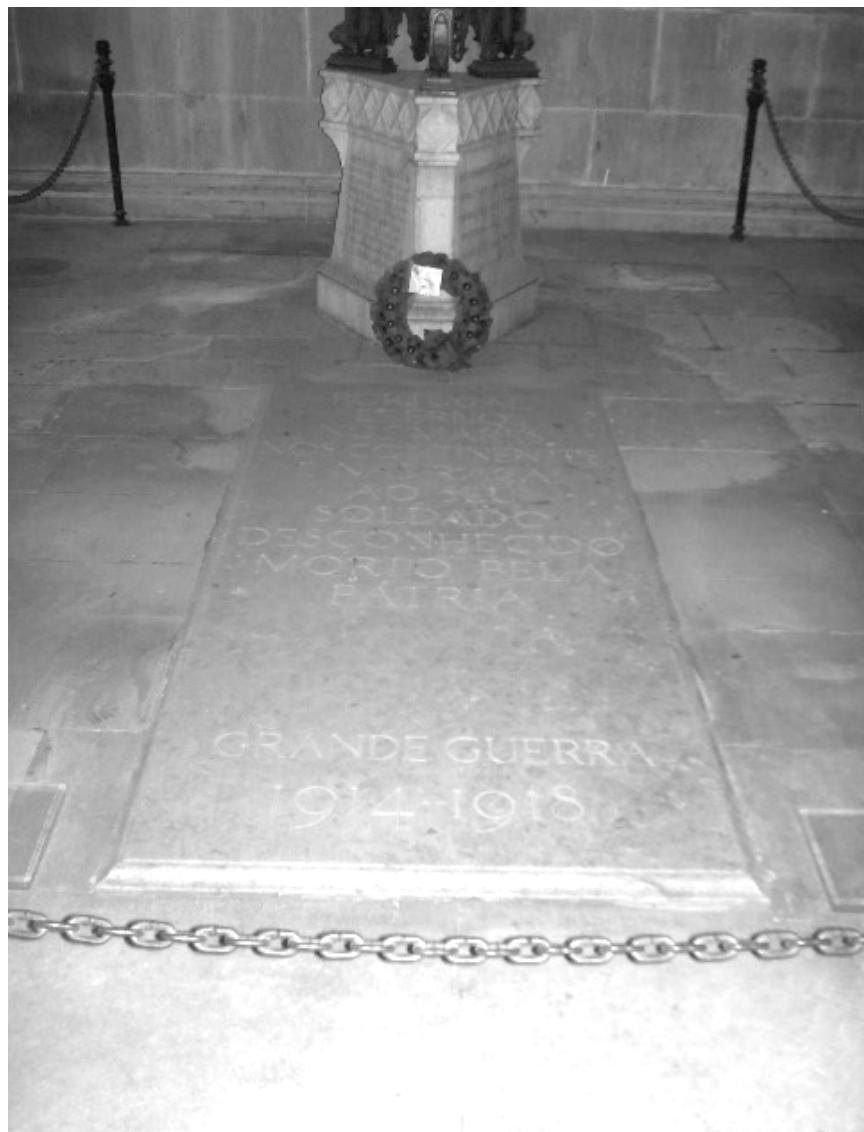


Fig. 2 – Túmulo do soldado desconhecido. Foto: Autor.



Fig. 3 – Guarda de honra permanente junto ao túmulo. Foto: Autor.



Fig. 4 – Sinalética colocada na entrada da Sala do Capítulo – Mosteiro da Batalha. Foto: Autor.

O soldado desconhecido não é um indivíduo mas sim a nação, os seus mitos fundadores e o passado imemorial que adquirem corpo no monumento (Le Goff, 1982a; 1982b; Mosse, 1990). Nele estão materializados os feitos heróicos dos antepassados que contribuíram para a afirmação presente da comunidade e respectiva projecção futura. Neste sentido, as forças armadas, principal garante da defesa da soberania da nação, passam a constituir uma das principais entidades de reactivação permanente deste dispositivo da memória nacional. Observe-se a transcrição veiculada pela Marinha portuguesa, por altura das comemorações do *Dia do Combatente*, em 17 de Abril de 2004.

Em 17 de Abril no Mosteiro de Sta. Maria da Batalha realizaram-se as comemorações nacionais do Dia do Combatente, este ano presididas pelo Presidente da República e com a presença de altas entidades civis e militares, nomeadamente, o Ministro de Estado e da Defesa Nacional, o Secretário de Estado da Defesa e dos Antigos Combatentes, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das F. A.

Do programa constaram discursos alusivos ao Dia pelo Presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes e do Presidente da República perante as forças em parada (Um batalhão com banda e fanfarra do Regimento de Infantaria de Leiria) e uma cerimónia na Sala do Capítulo em frente do monumento nacional ao Soldado Desconhecido em que foi orador o Dr. José Hermano Saraiva.

Das palavras do Presidente da Liga ressalta-se:

Neste lugar e neste momento, celebramos o Dia dos Combatentes por Portugal. Evocamos o 86º aniversário da Batalha de La Lys, a 68ª Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido e os momentos difíceis que a maior parte de nós viveu na Ásia e em África, ou está vivendo nas operações de paz, onde quer que elas decorram.

Neste ano e neste mês de Abril evocamos também o 30º aniversário da Democracia em Portugal...

...Senhor Presidente da República, e Presidente de Honra do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes, a presença nesta cerimónia de V. Ex., tem para os combatentes o mais alto e reconfortante significado. Ela transporta até nós a agradável presença de todos os portugueses e com ela, a simbólica presença de todos os combatentes por Portugal.

As Associações de Combatentes, em nome das quais tomo a palavra e que decidiram, conjuntamente com a Liga comemorar neste dia o dia do Combatente, agradecem a presença do mais alto responsável da R. P., neste momento sempre único, solene e regenerador para os combatentes.

Sendo as Forças Morais dos portugueses, o factor decisivo capaz de potencializar as Forças Materiais à disposição de Portugal, conte o Presidente da República com o contributo dos Valores Morais dos Combatentes, para fazer sorrir Portugal.

Seja Portugal Europeu, Portugal Atlântico, Portugal Ibérico ou Portugal no Mundo. Os combatentes sabem bater-se com determinação pelos seus direitos, mas sabem também que têm o dever inalienável de, acima de tudo, manter a serenidade e colocar a sua reserva moral e disponibilidade permanente ao serviço da Sociedade civil e de Portugal do futuro.

A união dos Portugueses e dos seus legítimos representantes na prossecução dos grandes desígnios do país, deve fortalecer-se em torno de grandes objectivos, grandes valores e grandes símbolos. Os combatentes reconhecem-se com facilidade e sabem neles rever-se, especialmente nos momentos mais difíceis...

[...]

Este lugar ímpar da Batalha, onde o sentimento de Vitória colectiva se cruza com o sentimento de respeito pelos que sucumbiram em defesa da Pátria e se foram da lei da morte libertando ao longo da nossa História, é sempre um encontro e reencontro com esse valores e esses símbolos. Como o são Ourique, Aljubarrota, La Lys ou Nambuangongo.

Há precisamente dez anos que neste lugar, onde a História de Portugal tem uma leitura de vitórias conhecidas mas também de dores sentidas, que Agustina-Bessa Luís afirmava:

“Debaixo desta abobada lendária estão as esperanças de um povo que a lei da morte não venceu”

“Aqui estão sepultados dois combatentes portugueses.

Não podemos saber quem foram.

Se eram jovens, ainda mal informados da obrigação das leis e das peripécias felizes da vida; ou se eram já entrados no caminho do cidadão, submetidos aos chefes e aos magistrados, vencendo em cada dia uma luta entre o lar e a profissão.

Não sabemos nada destes soldados.

Não sabemos se foram amados, quem os chorou e esqueceu.

Talvez tivessem uma infância de pastores e soubessem de tempestades nos cerros mais elevados de Portugal.

A sua memória confunde-se na reflexão sobre a sua origem.

Mas a imortalidade ultrapassa o que foi a sua humilde condição.

Se nos despojos de uma criatura subsiste algo da sua força vital, estes ossos aqui sepultados são ainda homens vivos...”

Após as cerimónias realizou-se um almoço de confraternização no Regimento de Infantaria n.º 14 em que estiveram presentes cerca de 500 ex-combatentes²⁰.

²⁰ Dia do Combatente. In *Revista da Marinha* [online]. Julho de 2004, n.º 377, [citado em 05/09/06; 17:00 horas], disponível em www.marinha.pt/extra/revista/ra_jul2004/pag_24.html.

Mais de 100 anos depois das primeiras evocações, os discursos oficiais continuam a incrementar a relação íntima entre a província da Estremadura, em particular a zona de Leiria, enquanto comunidade imaginada de âmbito regional, e *sede* desse *lugar ímpar da Batalha*, e a comunidade nacional portuguesa, pois naquele monumento e lugar estão sepultados os que *sucumbiram em defesa da Pátria*. São duas identidades culturais que se cruzam na mente dos autores que discursam sobre a região²¹, onde a ideia da mesma se confunde com a da nação. Os grandes ícones que subjazem à incorporação desta, embora se situem no distrito de Leiria, são apropriados pelas elites nacionais que os utilizam como elementos discursivos na objectivação dos sentimentos de pertença à nação.

Por outro lado, existe ainda um factor inerente ao Monumento ao Soldado Desconhecido que, quer numa perspectiva sincrónica, quer diacrónica, tem estado subjacente à ideia de comunidade imaginada nacional: a imortalidade e a sensação de continuidade que o monumento permite. O soldado desconhecido será assim tão desconhecido? Ou é ele próprio a nação eterna, onde *a imortalidade ultrapassa o que foi a sua humilde condição. Se nos despojos de uma criatura subsiste algo da sua força vital, estes ossos aqui sepultados são ainda homens vivos...*²². Como demonstra Anderson (2005), a nação transformou-se num palco privilegiado para responder às questões metafísicas da vida, factos a que nem a religião, descredibilizada pela sociedade moderna, nem o positivismo, conseguem dar resposta. A imortalidade é um desses conceitos onde a nação é a continuidade e não um fim, daí que ela seja imortal e demonstre essa qualidade pela apropriação de determinados monumentos.

²¹ Como se pode observar em particular nos subcapítulos 1.1 e 1.6.

²² Dia do Combatente. In *Revista da Marinha* [online]. Julho de 2004, n.º 377, [citado em 05/09/06; 17:00 horas], disponível em www.marinha.pt/extra/revista/ra_jul2004/pag_24.html.

1.3. - O distrito de Leiria e o Portugal “napoleónico”

A revolução francesa, os seus ideais e as influências que a partir de então se fizeram sentir por toda a Europa tiveram os seus ecos em Portugal. Assim, no plano administrativo e coincidindo com o processo da constituição do Estado-Nação português²³ (Medeiros, 2006), o país foi dividido, em 1836, em 17 distritos administrativos, incluindo o distrito de Leiria (Vasconcelos, 1980; Serrão, 1990; Sousa, 1999), que *rompiam com as tradicionais províncias e comarcas* (Santos, 1985: 83). Esta classificação seguiu os ideais preconizados por Napoleão Bonaparte, precursor da reorganização político-administrativa francesa (Agulhon, 1988; Abélès, 1991; Cabral, 1991).

Os distritos são uma herança napoleónica e a competência principal do governador civil é a segurança, curiosamente mantém-se, para além de representar o governo. Em termos de competências próprias trata das questões de segurança, policiais, de protecção civil e de matérias que tenham a ver com a ordem pública etc.
[JMM].



Fig. 5 – José Miguel Medeiros. Foto: Autor.

O país regeu-se pela divisão política em concelhos e distritos até 1936. A partir desta data iniciam-se as discussões acerca da reorganização administrativa das regiões portuguesas. O código administrativo aprovado pelo decreto-lei nº 31.095 de 3 de Dezembro de 1940 mantém os distritos (fig. 6), embora com papel secundário no plano político e administrativo, a par da divisão do país em concelhos e da instituição de onze autarquias provinciais.

²³ Consulte-se, também, para o contexto europeu Cris Shore (2000), onde o autor explora as tentativas de construção da comunidade europeia por parte das elites de Bruxelas que usam, frequentemente, para uma questão nova, as mesmas fórmulas que serviram de paradigma à fundação dos Estados-Nação europeus, numa conjugação de equilíbrios, por vezes frágil, entre estes e as novas políticas culturais europeias. Lourdes Méndez (2003; 2004), por sua vez, refere-se à afirmação da Galiza enquanto região europeia, inserida num Estado multinacional como é Espanha.

Quadro 1
Cronologia de eventos relevantes para a região / distrito de Leiria

Ano / Evento

1836 Fundação do distrito de Leiria
1936/1940 Código administrativo institui de novo províncias: criação da Beira Litoral e repartição do distrito entre a nova província e a Estremadura.
1943 I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria.
1948 II Congresso das Actividades do Distrito de Leiria.
1959 Extinção das autarquias provinciais.
1988 I Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região.
1991 Iº Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura: que futuro?
1991 II Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região.
1995 2º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o passado, navegar o futuro.
1996 III Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região.
1999 3º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: as linhas que nos unem e nos movem.
2001 I Congresso do Oeste – Torres Vedras.
2003 II Congresso do Oeste – Caldas da Rainha.
2005 Congresso Pensar a Região de Leiria.
2005 IV Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região.
2007 IV Congresso Região de Leiria: Inovação e Oportunidades.
2007 III Congresso do Oeste: grandes desafios 2007: 2013 – Alcobaça.

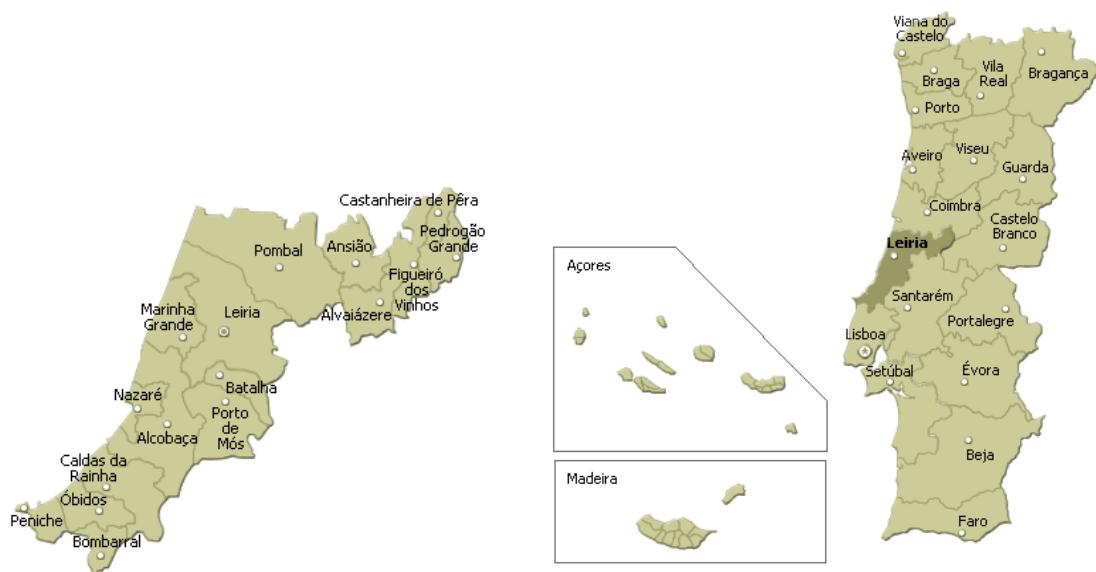


Fig. 6 – Mapa distrital de Portugal e mapa do distrito de Leiria. Fonte: *Portugal online*.

Sendo as províncias crescentemente desvalorizadas enquanto forma de organização regional do território português, os distritos acabaram por prevalecer como espaços de mediação entre o local e o nacional. Fruto de um pensamento racionalista, as divisões distritais foram impostas pelas elites políticas liberais ao resto da população.

Esta demarcação, “a partir do ar”²⁴, pouco ou nada tinha a ver com as múltiplas realidades culturais observadas no contexto das anteriores formas de organização territorial portuguesa, nomeadamente os concelhos ou as províncias. Estes factores confluíram no sentido de se observar que actualmente o distrito de Leiria constitui um espaço territorial dotado de instituições como o Instituto Politécnico de Leiria²⁵, o Centro de Estudos do Património da Estremadura²⁶, ou a Associação de Futebol de Leiria, mas de difícil correspondência com a região leiriense idealizada por vários dos meus entrevistados.

Os concelhos do norte do distrito, constituindo *uma zona que durante anos não teve ligação viária directa a Leiria* [JMM], acabaram por desenvolver relações de proximidade cultural relativamente a Coimbra. O isolamento viário impôs o

²⁴ Ao contrário das demarcações que até então se costumavam efectuar, ou denominadas por Benedict Anderson como *horizontais*, estas demarcações “a partir do ar” conduzem ao pensamento das fronteiras como *segmentos de uma linha contínua num mapa* (Anderson, 2005: 231).

²⁵ Consulte o sítio da Internet do Instituto Politécnico de Leiria, [citado em 03/03/06; 16 horas], disponível em www.ipleiria.pt.

²⁶ Observe-se para o Centro de Património da Estremadura, o seguinte sítio da Internet: www.cepae.ccemis.pt; [citado em 03/03/06: 16:30 horas], no qual esta instituição assume o seu âmbito distrital.

afastamento à capital distrital, tendo como consequência a emergência de um dos três espaços regionais que se procuram afirmar dentro do distrito leiriense.

O centro do distrito constitui, segundo José Ribeiro Vieira [JRV], a *região natural de Leiria*. O autor define-o como um *agregado populacional ou geográfico, territorial, onde há uma interacção social e económica objectiva, real, dentro desse espaço*. Na perspectiva de naturalização do conceito de comunidade regional, onde apenas um espaço (Silvano, 1997) restrito permitiria a partilha mais intensa de interesses culturais, económicos e sociais, JRV defende uma região que deveria ser constituída pelos concelhos do centro do actual distrito. *Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Batalha, Porto de Mós, Alcobaça e Pombal*, bem como Ourém reuniriam as condições essenciais para o estabelecimento de uma região leiriense.

A última comunidade do distrito de Leiria, perspectivada por JRV, seria composta pelos concelhos que constituem o actual sul do distrito de Leiria, ou a denominada região do Oeste, cuja *realidade mostra que as pessoas mais a sul* (do distrito de Leiria) *se relacionam sobretudo com Lisboa* [JMM]. Reconhece que o sul faz parte de uma realidade cultural distinta da região de Leiria propriamente dita, sugerindo a *criação do distrito do Oeste* [JRV].

Os autores regionais, ora defendendo uma região de Leiria coincidente com o distrito, ora com a província da Estremadura, entre outras conceptualizações territoriais, demonstram a complexidade com que se criaram os distritos no século XIX. Por outro lado, evidenciam que os lugares *are not inert containers. They are politicized, culturally relative, historically specific, local and multiple constructions* (Rodman, 2003: 205). São tantas as regiões de Leiria quanta a polifonia de vozes que sobre ela pensam e discursam.

O distrito é uma das organizações territoriais que nasceu à luz de circunstâncias políticas, históricas e culturais específicas, tendo marcado os últimos 200 anos da história administrativa portuguesa. A eficácia destes dois séculos fez-se sentir em alguns aspectos mais significativos de Leiria, como o desportivo. José Miguel Medeiros reconhece que a base desportiva distrital, em particular o futebol e a consequente realização de campeonatos distritais, obrigando equipas e adeptos a movimentarem-se por todo o distrito tem contribuído, nos últimos anos, para o desenvolvimento de uma consciência de pertença ao distrito como região:

A nível das estruturas desportivas, a base dos campeonatos é distrital, quer se queira ou não [...], isto faz com que os meus filhos, o mais pequeno tem 13 anos e o mais velho tem 18, conheçam todo o distrito nestas idades, já foram ao Bombarral. Para eles, Peniche pertence ao distrito deles, o distrito dos meus filhos não é o mesmo distrito que eu tenho, ou que a minha mãe tem [JMM].

Esta afirmação permite depreender o papel do desporto no desenvolvimento de uma consciência territorial. O desporto ao induzir a deslocação das equipas para participarem nas competições, transporta ideias acerca da região e dos sentimentos de pertença a esta.



Fig. 7 – Tomás Oliveira Dias. Foto: Autor.

Outros agentes culturais, económicos e políticos leirienses, defendendo a realidade provincial como entidade histórica e cultural, pensam contudo numa divisão administrativa baseada na herança distrital do país. Tomás Oliveira Dias concebe uma região em torno do distrito de Leiria, ao defender que a

região deveria abranger todo o distrito de Leiria, deveria abranger Ourém, que está de facto intimamente relacionado com Leiria e outras regiões limítrofes que o desejasse, como o Oeste [...] [TOD].

O autor frisa a ideia de que a região de Leiria a emergir a partir das actuais discussões sobre a regionalização deveria coincidir com o distrito.

Entendemos que o distrito de Leiria, o concelho de Ourém, e porventura outros concelhos limítrofes, como o de Alcanena, zonas que são nitidamente estremenhais deveriam constituir uma região [TOD].

Neste trecho da entrevista é referida a coincidência que deve ser feita entre uma região de Leiria e o distrito herdado do século XIX. Mais singular é a assumpção de Alcanena e particularmente de Ourém, concelhos do distrito de Santarém, como partes integrantes dessa região. Ao contrário de Ourém, a defesa de Alcanena na região de Leiria constitui um facto inédito. Tomás Oliveira Dias utiliza a pertença à Estremadura como denominador comum a todos os concelhos que integram o distrito. Também

Ourém e Alcanena, que *são claramente estremenhos, deveriam fazer parte da região de Leiria.*

Ainda que se reduza a entidade distrital às funções de segurança e de protecção civil, como ouvi da parte do governador civil, o distrito tem constituído uma das bases de discussão da pertença territorial. Os congressos e colóquios que tiveram por função pensar e discutir a região de Leiria evidenciaram estes factos.

Os dois congressos realizados em meados do século XX pela casa do distrito de Leiria em Lisboa²⁷ podem ser vistos como manifestações reactivas à divisão do distrito. Esta pressupunha a inclusão da metade norte na província da Beira Litoral e da manutenção da parte sul na Estremadura.

Nestes congressos, em que se pretendiam abordar as temáticas administrativas, corporativas, económicas, moral e de assistência, e culturais, a região de Leiria é identificada com o distrito e a noção de província desvalorizada discursivamente. Os assuntos discutidos foram balizados pelas fronteiras distritais e os congressos realizados nas cidades de Alcobaça, Caldas da Rainha e Leiria.

Manuel Ferreira, presidente da comissão executiva do I congresso sublinha o facto de se tratar do primeiro *de natureza distrital realizado no País, visto que as restantes manifestações congénères têm sido, entre nós, congressos provinciais*. Um dos seus objectivos era *favorecer [...] o contacto dos homens e a comunhão das ideias, ligar a grande família que somos de um ao outro extremo do Distrito, na identidade de pensamento e na uniformidade da acção* (Ferreira, 1944: 23-24). Neste congresso, o presidente da câmara de Leiria, Teles Sampaio Rio, sublinha o distrito capitalizado por Leiria, no discurso de recepção ao presidente da República General Carmona.

[...] Senhor Presidente, desta vez não é só o concelho de Leiria a saudar o seu prestigioso Chefe de Estado, são, também, todos os concelhos do seu distrito, aqui magnificamente representados pelos seus melhores valores. É, pois, o distrito inteiro perante Vossa Excelência a homenageá-lo e a manifestar-lhe, com a sua presença, toda a sua estima e respeitosa consideração.

Nem as dificuldades da hora que passa (...) impediram que o povo deste pedaço de Terra Portuguesa viesse a Leiria, à capital do distrito, render o ilustre Chefe de Estado (...). (Rio, 1944: 19-20).

²⁷ Acerca da casa do distrito de Leiria em Lisboa consultar Vinagre (2008).

Leonel de Parma Cardoso propõe o conceito de **distritismo** (negrito do autor), para se referir aos sentimentos de pertença ao distrito. Na sua perspectiva o conceito de distritismo demonstra o *excesso de carinho por este nosso cantinho* (1944: 46).

Os congressos eram abertos a participantes *naturais do distrito de Leiria, aos que não o sendo tenham interesses morais e materiais a ele ligados, aos organismos administrativos, corporativos, económicos, recreativos, desportivos etc., representados individualmente e a quaisquer entidades não incluídas nas rubricas acima, expressamente convidadas* (Notas de abertura do I e do II Congresso sobre as Actividades do Distrito de Leiria, 1944; 1950).

Entre os anos 1991 e 1999 tiveram lugar mais três congressos regionalistas. Desde o primeiro (1991) ao último (1999) observaram-se mudanças nas temáticas em discussão. Se em todos são feitas referências ao distrito, as mudanças de denominação constituem um testemunho da dinâmica do debate sobre a região de Leiria. Segundo o *1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura*, realizado em 1991, a região de Leiria *situa-se na parte central do distrito de Leiria, na zona de transição entre o Alentejo e o norte do país*²⁸, referindo-se mais adiante à população dos oito concelhos da região, nomeadamente Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Ourém, Pombal e Porto de Mós.

A problemática da imaginação de uma região de Leiria e a sua aproximação ao distrito como um todo veio a verificar-se no *2º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura*, realizado em 1995. A explicação para esta mudança de nome surgiu *para dar satisfação às críticas dos concelhos pertencentes ao distrito de Leiria, que não tinham sido incluídos no 1º Congresso, englobando assim todo o distrito de Leiria e, ainda, Ourém* (Dias, T. O., 2005: 56).

No referido congresso parte-se do princípio de que a região de Leiria deve coincidir com o distrito. Assim, na sessão de abertura, em *Notas sobre Leiria e sua Região*, a comunidade regional de Leiria é referida como *o distrito de Leiria e o concelho de Ourém, que abrangem uma vasta região do centro do país, com a parte Norte mais inserida nas características da chamada Beira Litoral e uma parte sul já influenciada pelo Ribatejo* (Notas sobre Leiria e a sua Região, 1995: 21-23). Por um lado assume-se Ourém na região de Leiria, referindo-se por outro lado a heterogeneidade distrital presente nas características mais beirãs ou ribatejanas.

²⁸ Nota introdutória às *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura* (1995). Leiria: ADLEI e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria.

Sendo este encontro denominado de *2º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura*, é evidenciado um discurso que reconhece as influências de outras duas províncias, a Beira Litoral e o Ribatejo, sem se fazer uma referência clara à província estremenha. Recorde-se que vários autores da região reivindicam a Estremadura como quadro *natural* de *todo* o distrito de Leiria²⁹.

Relativamente ao 3.º congresso, realizado em 1999, já após o referendo nacional sobre a regionalização e a consequente rejeição de uma divisão política e administrativa em cinco regiões (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), o distrito volta a destacar-se como comunidade imaginada em torno de Leiria. Como refere Tomás Oliveira Dias o

3º Congresso, realizado já depois do referendo sobre a regionalização, tomou posição no sentido da revitalização do Distrito de Leiria [...]. A grande orientação é no sentido do alargamento da Região de Leiria a todo o distrito e a outras zonas designadamente Ourém e Fátima, como fazendo parte da região natural e histórica da Estremadura (Dias, T. O., 2005: 56; 57).

Constata-se que não só renasce o distrito, tal como definido em meados do século XIX, como são reivindicados laços históricos e identitários, de novo, com o concelho de Ourém³⁰.

O distrito enquanto comunidade imaginada constitui segundo Tomás Oliveira Dias uma alternativa aos sucessivos falhanços de regionalização administrativa que se têm vindo a operar desde a instauração da democracia em 25 de Abril de 1974. *Não havendo regiões administrativas então haveria que valorizar o distrito porque este de alguma maneira representa a região* [TOD].

No congresso *Pensar a Região de Leiria*, realizado no ano de 2003, pelo projecto de investigação *Identidades e Diversidades: as linhas com que se cosem as pertenças*³¹, Ricardo Vieira refere que o distrito é mais uma das *regiões* de Leiria, das muitas que se podem pensar e imaginar. Por um lado, temos as divisões político-administrativas, herança da modernidade, são os *mapas políticos e administrativos*, passíveis de datação e de uma suposta objectividade, por outro, são os

²⁹ Veja o subcapítulo 1.6, onde questões relacionadas com representações sociais acerca da província da Estremadura como comunidade imaginada são tratadas.

³⁰ Observe-se o subcapítulo 2.8, onde a questão de Ourém e as suas relações com uma Região de Leiria, está mais desenvolvida.

³¹ Projecto de investigação dinamizado por um conjunto de docentes e investigadores da ESE - Instituto Politécnico de Leiria.

sentimentos de pertença que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, podem traçar uma outra geografia social, a dos mapas identitários, que são dinâmicos e podem mudar em função das acessibilidades, da emergência de novos centros comerciais, culturais, hospitalares, etc. [...] (Vieira, 2005b: 25).

Das muitas regiões imaginadas para Leiria, o autor tem o distrito e o concelho de Ourém como ponto de referência para apresentar alguns dados sobre Leiria e a sua região.

1.4. Leiria: distrito de transição

O distrito de Leiria apresenta particularidades que têm condicionado as discussões sobre os ideais de uma região leiriense. Neste sentido, a orientação geográfica do distrito, que ocupa uma extensa faixa de terra entre duas das principais cidades do país, Coimbra e Lisboa, importantes pólos políticos, culturais e económicos nacionais, tem concorrido para que muito poucos dos autores da região admitam uma comunidade cultural leiriense coincidente com o distrito³².

A questão torna-se mais complexa se se assumir a capital distrital como um dos critérios objectivos para pensar o distrito enquanto comunidade, pela força unificadora de Leiria³³ e *ponto de articulação de diversas realidades socioculturais* do último (Cabral, 1991). Apesar da cidade de Leiria concentrar a maioria dos serviços públicos, sendo o maior aglomerado urbano do distrito, o facto de se situar a uma distância considerável dos outros centros urbanos tem colocado dificuldades à imaginação de uma comunidade distrital de Leiria: a distância que separa o concelho de Castanheira de Pêra situado no extremo norte do distrito, e os de Bombarral e Peniche a sul é de cerca de 200 km.

Não obstante o factor geográfico, ou a pequena dimensão populacional de Leiria, se comparada com Coimbra ou Lisboa, é reconhecido por Saul António Gomes que a cidade tem exercido uma importante influência económica, social e cultural sobre a região circundante.

³² Observe-se ainda a transcrição das entrevistas, em anexo.

³³ A histórica inexistência de cidades de dimensão assinalável, em Portugal, esteve, segundo Jorge Gaspar (1988), na origem da debilidade da divisão provincial portuguesa.

Ao longo da sua história, a cidade de Leiria sempre se revelou como um pólo urbano de pouco peso demográfico face ao volume populacional representado pela soma dos habitantes das aldeias e sedes de vintena³⁴ dispersas pelo seu aro rural, [...] ainda assim, a cidade logrou conservar funções administrativas, judiciais, fiscais e histórico-monumentais que pesaram no seu estatuto de “capital” municipal e também de sede do almoxarifado, de contadaria comarca fiscal e de comarca administrativa, judicial e fiscal, desde os séculos medievos, e, desde 1835, de distrito (Gomes, 2007: 29).

O desenvolvimento das vias de comunicação, de uma série de estruturas educativas e culturais como o Instituto Politécnico, bem como de uma economia mais próspera, no último quartel do século XX, tem consolidado a posição da cidade enquanto capital distrital, *transformando-a num centro urbano cada vez mais atractivo, em relação a Coimbra e a Lisboa [JRV]*.

As evidências históricas, por outro lado, revelam as complexidades com que foi criado e se construiu ao longo destes dois últimos séculos o distrito de Leiria (Sousa, 1999). Estas constituem razões que levam José Miguel Medeiros a referir-se a Leiria como *as sobras dos outros distritos*.

O distrito de Leiria, do ponto de vista administrativo, tem sido, ao longo da história, as sobras dos outros distritos. Teve várias configurações, e inseriu-se de maneira diferente nas várias regiões, na Estremadura, na Beira Litoral, nas Beiras. Sempre andou nesta. Como todas as zonas de transição tem dificuldade em ter uma maior consistência, como Coimbra por exemplo. Penso que nenhum concelho do distrito de Coimbra questiona a sua pertença ao distrito de Coimbra [JMM].

Como se viu anteriormente a questão das vias de comunicação é outro factor que, relacionado com a configuração geográfica do distrito de Leiria, tem condicionado a mobilidade dos seus habitantes e a formação de laços de união. Neste sentido, estradas, auto-estradas e ferrovias constituem elementos fundamentais no processo de formação de laços de índole económica, cultural e política, entre os actores sociais da região. A atracção exercida pelas capitais distritais situadas quer a norte quer a sul do

³⁴ Segundo as Ordenações Filipinas, livro I, título 65, Vintena referia-se, na Idade Média, a um *lugar de vinte vizinhos ou casas*, sendo a partir daqui denominado o *juiz de vintena, ou do povo que tem de vinte casas para cima*. De acordo com Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha (1993), as «*aldeias com jurisdição separada*» ou «*vintenas*» eram *miniconcelhos com um juiz pedâneo, ou vintaneiro de reduzida jurisdição, mas que, porventura, quase bastava para as modestas exigências administrativas e judiciais destas comunidades camponesas*.

distrito leiriense, é incrementada pelo facto das principais vias rodoviárias se terem desenvolvido, prioritariamente, a partir de Coimbra para sul e de Lisboa para norte. Só posteriormente é que se estabeleceu a ligação norte-sul na capital do distrito de Leiria.

A parte norte, talvez pela sua distância física a Leiria, sobretudo pela separação geográfica traduzida também na falta de acessibilidades, quer dizer, não havia carreira directa, uma boa parte do distrito não tinha ligações directas à capital de distrito por via de carreira, enquanto havia autocarros, por exemplo, para Coimbra.

A região a norte, isto é, a este de Ansião, eu digo a norte do ponto de vista de Leiria, mas toda a parte este do distrito chamada norte, e que também o é, é uma zona que durante anos não tinha ligação directa a Leiria, em termos de oferta de transportes. Assim, para vir a Leiria, tinha que se vir no autocarro até ao Pontão, que era uma zona de distribuição, depois daí até Pombal e daqui até Leiria. Quer dizer, quer queiramos quer não, isto condicionou toda uma aproximação distrital [JMM].

A insuficiência de vias de comunicação ou a sua debilidade, ao longo do século e meio que se seguiu ao estabelecimento dos distritos, dificultou o desenvolvimento de uma capital de distrito com poder agregador. Isto sucedeu, quer relativamente aos concelhos do norte como o Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere e Ansião, quer no que diz respeito aos do sul. As ligações socioculturais e económicas seguiram a orientação do desenvolvimento das vias de comunicação, estendendo-se preferencialmente em direcção aos distritos de Coimbra e de Lisboa.

As linhas comerciais das terras ali do norte do distrito, com uma componente têxtil forte, e sempre foi uma zona, de certa forma, exportadora de têxtil, sobretudo interno, mas também para o mercado externo, desenvolviam-se preferencialmente em relação aos concelhos vizinhos do norte. Foi uma zona de onde a indústria têxtil expedia produtos para todo o país, e as principais rotas daquela região faziam-se ao longo da estrada 110, que vai para Tomar e para todo o Ribatejo e Alentejo, e para norte, para Coimbra e toda a zona norte, Beiras e por aí fora, quer dizer, de certa forma, esta zona de Leiria e de todo o Oeste é uma coisa muito longínqua (relativamente aos concelhos do norte do distrito). Eu fui pela primeira vez ao Bombarral quando era casado! [JMM].

1.5. - O IPPAR e a região submersa na nação

Soldados, do alto destas pirâmides, quatro mil anos vos contemplam. Foi desta forma que Napoleão Bonaparte se dirigiu às suas tropas no decorrer da batalha das Pirâmides, em 21 de Julho de 1798³⁵, junto à Esfinge de Gizé. Estávamos numa época em que se começava a desprezar o passado e os seus objectos, símbolos do despotismo, do atavismo e de profundas desigualdades sociais (Connerton, 1993: 11-13) e se iniciava, em simultâneo, a sua perseguição, como forma de legitimar a instauração das novas comunidades nacionais que começavam a emergir (Yañez, 1999: 58).

O património serviu, na modernidade, para celebrar a nação e a sua glória. Os objectos, em particular os monumentais, materializando acontecimentos do passado, foram considerados de um valor ímpar no processo de construção da comunidade nacional (Silva, 1997a). Apropriados pelos novos poderes políticos acabaram transformados em símbolos da grandiosidade da nação e testemunho da capacidade de realização dos heróis nacionais. A nacionalização de alguns desses objectos passou a confirmar o empenho do Estado na concretização dos novos ideais nacionais saídos da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. É o espaço nacional que ganha consolidação (Cantarel-Besson, 1981; Duncan, 1991).

Também em Portugal, à semelhança do que ocorreu por toda a Europa, o aparecimento da noção de património nacional deve ser observado à luz do surgimento do Estado-Nação e da noção de comunidade de identidade nacional, que se fortalece entre os séculos XVIII e XIX, por intermédio dos discursos de Herculano e de outros autores portugueses, como observado em 1.1 (Silva, 1997a).

A primeira legislação nacional sobre património remonta a 1721³⁶. A nacionalização efectiva dos monumentos só veio, contudo, a ocorrer a partir da implantação da república e subsequente fundação de instituições responsáveis pela gestão desse património. É nesta linha de pensamento que surge, por decreto emanado em 30 de Abril de 1929, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEM]. Extinta em 2006, tinha por missão

³⁵ Ver entre outras fontes, a seguinte referência: La Bataille des Pyramides [online]. [citado em 31/10/07; 12.00 horas], disponível em <http://perso.orange.fr/napoleonbonaparte/pyramides.htm>. De facto, esta temática encontra-se muito bem documentada na rede mundial de informações (Internet), pelo que uma simples consulta, de preferência em língua francesa, permite um acesso profuso a estes conteúdos.

³⁶ Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. Alvará régio de 20 de Agosto de 1721 [citado em 01/11/07; 23:39 horas], disponível em http://www.ippar.pt/apresentacao/apresenta_legislacao.html.

promover a qualidade do património arquitectónico ao nível do projecto, das técnicas e dos materiais de construção, através da salvaguarda de valores de distinção e identidade, susceptíveis de constituírem um legado patrimonial para as gerações futuras e um contributo para o desenvolvimento regional³⁷.

Em 1997 o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) passou a constituir a principal instituição responsável pela gestão do património arquitectónico nacional, assumindo como missão *salvaguardar e valorizar os bens materiais imóveis que, pelo seu valor histórico, artístico, científico, social e técnico, integrem o património arquitectónico do país* (Decreto-lei nº 120/97 de 16 de Maio)³⁸.

Em 29 de Março de 2007, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), é criado o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), que resulta da fusão do IPPAR com o Instituto Português de Arqueologia (IPA), *incorporando, ainda, parte das funções da antiga Direcção Geral de Monumentos Nacionais* (Decreto-lei n.º 96/2007 de 29 de Março).

Tendo em conta que se trata de uma legislação muito recente, sendo que o IGESPAR, à data da elaboração deste texto se encontra num estádio embrionário, reportar-nos-emos sobretudo ao trabalho desenvolvido pelo IPPAR.

A construção e afirmação de uma região leiriense, por intermédio do património situado no seu território, deve ser vista à luz do espaço nacional onde a mesma está integrada. Os seus monumentos têm constituído a *matéria-prima*, objectivadora de sentimentos de pertença a essa comunidade nacional³⁹. Neste sentido, o discurso de Graça Leiras mostra a existência de uma certa ambiguidade na apropriação do património situado na região enquanto elemento objectivador da mesma. Se, por um lado, a nacionalização do património sediado no distrito leiriense não oculta a sua capacidade de representação da região, por outro, em Portugal

³⁷ Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [online]. *A missão* [citado em 01/11/07: 23.50], disponível em http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/001_A.aspx.

³⁸ Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. [citado em 02/11/07; 00:19 horas], disponível em www.ippar.pt.

³⁹ Na segunda parte desta tese observaremos como os casos particulares dos mosteiros de Alcobaça e da Batalha têm sido, intensivamente, apropriados pelos discursos que nos últimos 200 anos têm construído e mantido a moderna nação portuguesa.



Fig. 8 – Motivo decorativo da Igreja de São Gião.
Foto: Autor.

não se tem visto muito a tendência das populações locais se envolverem e consciencializarem de que este é o seu património.

Quando se procura fazer alguma coisa tem que se recorrer normalmente a grupos de teatro, mas que só funcionam a troco de pagamentos. Fora disso, por iniciativa própria ou de associações, não tenho tido conhecimento de que tal seja possível a não ser algumas excepções, [...] De entre estas destacam-se algumas iniciativas locais promovidas pelos municípios, agrupamentos de escolas e grupos folclóricos [GL].

Assim, mais do que um sentimento de pertença a uma comunidade de âmbito regional, as actividades desenvolvidas em volta do património situado no distrito são vistas apenas de um ponto de vista económico, e não como factor identificatório e de pertença consciente a uma região de Leiria.

No processo de imaginação comunitária, nacional e regional, o IPPAR tem o distrito leiriense, como base de actuação e de classificação patrimonial, referindo que quando

pensamos o distrito de Leiria em termos de património classificado, somos impelidos, de imediato, a mencionar os dois notáveis mosteiros [...] de Alcobaça e da Batalha. São, efectivamente, duas obras-primas da nossa herança cultural. Não devemos, contudo, depreciar ou secundarizar os outros templos classificados, mas valorizar a sua especificidade como acontece com a igreja do Pópulo, a igreja visigótica de São Gião (fig. 8), a matriz de Atouguia da Baleia, a igreja de Santa Maria de Óbidos (fig. 9) monumentos de grande valor patrimonial.



Fig. 9 - Igreja de Santa Maria de Óbidos. Foto: Autor.

Na arquitectura civil registamos a importância que foi o Paço de D. Pedro I, na serra d'El-Rei, bem como a residência quinhentista dos Castelo – Melhor, em Santiago da Guarda (fig. 10). São dois casos importantes para o entendimento da evolução da casa senhorial até ao séc. XVI.

Castelos de Porto de Mós, de Leiria, de Óbidos (fig. 11) e a Fortaleza de Peniche, tipificam fortificações de paços senhoriais, de paços reais, de vilas e de defesa abaluartada.

É interessante constatar que os pelourinhos, quinhentistas, dispersos pelos grandes domínios cistercienses de Alcobaça, foram concedidos pelo Abade do Mosteiro (IPPAR, 1993).

O IPPAR, tal como o actual IGESPAR dependia do Ministério da Cultura, para quem



Fig. 10 - Vista parcial do Paço de D. Pedro I. Foto: Autor.



Fig. 11 – Castelo de Óbidos. Foto: Autor.

a cultura é um elemento indispensável para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e para a qualidade de vida, que só é atingível por mulheres e homens que nela se tornem capazes de compreensão e conhecimento crítico da realidade.

O Ministério da Cultura é apresentado como o

departamento governamental ao qual compete prosseguir uma política global e coordenada na área da Cultura e domínios relacionados. Não cabendo ao Estado organizar e, muito menos, controlar a vida cultural, cabe-lhe, sem qualquer dirigismo, estimular, apoiar e promover acções que favoreçam o acesso das pessoas a novas oportunidades culturais bem como ao pluralismo da criação cultural. Tem, pois, por missão melhorar as condições de acesso dos cidadãos à Cultura e, ao mesmo tempo, defender e salvaguardar o património cultural, incentivando novas modalidades do seu conhecimento e fruição.

As funções do Ministério da Cultura

traduzem-se, fundamentalmente, numa particular responsabilização no domínio das grandes infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento de uma política cultural coerente, consistente e eficaz, sem prejuízo da obrigação de valorizar a diversidade das iniciativas culturais que se desenvolvam na sociedade civil e, de igual modo, de estimular formas de cooperação não só com as entidades autárquicas e regionais mas também com agentes privados e com os cidadãos em geral.

O Ministério da Cultura promove a execução do Programa do XVII Governo Constitucional e das Grandes Opções do Plano para a Cultura, dentro do preceito constitucional que consagra a democratização da Cultura e o direito ao acesso e fruição dos bens culturais, e no reconhecimento do papel da Cultura na afirmação e no enriquecimento da identidade nacional.

Caracteriza a intervenção estatal no domínio da criação artística como predominantemente vocacionada para a regulação e estruturação das condições fundamentais do exercício da actividade artística e como catalisadoras e promotoras de políticas integradas adequadas ao seu desenvolvimento.

Num momento em que novos desafios se perfilam, com a emergência da chamada sociedade de informação, e no âmbito das reformas da Administração central do Estado desenvolvidas pelo XVII Governo constitucional, o Ministério da Cultura está a proceder a uma reestruturação do actual corpo de organismos tutelados e a uma definição de novos organismos que, permanecendo dotados de elevada autonomia funcional e capazes de garantir a necessária articulação transversal, respondam com crescentes eficiência e eficácia perante o público⁴⁰.

Em todo o discurso de apresentação do Ministério da Cultura, do qual depende o IPPAR, verifica-se o uso recorrente de palavras como *democratização da cultura, cidadania, intervenção estatal, identidade nacional, cooperação com as entidades autárquicas e regionais*, [...], uma panóplia de conceitos que serviram para dar corpo à comunidade nacional bem como à sua consolidação.

Cabe ao Ministério da Cultura, enquanto instituição governamental, promover o acesso daqueles (os cidadãos), em condições de igualdade (democrática), à cultura, cumprindo-se assim o ideal de cidadania em simultâneo com o refazer-se da consciência de pertença à *nossa* comunidade nacional.

Se exceptuarmos a obra de Saul António Gomes, e não obstante a defendida cooperação com as *entidades autárquicas e regionais*, não se desenvolveram, nos

⁴⁰ Ministério da Cultura [online]. [citado em 20/03/07: 13.00 horas], disponível em www.min-cultura.pt.

últimos dois séculos, trabalhos e investigações significativas relacionando o património situado em Leiria, com uma comunidade distrital leiriense. Mesmo Afonso Lopes Vieira⁴¹ nunca *cantou*, na sua poesia, os monumentos situados na região de Leiria como comunidade que se imagina por relação à nação, nem sequer ao distrito.

Afonso Lopes Vieira foi um autor da primeira metade do século XX, e o seu pensamento coincide com o de José Leite de Vasconcelos quando este, na sua obra, refere que o distrito não constitui uma divisão tradicional do território português. Por esta razão, ao longo dos dez volumes da *Etnografia Portuguesa*, o autor dedica apenas duas linhas aos distritos, *por serem divisões modernas, ainda não enraizadas na tradição* (Vasconcelos, 1980: 23), ao contrário das províncias.

1.6. - A Estremadura no imaginário colectivo

Ainda que despidas de significado administrativo, as províncias foram até ao século XIX as únicas regiões reconhecidas como tal em Portugal, sobretudo do ponto de vista cultural. A partir de 1835/6 cedem lugar aos distritos, no processo ainda mais centralizador da reorganização administrativa liberal do território português. Ainda assim, e mais no domínio das representações culturais do que políticas, a nação portuguesa continuaria a ser constituída por províncias.

A coincidência de um Estado com uma Nação, e a não emergência ou transformação das províncias em potenciais comunidades nacionais, teve como consequência a imersão daquelas na comunidade nacional de modo que, actualmente, um habitante da Estremadura se define menos como estremenho do que como português. A ideia da Estremadura, enquanto região, não surge por relação à nação, mas sim às outras províncias portuguesas, na medida em que cada província passa a ser defendida como o berço da nação. Assim se, por exemplo, o Minho bucólico teria *dado à luz* o protótipo da nação moderna portuguesa: o Portugal medievo, o nascimento da nação estaria na Estremadura, onde decorreu a batalha de Aljubarrota (Martins, 1882).

Segundo José Leite de Vasconcelos as províncias já existiam antes da fundação do país mas é a partir do século XVI que adquiriram significado, mais geográfico e cultural do que político/administrativo. Nessa altura existiam seis províncias: Entre-Douro-e-

⁴¹ Acerca da vida e obra de Afonso Lopes Vieira veja-se Nobre, 2001; 2003.

Minho ou Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre-Tejo-e-Odiana (Guadiana) ou Alentejo, e (reino do) Algarve (Vasconcelos, 1980: 19) (fig. 12).

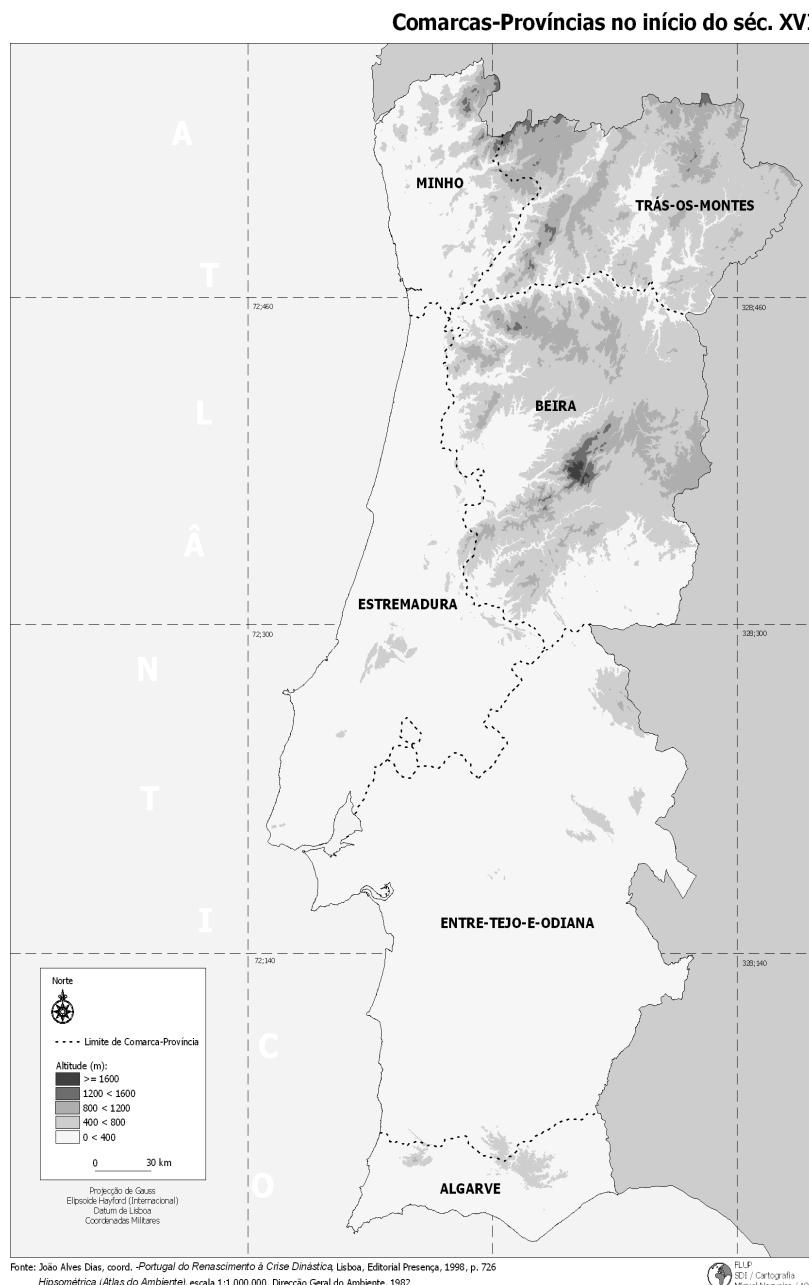


Fig. 12 – Divisão provincial de Portugal no século XVI. Fonte: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

No século XIX, ou nos *tempos modernos*, como designa o autor, mantendo-se sensivelmente as seis províncias assiste-se à separação do Minho em relação ao Douro e à divisão da Beira em Beira Alta e Beira Baixa.

Aristides Amorim Girão (1930) defendeu a regionalização de Portugal, na década de 30 do século passado, como resposta ao excessivo centralismo de Lisboa. Influenciado pela escola francesa, o autor advogou o conceito de “região natural” em detrimento da “região política”, propondo a divisão do país em 13 regiões naturais, *mais*

ou menos coincidentes com a nossa tradicional divisão em províncias (Girão, 1933: 29). As bacias hidrográficas deveriam servir como elementos de unificação geográfica. Amorim Girão não só influenciou a redefinição do mapa regional saído dos códigos

administrativos de 1936, com a divisão do país em 11 autarquias provinciais, como criou uma série de estereótipos associados a cada uma das províncias, em 1958. São as imagens do Portugal rural do Estado Novo (Girão, 1958).

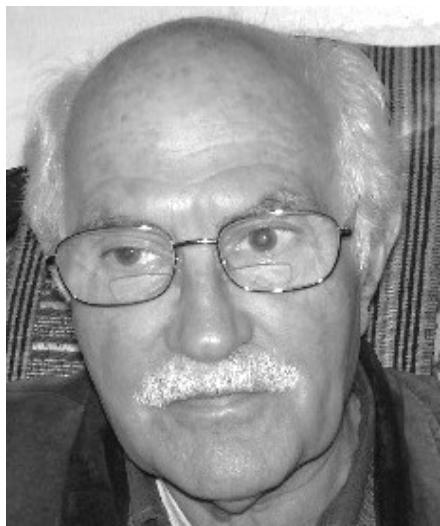


Fig. 13 – José Travaços Santos. Foto: Autor.

As novas províncias estavam estruturadas em dois órgãos: Conselho Provincial e Junta de Província. Estes possuíam funções limitadas, nomeadamente competências de fomento, coordenação económica, cultura e assistência (Pestana, 2008). Em 1959 as províncias são extintas pelo Decreto-Lei nº 42536 de 28 de

Setembro. As Câmaras, Juntas de Freguesia e Juntas Distritais passam a substituir as Juntas Provinciais.

Não obstante a sua inexistência político-administrativa, sem qualquer *função administrativa* [JTS], a província prevalece nas mentes dos autores de Leiria, enquanto construção cultural. Como refere José Travaços Santos, a província da Estremadura constitui um projecto interessante para pensar uma futura região portuguesa.

JTS actualmente, como Afonso Lopes Vieira no passado, utiliza a pertença à sua comunidade provincial, para afirmar uma identidade cultural distinta das províncias vizinhas, em particular da Beira Litoral, ao referir que *os beirões são pessoas extraordinárias, eu tenho muitos amigos na Beira, mas sou estremenho, não sou beirão* [JTS].

Um dos maiores defensores da província da Estremadura foi Afonso Lopes Vieira (1878-1946), cujos discursos poéticos se assemelhavam, em parte, aos poemas narrativos desenvolvidos por Walter Scott, embora com motivações diferentes. O autor não procurava uma nação na sua província, mas antes a afirmação da Estremadura perante a recém-nascida província da Beira Litoral, ditada pela reforma administrativa iniciada 1936, com a consequente inclusão do norte e centro do distrito de Leiria nessa nova província. Toda a sua poesia, produzida desde finais do século XIX até meados do século XX, versa diversos lugares do distrito de Leiria, que Afonso Lopes Vieira inclui

na província da Estremadura. O autor foi acompanhado por outras personalidades na defesa da unidade distrital conferida pela inclusão de Leiria na província estremenha. Américo Pinto, Eduardo Monteiro, António Guerra, Marino Ferreira e Rafael Calado, desempenhando funções de relevo no distrito leiriense, fizeram uma exposição ao *Governo do Estado Novo*, manifestando a sua discordância com o projecto de regionalização começado a traçar em 1936.

O Distrito de Leiria [...] sente com profunda mágoa que a antiquíssima Província da Estremadura, a que sempre teve a honra de pertencer, venha a ser desmembrada e ingloriamente sacrificada pela nova organização administrativa.

Esta notabilíssima província, cujo nome ainda tem gloriosamente ligado à nossa história, em todas as suas páginas mais brilhantes e memoráveis, que [...] resume toda a sonorosa epopeia das nossas conquistas e que foi teatro de tantas acções heróicas para a independência e defesa da Pátria, tem todo o direito de existência, porque pelo seu nobre exemplo de amor e patriotismo [...] é bem o coração de Portugal!

Se pudesse manter-se una e indivisível seria a melhor forma de lhe respeitar os seus altos privilégios de nobreza e os sagrados direitos que tão brilhantemente soube conquistar.

[...] O Distrito de Leiria nunca foi Beira. Tomar e Vila Nova de Ourém, Mafra e Torres Vedras, Alcobaça e Batalha não ficam precisamente no Ribatejo (Pinto et. all, 1936: 3-4).

Afonso Lopes Vieira não só produziu ícones regionais e nacionais por intermédio dos seus poemas, como a sua figura e obra continuam a ser apropriadas pelas elites que defendem a inclusão de Leiria numa região da Estremadura. Tomás Oliveira Dias refere-o como *uma personalidade invulgar, que quando chegava a São Pedro de Moel, logo toda aquela gente o ia receber à estação da Marinha Grande [...] [TOD]*, reforçando a voz da sua autoridade e a legitimidade do poeta na imposição de uma iconografia monumental de Leiria.

A obra *Onde a Terra se acaba e o Mar Começa*, publicada por Afonso Lopes Vieira em 1940, perspectiva um autor que, afirmando-se estremenko, reflecte o seu sentimento de pertença nos poemas que redige.

A Estremadura é para Afonso Lopes Vieira o lugar:

*onde a terra se acaba e o mar começa
(...) com o Verde pinho que em glória floresça,
mosteiros, castelos, tanta pátria ali há!*
(Vieira, A. L., 1998 [1940]: 23).

Em finais do século XX e inícios do XXI, no “calor” das discussões acerca da divisão administrativa de Portugal em regiões, a ideia de província da Estremadura continua a marcar presença nos discursos de algumas elites da região. Em 1996, Feliciano Barreiras Duarte, político leiriense, e posterior secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência do XV Governo Constitucional, refere-se à defesa de uma identidade histórica, cultural e política da Estremadura. Propõe que a reorganizar-se o território português, se deveria ter em conta que

a região da Estremadura tem condições para ser o embrião de uma região administrativa que se situe entre Coimbra e Lisboa. Isto é, no caso de se decidir iniciar o processo de criação de regiões administrativas, justifica-se a criação de uma região administrativa (da Estremadura) por razões histórico-culturais e por ter viabilidade económica e social (Duarte, 2002: 21).

A província da Estremadura surge, por outro lado, como uma espécie de *panaceia* capaz de resolver o problema da divisão do distrito de Leiria em duas regiões: Leiria a norte e Oeste a sul. Neste sentido, a Estremadura é referida por José Travaços Santos como

uma província especial, é pena hoje ser muito pouco referida, [...] na zona central e na mais estremenha de todas chamam-lhe Oeste, parece que têm vergonha do nome Estremadura. A Estremadura histórica ia do paralelo 40 até um pouco ao sul do Tejo, até Setúbal, dantes a Estremadura ia até ao Douro, mas à medida que se foi avançando foi se chamando Estremadura a estas

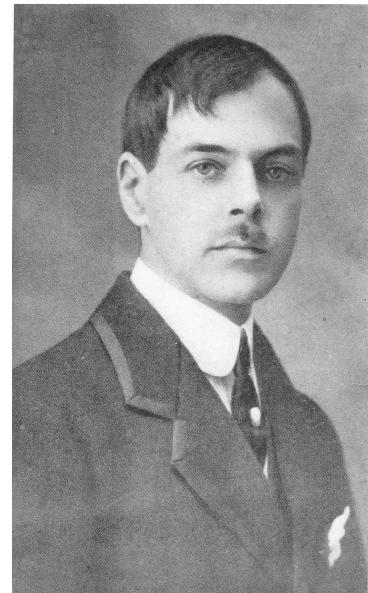


Fig. 14 – Afonso Lopes Vieira.
Fonte: Cristina Nobre, 2007.

novas terras, talvez relacionado com a extrema dura, a fronteira onde se combatia, onde se lutava [JTS].

A formação de regiões administrativas modernas, tendo por base a realidade provincial, já fora defendida ao longo de grande parte do século XX, como evidencia Tito de Sousa Larcher nos seus *Estudos de Regionalismo II: A divisão administrativa de Portugal*.



Fig. 15 – Orlando Cardoso. Foto: Autor.

São muitos os partidários de uma ampla descentralização administrativa, desde o nominal até à política federal, tendo por base a província [...]. Grande número opta pela divisão provincial, que dizem ser a única racional e adaptável, por representar a tradição histórica e assentar numa certa unidade de características, como sejam a constituição geológica, o sistema orohidrográfico, condições climatéricas, aptidões culturais do solo, tendências étnicas, índole, costumes e relações dos povos, etc. (Larcher, 1930: 7).

O despertar da consciência estremenha, como factor de união entre as zonas de Leiria e do Oeste está presente nas ideias de alguns autores leirienses. Para Tomás Oliveira Dias, o distrito de Leiria é *geográfica e historicamente, estremenho. A Estremadura nasce, digamos, a sul do maciço central, tem como espinha dorsal o maciço calcário estremenho e vai até Palmela, a Estremadura era (historicamente) assim, e portanto nós não somos beirões. [...] [TOD].*

A ideia da província tem-se mantido forte nas representações mentais das elites regionais. Este facto está relacionado com a forma como Portugal, enquanto nação, tem sido imaginado desde o século XIX. A organização do *Guia de Portugal*, por parte de Raul Proença, em 1927, evidencia-o. Inspira uma estruturação regional portuguesa materializada em províncias e influencia, da mesma forma que as narrativas de poetas, historiadores ou etnógrafos de finais do século XIX e século XX, nos pensadores da, e sobre a região leiriense. Para Orlando Cardoso, o *Guia de Portugal* constitui uma obra fundamental para quem quer entender a Estremadura e a inserção nela quer do norte e centro do distrito de Leiria, quer do Oeste. O autor refere-se ao referido texto como uma

obra de referência, talvez a fundamental, que é o Guia de Portugal, dirigido por um homem cá da nossa região, que é das Caldas, o Raul Proença, [...] e é absolutamente incontornável quando [...] se quer compreender uma determinada região. [...] Foi editado em 1928⁴², e tem colaboradores como o Raul Proença, que foi o coordenador, o Jaime Cortesão, que trabalhou sobre Leiria, o Afonso Lopes Vieira, [...] que faz o volume sobre a Batalha e Alcobaça [...]. A análise deste trabalho é interessante [...] no que diz respeito à Estremadura.

O Guia de Portugal é uma maneira de mostrar aos portugueses como é que é este país. [...] Ele vai até às ilhas, sendo portanto um trabalho que abrange não só Portugal continental mas também as ilhas em que se fala sobre as viagens que eles fazem através das diversas regiões. Partem de um determinado sítio e vão dando informações curiosíssimas, em que por exemplo se discute a deslocação de Leiria para a Figueira da Foz. Como é que se pode ir, apanha-se o comboio em Leiria, demora-se tanto tempo para chegar à estação de Leiria, pode-se alugar um dos dois ou três táxis [...] etc.

Estes homens fazem as viagens ao país inteiro, indo nos mais diversos transportes possíveis desde o barco até ao comboio, às camionetas de carreira, a pé, pelo trajecto, pela estrada tal, pela estrada municipal, contando com tanto tempo para fazer este trajecto. Em Leiria fazem uma volta sobre os monumentos, onde escrevem um pouco da história da região. O Guia de Portugal apresenta o território nacional dividido pelas unidades geográficas provinciais, Entre Douro e Minho, Douro Litoral, Trás os Montes e Alto Douro, Beiras, Beira Alta e Beira Baixa, Beira Litoral, a Estremadura, Ribatejo, Alentejo, e por fim a Madeira e os Açores.

É de facto uma obra excepcional, evidentemente que está datada, e estas informações que lhe estou a dizer sobre transportes, permitem recrivar a forma como as pessoas se movimentavam. Como é que esses autores, que estão em Lisboa, fazem uma obra daquela envergadura, como é que foram aos locais, porque aquilo está muito bem fotografado, embora as fotografias sejam reproduções daquela altura, mas vê-se a igreja de São Pedro e o castelo, arruinado como estava na altura, assim como Óbidos, ou as Caldas da Rainha. As descrições que eles fazem das Caldas da Rainha são muito boas, e foram elaboradas por Raul Proença [...]. Em relação à Batalha e Alcobaça, o texto de Afonso Lopes Vieira está também excepcional [OC].

No Guia de Portugal todo o distrito de Leiria surge integrado na Estremadura e os seus monumentos são os objectos que servem, também, para materializar a ideia da Estremadura. Contudo, há nesta obra um facto digno de referência no que ao assunto desta dissertação concerne: a província estremenha aparece dividida em 3 sub-regiões,

⁴² Na verdade a data da primeira edição impressa é 1927 e não 1928.

sugerindo a heterogeneidade cultural mormente referida pelos autores de Leiria. Assim, a Estremadura Transtagana, à qual é atribuída uma série de características particulares, é *a região que abrange a parte sul do distrito de Lisboa, entre o Tejo e o Sado, [...]. População de tipo e falar alentejano, arrastado*⁴³. A Alta Estremadura, compreendendo *duas regiões distintas: 1.) uma região de transição mas de carácter ainda predominantemente estremenho que, por Tomar, Pombal e Ansião, se estende até à Ribeira de Alge, afluente do Zêzere*. Esta integra os concelhos do centro norte do distrito de Leiria, assim como Tomar. 2.) Outra região já *caracteristicamente beirense*, agrupando Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande, estende-se desde a Ribeira de Alge, até às margens do Zêzere. Existe uma zona de transição entre estas duas da qual fazem parte Ferreira do Zêzere, Alvaiázere e Cinco Vilas. Por fim a sub-região da Estremadura Litoral, constituída pela *nesga marginal da Estremadura, cobre a parte ocidental dos distritos de Lisboa e Leiria até as praias do oceano*. Nesta foram incluídos os concelhos do centro e sul do distrito de Leiria, numa surpreendente união entre o centro e oeste leirienses.

1.7. - A Alta Estremadura, ícone discursivo da região

A Alta Estremadura emerge nos discursos de algumas elites regionais como uma proposta de região com lógica geográfica, em que o ponto fulcral ocupado pelo centro do distrito, na antiga província da Estremadura, influencia as múltiplas representações sociais e culturais que elas possuem acerca da comunidade regional.

As primeiras referências a uma região da Estremadura centralizada em Leiria surgem em 1936, quando o grupo de personalidades leirienses, confrontando-se com a inevitabilidade da repartição do distrito entre Estremadura e Beira Litoral, propõe a fundação de uma Estremadura Litoral.

Mas se as necessidades da nova organização tornarem impossível a sua integridade (província da Estremadura) então façase-lhe ainda a justiça de manter o seu nome glorioso em cada uma das suas subdivisões, que só com ele terão motivo para se honrar. Ao Ribatejo seja dada a designação de Estremadura Ribatejana, a Setúbal a de Estremadura Transtagana e à parte que respeita ao

⁴³ Veja-se o volume do Guia de Portugal correspondente à Estremadura, Alentejo e Algarve.

distrito de Leiria com as regiões que lhe ficarem anexas, a de Estremadura Litoral, ou, talvez melhor, simplesmente Estremadura.

A consumar-se a fragmentação desta província, à cidade de Leiria compete reivindicar bem alto todos os direitos que incontestavelmente lhe pertencem para presidir a uma dessas novas circunscrições [...].

O Distrito de Leiria, juntamente com todos os povos com quem está mais estreitamente ligado por diversas afinidades e consideráveis caracteres étnicos, uns já claramente esboçados e outros perfeitamente definidos, não se conforma com outra designação, nem deseja ser outra coisa senão o que sempre foi – Estremadura! (Pinto et. all, 1936: 3-4).



Fig. 16 – A Alta Estremadura. Fonte: Associação de Municípios da Alta Estremadura.

(*ibidem*, 18).

As discussões em torno da ideia de Alta Estremadura voltam a adquirir relevância em 1991, no 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura. Na perspectiva dos seus organizadores, a Alta Estremadura *situa-se na parte central do distrito de Leiria, na zona de transição entre o Alentejo e o norte do país*⁴⁴. É constituída por oito concelhos, Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Ourém, Pombal e Porto de Mós, contando em 2001 cerca de 300.000 habitantes (fig. 16).

Segundo o autor a Alta Estremadura, imaginada como um novo distrito, faz todo o sentido. Na perspectiva de José Ribeiro Vieira esta região, com a sua associação de

Esta Estremadura incluiria o distrito de Leiria, tendo Leiria por capital, com a área que hoje tem o seu distrito e com a parte dos de Santarém e de Lisboa, que não pertencem nem geográfica nem etnicamente ao Ribatejo (*idem*, 9).

Defende que dentro da Estremadura Litoral deveriam nascer quatro novos distritos ficando Leiria, *capital da Província, com os concelhos da Nazaré, Alcobaça, Porto de Mos, Batalha, Marinha Grande e Pombal do seu distrito e Vila Nova de Ourém, do de Santarém*

⁴⁴ Nota introdutória às *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura* (1995). Leiria: ADLEI e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria.

municípios (AMAE)⁴⁵, constitui a região *natural* de Leiria, a qual *deveria originar um distrito* [JRV]. O conceito de região natural, inferido por José Ribeiro Vieira, tem marcado presença em várias das discussões relacionadas com as problemáticas da regionalização, que se têm desenvolvido nos últimos 200 anos.

Robert Dorman (1993)

demonstra como o regionalismo se constituiu numa importante força intelectual da América pré-Segunda Guerra Mundial. A definição das regiões passava pela associação dos homens à terra, ou melhor, às diferentes terras, aos bosques e à diversidade paisagística. Esta heterogeneidade paisagística emergia como um símbolo da multiplicidade cultural dos Estados Unidos da América e das suas regiões. No início do século XX as regiões reagiam desta forma à uniformização cultural, social, económica e política imposta pelas forças da modernidade.

Tomás Oliveira Dias possui uma opinião diferente de José Ribeiro Vieira. Não negando a existência de várias comunidades habitando o espaço do distrito, tais como o Oeste ou a Alta Estremadura, argumenta que nenhuma delas apresenta legitimidade histórica, dimensão ou massa crítica para se afirmar no território nacional. Assim, na sua procura de um factor de união das duas comunidades tendo como referência o distrito, Tomás Oliveira Dias encontra-o na realidade *histórica* da província da Estremadura, o que o conduz a defender a necessidade de

ultrapassar essas divisões para retomar o espírito de unidade de toda esta região porque eles são Oeste sem dúvida, nós somos Alta Estremadura é evidente, mas uma coisa é certa, é que somos todos estremenhos e essa é uma realidade histórica que vem desde há muitos anos [TOD].

Na perspectiva de Tomás Oliveira Dias a região deve ser pensada como um todo, tendo-se como ponto de referência o distrito de Leiria, incluído na sua totalidade,



Fig. 17 – José Ribeiro Vieira. Foto: Autor.

⁴⁵ Associação de Municípios da Alta Estremadura.

na província da Estremadura. Este autor justifica a sua posição citando um estudo elaborado por João Ferrão

[...] que olhando ao mapa de Portugal, comparou as diferentes regiões, tendo em vista o potencial de desenvolvimento económico e demográfico, e verificou quais as regiões do país com o crescimento económico e populacional mais forte, superior à média nacional. No seu estudo encontrou apenas quatro áreas. Uma delas não é o Oeste, nem a Alta Estremadura, mas toda esta zona que tem um dinamismo económico e um património cultural, [...] castelos, que tem Alcobaça, a Batalha, que fazem dela uma região privilegiada no aspecto monumental e histórico. Somos uma região com história, onde se deu a Batalha de Aljubarrota, onde viveram e foram sepultados reis, e não deve ser por divergências políticas ad hoc a que são alheias a generalidade das pessoas, que nos devemos desunir, antes nos devemos unir para sermos mais fortes, evidentemente, e termos mais possibilidades de afirmarmos a nossa presença num processo de regionalização que não seja só pautado por valores económicos mas também culturais e sociais [TOD].

Capítulo 2

As Territorialidades de Leiria

2.1. - As regiões de turismo e o distrito de Leiria

Os líderes das regiões de turismo têm-se situado entre os mais activos produtores de ícones regionais. O seu objectivo consiste tanto na apropriação como na criação ou reinvenção de elementos ou de objectos, que passam a servir como marcadores de uma determinada identidade. Servem-se desses símbolos para demarcar e projectar um espaço cultural.



Fig. 18 – Graça Leiras. Foto: Autor.

Os monumentos, simbolicamente mais imponentes, localizados no espaço da Região de Turismo Leiria / Fátima (RTL/F), são vistos como *produtos* ou ícones dessa região, servindo para construir uma imagem valorativa da mesma. Como refere Graça Leiras,

em termos de estratégias turísticas quer a nível nacional, internacional ou da nossa região, o património cultural, isto é, o turismo no âmbito do património cultural é um dos principais produtos da região. Esta tem dois monumentos classificados pela UNESCO como património mundial. Para além disso possuímos, ainda, 5 castelos e temos depois uma infinidade de património edificado de carácter mais religioso que são as igrejas e os santuários [...]. Este património, no fundo, constitui um produto turístico que é um dos principais desta região: o seu património cultural [GL].

Uma consulta ao sítio da rede internacional de informação (*Internet*) da Região de Turismo permite evidenciar estes aspectos. Neste sentido, é referido que a RTL/F, composta por 8 concelhos do distrito de Leiria: Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Ourém, Pombal e Porto de Mós (fig. 19), constitui uma comunidade em que se destacam, a par [...] das atracções naturais, incluindo a sua inigualável costa marítima, os majestosos monumentos com histórias para contar, até aos locais de peregrinação religiosa onde se encontra conforto espiritual⁴⁶.



Fig. 19 - Mapa da região de turismo Leiria/Fátima. Fonte: Região de Turismo Leiria / Fátima.

⁴⁶ Região de Turismo Leiria / Fátima [online]. [citado em 15/02/07; 16.00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

Trata-se de uma região (RTL/F) que de acordo com José Ribeiro Vieira, coincide, a par da diocese de Leiria/Fátima e da Associação de Municípios da Alta Estremadura, com a imaginada comunidade leiriense.

Essa região que não tem que ver com as considerações políticas que são feitas sobre a regionalização ou sobre a sua utilização sequer, mas sim do ponto de vista do desenvolvimento desta comunidade onde estamos, coincide para mim, mais ou menos, com a região de Turismo Leiria / Fátima [JRV].

Em *A Nossa Região*⁴⁷, observam-se os ícones de que os responsáveis da RTL/F se servem para identificar uma região turística leiriense. Este processo inicia-se pela denominação da região de turismo: *Leiria/Fátima*. Contém, implícita, uma mensagem icónica ou de construção de estereótipos relativamente à comunidade que constitui (Medeiros, 2003), na medida em que o santuário de Fátima emerge como uma espécie de “jóia da coroa”. Nesta linha de pensamento, autores leirienses como Acácio Sousa mencionam não ser

por acaso que a região de turismo se chama de Leiria/Fátima [...], porque Fátima é mais conhecida do que Leiria, basta ver os milhões de pessoas que vão a Fátima, uma média de 6 milhões [...], onde este património recente [...] imaterial com base nas crenças, mas também edificado com a basílica e, apelativo, mais agora com a nova basílica que atraindo mais gente, apesar de muito recente, projecta a região [AS].

De centro de peregrinação religiosa⁴⁸ a importante *locus* turístico ou *estaçao* turística (Knafo *et al.* 1974), Fátima transformou-se, ao longo do século XX, num centro polarizador da região de Leiria. Como observa Graça Poças Santos (2006), *Fátima - produto turístico polariza já hoje, e pode potenciar ainda mais, um espaço turístico regional que nela encontra o seu centro. Esta centralidade de Fátima no seio da região em que se insere é, certamente, uma vantagem comparativa muito relevante que raras regiões do país possuem* (Santos, 2006: 415).

Esta apropriação consciente de Fátima, enquanto ícone turístico da região de Leiria, é mais recente do que a religiosa (*idem.*, 216), e tem-se inserido estrategicamente

⁴⁷ Região de Turismo Leiria / Fátima [online]. [citado em 15/02/07; 16.00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

⁴⁸ Desenvolveremos esta questão no subcapítulo 2.2.

no desenvolvimento do turismo cultural regional, em que se pretende utilizar o património monumental situado na região como símbolo representativo da mesma.

*Fátima - Caminhos de Fé*⁴⁹ é o ícone da rede mundial de comunicação (Internet) da RTL/F que permite o acesso ao local simbólico onde se deu o *Milagre das Aparições*. À primeira vista, *Caminhos de Fé* parece indicar uma espécie de *Caminhos de Santiago*, rotas traçadas pelos peregrinos que há quase um século percorrem o distrito de Leiria em busca do sagrado no santuário mariano. Não se trata, contudo, dessas rotas, mas da inclusão geográfica de Fátima no território português, bem como de uma breve descrição da história das aparições e de todos os acontecimentos comemorativos que terão a ver com elas. Fátima com a casa dos pastorinhos, os seus museus e o santuário, bem como a recém inaugurada Igreja da Santíssima Trindade, local de recepção de cerca de 5 a 6 milhões de pessoas em 2005⁵⁰, assume actualmente uma importância relevante enquanto lugar da memória regional.

| Lisboa | Algarve | Fátima |
|-------------------------|-------------------------|---------------------------|
| 3.090.851 ⁵¹ | 2.438.971 ⁵² | 5/6.000.000 ⁵³ |

Fig. 20 – Total de visitantes das principais regiões turísticas continentais + Fátima.
Fonte: Autor.

Relativamente ao quadro exposto há algumas ideias que passo a explicitar: se os números relativos a Lisboa e ao Algarve se referem ao total de hóspedes registados nos estabelecimentos hoteleiros, em 2004, a questão de Fátima é mais complexa. Os cinco

⁴⁹ Região de Turismo Leiria/Fátima [online]. [citado em 18/02/07; 17.00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

⁵⁰ Santuário de Fátima [online]. [citado em 03/03/07; 10.00 horas], disponível em www.santuariofatima.pt.

⁵¹ Este número refere-se aos hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, no ano 2004 *in* Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2004, Ano de edição: 2005, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁵² Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, no ano 2004, *in* Anuário Estatístico da Região do Algarve, 2004, Ano de edição: 2005, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

⁵³ Nem todos estes visitantes se identificam como turistas, tal como é observado por Maria da Graça Mouga Poças Santos na sua obra *Espiritualidade, Turismo e Território: Estudo geográfico de Fátima*, editado pela Principia, Estoril. Neste sentido, existe uma quantidade significativa de pessoas que referem dirigirem-se a Fátima pela devoção religiosa, e não tanto pelo lazer, daí a particularidade de Fátima, no contexto turístico nacional. De acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro, para o ano 2004, editado em 2005, em Lisboa, pelo Instituto Nacional de Estatística, ficaram alojadas em estabelecimentos hoteleiros do concelho de Ourém, onde Fátima se inclui, uns meros 200.000 hóspedes, números bem diferentes dos disponibilizados pelo Santuário. Este inclui no entanto uma estimativa geral dos visitantes que acorrem às suas cerimónias. De qualquer forma, como defende Maria da Graça Poças Santos, a divisão dicotómica entre peregrinação e turismo é bastante problemática, pois é difícil estabelecer fronteiras claras entre as várias motivações que conduzem o visitante a Fátima. Por outro lado, a autora destaca a diferenciação que se deve fazer entre turistas e peregrinos, compondo os últimos a maioria dos visitantes recebidos pelo santuário.

ou seis milhões correspondem ao número dos que acorreram às cerimónias religiosas em 2005. Muitos destes visitantes para além de não pernoitarem em estabelecimentos hoteleiros de Fátima, também não se inserem no conceito de turista, que é distinto do de peregrino.

O conceito de turista surgiu no século XIX e referia-se a um *new mode of consumation [...] based on the idea of leaving home and work in search of new experiences, pleasures and leisure* (Löfgren, 1999: 5). Por sua vez, os peregrinos são movidos pela fé e pela experiência religiosa (Fernandes, 1997: 58; 59). Contudo, nem sempre se pode isolar a fé do prazer, pelo que as duas motivações podem estar presentes na mesma pessoa. Trata-se de mais uma das muitas tensões que segundo Löfgren caracterizam a indústria turística actual. Orvar Löfgren (1999: 8) refere como duas das mais importantes, a tensão entre passado e o presente, em que à procura do tradicional se junta a busca de novas experiências, e a tensão entre o local, o nacional e o transnacional. Estão ambas relacionadas. O turismo não só se transformou numa das mais importantes indústrias da actualidade, como tem constituído um criador de estereótipos e marcas culturais associadas a um determinado espaço. Tanto se reactivam velhas tradições como se inventam novas para corresponder à ânsia do turista na sua busca da nostalgia e da autenticidade de experiências culturais que a sua sociedade supostamente perdeu.

The manufacture of heritage responds to one of the most powerful of all modern tropes of attraction: nostalgia. Nostalgia, originally meant the pain of homesickness [...]. It has now come to mean the anguish occasionated by temporal displacement, the loss of something past, presumably once familiar, or something which is a symbol or affective marker of that past (Graburn, 1995: 166).

O turismo implica a deslocação de pessoas, de capitais e de ideias, pelo que constitui um modo transnacional de produção mas também de consumo. Consome-se a diversidade cultural que se ajudou a produzir.

A quantidade de pessoas que acorre a Fátima reflecte-se nas unidades de alojamento, oficiais ou improvisadas, cuja concentração e capacidade posicionam este centro religioso num patamar situado a par dos três maiores destinos turísticos portugueses: Lisboa, Algarve e Madeira (Santos, 2006).

Fátima constitui um dos mais importantes núcleos da RTL/F a par de outros como as praias, ou seja, o tradicionalmente denominado turismo de *sol e mar*⁵⁴, o



Fig. 21 – Pormenores do Castelo de Ourém. Foto: Autor.

turismo de natureza, bem como o património monumental e religioso. As grutas, o pinhal de Leiria, o parque natural das serras D'Aire e Candeeiros, bem como as termas de Monte Real e a trilha jurássica. São património natural⁵⁵, estando, portanto, incluídos no turismo de natureza. Constituem ícones que servem para pensar a região de Leiria. Cada um destes “objectos”

naturais é caracterizado quanto à sua história, origem e interesse cultural, tratando-se mais do que uma forma de dar a conhecer ao *outro* aquilo que a comunidade tem, da construção a idealização daquilo que se pretende que ela seja.

Neste contexto, o referido *Património Monumental*, o *Património Religioso* e o *Sol e Mar* emergem em *A Nossa Região - Locais de Interesse*, como três símbolos da mesma⁵⁶.

O património monumental e o religioso integra-se no turismo cultural, sendo os monumentos definidos pela UNESCO, no âmbito da sua 17^a Conferência Geral, realizada em Paris, em 1972, *como as obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência*⁵⁷. Estão neste caso os monumentos como os castelos de Ourém (fig. 21), Pombal, Leiria, Porto de Mós e os dois mosteiros de Alcobaça e da Batalha, todos classificados como monumentos nacionais.

O património cultural serve de base ao desenvolvimento de um tipo de turismo *postfordista* (Ballart e Treserras, 2005: 200) na região de Leiria, pois permite a

⁵⁴ Região de Turismo Leiria/Fátima [online]. [citado em 22/03/07; 11.00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

⁵⁵ Convenção sobre a protecção do património mundial, cultural e natural, edição revista em 2005 [online]. [citado em 30/04/07; 15.00 horas], disponível em www.unesco.pt.

⁵⁶ Região de Turismo Leiria/Fátima [online]. [citado em 18/02/07; 17.00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

⁵⁷ Convenção sobre a protecção do património mundial, cultural e natural, edição revista em 2005 [online]. [citado em 30/04/07; 23.30 horas], disponível em www.unesco.pt.

substituição de uma oferta massificada por outra especializada, em virtude das novas exigências de turistas e viajantes do século XXI. Atenta à importância dos crescentes fluxos de pessoas, ideias e bens, bem como à especialização da oferta no domínio das actividades de ócio e outras incluídas no turismo, a Comissão das Comunidades Europeias refere em 1993 que só é possível falar em turismo cultural se nos pacotes e ofertas turísticas forem incluídas três condições:

um desejo de conhecer e compreender os objectos e as obras, incluindo a população local com a qual se encontra em contacto, o consumo de um produto que contenha e inclua um significado cultural (monumento, obra de arte, espectáculo, e outros), assim como a intervenção de um mediador, ou seja uma pessoa, documento escrito ou material audiovisual, que tenha a função de destacar o valor do produto cultural, a sua apresentação e explicação, etc. (Ballart e Tresserras, 2005: 202).



Fig. 22 – Igreja do Cardal – Pombal.
Foto: Autor.

Neste contexto, Graça Leiras defende que a cultura, ou sobretudo o património cultural, constitui um dos *principais produtos da região* de Leiria. Esta concentra alguns dos monumentos mais simbólicos do país, quer em termos de valor arquitectónico, quer artístico, histórico ou religioso⁵⁸. Por outro lado, foi referido que as preocupações com a divulgação e o envolvimento da população com o património, localizado na sua região, fazem parte dos projectos da RTL/F. Dado os constrangimentos orçamentais, tem-se procurado a colaboração de outras instituições para que estes objectivos se concretizem.

As pessoas (que habitam os concelhos que compõem a RTL/F) são representadas e têm representatividade, quer através dos órgãos locais, e podem fazer-se ouvir, nomeadamente, no âmbito das Juntas de Freguesia e através de outras entidades, e temos a comunicação social que pode fazer chegar o sentido das populações locais de várias formas e em determinados assuntos. Hoje em dia

⁵⁸ Relativamente ao(s) diverso(s) valores do objecto patrimonial observe-se Ballart, Josep, (2002) *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*, Barcelona: Ariel.



Fig. 23 – Sé de Leiria. Fonte: Autor.

temos consolidada uma democracia e não me parece que haja uma situação de as pessoas não poderem, portanto, demonstrar ou apresentar os seus pontos de vista relativamente a assuntos do interesse local, das suas localidades das suas realidades regionais [GL].

Reforçando a ideia da centralização da identidade nacional no património situado na região, Graça Leiras refere, ainda, que o

Instituto Português do Património Arquitectónico tem tido uma postura muito fundamentalista daquilo que é possível fazer nos monumentos, em que praticamente não tem sido possível elaborar qualquer actividade tendo-os por palco. Assim, tudo isso tem levado a que ao longo destes anos tenha sido muito difícil implementar actividades de animação e complementares no âmbito desses monumentos.

Se formos para o estrangeiro, nomeadamente Inglaterra ou até mesmo os nossos vizinhos espanhóis, há décadas que animam os seus monumentos com outras infra-estruturas, portanto criam salas de museus, vendem materiais, vendem “merchandising”, o que para nós tem sido difícil implementar.

Eu penso que presentemente as coisas estão a mudar nesse sentido, que as pessoas estão a perceber que tem de existir uma maior rentabilização desses espaços. Ao nível do mosteiro da Batalha e do mosteiro de Alcobaça, os directores estão muito empenhados em desenvolver algumas actividades para complementar a visita, desenvolvendo outras potencialidades. Por outro lado, há edifícios anexos enormes, não tanto aos castelos mas mais aos mosteiros, que estão fechados, a deteriorar-se, sem utilidade, onde havia espaço para outro tipo de actividades diferentes, galerias, quiçá pequenas salas para colóquios, e porque não um restaurante com determinadas características. O restaurante “Cozinha Velha” no palácio de Queluz funcionava com um enorme êxito [GL].

Do património religioso, constituído por monumentos mais ou menos imponentes, a RTL/F considerou as igrejas do Cardal (fig. 22) e da N^a Senhora da Gaiola, os santuários de Fátima, da N^a Senhora da Encarnação, da Nazaré, do Senhor Jesus dos Milagres, a Sé de Leiria (fig. 23) e o Mosteiro de Santa Maria de Cós como elementos definidores da região. Monumentaliza-se assim a região e a sua memória (Medeiros, 2006: 114) construindo-se um discurso regional por intermédio de obras que

ultrapassam as *fronteiras* da comunidade, para assumirem um discurso de âmbito internacional. No distrito de Leiria existem dois monumentos *Património da Humanidade*, os mosteiros da Batalha e de Alcobaça, aos quais se acrescenta o Convento de Cristo em Tomar, a 40 km de distância, ainda que este concelho se encontre integrado no distrito de Santarém. Estes três monumentos constituem uma mais valia para a projecção da comunidade leiriense dentro e fora da comunidade nacional portuguesa (Ballart e Tresserras, 2005: 204), facto do qual muito poucas das outras regiões se podem orgulhar (Santos, 2006).

Os concelhos do sul do distrito de Leiria constituem parte da denominada Região de Turismo do Oeste (RTO), que abrange para além de Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche, todos fazendo parte do distrito leiriense, os de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, pertencentes ao distrito de Lisboa, e ainda Rio Maior, do distrito de Santarém, numa lógica que desafia a *arrumação* distrital portuguesa (fig. 24).

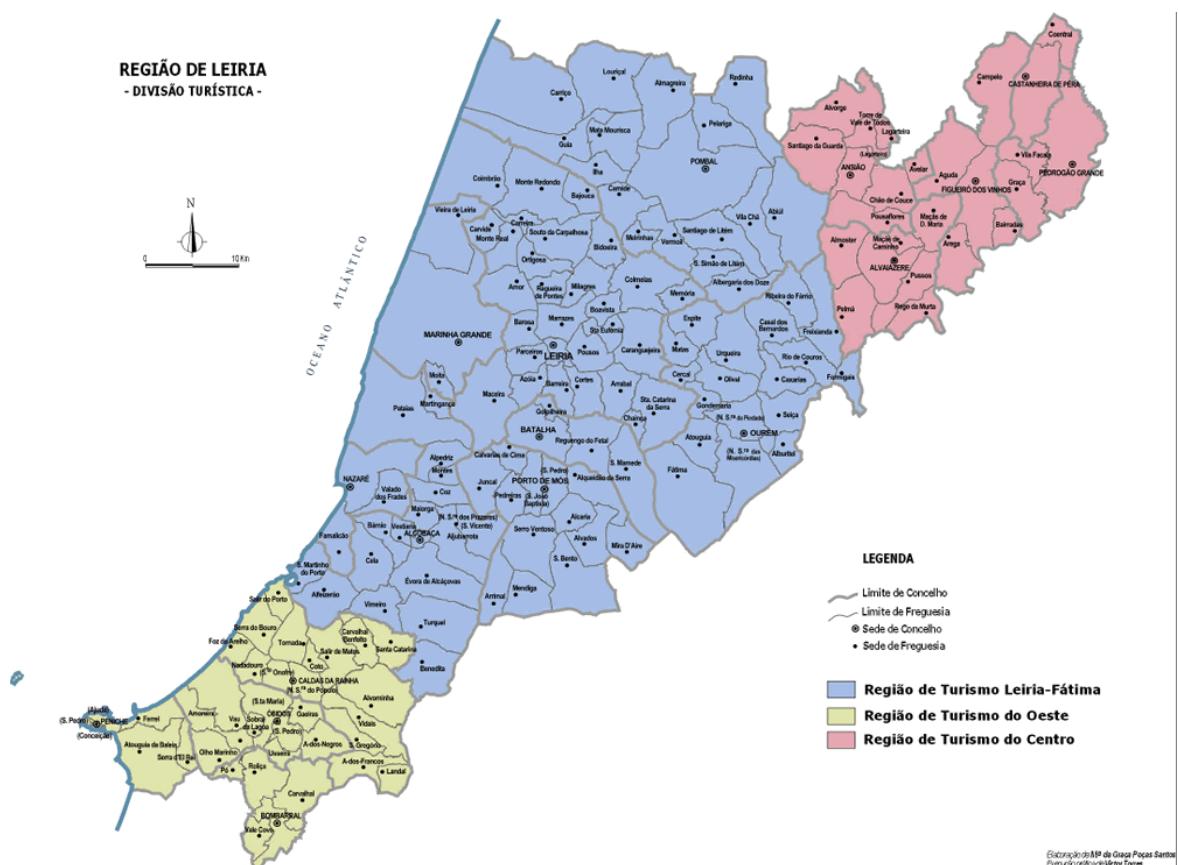


Fig. 24 - As três regiões de turismo do distrito de Leiria: Leiria/Fátima, Oeste, Centro. Fonte: CIID – Instituto Politécnico de Leiria.

Ao nível das regiões de turismo, discursos e práticas estão em consonância em algumas das vozes autorais da região leiriense, ao indicarem a existência de duas comunidades diferentes, seja do ponto de vista turístico, económico ou sociocultural. Graça Leiras não identifica o Oeste como parte da sua região, ao anotar que no sul

temos outra região de Turismo, a do Oeste. Alcobaça e Nazaré pertencem a esta região, a partir daí é que os concelhos que integram a chamada região de turismo do Oeste, penso que não terão tanta ligação nem tanta tradição em vir para o interior. A sua aproximação é mais em relação a Lisboa, a nível de Caldas da Rainha até Torres Vedras, para baixo. Eu penso que há mais afinidade, mais tendência para virar para Lisboa do que virar para este lado [GL].

Os líderes do Oeste referem o mesmo relativamente à região de Leiria. António Carneiro reconhece ter mais em comum com o interior ribatejano do que com Leiria. Isto não quer dizer, nas suas palavras, que não exista complementaridade entre uma região do Oeste rural e marcada por um turismo em busca dessa ruralidade, difícil de encontrar outros locais do mundo de hoje, e a monumentalidade da sua congénere a norte, a RTL/F. O autor projecta esta visão no seu pensamento acerca das discussões actuais relacionadas com a reorganização nacional das regiões de turismo.



Fig. 25 – António Carneiro. Foto: Autor.

Aquilo que era uma nova região de turismo, a tal Oeste e Centro de Portugal, nós propomos dividir em duas transversais ao território de Portugal. Uma, a zona da vinha (incluindo as actuais região de Turismo do Oeste e região de Turismo do Ribatejo), e outra, a zona dos tais monumentos e da tal religiosidade (região de Turismo dos Templários e região de Turismo Leiria/Fátima). Nesta reorganização existe alguma coerência cultural e uma grande complementaridade entre as duas, porque nós neste momento já trabalhamos em conjunto os quatro, por outro lado, aumentaríamos, desta forma, a massa crítica [AC].

Para além das duas regiões turísticas supracitadas, existe ainda a Região de Turismo do Centro (RTC), na qual se inserem os concelhos Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande. A RTC está sedeadas em Coimbra. A universidade constitui um dos principais ícones dessa região turística, como refere o seu presidente Pedro Machado.

O Centro tem algumas particularidades sendo a mais notória Coimbra a e sua universidade, mas depois tem um conjunto de outras valências que lhe são dadas pelos concelhos à volta que o tornam rico na gastronomia, é possível nós termos aqui desde o cabrito ao bucho e à chanfana até ao pescado na zona costeira... Se formos mais para o sul, para os lados dos concelhos do norte de Leiria temos desde o chicharo de Alvaiázere até ao cabrito do Pedrógão e por que não o aproveitamento do peixe da barragem do Zêzere. É isto que nos dá características próprias, tal como as aldeias históricas, aldeias do xisto, que temos na nossa zona, desde ali do Fundão até à Lousã, Miranda de Corvo, as aldeias históricas. São estas, de facto, marcas distintivas que temos no Centro, o qual deve valer como um todo e não dividido e é isto que nos distingue do Norte e do Sul, do Alentejo, e de outras regiões [PM].

No ano 2006 as regiões de turismo nacionais foram inseridas num processo de reorganização espacial. As primeiras propostas apresentadas no final desse ano indiciavam a redução das 19 regiões turísticas existentes para 10, passando a serem denominadas agências regionais de turismo. Pedro Machado manifestou a sua discordância com esta designação alegando poder induzir *confusões com as actuais agências regionais de turismo mais viradas para a promoção no exterior, para além de não fazerem parte do léxico do cidadão comum* [PM].

A área do distrito de Leiria seria uma das mais afectadas. Previa-se a extinção da RTL/F e a repartição dos concelhos do distrito de Leiria e Ourém, que actualmente a compõem, pelas Regiões de Turismo do Oeste, do Ribatejo e dos Templários. A discussão pública foi forte e o debate aceso, como foi testemunhado pela imprensa regional⁵⁹ (fig.27) e nacional, bem como pelos meus entrevistados.



Fig. 26 – Pedro Machado. Fonte: Zilda Monteiro, 2008.

⁵⁹ *Região de Turismo Leiria/Fátima pode desaparecer*, constituía o cabeçalho da notícia referente a este assunto veiculada pelo *Jornal de Leiria*, edição 1167 de 23 de Novembro de 2006.



Fig. 27 – A extinção da RTL/F e a imprensa regional. Fonte: Jornal *Região de Leiria*, edição 3692 de 21/12/07.

António Carneiro reconhecia o início das discussões. Estava convicto da mudança, defendendo a junção da RTO com a do Ribatejo, originando-se uma nova região turística que abrangesse o sul dos distritos de Leiria e de Santarém. Na sua opinião, a fusão entre a RTL/F e a dos Templários seria uma boa ideia, uma vez que se complementavam em termos do património monumental.

Por outro lado, Pedro Machado defendia que apenas uma grande RTC que integrasse os concelhos do norte do distrito de Leiria e quem sabe, o distrito na sua totalidade, teria massa crítica para responder aos desafios competitivos nos contextos nacional e internacional.

Se reparar, ao nível da economia, da saúde ou da educação, aquilo que existe hoje ao nível de organismos desconcentrados e de gestão do território tem a sua base nas NUT II⁶⁰. São as chamadas regiões plano, que coincidem com as comissões de coordenação e desenvolvimento regional [CCDR]. Os distritos de Coimbra, Leiria, Viseu, Aveiro, Guarda e Castelo Branco estão dentro da NUT II, região Centro. Aquilo que se quer fazer com o turismo é criar na região Centro, três regiões de Turismo e nós achamos que era vantajoso que a Região de Turismo do Centro fosse coincidente com essa tal região da CCDR. Estamos a falar num horizonte de 78 municípios...

⁶⁰ Em relação a este tipo de classificação observe-se o capítulo dois.

O Pinhal Litoral fica fora da nossa região, embora eu ache que ficaríamos melhor juntos, repare que mesmo hoje, do ponto de vista administrativo todo o distrito de Leiria, assim como todo o distrito de Castelo Branco têm como gestão administrativa a CCDR – Centro, e as freguesias bem como os concelhos do distrito de Leiria continuam a relacionarem-se com a região Centro, nesse sentido, por que é que a região de turismo tem que ir para outro lado. Até a facilidade de acordos que é preciso ter com os municípios, não há turismo sem municípios, e portanto, mesmo desse ponto de vista, provavelmente teríamos a ganhar se o distrito de Leiria estivesse todo junto à volta de uma região e não seccionado [PM].

Relativamente à RTL/F, e a testemunhar a já referida importância de Fátima enquanto local turístico e cultural, era realçado por parte do seu presidente, Miguel Sousinha, a enorme perda para a região e para o próprio país que a extinção da denominação *Fátima* significava. Perder-se-ia a *notoriedade* daquela marca, lembrando Miguel Sousinha *o exemplo de outros santuários europeus, onde a marca aparece sempre em primeiro plano* (Sousinha *in* Jornal de Leiria, edição 1167 de 2006).

Finalmente, o decreto-lei n.º 67/2008 estabeleceu a RTL/F como um dos seis pólos de desenvolvimento turístico nacionais⁶¹. Os outros cinco são o Oeste, Litoral Alentejano, Alqueva, Douro e Serra da Estrela. Em paralelo são estabelecidas outras cinco áreas regionais de turismo: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

2.2. - A diocese Leiria / Fátima

O milagre de Fátima tem sido também o da região de Leiria. A freguesia oureense, incluída na diocese de Leiria/Fátima, tem servido não só para pensar a região do ponto de vista turístico, mas também numa perspectiva religiosa e política.

Remontando há quase um século, o mito do aparecimento de uma nossa Senhora aos pastorinhos transformou a localidade, e por inerência a região, num dos mais importantes locais de peregrinação religiosa mundial. As aparições de entidades sagradas como nossa Senhora, Santos ou Cristos foram uma constante referenciada por

⁶¹ Ministério da Economia e da Inovação [online]. *Decreto-lei n.º 67/2008*. [Citado em 16/06/08; 0.17 horas], disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasActividade/qualificacaooferta/classificacaoequalidade/ofertaturisticaclassificada/Anexos/Lei%20Areas%20Regionais%20de%20Turismo.pdf>.

toda a Europa medieval. Estes fenómenos repetiram-se na era moderna em locais como La Salette (1846), Lourdes (1858), Fátima (1917) ou Ezkioga (1931). Em comum com as aparições medievais, os videntes eram normalmente homens ou crianças (William, 1997: 19). A sociedade moderna distingue-se da medieval e neste contexto as aparições não constituem apenas respostas a crises alimentares ou de saúde mas surgem também como reacção à emergência de novas crenças religiosas, à perseguição dos católicos e à secularização da sociedade.

Sin embargo, hacia finales del siglo XIX, cuando el catolicismo se hallaba a la defensiva, el Vaticano cayó en la cuenta de que la Iglesia tenía que echar mano de todos sus recursos. [...] Roma [...] contempló con simpatía creciente visiones de la Virgen que condujeron a la erección de nuevos santuarios. Era mucho lo que estaba en juego. En el siglo XIX, prácticamente cualquier adulto del mundo occidental conocía la existencia de maneras profundamente distintas de organizar la sociedad e imaginar lo que ocurría tras la muerte. La industrialización de Europa en los siglos XVIII e XIX había sustraído gran parte de la población rural a la autoridad de sus párrocos y a las creencias católicas, y muchos de los que habían emigrado a las capitales habían hallado opciones distintas de la religión establecida en el deísmo, el espiritismo, la ciencia o la idea de progreso [...].

Las visiones de Fátima ocurrieron durante un régimen republicano anticlerical y constituyeron una reafirma del catolicismo (William, 1997: 20; 24).

Também as aparições de Fátima devem ser observadas num contexto nacional marcado pelos conflitos entre os poderes republicanos e a Igreja Católica. A religião, obstáculo ao desenvolvimento económico e social propalado pela modernidade passa a ser *entendida como um epifenómeno da estrutura social, condenada a desaparecer com a mudança dessa mesma estrutura* (Fernandes, 1999: 12).

As aparições de Fátima constituíram uma resposta aos ataques e ofensas perpetrados pelos republicanos que tomaram o poder em 1910, encetando a extinção das ordens religiosas.



Fig. 28 – Diocese de Leiria/Fátima no contexto das divisões diocesanas portuguesas. Fonte: Igreja Católica em Portugal.

O “milagre das aparições” põe em acção alguns dos principais actores. Emerge, desde logo, a religião popular, atacada e ofendida pelo republicanismo. Este não se apercebera da força desta energia inculcada pelo processo de socialização e profundamente enraizada nos costumes populares. A sua mentalidade evolui menos rapidamente do que a realidade socio-económica. Ao mais pequeno assomo de sobrenatural, desperta e irrompe como caudal irresistível. A Igreja hierárquica dispõe, por sua vez, de uma sólida estrutura organizacional espalhada por todo o país. Ainda que fragilizada tem ao seu serviço potentes e difusos meios de comunicação, capazes de fazerem ouvir a sua voz. O republicanismo, por último, para além dos seus meios próprios de comunicação social, tenta desenvolver uma rede de associações, onde as suas ideias se cultivam e as acções concretas são programadas e decidida a sua execução (Fernandes, 1999: 13).

A projecção interna de Fátima ocorreu imediatamente a seguir às aparições (Fernandes, 1999), enquanto que o fenómeno adquiriu expressão mundial entre os anos 1930 e 1940 (Junior, 1997). Estes acontecimentos permitiram a internacionalização da região e o seu reconhecimento interno e externo. A unidade concedida pelas aparições à diocese de Leiria/Fátima tem permitido pensá-la, à semelhança da Alta Estremadura ou da região de Turismo Leiria/Fátima, enquanto projecto da região de Leiria (Gomes, 2004). Acácio de Sousa sublinha a importância da diocese ao defender que a sua fundação e consequente alargamento veio a corresponder ao que é actualmente a Associação de Municípios da Alta Estremadura (Sousa, 1999).

A diocese de Leiria/Fátima, com cerca de 267.000 habitantes, tem 1.700 km² e está dividida em 75 paróquias, pertencentes aos concelhos de Leiria, Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós, Ourém e parte dos concelhos de Pombal, Alcanena e Alcobaça⁶² (fig. 28 e 29) e constitui segundo José Ribeiro Vieira,

o espaço que melhor coincide com aquilo que se poderia chamar de região de Leiria, onde os protagonistas políticos e sociais que estão nessa área poderiam transformar isto num só município, praticamente uma região com interacção, onde já há uma massa crítica razoável em dimensão razoável de população e onde poderia

⁶² Diocese de Leiria/Fátima [online]. [Citado em 13/11/07; 11.38 horas], disponível em <http://www.leiria-fatima.pt/>.

haver instrumentos de desenvolvimento de várias espécies, desde o ensino, a educação, que se pudesse congregar, fazer esforços para se unirem e estudar-se esta como uma região [JRV].

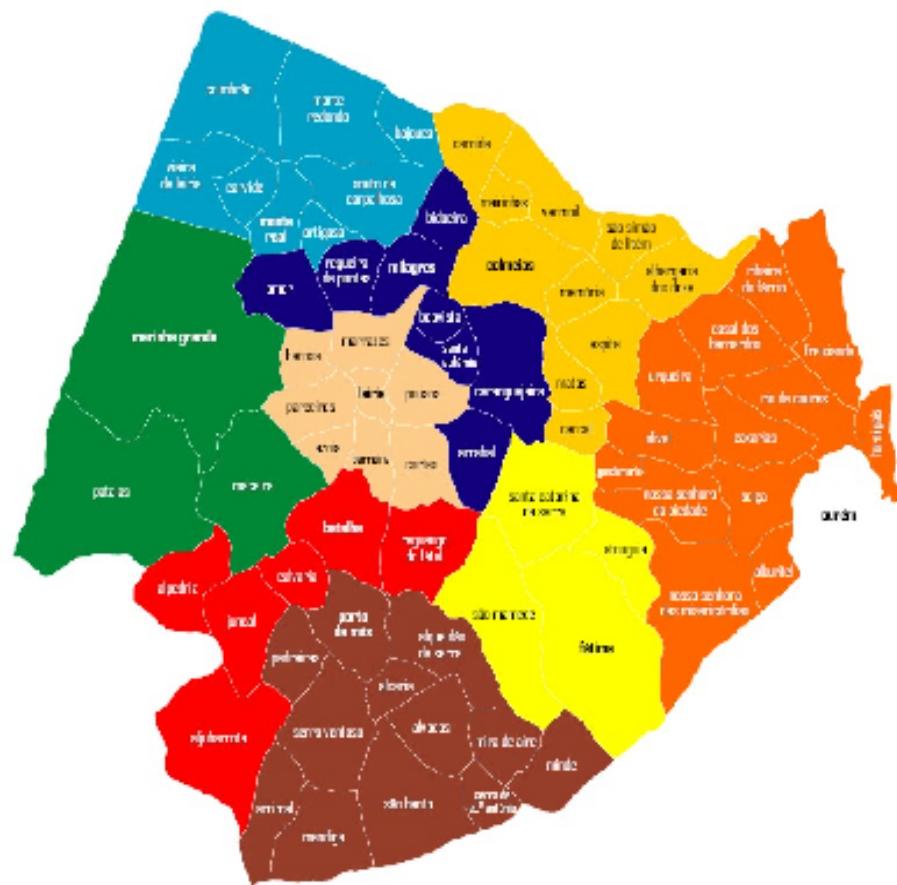


Fig. 29 – Diocese de Leiria/Fátima em 2007 (Paróquias e vigararias). Fonte: Diocese de Leiria - Fátima.

A diocese constitui uma entidade territorial sobre a qual a Igreja Católica exerce a sua influência espiritual sendo, à semelhança de outros territórios, dotada de uma sede. Neste caso a mesma diocese possui 2 sedes: Leiria, capital de distrito e sede da primitiva diocese, e Fátima, cujas aparições acabaram por lhe outorgar a legitimidade de se constituir em capital religiosa. Em 1986⁶³ a diocese de Leiria passou a ser designada de Leiria/Fátima.

Acontecimentos históricos, assim como outros factos ligados à prática religiosa, têm servido aos líderes da região para formular o espaço regional coincidente com a diocese, o que é explicado pela singularidade do território diocesano. Este não coincide com nenhuma das divisões administrativas existentes (distrito, província, NUT).

⁶³ Em relação a este assunto, consulte-se a obra de Maria da Graça Mouga Poças Santos, *Espiritualidade, Turismo e Território: Estudo geográfico de Fátima*, editada no Estoril, pela Principia, no ano de 2006, onde a investigadora elabora um trabalho minucioso sobre a *evolução histórica* do território diocesano de Leiria/Fátima.

Segundo Zúquete (1943), a restauração da diocese de Leiria, em 1918, com a mesma configuração que detinha à data da sua extinção, em 1882, testemunha a coesão e homogeneidade desta comunidade, historicamente construída na base das crenças religiosas incorporadas pela Igreja Católica. Ideias que são partilhadas por Graça Poças Santos (2006) para quem, devido às circunstâncias históricas, a homogeneidade do território da diocese parece corresponder mais do que o espaço distrital, à verdadeira área de influência da cidade de Leiria (Santos, 2006).

Por outro lado, as representações da região de Leiria por parte de outros líderes regionais como Acácio Sousa, colocam em causa as teses que defendem a homogeneidade cultural da diocese Leiria/Fátima. O autor afirma percepcionarem-se tendências de cisão por parte de Fátima relativamente a Leiria. Estas movimentações constituem testemunhos de que qualquer agregação ou comunidade humana é uma construção cultural, em que a região corresponde mais a um espaço concebido por determinados grupos sociais, do que uma essência em si.

Acácio Sousa defende que a localidade de Fátima, em virtude da sua importância enquanto centro religioso, não só se sobrepõe à sede de município, Ourém, em termos quer de dimensão populacional, quer de importância económica, como se tem evidenciado relativamente à maior cidade da região, Leiria. Fátima é, *hoje, mais conhecida do que Ourém ou Leiria, e tem bem consciência da sua importância* [AS]. Os líderes desta freguesia têm reivindicado crescentemente a sua autonomia local, defendendo a criação do concelho de Fátima separado administrativamente de Ourém.

Há ali (em Fátima) muito dinheiro a correr, e dai, a grande influência de Fátima nesta zona, dotada de uma projecção enorme. Há, actualmente, uma máquina de marketing que está permanentemente a potenciar essa projecção, em que a dinâmica cultural segue a económica, acabando por se imbricar uma na outra claramente.

Fátima é do concelho de Ourém mas podíamos dizer que essa pertença é artificial, porque Fátima tem muito mais importância do que Ourém, e não é por acaso que Ourém veria com bons olhos a criação do concelho de Fátima, pois geralmente uma sede de concelho não gosta que lhe vão cortar uma fatia. Neste caso, a criação do concelho de Fátima seria uma situação pacífica e não só isso como eu sei que há nos bastidores gente importante de Ourém a apoiar o concelho de Fátima por razões que se prendem com o facto de Fátima constituir um pólo catalizador de uma área de influência muito mais vasta do que Ourém. Não é só o turismo religioso que acaba por catapultar Fátima, mas os seus parques industrial e de

serviços são, hoje, muito mais importantes do que os de Ourém. Digamos que Fátima é uma pequena sede de um pólo regional, mais do que Ourém e parte da sobrevivência de Ourém passava por um “chega-te para lá”, e nós estamos cá, qualquer dia a sede de concelho passa para Fátima e nós ficamos dependentes. Há muita empresa importante ali no concelho que deixou de estar sediada em Ourém para passar para Fátima [AS].

Também se têm desenvolvido movimentos reivindicando a separação da diocese, na medida em

que em termos de diocese há um movimento dentro da Igreja que quer separar Fátima de Leiria, e é um movimento forte, eles acham que em termos de imagem cultural, de centro cultural ou religioso, sobrevivem por si mesmo. Se falar com o bispo de Leiria/Fátima, ele diz-lhe que não, mas há, e de vez em quando, há algumas investidas e ameaças de escândalo que acabam por transparecer na comunicação social. São estratégias, a diocese de Leiria não tem Fátima como segura, e esse indicador não deixa de ser interessante nesta questão do património representativo de identidades regionais, não deixa de ser um indicador dos desejos de autonomia [AS].

A promoção de Leiria a sede de diocese, com a consequente instalação de novos clérigos no seu território, não correspondeu a um incremento da importância desta cidade no todo nacional, vindo a verificar-se o oposto. À semelhança do que ocorreu com todas as outras capitais diocesanas do país, também Leiria, incluída num processo de agrarização, sofreu um esvaziamento demográfico, económico, social e cultural. Foram necessários quase 400 anos para que a cidade de Leiria visse a sua população duplicar para aproximadamente 5000 habitantes⁶⁴ (Magalhães, 1999).

A fundação da diocese de Leiria enquanto factor indutor do desenvolvimento da cidade e da região não reúne unanimidade. Se por um lado Joaquim Magalhães (1999) defende que esta *promoção* coincidiu com o seu retrocesso demográfico e económico, por outro, Acácio Sousa entende que a reorganização da comarca de Leiria, *cabendo-lhe a estreita faixa litoral que ia desta terra à Lourinhã e Cadaval bem como da diocese de Leiria constituíram causa e consequência da força económica e demográfica da região* (Sousa, 1999: 162).

⁶⁴ Desde a fundação da diocese de Leiria no século XVI até ao início do século XX.

2.3. - O eixo Leiria / Marinha Grande

Em todo o processo de idealização de uma comunidade cultural leiriense não se pode olvidar o desenvolvimento económico do eixo Leiria – Marinha Grande e o seu impacte nos discursos sobre a região. Os concelhos de Leiria e da Marinha Grande têm cerca de 155.000 habitantes⁶⁵, aproximadamente um terço da população do distrito⁶⁶, estando as respectivas sedes concelhias separadas por dez quilómetros. Nos últimos 15 anos a população destes dois centros aumentou 17%, o que corresponde a mais 22.500 pessoas⁶⁷.

Reconhecendo a importância e a dinâmica socio-económica do eixo no contexto da imaginação de uma comunidade regional, Tomás Oliveira Dias apresenta uma visão crítica das sucessivas tentativas de separação dos dois concelhos, em consequência da sua integração político-administrativa, quer em direcção ao sul, relativamente a Lisboa, no que diz respeito à Marinha Grande, quer para o norte em direcção a Coimbra, no que ao concelho de Leiria concerne. A divisão do distrito por duas províncias, em 1934, já tinha levantado grande alvoroço entre as elites locais, com destaque para Afonso Lopes Vieira.

Também Tomás Oliveira Dias refuta a separação dos dois concelhos, consignada durante o período do Estado Novo. Pela reforma delineada nos anos 30 o concelho de Leiria passava a fazer parte da recém criada província da Beira Litoral, enquanto que a Marinha Grande permanecia integrada na Estremadura. Trata-se, na perspectiva do autor, de uma *divisão do distrito do mais artificial que há*, na medida em que nos encontramos perante *duas zonas que estão perfeitamente ligadas e que ao longo dos anos se têm mostrado sempre cada vez mais conectadas* [TOD]. Acrescenta Tomás Oliveira Dias que o eixo Leiria – Marinha Grande tem sido referido pelo seu elevado dinamismo económico, podendo no futuro *constituir uma metrópole de outra dimensão, uma das tais cidades médias de que se fala agora* [TOD].

O desempenho económico dos dois concelhos foi analisado por Celeste Frazão no congresso *Pensar a Região de Leiria*, organizado pelo Projecto Identidade e

⁶⁵ Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o concelho de Leiria possuía em 2005 aproximadamente 120.000 habitantes, e o da Marinha Grande, 35.000: Instituto Nacional de Estatística [online]. [citado em 28/02/07; 14.00 horas], disponível em www.ine.pt.

⁶⁶ Os concelhos que constituem o distrito de Leiria possuíam, no seu conjunto, e segundo os censos de 2001, aproximadamente 459.400 habitantes: Instituto Nacional de Estatística [online]. [citado em 28/02/07; 14.30 horas], disponível em www.ine.pt.

⁶⁷ 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura (1991). Leiria: ADLEI, SCRIPTO - Clube de Imprensa de Leiria.

Diversidades⁶⁸. A partir dos dados do INE relativos a 2003, Frazão constatou que os concelhos de Leiria e da Marinha Grande concentravam, em 2001, cerca de 1.282 empresas do sector primário (aproximadamente 15% do total do distrito), 5.385 indústrias do sector secundário (cerca de 30 % do total distrital) e 11.701 do sector terciário (sensivelmente 35 % do total do distrito) (quadro 1). O eixo Leiria/Marinha Grande é pioneiro nas indústrias de moldes, vidros e plásticos.

| Concelhos | Sector Primário | % | Sector Secundário | % | Sector Terciário | % |
|----------------------------|-----------------|----|-------------------|----|------------------|----|
| Alcobaça | 1407 | 19 | 2290 | 31 | 3602 | 50 |
| Alvaiázere | 95 | 10 | 307 | 35 | 482 | 55 |
| Ansião | 206 | 12 | 666 | 37 | 917 | 51 |
| Batalha | 313 | 15 | 689 | 33 | 1106 | 52 |
| Bombarral | 391 | 23 | 392 | 23 | 920 | 54 |
| Caldas da Rainha | 1138 | 17 | 1714 | 27 | 3580 | 56 |
| Castanheira de Pêra | 59 | 14 | 111 | 27 | 247 | 59 |
| Figueiró dos Vinhos | 107 | 13 | 220 | 27 | 496 | 60 |
| Leiria | 1208 | 9 | 4289 | 30 | 8585 | 61 |
| Marinha Grande | 74 | 2 | 1096 | 26 | 3116 | 72 |
| Nazaré | 263 | 11 | 456 | 20 | 1575 | 69 |
| Óbidos | 538 | 34 | 394 | 25 | 642 | 41 |
| Ourém | 359 | 7 | 1362 | 29 | 3047 | 64 |
| Pedrógão Grande | 116 | 21 | 79 | 15 | 345 | 64 |
| Peniche | 560 | 16 | 966 | 29 | 1837 | 55 |
| Pombal | 794 | 11 | 2801 | 41 | 3290 | 48 |
| Porto de Mós | 576 | 17 | 1029 | 30 | 1775 | 53 |
| Total | 8204 | | 18861 | | 35562 | |

Quadro 2 - Distribuição da actividade económica por sectores de actividade nos concelhos do distrito de Leiria e Ourém. Fonte: Celeste Frazão, 2005: 251.

Por outro lado, e ainda de acordo com os dados tratados por Frazão (2005), o eixo Leiria - Marinha Grande concentrava, em 2003, 55,7% das 250 maiores empresas do distrito e cerca de 60 % do volume total de negócios do mesmo⁶⁹ (quadro 2). Estes factores, associados ao desenvolvimento de um *cluster* diversificado de produtos (Neto,

⁶⁸ Actual Centro de Investigação Identidades & Diversidades, unidade de investigação integrada no Instituto Politécnico de Leiria.

⁶⁹ Sendo estes os dados mais recentes, relativamente à economia do distrito de Leiria, o 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura, realizado em 1991, havia-se já debruçado profundamente sobre esta temática, apresentando uma série de estatísticas passíveis de análise mais detalhada, principalmente se tivermos em conta uma perspectiva mais evolutiva da economia regional.

2005), acentuam a centralidade do eixo nos discursos das elites locais. Enquanto lugar de grande desenvolvimento económico pode ser assumido como o corredor urbano da região de Leiria, transformando-se na cidade média referida por Tomás Oliveira Dias.

| Concelhos | Empresas | % | Volume de Negócios (€ -2001) | % | Empregados | % |
|----------------------------|------------|------------|------------------------------|------------|---------------|------------|
| Alcobaça | 19 | 7.6 | 198.597.564 | 6.5 | 2916 | 10.9 |
| Alvaiázere | 2 | 0.8 | 155.402.284 | 5.1 | 148 | 0.6 |
| Ansião | 2 | 0.8 | 10.758.903 | 0.4 | 140 | 0.5 |
| Batalha | 12 | 4.8 | 106.852.960 | 3.5 | 1809 | 6.7 |
| Bombarral | 9 | 3.6 | 86.445.658 | 2.8 | 732 | 2.7 |
| Caldas da Rainha | 14 | 5.6 | 214.353.251 | 7.0 | 4935 | 18.4 |
| Castanheira de Pêra | 0 | 0.0 | 0 | 0 | 0 | 0.0 |
| Figueiró dos Vinhos | 1 | 0.4 | 5.411.223 | 0.2 | 6 | 0.0 |
| Leiria | 103 | 41.2 | 1.481.863.251 | 48.6 | 8997 | 33.6 |
| Marinha Grande | 36 | 14.4 | 316.839.090 | 10.4 | 3332 | 12.4 |
| Nazaré | 1 | 0.4 | 4.419.945 | 0.1 | 58 | 0.2 |
| Óbidos | 3 | 1.2 | 15.672.271 | 0.5 | 56 | 0.2 |
| Pedrógão Grande | 0 | 0.0 | 0 | 0 | 0 | 0.0 |
| Peniche | 6 | 2.4 | 46.733.314 | 1.5 | 360 | 1.3 |
| Pombal | 30 | 12 | 268.686.822 | 8.8 | 1911 | 7.2 |
| Porto de Mós | 12 | 4.8 | 136.365.244 | 4.5 | 1309 | 4.9 |
| Total | 250 | 100 | 3.048.401.780 | 100 | 26.709 | 100 |

Quadro 3 - As 250 maiores empresas do distrito, por concelho⁷⁰. Fonte: Celeste Frazão, 2005.

São estes dados que permitem que

Leiria e Marinha Grande formem [...] um dos eixos mais ricos e dinâmicos da região centro [...]. Um eixo que começa a equacionar, como admite a presidente da câmara de Leiria, Isabel Damasceno, a criação de uma zona industrial a meia distância, entre as duas cidades [...] (Brites; Fonseca e Romão, 2007).

⁷⁰ Dados do Jornal de Leiria, publicados em Outubro de 2003, in Frazão, 2005: 253.

Da mesma forma, João Luís Jesus Fernandes refere-se ao eixo Leiria - Marinha Grande como

um pólo com alguma capacidade de aglutinação, que resulta do desenvolvimento articulado entre o terciário, sobretudo na cidade de Leiria, e o secundário, disperso de modo difuso pelos concelhos de Leiria e Marinha Grande, hoje aproximados por uma rodovia de circulação rápida (Fernandes, 2005: 316-317).

Em resumo, ao longo deste corredor urbano/industrial, encontra-se localizado o *miolo* industrial do distrito. A curta distância que as separa, bem como a concentração económica, têm contribuído para a constituição de um *núcleo que se poderá afirmar à escala regional* [TOD].

2.4. - Que Europa para a região?

A revolução ocorrida em 25 de Abril de 1974 foi um dos acontecimentos mais marcantes da história da sociedade portuguesa do século XX. Não foi só o regime político que mudou mas também a orientação social e económica do país, com reflexos no debate sobre a reorganização das regiões portuguesas. Durante o Estado Novo havia já sido feitas tentativas para a reabilitação das antigas províncias. Contudo, o abandono da ideia de província, em 1959, enquanto espaço regional ou comunidade intermédia entre o local (concelho) e o nacional (Estado – Nação) veio a caracterizar a acção do regime nesta questão.

Do ponto de vista político-social, o século XX português é ainda assinalado por dois acontecimentos marcantes: a afirmação do império colonial enquanto *negação da pequenez europeia de Portugal* (Cunha, 2001: 95), seu fim, e a viragem em direcção à Europa até à integração na CEE. O Império colonial parecia condenado a ser substituído pelo espaço europeu. Até aos anos 60 o quadro político vigente valorizava, portanto, a dimensão colonial da nação, organizando-se exposições e eventos que colocassem em evidência a grandeza do império colonial português.

Num quadro político que valorizava a dimensão colonial da nação - tanto por razões de evidente pragmatismo económico, como pela necessidade de explicitar a propalada «vocação imperial» -, a organização de uma exposição colonial surge marcada por uma

tónica pedagógica e, simultaneamente, por um discurso de exaltação do Império. Através dela procurar-se-á cativar os interesses e vocações, mas sobretudo mostrar a verdadeira dimensão e vocação do país. Expõe-se assim uma vastidão geográfica que permite negar a pequenez europeia, ao mesmo tempo que se evidencia o valor da alma missionária e civilizadora portuguesa (Cunha, 2001: 95).

Com o fim do Grande Portugal colonial (Leal, 2006), que se estendia do Minho até Timor, idealizado pelo Estado Novo, uma nova grandeza da nação era procurada na *modernização, europeização, ou [no] reatar de 'laços históricos', outros modos de protelar um imaginário colonial, sob a forma da 'lusofonia'* (Sanches, 2006: 13). A política portuguesa orientava-se duplamente para a concretização da ideia da Lusofonia, culminando com a fundação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996 (Almeida, 2000), e para a Europa.

O desejo de integração de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE) era já visível durante o período da ditadura quando, em 18 de Maio de 1962, o governo português solicita a abertura de negociações com a CEE⁷¹. Em 1972 foi assinado um acordo comercial. Posteriormente, o 1º Governo Provisório (1974), presidido por Adelino da Palma Carlos, propôs a *intensificação das relações comerciais e políticas com os países da Comunidade Económica Europeia*⁷².

Em 12 de Junho de 1985 assina-se em Lisboa o tratado de adesão de Portugal. Discursam nesta cerimónia Mário Soares, primeiro-ministro português, Giulio Andreotti, presidente em exercício do Conselho Europeu e Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia. À tarde, em cerimónia idêntica, a Espanha assina o tratado de adesão em Madrid⁷³. A adesão plena ocorre em 1 de Janeiro de 1986, e teve como consequência, uma reorganização no território português. Portugal passou, em 1989, a constituir uma Nomenclatura de Unidade Territorial para fins estatísticos (NUT I)⁷⁴, no contexto dos então 12 países membros.

Por outro lado, dada a inexistência de regiões administrativas em Portugal, foram criados mais quatro níveis: as NUT II, III, IV e V (Claudino, 2006: 114-117). As

⁷¹ Cronologia comparada dos principais momentos da integração europeia [online]. [citado em 04/03/07; 10.00 horas], disponível em <http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/ahd/cron.html>.

⁷² Programa do 1º Governo Provisório [online], [citado em 04/03/07; 11.30 horas], disponível em www.portugal.gov.pt.

⁷³ Cronologia comparada dos principais momentos da integração europeia [online]. [citado em 04/03/07; 12.00 horas], disponível em <http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/ahd/cron.html>.

⁷⁴ A Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro de 1989, constitui a matriz delimitadora da recolha e compilação de informação estatística de base regional.

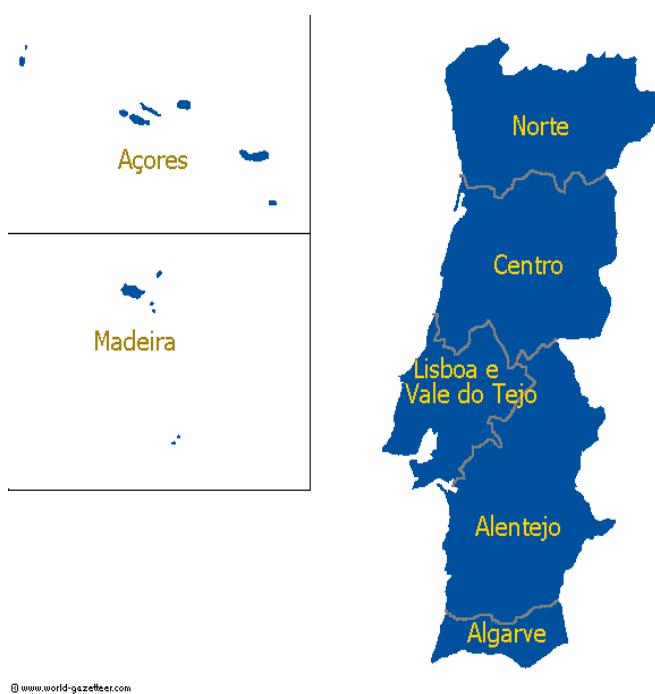


Fig. 30 – As NUT II portuguesas em 1989.
Fonte: Fórum Portugal.

NUT II obedeceram à divisão do Estado-Nação (NUT I) em 7 unidades estatísticas regionais (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira, Açores) (fig. 30). As NUT III, em número de 30, constituíram unidades regionais mais pequenas, muito semelhantes a associações de municípios. As NUT IV e V, correspondentes aos concelhos e freguesias portuguesas, respectivamente, não serão tratadas neste trabalho.

Foi em função destas divisões administrativas que se

definiriam as políticas europeias para o todo nacional, nomeadamente no que diz respeito à distribuição de Fundos de Desenvolvimento Regional. Na altura da definição das NUT, nos anos 80/90, os autores da região de Leiria estavam já bem conscientes da noção de *Europa das Regiões* e das suas consequências para a sua região, como mostra Vitorino Vieira Dias. Na comunicação intitulada *A Política Regional Comunitária e o Desenvolvimento Socio-económico Português*, apresentada no âmbito do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura, realizado 5 anos após a integração de Portugal na CEE, o autor faz uma análise às referências à política regional europeia por parte do Tratado de Roma bem como às consequências da sua aplicação a Portugal. Relativamente ao desenvolvimento das políticas regionais e reordenamento das mesmas, Vitorino Vieira Dias constatou que foi apenas em 20 de Maio de 1983 que o Conselho da Europa adoptou a *Carta Europeia do Ordenamento do Território*, onde se referiu explicitamente os planos regionais de ordenamento do território (PROT). Portugal adoptou este documento no mesmo ano, com base no qual elaborou os seus planos regionais de ordenamento do território.

A *Carta Europeia do Ordenamento do Território* emergiu a partir das Cartas Europeias do Património Arquitectónico, do Solo e da Água, cujo objectivo consistiu

em preconizar uma gestão mais eficaz destes recursos, com vista ao desenvolvimento económico, perspectiva que inspira Vitorino Vieira Dias. Defende que a política regional europeia, definida como *o conjunto de medidas sobre as condições de localização das actividades económicas e dos homens no respeitante às características naturais das regiões, às exigências da técnica e da economia e às necessidades e aspirações da população* (Dias, V. V., 1995: 92),

reduz-se à vertente económica. Neste sentido, *a consagração de uma política regional no Tratado de Roma tem ainda uma razão histórica: o subdesenvolvimento de certas áreas essencialmente agrícolas, o declínio de certas indústrias fundamentais e o congestionamento de certas regiões* (Dias, V. V., 1995: 92).

Fig. 31 – Alfredo Marques. Fonte: CCDRC.



A black and white portrait of Alfredo Marques, a middle-aged man with dark hair and a mustache, wearing a white shirt and a dark tie. He is looking directly at the camera with a neutral expression.

A prioridade ao desenvolvimento económico regional acabaria por funcionar, na perspectiva das elites europeias, como um motor para a futura integração social e cultural (Shore, 2000). Assim, a divisão do país em NUT começa por corresponder a desígnios económicos, a partir dos quais se supõe, virem os culturais, como é constatado por Alfredo Marques. Consciente das dinâmicas e problemáticas que se têm movido em torno da complexa reformulação administrativa do país, ao nível intermédio das regiões, o autor sublinhou a inexistência de uma região Centro enquanto comunidade histórica e cultural, em contraste com a realidade provincial. Para o presidente da CCDRC a questão do regionalismo é complexa e a identificação com uma região jamais se sobreporá à nacional, ideia materializada no seu comentário *eu não sou nada regionalista, até me põe os nervos um bocado agitados a ideia do regionalismo em Portugal*.

Alfredo Marques destacou o cunho económico das actuais regiões plano portuguesas, ao referir que

a regionalização acabou por se impor [...] mais por razões económicas do que culturais. No plano do desenvolvimento económico a regionalização faz todo o sentido e toda a necessidade, sendo assim possível o desenvolvimento económico numa óptica de proximidade, a dinamização de políticas de desenvolvimento económico próximas do terreno, próximas dos problemas, próximas dos agentes que devem ser mobilizados [...].

As regiões começaram por ser realidades estatísticas, foi assim que elas foram criadas em 1986, para fins estatísticos, depois transformaram-se em regiões de planeamento em Portugal, sobrepondo-se, no entanto, os fins estatísticos, pois planeamento regional em Portugal tem-se feito pouquíssimo. Tem havido um plano regional mas é para o país todo como uma região da Europa.

Actualmente, [...], e pela primeira vez é que se está a procurar fazer algum planeamento, e definir estratégias regionais, mas isto porque as regiões portuguesas NUT II vão ter estatutos diferentes no âmbito da União, até agora nós tínhamos varias regiões mas todas elas tinham o mesmo estatuto, portanto não havia diferenciação, era o país todo, o país era, então, todo tratado por igual do ponto de vista das suas regiões, o que também não era propiciador, digamos assim, às diferenciações internas. [...] A partir do ano que vem, com os novos fundos estruturais, é que teremos, pela primeira vez, o Norte, o Centro, o Alentejo e os Açores, e o Algarve, mas o Algarve está em transição, têm um determinado estatuto, regiões de convergência, sendo que Lisboa tem um estatuto diferente, que é igual ao da Madeira. [...] Isto vai obrigar a que se criem políticas diferentes, quanto mais não seja porque os fundos estruturais não alinhavam na mesma política que seguimos até aqui, obrigam a políticas diferentes, portanto estratégias diferentes, mas, definir uma estratégia é procurar o que é que identifica a região, o que é que dá identidade à região, o que é que a distingue das outras, portanto vai ter que se fazer isso [...]. (AM)

Este trecho da entrevista recorda José Leite de Vasconcelos quando, na sua obra *Etnografia Portuguesa – Tentame de Sistematização, vol. III – A Terra de Portugal*, não deu especial atenção aos distritos. Considerava-os de formação recente e sem tradições históricas para que pudessem ser estudados e analisados enquanto comunidades culturais (Vasconcelos, 1980: 23). Também as NUT são afirmadas como unidades estatísticas adoptadas pelo governo, que as instituiu como forma de resolver o suposto vazio regional do país, ignorando as antigas províncias e as suas representações culturais. Se as últimas permanecem nos discursos dos autores leirienses, as NUT não constituem, ainda, formas ideais de regionalização, como foi possível observar no âmbito dos nossos encontros. Apenas os presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo, é que dissertam sobre elas com alguma veemência, exprimindo contudo algumas reservas. Alfredo Marques afirma que

não existe uma tradição de Região Centro, nós temos vários distritos repartidos entre regiões diferentes, uns para o norte e

outros para o sul, existe alguma identidade municipal mas sobretudo de país, dá-me a impressão que essa é a maior identidade (AM).

O referendo à regionalização administrativa proposto pelo governo socialista de António Guterres, em 8/11/1998, tinha por base as cinco NUT II. A maioria da população portuguesa respondeu negativamente à proposta de divisão administrativa, o que pode confirmar, entre outras razões, falta de identificação com a divisão territorial sugerida.

As duas questões que compunham a matéria a referendar, como seja, *concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas, e concorda com a instituição em concreto da região administrativas da sua área de recenseamento eleitoral?*⁷⁵, a maioria dos portugueses respondeu não. Em relação à primeira questão 60% disseram não, e à segunda, a percentagem de respostas negativas foi de 59% aproximadamente (quadro 3). O referendo à regionalização ocorreu apenas no continente, uma vez que os arquipélagos dos Açores e da Madeira passaram a constituir regiões autónomas, dotadas de instituições políticas, a partir de 1976⁷⁶. Ao contrário de Espanha, a regionalização portuguesa circunscreveu-se aos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Não se constituíram poderes intermédios entre o nacional e o local, no continente, para além dos dois casos referidos.

[...] o processo das autonomias regionais em Portugal desencadeia-se, como se sabe, com as condições criadas pelo 25 de Abril. Mas foi uma transformação profunda que afectou só uma parte da população portuguesa, a dos então arquipélagos dos Açores e da Madeira. A população continental estava na altura também empenhada em transformar a sociedade. Nestas circunstâncias as autonomias das duas regiões insulares surgem ainda hoje, para o comum do cidadão continental como um fenómeno interessante, mas distante. Estabeleça-se uma comparação com a Espanha pós-franquista, onde a questão das autonomias não foi assunto circunscrito a uma ou duas regiões, mas a todo o território do Estado espanhol. Diferente do nosso caso, no país vizinho toda a população foi directa e conscientemente envolvida na questão. É uma diferença que distingue os dois estados peninsulares, por sinal ambos com regiões insulares no Atlântico (Branco, 2007: 2).

⁷⁵ Decreto do Presidente da República nº 39/98 de 1 de Setembro. Consulte-se, também, o seguinte sítio da Internet: www.stape.pt.

⁷⁶ Diário da República nº 86 Série I Parte A de 10/04/1976.

| Instituição em concreto das regiões administrativas – 08-11-1998 | | | |
|--|----------------|--------------|---|
| PORTUGAL | | | |
| Perguntas | Votos | Número | % |
| Pergunta 1 – 2º Referendo⁷⁷ | | | |
| Sim | 1458132 | 34,96 | |
| Não | 2537822 | 60,84 | |
| Brancos | 40675 | 0,98 | |
| Pergunta 2 – 2º Referendo | | | |
| Sim | 1386718 | 33,25 | |
| Não | 2457604 | 58,92 | |
| Brancos | 80856 | 1,94 | |
| Totais | | | |
| Nulos | 77420 | 1,86 | |
| Brancos | 57050 | 1,37 | |
| Votantes | 4171099 | 48,29 | |
| Abstenções | 4465743 | 51,71 | |
| Inscritos | 8636842 | | |

Quadro 4 - Resultados finais do referendo à regionalização em Portugal. Fonte: Ministério da Administração Interna.

⁷⁷ O 1º referendo ocorreu em 28/06/1998 e referiu-se à Interrupção Voluntária da Gravidez, disponível em www.stape.pt

2.5. - Leiria entre duas NUT II

As cinco NUT II, ou regiões estatísticas em que o país foi dividido, passaram a

ficar enquadradas nas Comissões de Coordenação Regional (CCR), que foram criadas pelo decreto-lei n.º 494/79 de 21 de Dezembro. Às CCR incumbia a tarefa de implementação das políticas nacionais, ao nível das regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve.

De acordo com o decreto-lei n.º 104/03 de 23 de Maio, são extintas as CCR e criadas as Comissões de Coordenação e de Desenvolvimento, a quem são atribuídas funções de gestão e de



Fig. 32 – A NUT II Lisboa e Vale do Tejo (incluindo as NUT III), em 1989. Fonte: Sistema Nacional de Informação Geográfica.

administração dos territórios regionais⁷⁸, na dependência do poder central.

Neste contexto de (re)invenção de novas territorialidade regionais, o distrito de Leiria correu de novo o risco de ficar dividido entre duas delas: o Centro, onde foram integrados os concelhos do norte e centro distrital, e Lisboa e Vale do Tejo, na qual se inseriram os concelhos do sul, em 1989. À semelhança de 1940, com a tentativa de reformulação e institucionalização das antigas províncias, os concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche (Oeste) foram incluídos, pelo decreto-lei n.º 46/89 de 15 de Fevereiro, na Região de Lisboa e Vale do Tejo (fig. 30 e 32), enquanto que os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós são integrados na Região Centro (Pinhal Interior Norte e Pinhal Litoral) (fig. 30 e 33).

Este facto foi comentado por Tomás Oliveira Dias em 1991, quando no 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura, referia

⁷⁸ As atribuições das CCDR encontram-se especificadas no decreto-lei n.º 104/03 de 23 de Maio.

estarmos numa situação difícil, com o distrito repartido por duas Comissões de Coordenação Regional. E mesmo na Região Centro estamos ainda divididos pelas sub-regiões do Pinhal e do Pinhal Litoral [...]. Tudo parece concertar-se para o desmembramento da região de Leiria se os seus filhos e residentes não se opuserem a tal desiderato (Dias, T. O., 1995: 193).

Em reacção a estas novas ameaças, e demonstrando o mesmo vigor que há 15 anos, em 2006, Tomás Oliveira Dias continua a defender a província da Estremadura em geral, e o distrito de Leiria em particular, como os melhores projectos para se pensar a regionalização do país. Para o autor a província é uma comunidade regional histórica, caracterizada por laços de união entre as suas populações. O mesmo não sucede relativamente às cinco regiões propostas pelos sucessivos governos depois da integração europeia. Na perspectiva de TOD a vontade do poder político central não pode marginalizar a opinião das elites da região de Leiria, que augurando falar em nome de todos os leirienses, entendem aquela como o distrito inserido na província estremenha como um todo.



Fig. 33 – A NUT II Centro (incluindo as NUT III), em 1989. Fonte: Sistema Nacional de Informação Geográfica.

Agora o problema (da regionalização) volta a estar na ordem do dia. Parece que o governo está empenhado em construir uma regionalização baseada nas cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, vamos ver se estaremos a caminhar para uma situação consumada em que depois é só pôr a cúpula no edifício já construído. Espero bem que não seja, porque não é a melhor maneira, sem realizar um referendo e procurando-se uma divisão administrativa em consonância com a vontade das populações. Mas este tema está de novo em cima da mesa e parece que as pessoas já perceberam que a regionalização é necessária não para desmembrar um país mas para o enriquecer dentro do chamado princípio da subsidiariedade. O que pode ser feito num circunscrição mais pequena não deve ser feito a nível nacional. É aliás um dos princípios básicos da União Europeia, não há razão nenhuma para que não se aplique no todo nacional. Porque é que hão-de ir ao Terreiro do Paço coisas que podem ser melhor resolvidas por quem está no terreno.

O problema é que parece difícil dividir o país em regiões. Uma coisa é certa é que enquanto não houver regiões



Fig. 34 – As cinco NUT II do continente português em 2002. Fonte: Ministério da Educação.

administrativas os distritos vão prevalecer, e portanto é em redor do distrito de Leiria que as pessoas se devem congregar [TOD].

Entre uniões e divisões, a promulgação do decreto-lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro, volta a juntar o que em 1989 fora dividido. A região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), agora denominada região de Lisboa, fica reduzida aos municípios da Grande Lisboa e da Península de Setúbal (fig. 34 e 36). Esta reorganização foi ditada por razões políticas, visto que a anterior região LVT se encontrava dentro da média de rendimentos *per capita* da União Europeia, deixando de poder

beneficiar dos fundos da União Europeia destinados às regiões desfavorecidas. Como forma de minorar as perdas, os concelhos da NUT III - Oeste são então integrados na NUT II – Centro (fig. 34 e 35). Não só passaram a fazer parte da região Centro os concelhos do sul do distrito de Leiria, como também os do norte do distrito de Lisboa.



Fig. 36 – A NUT II – Lisboa em 2002. Fonte: Ministério da Educação.

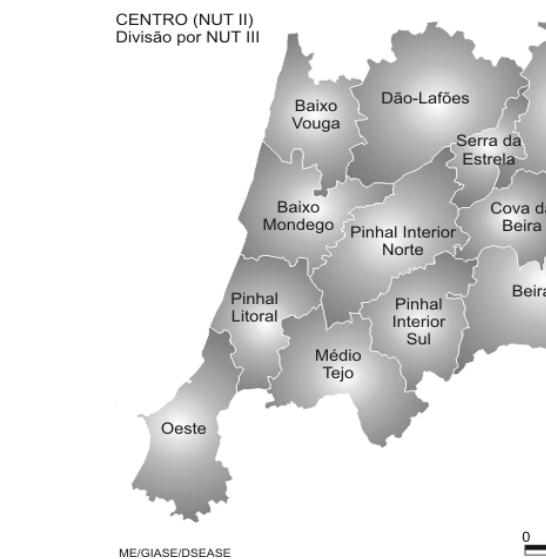


Fig. 35 – A NUT II – Centro em 2002. Fonte: Ministério da Educação.

A reorganização das NUT II, nascida a partir do referido decreto de 2002, não é avaliada de forma positiva por alguns dos entrevistados. Estão neste caso António

Fonseca Ferreira, presidente da CCDRL e António Carneiro, presidente da região de Turismo do Oeste.

Para António Fonseca Ferreira a NUT III – Oeste constitui uma realidade complexa, caracterizada por clivagens internas. Segundo o autor, o facto de se tratar de uma região composta por concelhos de dois distritos, com diferentes orientações políticas, não tem propiciado as *necessárias articulações e unidades* [AFF]. Demonstra, em simultâneo, a força representativa adquirida pelos distritos ao longo dos últimos 200 anos, aproximando-nos de outras visões, como Tomás Oliveira Dias, que defendem o distrito enquanto comunidade regional a manter no futuro.



Fig. 37 – António Fonseca Ferreira. Foto:
Autor.

No Oeste há claramente uma dissociação entre o norte e o sul, o que é natural porque a NUT III não veio unificar outros territórios que já existiam, por exemplo os distritos administrativos, o distrito de Leiria a norte e o distrito de Lisboa a sul, induzem a uma divisão, que a NUT III - Oeste ainda não ultrapassou [...].

Há claramente outra, [...] e estou a falar de tendências que vinham de trás, [...] politicamente, o PSD dominava a norte, estou a falar no Oeste, nos concelhos a norte, enquanto o Partido Socialista dominava a sul, o PS ou a CDU ultimamente em Sobral de Monte Agraço, podemos dizer que dominam uns sectores mais à esquerda a sul e mais à direita a norte [AFF].

Prosseguindo na sua discussão acerca do Oeste e do seu regresso à NUT II - Lisboa, António Fonseca Ferreira alega que a única comunidade cultural mais homogénea e consensual quer para o Oeste, quer para Leiria seria composta pela antiga província da Estremadura, que não se prevê vir a existir de novo. Apesar das contradições que se podem verificar no interior da NUT III - Oeste, o entrevistado refere a sua aproximação a Lisboa, o que tem a ver com o peso da capital do país.

A atracção do sul de Leiria por Lisboa tem a ver com relações funcionais e simbólicas, simbólicas porque é aqui que está o centro, quer de poder, quer da economia, e funcionais por que a Área Metropolitana de Lisboa é a grande cliente de muitos produtos daquela região, sejam agrícolas, sejam industriais. Ou é cliente, ou é por onde se exporta. Há relações simbólicas e relações funcionais que levam a essa atracção.

Outro concelho que o PSD queria unir a Leiria era Alcobaça, para formar a grande área metropolitana e fugir porque o controlo aqui a sul era do PS. O presidente da câmara de Alcobaça não estava de acordo com a facção do seu partido, o PSD, e quis sempre pertencer ao sul, impedindo que a Nazaré também fosse para Leiria, porque, por razões partidárias também teria ido para Leiria. Portanto houve ali um xadrez, e felizmente manteve-se, pois ir tudo para a Grande Área Metropolitana de Leiria seria desfazer as NUT III, que são para manter, mas fundamentalmente é de ter em conta esse aspecto, ao mesmo tempo que, progressivamente, Leiria e a Marinha Grande se vão reforçar noutro sentido. Portanto há uma dissensão no centro por causa da atracção funcional prática, económica e simbólica relativamente a Lisboa [AFF].

Por seu lado, o presidente da região de Turismo do Oeste defende, na mesma perspectiva, a integração da NUT III - Oeste na região de Lisboa (NUT II). Embora reflectindo sobre o turismo e a produção de ícones regionais, capazes de projectarem a região em Portugal e no exterior, como *o golfe, o seu ambiente rural de densidade populacional equilibrada e uma agricultura poderosa*, António Carneiro, apoia-se nos estudos desenvolvidos pelo geógrafo Orlando Ribeiro, para advogar que são esses factores que afastam o Oeste de Leiria, mais a norte, *terra da cultura da pedra e do pinhal*.

O professor Orlando Ribeiro tem um trabalho sobre a região mediterrânea, situa algures por Alcobaça, como sabe, o limite norte da região mediterrânea, e de facto quando caminhamos daqui para norte percebemos quando abandonamos esta área da vinha, digamos assim. Como sabe, basicamente de Alcobaça para cima, quase desaparecem as frutas e a agricultura intensiva, embora todo o país tenha vinha e frutas mas não como aqui. Talvez este seja o aspecto mais distintivo da parte sul do distrito de Leiria que é rigorosamente igual à parte norte do distrito de Lisboa, e portanto estes dois sub-districtos formaram uma região. Região, essa, que foi formada também organicamente como NUT III [AC].

Orlando Ribeiro, em *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico* (1998: 151), originalmente publicado em 1945, refere-se ao pinhal de Leiria como uma das características do Norte Atlântico, presentes a sul do Mondego, o que transforma esta parte do distrito de Leiria (sobretudo o seu centro) numa zona de transição entre o Norte e o Sul, salvaguardando contudo que, não obstante o pinhal atingir em Leiria a sua máxima expressão, essa mancha florestal se estende até à Arrábida. Por outro lado, o geógrafo reconhece, sob o ponto de vista geográfico, quatro unidades de paisagem na

Estremadura: o maciço calcário estremenho e da Arrábida (fig. 29 – (13)), ocupando, o primeiro, uma faixa interior do distrito de Leiria, depressões e colinas entre a cordilheira central e maciços calcários (14), estabelecendo, ainda, dentro do distrito de Leiria, a Estremadura setentrional (12) (coincidente, em geral, com o norte e centro do distrito de Leiria), unidade paisagística geralmente baixa, e Estremadura meridional (15) mais acidentada, e correspondente ao sul do distrito de Leiria e distrito de Lisboa. Esta unidade, incluindo a região Oeste, estende-se, segundo Orlando Ribeiro, desde o limite norte do concelho da Nazaré até aos concelhos da margem sul de Lisboa. Apesar deste polimorfismo paisagístico há elementos gerais como as praias ou o calcário que permitem, na perspectiva daquele geógrafo, ver esta região como uma unidade geográfica dentro da província da Estremadura (fig. 38).

Orlando Ribeiro aponta ainda a influência de algumas características da Beira Litoral no distrito de Leiria.

A oeste, a influência do mar enriquece de cambiantes a transição entre o Norte e o Sul. Como na Beira Litoral, grandes manchas de areias soltas reaparecem ao sul do Mondego. Cobrem-nas pinhais imensos: o de Leiria, mantido e propagado pelo homem, constitui o maior maciço florestal do nosso território – acima de 9000 ha (Ribeiro, 1998: 151).

O material usado na arquitectura constitui, segundo António Carneiro, outro ícone que serve como elemento integrador do Oeste na NUT II – Lisboa. A cal usada na pintura das habitações está na origem de um tipo de cultura, a *cultura da cal*, que distingue o sul do distrito de Leiria do norte e do centro, caracterizado pela *cultura da pedra*. Assim, se é no norte que se situam os grandes monumentos calcários, símbolo da utilização deste material nas construções dessa região, não é menos certo que a pedra calcária é, na perspectiva de Orlando Ribeiro, uma característica das regiões mediterrânicas, e não do norte mais influenciado pelo atlântico.

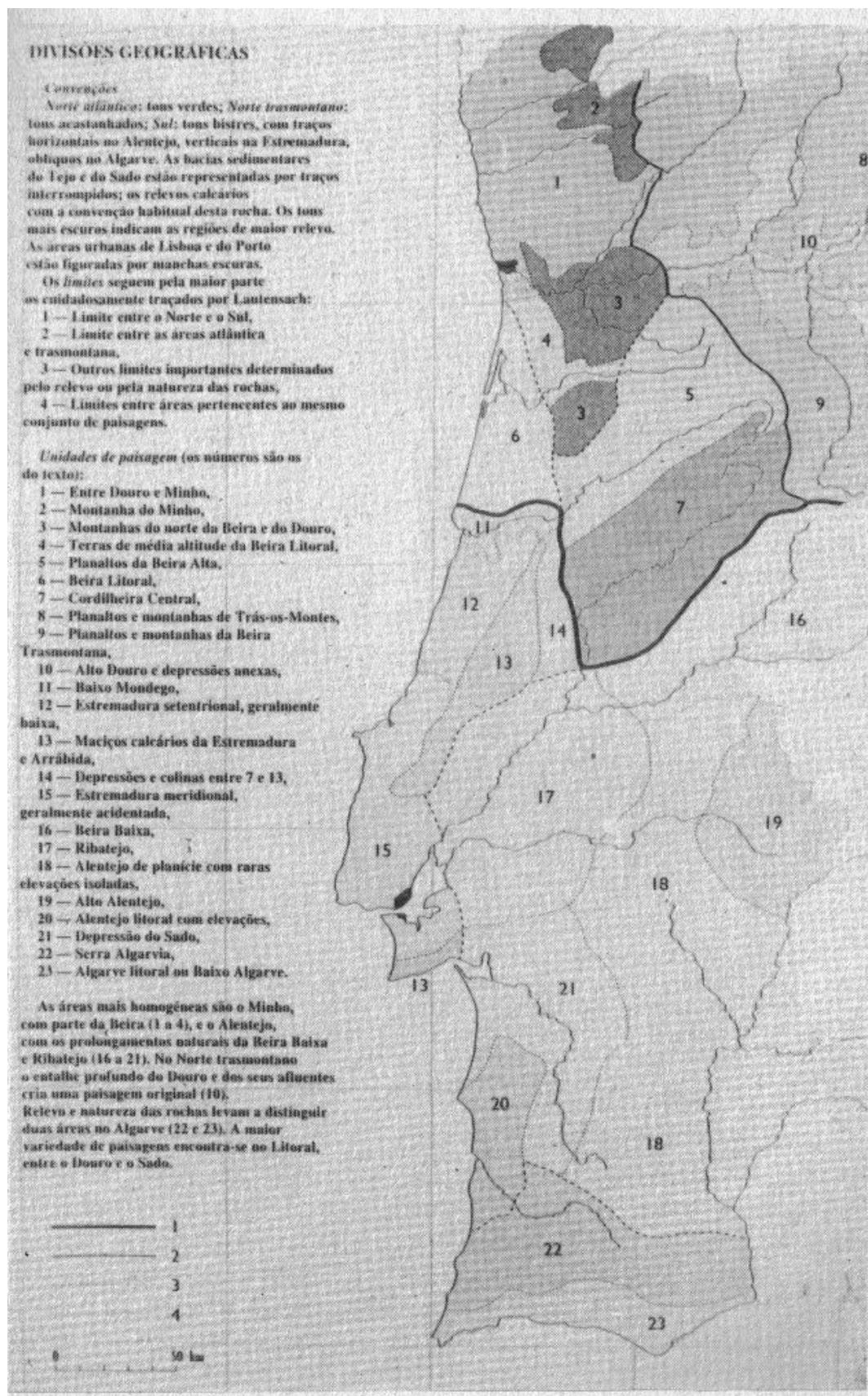


Fig. 38 – Divisões geográficas de Portugal segundo Orlando Ribeiro. Fonte: Orlando Ribeiro, 1998 (7^a ed.).

Não obstante as propaladas diferenças entre o Pinhal Litoral, à volta de Leiria, e o Oeste, António Carneiro defende que se a regionalização administrativa do país se fizer a partir das NUT II, não só o Oeste deverá ficar integrado na região de Lisboa, como a Leiria incumbe lutar por ficar nesta NUT II, e não na região Centro. O autor considera que as duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, por apresentarem características metropolitanas específicas se devem manter no novo figurino da regionalização.

Se tivermos presente que este governo na próxima legislatura irá avançar com o processo de regionalização administrativa, ora já toda a gente percebeu que ele pretende criar cinco regiões e, eventualmente, duas áreas metropolitanas. Aqui há o problema de Leiria a não ser que, e eu acho que Leiria o deveria fazer, lute por ser integrada na CCDR - LVT, o que teria alguma lógica, pelo menos para grande parte do distrito de Leiria, inclusive a cidade de Leiria. Digamos que Leiria ligada para baixo, estando ligada a Lisboa com a A8, isto faria algum sentido, ficando os outros municípios mais de cima ligados a Coimbra, mas isso é entrar na fronteira da NUT II, é um trabalho político que Leiria terá que fazer [AC].

Na mesma linha de pensamento, José Travaços dos Santos defende que mais vale estar com a capital do que com qualquer outra cidade, *sempre é mais prático e útil*. Este autor, não concordando com uma divisão regional do país baseada nas cinco NUT II, possui uma opinião ainda mais desfavorável no que se refere à integração de Leiria na NUT II - Centro.

Porque é que Leiria há-de ficar subordinada a Coimbra? Porque é que nós, que somos da Batalha, podemos ter em Leiria alguns centros de decisão e alguns poderes, vamos tê-los a mais de 80 km de distância? Porque é que Leiria em vez de ir para Coimbra não vai para Lisboa? Ao menos quem está ao pé do fogo [...] é que se aquece! Lá é a coisa principal [JTS].

Apesar de todas as discussões e polémicas acerca do lugar do Distrito de Leiria no contexto da divisão regional do país, são várias as publicações⁷⁹, em particular o Programa Operacional Regional do Centro, que fazem uma análise pormenorizada da

⁷⁹ Uma pesquisa ao sítio da Comissão de Coordenação da Região Centro, na Internet, permite observar cerca de 62 documentos referidos à região Centro, incluindo nesta as duas NUT III (Pinhal Interior Norte e Pinhal Litoral), que ocupam o norte e o centro do distrito de Leiria. Veja-se Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro [online]. [citado em 23/03/07; 20.00 horas], disponível em www.ccdrc.pt.

NUT II - Centro, integrando na mesma o norte e centro do distrito leiriense. Manuel Viegas Abreu (1992) integra o norte e o centro do distrito de Leiria na caracterização que elabora da região Centro de Portugal (NUT II), ao nível demográfico, económico, hidrográfico e patrimonial.

Embora nenhum dos autores entrevistados reconheça a existência das NUT II enquanto regiões, todos defendem que os ícones patrimoniais constituem um dos principais *motores* da construção cultural de futuras regiões administrativas coincidentes com essas NUT II. Os monumentos edificados servem de base a este processo.

Deixo a palavra novamente a Alfredo Marques:

...A região Centro é uma região que se encontra muito pouco articulada consigo própria, integrada, é uma região fragmentada de todos os pontos de vista, e do cultural também [...].

Apesar de tudo, existem alguns elementos suficientes e susceptíveis de serem agregados ou de serem concebidos e aproveitados em conjunto, de modo a criarem algum cimento na região. A Região Centro é desde logo, do ponto de vista patrimonial, uma região de castelos, nós temos uma rede de castelos que têm a ver com a própria fundação do país, com o papel que teve na sua independência, bem como um conjunto de construções de outro tipo, de palácios e de palacetes. Possuímos, portanto, um conjunto de elementos que embora não sendo totalmente distintos de outros no resto do país, têm aqui uma representatividade bastante considerável e que, são susceptíveis de dar alguma identidade à região sob o ponto de vista cultural.

Temos as aldeias históricas, as aldeias de xisto, absolutamente específicos da Região Centro tem havido sucessivos programas da União Europeia de modo a valorizá-las, a dar-lhe visibilidade e a atribuir-lhe também unidade, por exemplo a noção das aldeias históricas [...]. O programa⁸⁰ para o conjunto dessas aldeias foi unificador da realidade patrimonial da Região Centro [...]. Este foi um património recuperado, embelezado e defendido de agressões, mantendo-se a integridade patrimonial daqueles espaços. [...].

Estas duas vertentes (preservação e valorização económica), têm que estar sempre presentes porque é um pouco utópico fazer uma cultura viva, preservar aquilo que existe, mantendo num bom estado de conservação, mas sem qualquer uso. Ao mesmo tempo ele tem que ser utilizado para qualquer coisa, alguns destes espaços constituem excelentes espaços para um enquadramento ambiental,

⁸⁰ A recuperação das aldeias históricas constitui uma das prioridades do Programa Operacional Regional do Centro.

são dotados de um meio ambiente absolutamente extraordinário para a realização de espectáculos de música entre outros [AM].

Os monumentos constituem instrumentos privilegiados na produção de actividades culturais, dando corpo a um discurso de edificação de comunidades culturais coincidentes com as previsíveis regiões administrativas ou NUTs II⁸¹. Esta posição é defendida pelo actual governo de José Sócrates (2008), sendo que existem paralelismos entre os discursos dos presidentes da NUT II – Centro e o da região de Turismo do Centro. Também para António Fonseca Ferreira, a NUT II – Lisboa constitui uma região cultural, onde o cosmopolitismo da capital se conjuga com a ruralidade do Oeste.

2.6. - As três NUT III do distrito: heterogeneidade ou divisão?

A classificação do território nacional em NUT teve como efeito a divisão de Portugal em cinco unidades administrativas territoriais, as NUT I, II, III, IV e V, como anteriormente referido. As NUT III constituem as mais pequenas divisões estatísticas sob o ponto de vista regional a seguir às NUT IV, correspondentes aos concelhos. Existem 30 NUT III em Portugal, 28 no continente e 2 correspondentes às regiões autónomas dos Açores e da Madeira (fig. 39). Estas unidades são denominadas sub-regiões constituindo, tal como as outras NUT, divisões de âmbito estatístico, como referido no decreto-lei n.º 46/89 de 15 de Fevereiro.

Em 2002⁸² a integração das NUT III – Oeste e do Médio Tejo na NUT II – Centro, a partir da revisão do decreto-lei de 1989, não alterou as suas linhas territoriais mas alentou os discursos de algumas elites leirienses como o de Tomás Oliveira Dias. Reconhecendo que o acesso aos fundos comunitários constituiu o principal motivo pelo qual o Oeste foi integrado na NUT II – Centro, o autor entende esta inserção como a reunião simbólica do distrito numa única NUT II, ao referir que [...] é de assinalar que, *após um longo período de reivindicação, todos os concelhos do distrito de Leiria passaram a estar integrados numa só CCDR – a CCDR do Centro, embora como mero*

⁸¹ Veja-se o programa do XVII governo constitucional de José Sócrates - Partido Socialista, pp. 20-26. Este documento pode ser acedido a partir de: Conselho de Ministros [online]. *Programa do XVII Governo Constitucional* [citado em 30/03/07; 09.00 horas], disponível em <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/631A5B3F-5470-4AD7-AE0F-D8324A3AF401/0/ProgramaGovernoXVII.pdf>.

⁸² Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro.

expediente para acesso aos fundos comunitários, no que toca aos concelhos do Oeste (Dias, T. O., 2005: 60).

As NUT III significaram para o distrito de Leiria a sua divisão em 3 zonas, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral e Oeste, correspondentes ao norte, centro e sul do mesmo, respectivamente. Esta classificação permite evidenciar, por um lado, a heterogeneidade do distrito, e por outro, a atracção exercida por Coimbra, a norte e Lisboa a sul exercem sobre as periferias do distrito de Leiria, como se tem vindo a constatar nas muitas opiniões discutidas. Nesta linha de pensamento, Jorge Gaspar (1972), demonstra a atracção exercida por Évora sobre um território que abrange para além do distrito de Évora, também parte dos distritos de Portalegre, de Beja e de Setúbal. Sob o ponto de vista geográfico, a área de influência das cidades centrais, em domínios como o económico, o educativo ou o de saúde, não obedece às divisões distritais, como é testemunhado pelo autor.

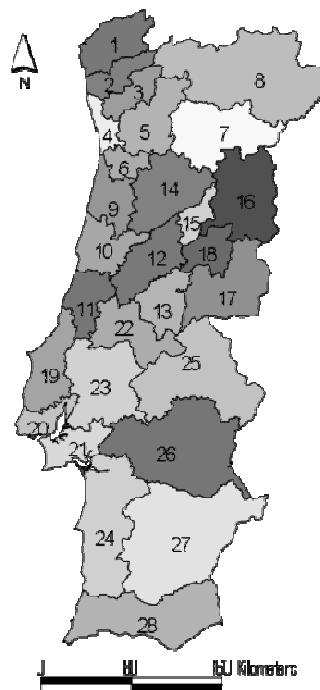


Fig. 39 – As NUT III em Portugal. Fonte: Ilustrar Portugal.

2.6.1. - A região do Pinhal Interior Norte

A NUT III – Pinhal Interior Norte possui uma área de 2614 km² e 157 000 habitantes e é composta pelos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares (fig. 40). Trata-se de uma unidade territorial que reúne o conjunto de concelhos do interior norte do distrito de Leiria e do interior sul de Coimbra em que, como refere Diogo Mateus, a serra de Sicó constitui um elemento agregador da região.

Relativamente aos concelhos do norte do distrito, a sua associação aos do sul de Coimbra evidencia a atracção exercida por este distrito, sobretudo em duas das áreas

que mais influem na vida das populações: a educação e a saúde. Coimbra possui uma universidade histórica e um hospital central.

Diogo Mateus foi a primeira personalidade entrevistada no âmbito da realização desta dissertação. É um dos autores do norte do distrito de Leiria. O encontro marcado a três, comigo, com o Ricardo Vieira e com DM, acabou por coincidir com um almoço do presidente da câmara de Pombal, do vice-presidente e respectivos presidentes das juntas de Freguesia do Concelho. A reunião, antes pensada com DM, transformou-se num fórum de discussão sobre a região de Leiria e o lugar de Pombal, bem como dos concelhos do norte, na mesma. No decorrer do almoço e da nossa conversa sobre a região, Diogo Mateus interroga os presidentes das juntas de Freguesia do concelho de Pombal, perguntando-lhes onde iriam quando tivessem um problema de saúde. A resposta foi unânime: Coimbra.



Fig. 40 - NUT III Pinhal Interior Norte.
Fonte: Ministério da Educação.

É de tal maneira equivoca essa opção (pelo hospital de Coimbra) que a administração (do hospital distrital de Pombal) já podia ter optado por nos fazer depender sob o ponto de vista hospitalar, de Leiria. Pombal é dos poucos [...] concelhos do país onde, ao contrário do que acontece na maior parte dos casos, as pessoas não têm informação [...], de quais são os seus hospitais de referência. Leiria possui um hospital distrital que pode ser de referência⁸³ [...].

A própria administração hospitalar nunca quis orientar as pessoas em Pombal, na direcção de Leiria, não querem sequer tomar essa decisão, pois criavam um conflito enorme, apesar de haver pessoas que, do ponto de vista geográfico, principalmente as das freguesias do sul estariam, provavelmente, mais rapidamente em Leiria.

⁸³ No decorrer da conversa alguns dos presentes interrogam, e o hospital de Pombal? Ao que Diogo Mateus responde que, para casos mais simples sim, mas quando se trata de assuntos mais sérios, vai tudo para Coimbra.



Fig. 41 – Diogo Mateus.
Foto: Autor.

Não obstante as distâncias em relação à capital distrital se terem reduzido, exemplificando com Albergaria dos Doze, mesmo que esta freguesia (do sul do concelho de Pombal) possa estar em termos quilométricos mais próximo de Leiria é, no entanto, mais fácil, se utilizarmos o comboio, chegar a Coimbra. Pode não ser mais rápido se tiver carro, mas estou convicto de que a maior parte de casos que temos são encaminhados para Coimbra [...]. A questão da saúde é a única onde ainda subsiste alguma indefinição [DM].

Nos últimos anos o elevado desempenho económico e demográfico da sede do distrito leiriense tem-na transformado numa zona de atracção relativamente a Coimbra, principalmente para os maiores e mais litoralizados concelhos do norte, como Ansião e Pombal.

Por outro lado, é assumida a posição central que Pombal assume no contexto leiriense relativamente a Coimbra. A idealização de uma divisão regional do país em três áreas administrativas⁸⁴, durante o governo de Durão Barroso, provocou reacções um pouco por todo o país assim como no norte do distrito, pela voz de Diogo Mateus. Eram propostas três áreas que deveriam ser classificadas em virtude da sua dimensão demográfica: Grandes Áreas Metropolitanas, Comunidades Urbanas e Comunidades Intermunicipais

Nunca nos passou pela cabeça ficar com Coimbra, pois teríamos sempre uma posição periférica, em Coimbra seríamos sempre o mais a sul, enquanto que em Leiria somos o mais central, por isso nunca se pôs o problema de pertencermos a Coimbra. A própria dimensão (de uma região de Coimbra) não era interessante. Depois, se calhar acusando a hierarquia histórica e a importância das cidades, e o caso concreto de Coimbra, que apesar de manter um certo estatuto em virtude da sua importância histórica, o facto de já o estar a perder conduz à existência de muito mais identificação com Leiria [DM].

⁸⁴Lei n.º 10/2003 de 13 de Maio e Lei n.º 11/2003 de 13 de Maio.

A posição de Diogo Mateus não é consensual. O que é defendido na óptica do concelho de Pombal não é extensível aos outros concelhos do norte do distrito, à excepção de Ansião, como se verá no capítulo 3.

2.6.2. - A região do Pinhal Litoral

Em termos geográficos a NUT III - Pinhal Litoral possui uma área de 1753 km², para uma população de 223 000 habitantes. Agrupa os concelhos da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós, sensivelmente os mesmos que constituem a Associação de Municípios da Alta Estremadura, na qual se integra Ourém. Este é o único concelho que não faz parte desta NUT III (fig. 42), a única das três NUT formada por concelhos unicamente do distrito de Leiria.



Fig. 42 - NUT III Pinhal Litoral. Fonte: Ministério da Educação.

A quase coincidência desta NUT III com a denominada região da Alta Estremadura alimenta os discursos dos autores leirienses que indicam estar-se em presença do “miolo” da região de Leiria. Excluindo-se a base estatística a partir da qual estas unidades territoriais foram constituídas, observam-se as mesmas posições

discursivas já defendidas no contexto da região da Alta Estremadura, da qual foram expostas algumas asserções em 1.7.

A defesa de uma região desta dimensão não é consensual entre os meus entrevistados. Para os presidentes das regiões Centro e Lisboa, as NUT III são demasiado pequenas e não possuem massa crítica para serem consideradas comunidades intermédias entre a NUT I nacional e as NUT IV, pelo que defendem como melhor solução, a sua associação em comunidades mais vastas. Segundo António Fonseca Ferreira é mais lógico fazer uma regionalização em Portugal a partir da associação das NUT III, inseridas como sub-regiões de uma NUT II. Argumenta que a união das NUT III - Oeste e NUT III – Pinhal Litoral poderia ser uma opção para se constituir uma região de Leiria ou da Estremadura. Ao denominar esta região de Estremadura o autor dá corpo às asserções defendidas por outros autores da região, como observado anteriormente.

Em relação às comunidades eu intervi bastante, aliás fiz um certo contraponto lá do PS, ao secretário de Estado, [...] apoiei a questão das comunidades⁸⁵ [...]), acho que a base deviam ser as NUT III, eu admitia uma comunidade que englobasse a NUT III do Oeste e a NUT III do Pinhal Litoral que originava em consequência a Estremadura. No fundo era a Estremadura e voltava-se a um espaço tradicional, eu apoiaia isso. Agora, aquelas ideias de formar uma Grande Área Metropolitana, a gente metrópoles tem, pequeninas em termos europeus, a de Lisboa e a do Porto, um bocadinho Leiria, muito menos Viseu, isto era uma ficção não?

Se se tem ido por esses critérios eu acho que aquelas duas NUTs se deveriam unir numa Comunidade Urbana alargada, e aí íamos a caminho de uma integração da identidade do Oeste, agora mais tarde com a regionalização não sei como é que seria [AFF].

O mesmo ponto de vista tem Tomás Oliveira Dias, ao expor que

a regionalização não pode ser feita com base nas regiões pequenas e o que é o Oeste integrado na Região de Lisboa? É uma parcela pequena, se for numa região associada a Leiria será sempre uma parcela da maior importância, portanto eu acho que a ideia de uma região estremenha faz todo o sentido, somos todos estremenhos e essa realidade é uma realidade histórica que vem desde há muitos anos.

Se há pessoas que defendem que o Oeste deve constituir uma região eu diria -pois muito bem, mas o Oeste, em si, tem uma dimensão, e ligado à Estremadura tem outra dimensão e outra

⁸⁵ Proposta de regionalização do governo PSD, em 2003.

importância, portanto era bom que não virássemos costas uns aos outros neste processo [TOD].

2.6.3. - A região Oeste

A NUT III, região estatística do Oeste, é constituída por 12 concelhos, com uma área de 2.506 km². Em termos demográficos é a maior das três NUT III que ocupam o distrito de Leiria, com 335.000 habitantes⁸⁶, segundo dados de 2003. Os concelhos que constituem a região Oeste são Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche, situados no sul do distrito de Leiria e Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras (fig. 43), localizados no norte do distrito de Lisboa.



Fig. 43 - NUT III Oeste. Fonte: Ministério da Educação.

⁸⁶ Dados da Associação Nacional de Municípios, disponíveis em termos concelhos em www.anmp.pt, 04/06/07: 17.13 horas.

O peso demográfico, económico e cultural desta NUT, em grande parte devido à sua proximidade a Lisboa, tem conduzido à construção de discursos de pertença em torno da capital.

A NUT III – Oeste inserida entre a Grande Lisboa e o Pinhal Litoral é, por um lado, seduzida pela dimensão da primeira e, por outro, em consequência da posição periférica que ocupa relativamente à mesma, acaba por ser influenciada por Leiria. Nesta dinâmica, se o poder de Lisboa atrai para o sul, o ensino superior politécnico tem-se constituído numa atracção no sentido de Leiria.

O Oeste constitui uma região que se encontra no limbo, oscilando entre duas sedes distritais, Leiria e Lisboa, para além de se tratar de uma unidade territorial heterogénea do ponto de vista político. O norte, de orientação política à direita, capitalizado por Caldas da Rainha, ora emparceira com os seus vizinhos a sul, ora se aproxima dos do norte, constituídos pelo Pinhal Litoral, e da mesma *cor* política, enquanto que o sul, de orientação à esquerda não evidencia qualquer aproximação ao Pinhal Litoral. Por outro lado não há lideranças políticas fortes na sub-região Oeste como constata António Fonseca Ferreira. Para o autor o Oeste é a NUT III mais complexa da NUT II -Lisboa e Vale do Tejo.

No Oeste [...] há falta de liderança, [...], por exemplo aqui na região, fora a área metropolitana, a região de Lisboa tem 3 NUT III: Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo. Enquanto no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo há lideranças regulares que têm conduzido as comunidades urbanas, no Oeste não existem essas lideranças [...].

Eu sinto dois factores que tanto podem ser causa como resultado desse processo de indefinição de identidades do Oeste que são as divisões administrativas e [...] não é só o problema do distrito, vem de trás com a província da Estremadura. Aí de facto era diferente, não sei se abrangia Torres Vedras, não me recordo do território, depois os distritos dividiram, e portanto sem dúvida que o distrito tem tido, até recentemente, um forte peso baseado no facto de constituírem círculos eleitorais e como tal funcionam porque são sobretudo de âmbito político.

Há de facto essa dissociação (entre o norte e o sul da NUT III Oeste) e depois também existem territórios sociológicos que levam a que, neste momento, se mantenha essa tendência do PSD (Partido Social Democrata) no norte que manteve Alcobaça e Nazaré, tendo Peniche passado para a CDU (Coligação Democrática Unitária), portanto baralhou-se aí, mas o PSD continuou a manter o Cadaval e o Bombarral, portanto, manteve a predominância, [...]. Nos concelhos do sul do Oeste, incluindo Arruda dos Vinhos, de onde é o presidente da Associação de Municípios, o PS (Partido Socialista)

manteve-se no poder, tal como em Alenquer, portanto as coisas mantêm-se [AFF].

Perante estas ameaças de divisão que pairam sobre o distrito, a antiga província da Estremadura servirá de base à elaboração de discursos que advogam a união das NUT III Pinhal Litoral e Oeste. Para Travaços dos Santos o Oeste é apenas um ponto geográfico, afirmando: *somos todos da Estremadura* [TS], enquanto que para Tomás Oliveira Dias a província da Estremadura enquanto comunidade imaginada adquire um sentido especial ao transformar-se em factor de unidade das várias regiões que povoam o distrito de Leiria. Como refere Tomás Oliveira Dias, *o Oeste sabe perfeitamente que nós aqui, tal como eles, somos Estremadura e por outro lado temos toda a conveniência em que nos agregamos a uma região mais vasta e não fragmentada* [TOD].

A região a Oeste da Serra dos Candeeiros foi alvo de um estudo alargado em 1961. Os engenheiros agrónomos Carlos Silva, Alberto Alarcão e António Cardoso estudaram a sub-região compreendida pelos concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche sob o ponto de vista económico e agrícola. Para os autores trata-se de uma das três sub-regiões do Oeste cuja posição geográfica tem determinado condicionalismos que a identificam e individualizam física e culturalmente no contexto da província da Estremadura.

O observador que associar à vertente tagana da orla mesozóica ocidental a correspondente encosta atlântica, terá definido os limites de uma região natural a que os geógrafos reconhecem homogeneidade ecológica, embora hajam entrado em desacordo quanto ao traçado da parte do seu perímetro que corre ao longo do vale do Tejo. Deu-lhe Barros Gomes o nome de Centro Litoral, mas a antiga designação de Estremadura prevaleceu e com ela a região entrou na divisão administrativa.

Quem seguir depois [...] a linha de alturas que nasce do maciço calcário de Porto de Mós e se prolonga pelas serras dos Candeeiros e Montejunto, até à de Sintra, deixará a poente uma faixa costeira a constituir uma unidade geográfica menor, que determinado condicionalismo identifica e individualiza; na verdade integra as bacias hidrográficas dos pequenos rios ou das longas ribeiras cujas águas descem daquele sistema montanhoso em busca do mar (Silva et all. 1961: 5-6).

Enquanto António Fonseca Ferreira centraliza a Estremadura no Oeste, um Grande Oeste a inserir futuramente na região de Lisboa e Vale do Tejo, TOD e TS defendem que essa região deveria ter como capital a cidade de Leiria.

As discussões em torno das diferenças entre as NUT III - Pinhal Litoral e Oeste, não são novas. Observaram-se com veemência nos congressos regionalistas realizados na última década sobre Leiria. No primeiro, em 1991, a questão do Oeste é colocada por Mário Ganhão Pereira, para quem a Estremadura, apesar do peso histórico, não possui qualquer significado actual, sendo necessário pensar uma vasta Região Oeste com todos os concelhos do distrito de Leiria e de outros que se lhes queiram associar (Pereira, M. G., 1995).

No segundo congresso, a questão foi levantada por Delfim Azevedo (1999), que assume o Oeste como uma região multifacetada, cujas potencialidades estão nessa mesma heterogeneidade económica, social e cultural, bem como na proximidade à capital do país (Azevedo, 1999). Ainda no mesmo encontro, João Serra (1999) defende uma Região Oeste separada do distrito de Leiria. Para este autor, o Oeste tem mais tradições históricas do que o distrito, pelo que a repartição deste em duas regiões faz todo o sentido.

Esta partilha do distrito em três regiões suscita reacções contrárias aos autores da região. Neste sentido, a posição de António Fonseca Ferreira resume a situação das NUT III que actualmente fazem parte do distrito de Leiria, em que a NUT III - Oeste tem significado mais a divisão do distrito de Leiria do que a sua união.

Eu acho que o Oeste significa mais do que uma união, uma divisão do distrito [...], mas é um problema que temos aqui como temos outros pontos do país, ou seja, as diferentes divisões político - administrativas, fundamentalmente administrativas ou geográficas, que temos tido ao longo da história, não assentam, como se vê com o processo de falhanço da regionalização, nem nunca assentaram, em identidades unificadas ou homogéneas, ou mesmo numa certa unidade territorial. Isto é provado desde há muito tempo, não sendo [...] um problema exclusivo do distrito de Leiria [AFF],

apesar de, como vimos, o mesmo autor ter exposto que não obstante a inexistência actual de uma região que englobasse o Pinhal Litoral e o Oeste, tal poderia ocorrer num futuro próximo denominando-se Estremadura.

2.7. - Leiria e Oeste: o papel do Instituto Politécnico de Leiria na construção da região

Discutir a região de Leiria, enquanto parte do mais vasto espaço da comunidade nacional significa reflectir sobre as organizações que atravessam o seu espaço e que se formulam como eixos construtores de territorialidade.

Assim, se qualquer região dificilmente pode ser pensada sem os ícones que lhe dão corpo, como as suas universidades, centros de arte ou museus, ou ainda as reivindicações etnogenealógicas (Leal, 1997; Méndez, 2003; 2004; Medeiros, 2006), também em Leiria, enquanto espaço que procura a sua afirmação dos pontos de vista político-administrativo, económico, social e cultural encontramos dois dos principais eixos construtores da região: o Instituto Politécnico de Leiria [IPL] e o Centro do Património da Estremadura [CEPAE]. O papel deste último, assim como os discursos dos seus dirigentes sobre a região, serão abordados em 6.8.

O Instituto Politécnico de Leiria foi fundado em 1980⁸⁷ tendo na sua origem como zona de influência o distrito de Leiria. O instituto é composto por 5 escolas superiores⁸⁸ disseminadas pelo distrito, contando com cerca de 11.000 alunos e 531 docentes⁸⁹. E isto é assumido quer pelos seus dirigentes como pelos autores leirienses, como um catalisador da heterogeneidade cultural, económica e social do distrito. Isto foi evidenciado na participação do vice-presidente do IPL, João Paulo Marques, no congresso *Pensar a Região de Leiria*, onde referiu que

Caldas da Rainha [...] se viu envolvida com a instituição (IPL) desde a sua fundação, enquanto cidade acolhedora do que então passou a ser um pólo da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria. Esta circunstância obrigou desde cedo o IPL a uma dinâmica supra-local e mesmo supra-regional, a região de Leiria e a região do Oeste, que não advinha só das pessoas que por ele passavam mas sim da sua própria estrutura e implementação no terreno. Este facto [...] acabou por determinar no IPL uma vocação de âmbito regional (Marques, 2005: 274).

⁸⁷ Instituto Politécnico de Leiria [online]. [citado em 12/06/07; 12:15 horas], disponível em www.ipleiria.pt.

⁸⁸ Escolas Superiores de Educação, de Saúde e de Tecnologia e Gestão, localizadas na cidade de Leiria, Superior de Artes e Design em Caldas da Rainha e Tecnologia do Mar, situada em Peniche.

⁸⁹ Dados de 2004 em: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior [online]. *Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais*, [citado em 12/06/07; 12:47 horas], disponível em http://www.estatisticas.gpearl.mctes.pt/docs/ficheiros/Evol93_04Polit.xls.

Diogo Mateus reconhece que o nascimento do IPL constituiu um grande desafio para os concelhos do norte do distrito em termos da sua identificação com Leiria, servindo para contrabalançar a influência da universidade de Coimbra. No *ensino superior politécnico a opção é por Leiria* [DM].

O reconhecimento da heterogeneidade do distrito, cujas diferenças são sobretudo manifestadas na relação entre o centro (Leiria) e o sul (Oeste), está presente na forma como o presidente do IPL, Luciano de Almeida, se refere à área de influência deste instituto, bem como ao papel desempenhado pelo mesmo na auto e hetero-construção da região. É com frequência que se refere ao Politécnico como instituto da região de Leiria e do Oeste, como aconteceu na sua intervenção pública, durante a apresentação à comunidade do novo logótipo da instituição, em 18 de Setembro de 2006. Neste momento carregado de simbolismo, Luciano de Almeida referiu-se à nova imagem enquanto metáfora da unidade do Instituto Politécnico de Leiria, *como um só corpo* (Almeida, 2006), deixando entender que o Instituto se sobrepõe às escolas que o compõem, mas também como um *elemento de identificação no país da Região de Leiria e Oeste* (Almeida, 2006). A denominação Leiria e Oeste emerge como fusão destas duas zonas do distrito.

A mudança de imagem e a imagem adoptada significa não só o IPL como um só corpo, como também como um elemento de identificação no país da Região de Leiria e Oeste, simbolizada pelo ponto a oeste no círculo que simboliza a comunidade académica no Instituto. Temos a Região no coração e somos o coração da Região (Almeida, 2006).

O IPL é visto como um símbolo unificador da diversidade da região de Leiria. As suas escolas superiores e os recém criados Cursos de Especialização Tecnológica (CET)⁹⁰ marcam presença efectiva em todo o distrito. Tanto o presidente Luciano de Almeida, ao referir-se à *Região de Leiria e Oeste*, como o vice-presidente João Paulo Marques, referem que *estas unidades espalhadas ao longo do distrito, respeitando as características do espaço e da cultura em que se inserem, vão constituir-se como espaços de encontro das partes que constituem o todo regional* (Marques, 2005: 276).

⁹⁰ Instituto Politécnico de Leiria [online]. [citado em 13/06/07; 12:10 horas], disponível em www.ipleiria.pt.

Mas se o IPL se apresenta como a única instituição de *ensino superior de âmbito nacional mas com forte influência na região em que se insere*⁹¹, há outra vertente com impacto na construção dos discursos de e sobre a região. Refiro-me à investigação desenvolvida. Está em curso desde o ano 2002 um projecto denominado *Identidades & Diversidades*, actualmente incluído no Centro de Investigação Identidades & Diversidades [CIID]. Um dos seus pontos altos foi a realização do congresso *Pensar a Região de Leiria*, em 24 e 25 de Outubro de 2003.

Tendo sido o único congresso de cunho regionalista não realizado pela ADLEI, este evento tinha por missão dar sequência às investigações efectuadas por docentes do IPL e de fora dele, relativamente às múltiplas linhas com que se cosem as pertenças regionais. Pretendia-se olhar Leiria como *uma região paradigmática para pensar o desajuste entre identidades objectivas e identidades subjectivas ao reclamar uma centralidade numa região heterogénea que começa a pensar-se como um todo* (Vieira, 2005a: 18).

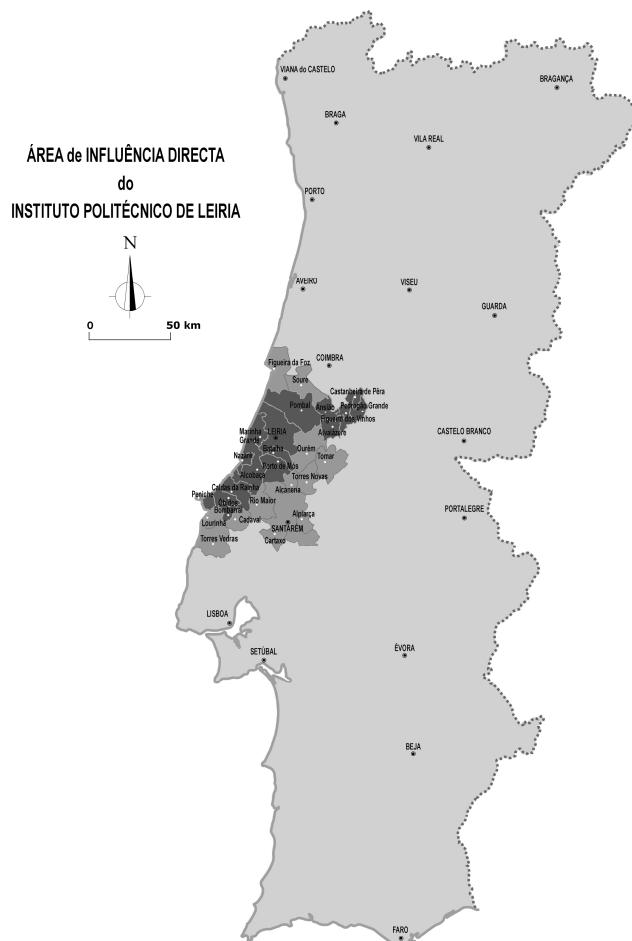


Fig. 44 – Área de influência directa do Instituto Politécnico de Leiria. Fonte: CIID – Instituto Politécnico de Leiria.

⁹¹ Instituto Politécnico de Leiria [online]. [citado em 14/06/07; 12:48 horas], disponível em http://www.ipleiria.pt/portal/ipleiria?p_id=5413.

De entre as ideias expostas ao longo dos dois dias em que decorreu o congresso, retenho duas. Uma de João Paulo Marques e outra de Ricardo Vieira, ambos abordando o ensino superior como um *catalizador de identidade regional* (Marques, 2005: 273).

O contributo do IPL para a formação de uma consciência regional é, na perspectiva de João Paulo Marques, estimulada pela preferência regional dada aos alunos, no acesso a alguns cursos disponibilizados pelo IPL, que *pondendo em interacção pequenas ou (grandes) diferenças deste distrito de contrastes, vem contribuir, necessariamente para a construção [...] de um sentimento de identidade regional*. Por outro lado, a interacção dos alunos da região com os que vieram de fora, provenientes de realidades socioculturais diversificadas, *origina uma identidade cultural regional [...] (Idem, 2005: 276)*.

Outro aspecto prende-se com o destino dos alunos que se formam no Instituto Politécnico de Leiria e que, acabando por se fixarem no distrito, são também parte importante da construção da região. Representam a incorporação de recursos altamente qualificados (Marques, 2005).

Reconhecendo o *importante papel que o Instituto Politécnico tem desenvolvido na construção de uma nova cartografia da região de Leiria, que ultrapassa o distrito de Leiria* (Vieira, 2005c: 279) Ricardo Vieira acusa que apesar da sua qualidade, o IPL não é uma universidade, e como tal, incluído no subsistema de ensino superior designado de politécnico, está numa situação de inferioridade relativamente ao subsistema universitário. Na perspectiva deste autor (2005c), a importância do ensino superior é proporcional à da região que se quer construir e, nesse sentido, Leiria enquanto região não se pode pensar, se tivermos em conta as instituições de ensino superior, por relação a Aveiro, Coimbra ou Lisboa, pois estará sempre numa posição de inferioridade, equivalente à do seu subsistema de ensino superior.

2.8. - Ourém ribatejano ou da Leiria estremenha

Pela sua posição geográfica, bem como pelo facto de se encontrar entre duas das mais importantes cidades portuguesas, viu-se como é difícil pensar uma região de Leiria coincidente com o território distrital.

Contudo, se as extremidades se afastam, o núcleo central do distrito coincidente com a área da Associação de Municípios da Alta Estremadura, tem-se tornado num pólo

de atracção para outros concelhos vizinhos como é o caso de Ourém. A proximidade geográfica, económica, social e cultural constitui o principal elo de ligação desta comunidade local à região de Leiria, como evidência Acácio Sousa.

Há de facto uma aproximação de Ourém à Região de Leiria, principalmente as freguesias do lado de cá do concelho porque do outro lado, já não é assim, [...]. Isto por questões, sobretudo, económicas, pois há uma conexão das empresas e das relações de trabalho entre as freguesias de Ourém e Leiria não só a nível de entidades bancárias como a nível de deslocações de empresas como de circuitos das pessoas. Umas dormem do lado de cá e trabalham do lado de lá e outras, vice-versa, assim como é preciso termos em conta as relações do parentesco, fortes entre os dois lados [AS].

A “questão oureense” tem sido bastante debatida nos congressos sobre a região de Leiria, onde é possível observar a sua constante inserção naquela. Assim, nas *Notas sobre Leiria e sua Região*⁹², a região de Leiria é referida como *o distrito de Leiria e o concelho de Ourém abrangendo uma vasta região do centro do país, com a parte Norte mais inserida nas características da chamada Beira Litoral e uma parte sul já influenciada pelo Ribatejo*.

Recuando ao 1º Congresso, Ourém é incluído na Alta Estremadura, quando neste encontro são tidos em conta dados estatísticos sobre demografia⁹³. É nesta linha de pensamento que Mário Ganhão Pereira advoga que

por “decreto” sim, Ourém foi retirada [...] do convívio com Leiria ... e quanta alegria nos deu reunir precisamente na casa de Ourém, no já longínquo 26.6.81, os “naturais da região de Leiria residentes em Lisboa”, onde, magnificamente recebidos, debatemos o tema da regionalização, num calor e vivacidade significativos (Pereira, M. G., 1995: 87).

Em 1999, no decorrer do 3º Congresso do Distrito de Leiria e Estremadura, volta a destacar-se, no pensamento dos autores locais, o distrito, como se viu no 1º capítulo, incluindo-se nele o concelho de Ourém.

⁹² 2º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura, Leiria: ADLEI, 1995.

⁹³ 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura, realizado em Leiria, em 1991, Leiria: ADLEI, SCRIPTO - Clube de Imprensa de Leiria.

Como refere Tomás Oliveira Dias,

o 3º Congresso, realizado já depois do referendo sobre a regionalização, tomou posição [...] sobre a necessidade de aprofundamento dos laços históricos e de identidade que unem o distrito ao concelho de Ourém, e a eventual integração deste no Distrito de Leiria, se for essa a vontade da população; do mesmo modo em relação ao concelho de Fátima, se vier a ser criado (Dias, 2005: 56 – 57).

São reivindicados laços históricos e identitários com o concelho de Ourém, como forma de legitimação da sua inserção na região de Leiria, apesar de se encontrar integrado administrativamente no distrito de Santarém (fig. 45).

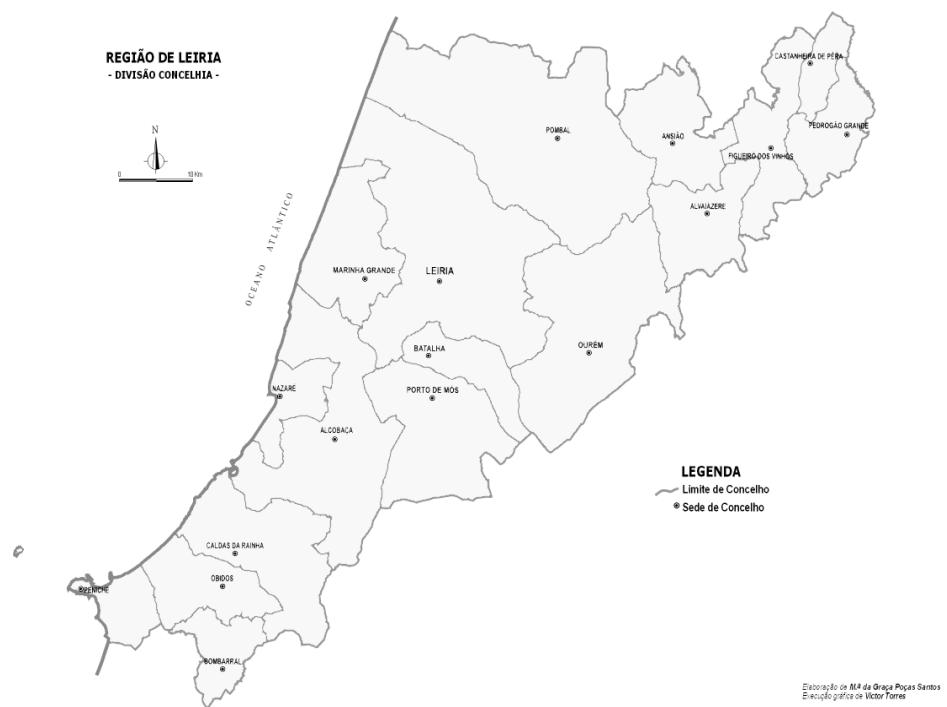


Fig. 45 – Região de Leiria: distrito de Leiria + Concelho de Ourém. Fonte: CIID – Instituto Politécnico de Leiria.

A problemática em torno de Ourém voltaria a adquirir expressão no congresso sobre a região de Leiria realizado em 2003. Ricardo Vieira apresentou dados do trabalho de campo que efectuou no concelho de Ourém, indicando uma aproximação a Leiria da população desta cidade, ao referir que

Ourém nunca teve nada a ver com o Ribatejo nem com nenhuma cidade do Ribatejo. Ourém, quer em termos culturais, entenda-se a elite que estudava... o eixo de estudo era Ourém-Leiria-

Lisboa...Havia um liceu em Tomar e um liceu em Leiria mas o liceu de Tomar não era procurado pelas gentes de Ourém. Os eixos de referência sociológicos, anímicos, relacionais, sociabilizantes, etc., eram, Ourém, Leiria, Coimbra ou Lisboa. As pessoas não vão fazer compras a Tomar, as pessoas se não comprarem em Ourém vão a Leiria, e, lá está, era fino ir comprar a Leiria. Em termos de estrutura militar, o quartel-general onde eu me recenseei foi Leiria [...] (Vieira, 2005b: 26-27).

Capítulo 3

Leiria e o debate sobre a regionalização (2003-2005)

3.1. – Uma nova proposta

Vimos já como Albergaria dos Doze, freguesia constituída por muitos lugares, acaba por ser bipartida em duas metades quanto à liderança política, acções, práticas e reivindicações socio-económicas.

Trata-se da metade de cima (Eguins) e da metade de baixo (Albergaria). Suportam esta clivagem vários níveis, como sejam o geográfico [...], o histórico, o parentesco e as festas que cada lugar realiza com o máximo de empenho [...]. (Vieira, 1999b: 101).

Alguns autores leirienses identificam a região com um distrito unido à volta da diversidade cultural, em *que a sua capital cultural está nas Caldas da Rainha; a sua capital económica no eixo Leiria - Marinha Grande; a sua capital monumental na Batalha e em Alcobaça; e a sua capital turística nas praias como Nazaré e São Pedro de Moel* (Dias, 2005: 57). Acontece é que esta diversidade não omite os desejos da realização de uma região de Leiria correspondente a um só mapa administrativo, sociológico, identitário e cultural como se pode observar nas conclusões do congresso *Região de Leiria: Inovação e Oportunidades*, organizado pela Associação para o Desenvolvimento de Leiria, em Abril de 2007.

Só uma consciência de cidadania permitirá ultrapassar um mal de que Leiria enferma: a multiplicidade dos seus mapas, administrativos, sociológicos, identitários e, mesmo, psicológicos.

*(Conclusões do congresso *Região de Leiria: Inovação e Oportunidades*⁹⁴)*

⁹⁴ Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. *Conclusões do IV Congresso*, [citado em 22/05/07; 15:30 horas], disponível em <http://www.adlei.net/congresso/conclusoes-do-iv-congresso>.

Tais asserções ilustram a ambiguidade com que se reveste a expressão *unidade na diversidade*. Tanto pode ser interpretada enquanto a celebração do pluralismo cultural, como a sua antítese, dar poder a um centro, que neste caso é a capital distrital. Assim, a *unidade na diversidade* reflecte mais a união de particularidades locais, do que a soma das suas partes, no mesmo plano de igualdade.

Nem todos os autores do distrito concordam com uma região à volta do mesmo, reflectindo-se a ausência de um projecto comum de defesa do distrito de Leiria nos vários mapas pensados para a região. As discussões sobre os projectos de regionalização administrativa permitem evidenciar três regiões dentro do mesmo distrito, coincidentes com o norte, o centro e o sul do mesmo. Foi assim relativamente ao distrito e às Unidades Territoriais (NUT), às paisagens e às tradições, em que cada um dos autores procura apoiar o seu discurso nas diferenças paisagísticas ou culturais para inventar e reinventar um espaço diferente relativamente ao do seu vizinho do norte, do sul ou do leste. A oeste é em relação ao mar que se define as regiões do distrito. É também assim no que diz respeito às discussões em torno das últimas tentativas de regionalização, quando através das *Leis Relvas* (alusão ao antigo secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas) se idealizou uma regionalização baseada em associações de municípios com contiguidade geográfica.

A entrada no ano 2000 significou o fim do governo socialista de António Guterres e o início do de Durão Barroso e do Partido Social-Democrata (PSD) no poder, após ter vencido as eleições legislativas de 2002 com 40,15 % dos votos⁹⁵. Mudaram as ideias quanto à regionalização administrativa do país. Assim, se a questão da regionalização se manteve como uma prioridade do governo do PSD, já a forma como essa deveria ser feita, se alterou. Durão Barroso abandona a ideia de uma regionalização baseada nas actuais cinco Comissões de Coordenação⁹⁶, propondo as referidas Grandes Áreas Metropolitanas, Comunidades Urbanas e Comunidades Intermunicipais.

As leis nº 10 e 11/2003 de 13 de Maio⁹⁷ previam a criação de regiões de três ordens de grandeza populacional: as *Grandes Áreas Metropolitanas* que deveriam dispor de um mínimo de nove municípios com pelo menos 350.000 habitantes; as *Comunidades Urbanas* que pressupunham três municípios, no mínimo com 150.000

⁹⁵ Os resultados das eleições legislativas de 2002 podem ser consultados em: Ministério da Administração Interna [online]. *Secretariado Técnico dos Assuntos para o processo eleitoral*, [citado em 21/05/07; 23:52 horas], disponível em http://www.eleicoes.mj.pt/legislativas2002/D230000/230000_IS.html.

⁹⁶ Para uma melhor elucidação sobre este assunto, consulte-se o capítulo 2 desta tese.

⁹⁷ Diário da República – I Série - A, N.º 110 de 13 de Maio de 2003.

habitantes; e as *Comunidades Intermunicipais* que seriam constituídas por um número indeterminado de municípios e população. Comum a todas estas regiões deveria ser o nexo territorial.

Relativamente ao distrito de Leiria brotaram novos e velhos problemas. As divisões do distrito tornaram-se mais evidentes com a criação de três regiões: a Comunidade Intermunicipal do Pinhal, a Comunidade Urbana de Leiria, baptizada de Área Metropolitana de Leiria e a Comunidade Urbana do Oeste. O distrito leiriense é mais uma vez repartido em três regiões. Nova foi a questão levantada pela Nazaré, concelho cuja única fronteira se faz com Alcobaça, inserida no Oeste, mas dotado de aspirações políticas de inserção na Área Metropolitana de Leiria. Estas sensibilidades projectaram-se nos discursos das elites regionais, que nesses anos observavam com grande preocupação a desagregação daquilo que deveria ser a base da região de Leiria, ou seja a província estremenha e, dentro desta, o distrito. Assim o evidenciou Tomás Oliveira Dias na sua intervenção no congresso *Pensar a Região de Leiria*.

Neste momento, julgo que o que nos deve preocupar é a unidade da nossa região, a Região de Leiria, proveniente da região histórica e natural da velha Estremadura. Ora o que se está a passar não é de molde a tranquilizar-nos, muito pelo contrário. [...] Observo que o norte e o sul do nosso distrito se preparam para integrar Comunidades Urbanas e, mesmo assim, há divisões entre concelhos contíguos; o centro do distrito e Ourém preparam-se para constituir uma GAM [...]. (Dias, 2005: 61).

A emergência dessas três regiões ia destruindo os anseios de Tomás Oliveira Dias e de outras personalidades influentes do distrito: tornar a região de Leiria coincidente com a antiga província de modo a agregar todo o distrito. As eleições legislativas de 2005 trouxeram nova reviravolta.

3.2. - Comunidade Urbana ou a Área Metropolitana de Leiria?

Inviabilizada a região de Leiria decalcada do distrito, procurava-se ainda uma região administrativa que fosse capaz de se afirmar no contexto das maiores do país. Todos os esforços se dirigiam para a constituição de uma Grande Área Metropolitana de Leiria (GAM). Para que esta se realizasse era fundamental o contributo de dois dos maiores concelhos do distrito, historicamente afastados da capital: Pombal a norte, com

os seus 56.907 habitantes⁹⁸ e Alcobaça a sul, contando 56.703 habitantes⁹⁹. Estes dois municípios, em conjunto com o da Nazaré, com 15.018 pessoas¹⁰⁰, representavam quase 1/3 da população necessária à constituição da Grande Área Metropolitana de Leiria.

Pombal não partilhou da visão de outros concelhos do norte do distrito seus vizinhos, como Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande ou Figueiró dos Vinhos, (iriam constituir a Comunidade Intermunicipal do Pinhal), aceitando em reunião camarária, realizada em 2004, associar-se aos municípios do centro distrital, constituindo a Comunidade Urbana de Leiria.

Na perspectiva das autoridades políticas locais mais vale estar no centro de uma GAM leiriense do que na periferia de Coimbra, como refere Diogo Mateus.

Quando se discutiram as Comunidades Intermunicipais e as Comunidades Urbanas nunca se questionou, mesmo estando nós na ADSICÓ, que a nossa ligação em termos de parceiros, no futuro, fosse com essas mesmas autarquias ou concelhos que actualmente compõem o distrito de Leiria.

Assim, na altura em que se colocou o problema das comunidades urbanas toda a gente assumiu que Pombal deveria associar-se a Leiria, sendo que se observou uma grande unanimidade dos partidos políticos relativamente a este assunto, não houve, portanto, discussão alguma. Mesmo que tivessem existido anteriormente algumas iniciativas com provas no terreno, indicando um afastamento relativamente a Leiria, como a pertença às terras ADSICÓ, com uma forte ligação a Penela, com quem fazemos fronteira, a Condeixa, a Soure aqui ao lado, ou ainda, dentro do distrito, a Ansião e Alvaiázere com quem também fazemos fronteira, nunca se colocou, contudo, nenhum tipo de dúvida com quem nos queremos emparceirar para o futuro.

Em Coimbra há muita gente que não é de Coimbra, em Leiria também já há mas antigamente não era tanto. Leiria possui uma escola com cerca de 20 anos que, tal como o seu desenvolvido parque industrial, atrai e ancora muita gente de fora, gente que se estabelece, ficando aí a viver e a trabalhar. Coimbra nunca foi assim, é um sítio muito mais de passagem e por isso há muito menos espírito de identidade, porque as pessoas não são de lá, essa é a principal característica de Coimbra, uma terra apenas de passagem,

⁹⁸ Associação Nacional de Municípios [online]. Pombal: Fundos Municipais em 2003, [citado em 21/05/07; 13:20 horas], disponível em <http://www.anmp.pt/munp/mun/mun171s2.php?xsel=FM&ano=2003&mun=M3100>.

⁹⁹ Associação Nacional de Municípios [online]. Alcobaça: Fundos Municipais em 2003, [citado em 21/05/07; 13:30 horas], disponível em <http://www.anmp.pt/munp/mun/mun171s2.php?xsel=FM&ano=2003&mun=M2460>.

¹⁰⁰ Associação Nacional de Municípios [online]. Nazaré: Fundos Municipais em 2003, [citado em 21/05/07; 13:32 horas], disponível em <http://www.anmp.pt/munp/mun/mun171s2.php?xsel=FM&ano=2003&mun=M2450>.

faz-me lembrar Nova Iorque, a característica principal das pessoas é não serem de lá. Só estão lá, na maioria das vezes, de passagem e, de facto, é difícil encontrarmos em Manhattan uma família de 5^a geração ou temos poucas [...].

Penso que em qualquer das hipóteses há sempre muito mais trânsito de pessoas nas vias rodoviárias do que de comboio e acho que em termos de Leiria por exemplo, hoje estamos mais próximos. Muitas das pessoas da geração do presidente da câmara fizeram os estudos preparatórios em Coimbra, e por isso podem sentir alguma ligação ao norte, mas este processo está em mutação.

Leiria está mais perto de Pombal, e em todas as matérias estamos mais próximos, excepto na da saúde, sendo que, para além disso mais de metade das freguesias do nosso concelho faz fronteira com o concelho de Leiria, ou seja há muitas mais ligações com pessoas do outro lado dos concelhos do sul. Para o norte isso já não acontece com tanta intensidade, excepto com Soure, mas este é um concelho mais pequeno, da mesma forma, as ligações com Ansião ou Condeixa também são débeis o que se prende com os corredores de circulação. Veja-se o IC8, tem apenas 15 anos ou 20, no máximo, dantes demorava-se uma hora para fazer os 15 km até Ansião, portanto já nessa altura não havia como penso que não irá existir, mesmo com o desenvolvimento das vias de comunicação, aproximação a Coimbra [DM].

Em oposição ao caso de Pombal, o processo de integração de Alcobaça na Comunidade Urbana do Oeste foi mais complexo. Três ocorrências principais explicam esta situação: a primeira tem a ver com o facto deste concelho se encontrar numa zona charneira entre o norte e o sul do distrito, pelo que os seus desejos de associação tanto poderiam pender para um lado como para o outro. A segunda é que, por motivos demográficos, este município era essencial para se completarem os critérios exigidos para uma Grande Área Metropolitana de Leiria, (9 concelhos e 375.000 habitantes). A terceira é que, também respeitando a legislação que pressupunha a criação destas novas regiões, a Nazaré sem contiguidade territorial com qualquer outro município tornava-se refém das escolhas de Alcobaça.

Assim, relativamente à primeira questão, algumas personalidades leirienses manifestaram o desejo de que Alcobaça optasse por se associar ao centro do distrito de Leiria para, em conjunto com os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, se atingissem os 9 concelhos, e uma população superior ao número mínimo exigido pela lei 10/2003, que regulava a criação das Grandes Áreas Metropolitanas. Outras, pelo contrário, pretendiam a integração de Alcobaça na Comunidade Urbana do Oeste.

A decisão tomada em 2004, por parte da câmara municipal, de inserir Alcobaça na Comunidade Urbana do Oeste, constituiu um acontecimento polémico quer ao nível do distrito, como no seio do executivo local, dada a relevância deste concelho para a constituição de uma GAM leiriense. Feliciano Barreiras Duarte, defensor assumido de uma grande região leiriense, fez questão de demonstrar o seu desacordo. Esta personalidade desempenhava, na altura, o cargo de secretário de Estado Adjunto do Ministro-adjunto do Primeiro-ministro no XVI Governo (2004/05). Tinha estado no anterior governo de Durão Barroso, como secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado e da Presidência (2002/04). No Diário de Leiria deu voz à sua discordância do presidente do município de Alcobaça, referindo que *me foi sempre dito que a decisão natural, tomada em tempo oportuno pelos órgãos legitimamente representativos dos cidadãos de Alcobaça, seria Leiria, mas respeito a decisão que foi tomada*¹⁰¹.

Feliciano Barreiras Duarte acusou a Comunidade Urbana do Oeste de destruir uma realidade histórica que era o distrito de Leiria, sem nisso retirar qualquer vantagem. Na sua óptica a capital do distrito possuía uma estrutura governativa, de âmbito regional, bem implementada, que seria difícil de desenvolver no Oeste.

Essas pessoas que decidiram criar a Comunidade Urbana do Oeste não podem pensar que podem atacar e ofender Leiria, membros do Governo, presidentes de câmara, deputados, empresários, “homens da universidade”, e que quem defende a unidade do distrito de Leiria não se possa referir a eles. Portanto, os concelhos do Sul vão ter mais dificuldades e explico porquê: 80 por cento dos serviços concentrados que existem nestas duas zonas do distrito dependem de Leiria; a reforma, como muito bem diz o meu amigo Miguel Relvas [secretário de Estado da Administração Local], é para ser posta em prática a curto/médio prazo, mas vai ser mais exequível nos sítios onde existir homogeneidade geográfica e administrativa. Os concelhos do Sul não têm continuidade, do ponto de vista administrativo, como têm os da Comunidade Urbana de Leiria, porque não se pense que é de um momento para o outro que se vai criar uma direcção regional de finanças, de saúde, de segurança social, etc. Não brinquemos com coisas sérias. É óbvio que se isso tiver de ser criado que o seja, mas não o vai ser de um momento para o outro, e vai haver uma zona que do ponto de vista da estabilidade geográfica administrativa vai demorar mais tempo. Portanto, considero que é muito mais aquilo que une Leiria e o Oeste do que o que divide.

Se formos estudar do ponto de vista histórico, económico e social o investimento público, por exemplo, no Sul do distrito,

¹⁰¹ Gonçalves Sapinho, *in Diário de Leiria*, edição de 29 /03/2004.

*verificamos que o concelho das Caldas da Rainha cresceu muito à conta de Óbidos, de Alcobaça, do Bombarral e de Peniche. E um dos indicadores para percebemos como é que as pessoas funcionam, é perceber como é que funcionavam as duas associações de municípios do distrito. A associação de Municípios do Oeste sempre teve problemas, pelo que não venham dar lições a Leiria, onde, independentemente da cor política, a Associação de Municípios da Alta Estremadura sempre funcionou*¹⁰².

A decisão do município de Alcobaça tornou-se mais séria pelo facto de ter deixado refém o concelho da Nazaré. A vontade política dos seus dirigentes locais era de associação a Leiria e Grande Área Metropolitana que se queria implementar como vimos. Em reunião do executivo camarário efectuada no dia 22 de Dezembro de 2003, o vereador Reinaldo Silva entende *ser um erro crasso se Alcobaça não fizer opção por pertencer à Área Metropolitana de Leiria. A Nazaré [...] lamentará efectivamente, se não houver uma opção clara sobre a referida área metropolitana... entendendo que historicamente era importante para a Nazaré pertencer à Área Metropolitana de Leiria*¹⁰³.

A opção de Alcobaça pela Comunidade Urbana do Oeste levantou vozes críticas na Nazaré, que defenderam a ideia de fazer alterações excepcionais às leis 10 e 11/2003. Pretendia-se retirar a contiguidade territorial como critério de associação concelhia a cada uma as categorias definidas. Na altura da assinatura da escritura de constituição da Comunidade Urbana do Oeste, realizada em 18 de Março de 2004 nos jardins do museu de Cerâmica das Caldas da Rainha, Jorge Barroso, presidente da câmara municipal da Nazaré demonstrou a sua insatisfação pelo facto do seu concelho não ter a possibilidade de escolher qual a comunidade de pertença devido às contingências territoriais. Nessa altura, recusando-se a assinar a escritura que instituía a Comunidade Urbana do Oeste, alegou que *a Nazaré não pode decidir por si, é uma questão de princípio errada o órgão eleito ter de estar sujeito a decisões de outros [...]. Jorge Barroso criticou a decisão de Gonçalves Sapinho [...] alegando que “não podemos andar a reboque dos outros”*¹⁰⁴.

Esperando uma alteração da legislação de modo a permitir à Nazaré integrar-se na Comunidade Urbana de Leiria, o presidente da Nazaré defendeu que o seu concelho

¹⁰² Feliciano Barreiras Duarte, *in* Diário de Leiria, edição de 29/03/2004.

¹⁰³ Acta n.º 40/2003 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal da Nazaré.

¹⁰⁴ Oeste Online – portal jornal da Região Oeste [online]. [citado em 29/05/07; 23:30 horas], disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=5725>.

deveria *decidir tão livremente como os outros*¹⁰⁵. Na sua edição de 18 de Março de 2004, secção de *Política*, o *Jornal de Leiria* noticiava, em coluna intitulada *Deputados admitem alteração da lei para ligar a Nazaré a Alcobaça*, a existência de uma *reunião de empresários, autarcas, deputados e representantes de associações cívicas e económicas que se juntaram segunda-feira à noite no Conselho Empresarial promovido pela Nerlei*¹⁰⁶, *para pressionar o presidente da Câmara de Alcobaça a mudar de opinião relativamente à adesão do seu concelho à Comunidade Urbana do Oeste*.

Argumentando com as vantagens de uma Grande Área Metropolitana de Leiria, vários desses responsáveis como Osvaldo Castro, *deputado do PS, um dos críticos da decisão de Gonçalves Sapinho, sugeriu a alteração da lei, permitindo que um concelho possa fazer a sua escolha, independentemente de existir continuidade territorial*.

Também Paulo Baptista Santos, *deputado do PSD convidado para falar sobre o regime das Áreas Metropolitanas, respondeu que se for necessário a legislação poderá ser alterada para que Nazaré possa integrar a GAM de Leiria. “Basta que a Assembleia da República assim o delibere e isso pode ser feito num dia”*¹⁰⁷.

As pretensões de Jorge Barroso não foram satisfeitas. Após a assinatura da escritura pública da Comunidade Urbana de Leiria, Miguel Relvas, responsável governamental pelo processo de regionalização, referiu que era melhor *não contarem com o Governo para, em nome de interesses particulares, vir a parar um processo que é muito importante para o país*, expondo, numa alusão ao caso da Nazaré que *não são feitas excepções para o caso A ou B*. A Nazaré deveria aderir ao Oeste, *por ser a única alternativa*¹⁰⁸. Mais uma vez, em reunião extraordinária da assembleia municipal da Nazaré, realizada no dia 20 de Dezembro de 2004, a posição de Miguel Relvas, desfavorável a um regime de excepção para a Nazaré, foi criticada pelos políticos locais. Frederico Martins, membro da assembleia municipal da Nazaré pelo Partido Comunista Português (PCP) fez o seguinte comentário: *é com amigos como Miguel Relvas, ex. Secretário de Estado da Administração Local, autor da Lei das*

¹⁰⁵ Oeste Online – portal jornal da Região Oeste [online]. [citado em 29/05/07; 23:30 horas], disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=5725>.

¹⁰⁶ Iniciais de Núcleo Empresarial da Região de Leiria.

¹⁰⁷ Jornal de Leiria [online]. [citado em 29/05/07; 19: 28 horas], disponível em <http://jornaldeleiria.mrnet.pt/index.php?article=962&visual=1>.

¹⁰⁸ Oeste Online – portal jornal da Região Oeste [online]. [citado em 29/05/07; 23:30 horas], disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=5725>.

*Comunidades Urbanas e actual Secretário -Geral do PSD, que a Nazaré não precisa de inimigos*¹⁰⁹.

Uma vez que não houve alteração às leis que instituíam estas regiões administrativas, o concelho acabou por ser integrado na Comunidade Urbana do Oeste.

Não conseguindo constituir a tão desejada Grande Área Metropolitana de Leiria, os presidentes das câmaras municipais de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós, cujos concelhos reúnem aproximadamente 320.000 habitantes, fundam a Comunidade Urbana de Leiria (fig. 46).



Fig. 46 – Área metropolitana de Leiria. Fonte: Leiria – Região Digital.

A denominação adoptada em escritura pública feita em 30 de Março de 2004, no castelo de Leiria foi Área Metropolitana de Leiria. Esta designação simbólica constituiu *um sinal da vontade da região em aumentar de dimensão, agregando novos concelhos limítrofes, caso estes o entendam dentro de cinco anos*¹¹⁰. Não se deve, porém, confundir Área Metropolitana de Leiria com o conceito governamental de Grande Área Metropolitana. Por

não reunir os critérios necessários às GAM, estava-se, na verdade, em presença de uma Comunidade Urbana.

É referido, ainda, pelo jornal *Região Oeste* que Feliciano Barreiras Duarte, presente na assinatura pública da constituição da Comunidade Urbana do Oeste, mas ambicionando o alargamento da Comunidade Urbana de Leiria, se *mostrou confiante e sonhador* [...], afirmando que “no curto e médio prazo os concelhos do distrito têm um destino traçado e esse destino passa pela fusão”¹¹¹.

Na mesma cerimónia, *Miguel Relvas afirmou que “até ao próximo quadro comunitário essa fusão poderá ocorrer”*. Esta data será em 2007, altura em que os

¹⁰⁹ Acta n.º 7/2004 da sessão extraordinária da Assembleia Municipal da Nazaré.

¹¹⁰ Ansião na net [online]. [citado em 01/06/07; 17:34 horas], disponível em www.ansiao.net.

¹¹¹ Oeste Online – portal jornal da Região Oeste [online]. [citado em 30/05/07; 17:14 horas], disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=5725>.

*Municípios irão gerir o Quadro Comunitário de Apoio, “no ponto de vista das competências que são atribuídas, para uma melhor aplicação dos fundos”*¹¹².

3.3. – A Comunidade Urbana do Oeste

No âmbito das discussões sobre regionalismo têm sido vários os mapas propostos para a região de Leiria. Também as últimas tentativas de regionalização administrativa do continente português tiveram repercussões no distrito leiriense. A norte, sete concelhos, quatro dos quais actualmente integrados no distrito de Coimbra e três no de Leiria tinham como objectivo formar a Comunidade Intermunicipal do Pinhal. Ao centro deveria germinar a já mencionada Comunidade Urbana de Leiria e ao sul constituir-se-ia a Comunidade Urbana do Oeste.

A Comunidade Urbana do Oeste, coincidindo na sua totalidade com a NUT III – Oeste, seria formada pelos concelhos especificados em 2.6.3, e respectiva população (fig. 47).

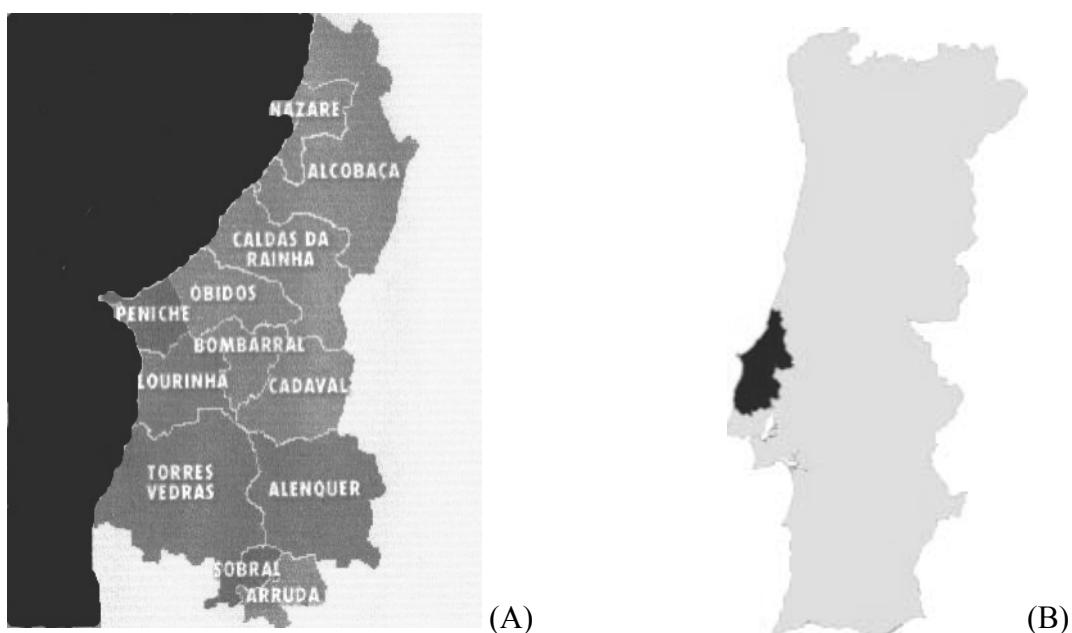


Fig. 47 – A Comunidade Urbana do Oeste em Portugal. Fonte: (A) Adaptado de Oeste Online – portal jornal da Região Oeste. (B) Oeste Diário.

¹¹² Oeste Online – portal jornal da Região Oeste [online]. [citado em 30/05/07; 17:14 horas], disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=5725>.

Esta região administrativa chegou a ser instituída por escritura pública em 29 de Março de 2004, assumindo uma importância relevante no debate sobre a região de Leiria. Constitui cerca de metade do distrito em território e em população, detendo um importante papel económico em virtude da proximidade e das suas relações com a área de Lisboa.

A constituição da região Oeste traduz o triunfo das elites do sul do distrito leiriense ou, pelo menos, de parte delas. Seria o caso do presidente da Região de Turismo do Oeste que, defendendo a complementaridade do Oeste com Leiria, recusa qualquer aproximação a uma região administrativa centralizada em Leiria.

Num período em que as regiões administrativas propostas pelo governo de Durão Barroso iam ser suprimidas, António Carneiro acabou por não fazer qualquer menção à Comunidade Urbana do Oeste ou à de Leiria nos termos em que eram propostas em 2003¹¹³. Criticou aqueles que defendem uma regionalização com base nas províncias herdadas do passado pois, não obstante marcarem presença no pensamento dos actores sociais enquanto regiões culturais, nunca adquiriram autonomia administrativa.

Se o mapa do Salazar, das províncias, tem sido mais corporizado, nós hoje estávamos arrumados naturalmente, quando muito poderíamos fazer re-arranjos tendo em conta as novas acessibilidades litoral-interior, mas com a Estremadura tínhamos um problema gravíssimo, que é a coincidência do nome com o da Extremadura espanhola. Eles jamais abdicariam da sua nomeação em termos de marca ou ícone regional perante nós, no quadro da União Europeia. Por exemplo, como ficariam os nossos vinhos da Estremadura?

Abandonado, ou morrendo lentamente o figurino das províncias, o que é uma pena, pois se isso não tivesse ocorrido, hoje estariámos culturalmente arrumados, pelo menos em parte, porque um minhoto se assume como tal, nesta região já não é bem assim. Eu nunca digo que sou estremenho, nós aqui estamos muito mais aculturados face à proximidade a Lisboa, mais urbanos, mais industrializados, mais aculturados, ao contrário do resto do país [AC].

António Carneiro defende, por outro lado, o projecto socialista de uma regionalização baseada nas actuais NUT II, correspondentes às cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Advoga a inserção do Oeste numa futura Região de Lisboa e Vale do Tejo. As regiões político-administrativas ideais para o autor

¹¹³ Como pude constatar na entrevista efectuada em 18 de Dezembro de 2006.

não podem ser pequenas, de nível microssocial, pois na sua perspectiva a capacidade de afirmação destas regiões seria muito limitada por essa via. Pelo contrário, as regiões turísticas devem ser de pequena dimensão, de modo a evidenciar as particularidades culturais locais no palco global.

Eu penso que o governo precisa de regiões político-administrativas por razões de planeamento, de ordenamento, no sentido de uma gestão política mais eficaz, e nesse particular, acho bem. [...] Uma vez que o governo necessita dessa arrumação já possui, hoje, corpos técnicos nas CCR, estruturas montadas que tornam muito fácil essa regionalização, é mudar apenas a tabuleta da porta e eleger o órgão.

É uma tarefa muito mais simples, pacífica, não dá traumas de qualquer espécie, agora eu penso que não é compatível fazer isso com as marcas turísticas porque o turismo vive de marcas culturais e naturais, não vive de marcas de planeamento, não vamos vender o Centro ou o Norte, mas sim o Douro ou o Minho, são marcas culturais, não só porque já está colada aos nossos subconsciente, como até de alguns estrangeiros, nomeadamente os mercados de proximidade. Há nestas regiões turísticas um substrato cultural, há uma cultura minhota, há uma cultura transmontana, e portanto, se a cultura e o ambiente são as únicas ferramentas de que se faz o produto turístico, então isso tem que ser compatível e portanto aquilo que estamos a fazer nesse sentido, é demonstrar isso ao governo.

Não podemos deixar que o governo caia na tentação de fazer coincidir as regiões de turismo com as regiões de planeamento, isso é mal feito, só não será no Alentejo e no Algarve, porque aqui é fácil. A solução seria, eventualmente, termos uma Região de Turismo para a área metropolitana de Lisboa, outra para o Porto, depois o país terá que se dividir eventualmente, Oeste, junto a Lisboa, Minho, Trás-os-Montes ou Douro, mas penso que o governo aí está disponível a ceder, porque já estamos a falar de marcas turísticas e não de figuras de planeamento [AC].

António Fonseca Ferreira é outro defensor de uma sub-região Oeste. O presidente da CCDRLVT observa, no entanto, divisões internas nos concelhos que desejavam criar a Comunidade Urbana do Oeste. Alude da mesma forma às dificuldades na formação de uma Grande Área Metropolitana de Leiria.

Há uma indefinição na região do Oeste, a prova é que, relativamente à questão da constituição das Comunidades Urbanas em que o governo deu [...] a possibilidade de cada um ir para seu lado, podemos dizer que relativamente ao distrito de Leiria houve muita discussão, foi muito complexo, e aí observou-se reforço de

Leiria, [...] para tomar o Oeste, nomeadamente Alcobaça, Nazaré, eventualmente também Bombarral, mas claramente o que ia decidir eram Alcobaça e Nazaré.

Nazaré manteve-se neutra, não sei se já decidiu, acho que o engenheiro mantém-se no Oeste, na Comunidade Urbana do Oeste, mas queria ir por razões político – partidárias, para Leiria. O homem da Nazaré [...] foi rapidamente apanhado pela liderança do partido e manteve-o até à última hora como enclave da possibilidade de aderir a Leiria, enquanto que o homem de Alcobaça [...] na altura decidiu pelos seus meios manter-se no Oeste, contra a orientação do PSD no distrito.

Aliás a estratégia das Comunidades Urbanas foi uma estratégia [...] que consistia, fundamentalmente, em fazer um “up grad” das Associações de Municípios e, nesse sentido, o nome Comunidades Urbanas soava-me bem, mas seriam sempre regiões de natureza intermunicipal. Posteriormente, o secretário de estado Miguel Relvas, lançou esta confusão ao propor Grandes Áreas Metropolitanas como a de Viseu, e aí não há metrópole nenhuma. Para criar aquela coisa, da primeira divisão, o autarca de Viseu polarizou um grande território, indo buscar concelhos à Guarda, a Coimbra etc., baralhando, dessa forma, os distritos. Queriam fazer o mesmo em Leiria mas não conseguiram, levaram o homem de Ourém para Leiria mas falhou-lhes o concelho decisivo para a Grande Área Metropolitana que era Alcobaça, este não aderiu. Alcobaça é que dava a população até aos 350.000. Portanto, nós temos tido estes problemas todos [AFF].

O presidente da câmara municipal de Caldas da Rainha, uma das reivindicadas capitais do Oeste, Fernando Costa, demonstra uma posição ambígua nestas questões. Isto ficou evidenciado na sua presença no congresso *Região de Leiria: Inovação e Oportunidades*¹¹⁴ e no terceiro congresso sobre a região Oeste.

O *Congresso do Oeste, grandes desafios 2007-2013* realizou-se nos dias 04 e 05 de Maio de 2007, e teve como palco o mosteiro de Alcobaça¹¹⁵. Na sessão de abertura esteve presente o seu presidente, Gonçalves Sapinho. Este congresso sucedeu-se ao segundo *Congresso do Oeste*, realizado entre os dias 13 e 15 de Novembro de 2003, em Caldas da Rainha. Ainda defensor da ideia de uma região do Oeste, o anfitrião Fernando Costa referiu-se a

este congresso como [...] um momento importante da afirmação do Oeste, de um Oeste que nós sabemos bem o que é

¹¹⁴ Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. Leiria, [citado em 05/06/07; 12.00 horas], disponível em www.adlei.pt.

¹¹⁵ Congresso do Oeste [online]. Alcobaça, [citado em 05/06/07; 12.32 horas], disponível em <http://www.congressodoeste.eu>.

quando se fala em regionalização, em divisão administrativa, este Oeste de que se começou a falar há tantos anos [...]. Há hoje um Oeste administrativo com maior precisão e consagrado na lei desde há vinte anos a esta parte. O Oeste constitui uma NUT3 da região de Lisboa e Vale do Tejo, um Oeste constituído há vinte anos nessa divisão administrativa como uma unidade de nomenclatura estatística mas que passados poucos anos, os municípios que constituíam essa NUT se transformaram, uniram-se, quiseram convergir, quiseram dar as mãos para constituir uma das primeiras Associações de Municípios, a que demos o nome de Municípios do Oeste (Costa, 2003: 2-3).

A defesa da região Oeste por parte de Fernando Costa assumiu maior relevo neste congresso, uma vez que o mesmo coincidiu com as discussões sobre os últimos projectos de regionalização administrativa do país. Relativamente a este assunto, o presidente caldense referiu que numa altura em que se discutiam os novos projectos de regionalização com base nas Associações de Municípios, ninguém podia *duvidar que do norte do distrito de Lisboa até Caldas da Rainha [...] todo este espaço vive interligado na vida dos seus cidadãos* (Costa, 2003: 2). A intervenção de Fernando Costa no segundo Congresso do Oeste emergiu como um hino à constituição da Comunidade Urbana do Oeste. Passados cerca de 4 anos, a realização do terceiro congresso em Alcobaça significou o incremento da importância deste concelho no seio da nova região.

3.4. – A Comunidade Intermunicipal do Pinhal

A atenção que o centro e o sul do distrito de Leiria costumam atrair em relação ao norte interior é proporcional ao seu peso demográfico, territorial e político. Nas partes centro e sul situam-se os maiores concelhos do distrito. Esta dimensão populacional tem sido fundamental na determinação da extensão da região de Leiria, como ficou explícito nos casos de Alcobaça e da Nazaré.

Mas a dimensão de Leiria ao centro, e a do Oeste a sul, não significam que os discursos sobre a região de Leiria se confinam ao espaço que o distrito ocupa entre os concelhos de Pombal e do Bombarral. Existe ainda norte interior do distrito, coincidente com o território ocupado pelos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande. Neste contexto, se Leiria tem conseguido exercer poder de atracção sobre localidades do norte como Pombal ou Ansião, retirando-os da zona de influência de Coimbra, o mesmo não se passa com os municípios citados anteriormente. Os

dirigentes políticos locais invocam factores geográficos e questões socioeconómicas para se associarem a outros concelhos do sul do distrito de Coimbra, ou do de Castelo Branco, para constituírem uma Comunidade Intermunicipal. O periódico *Notícias do Pedrógão Grande* dá testemunho da situação.

Os municípios de Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Oliveira do Hospital, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Arganil e Sertã, através dos respectivos presidentes de Câmara, rubricaram, na manhã do dia 24 de Fevereiro, a escritura pública de constituição da designada Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior. Municípios que, dadas as suas características geomorfológicas e problemas socioeconómicos semelhantes, rejeitaram a sua inclusão nas Grandes Áreas Metropolitanas e aproveitaram a lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, que contempla a "união" entre municípios para a constituição de comunidades intermunicipais.

Foi o que aconteceu com estes sete municípios dos distritos de Coimbra, Castelo Branco e Leiria, unidos "pelas boas relações sociais" e afectados pelos mesmos problemas. Os sete presidentes das autarquias de cada concelho pensam que a Comunidade Intermunicipal depois de constituída e legitimada tem uma maior capacidade reivindicativa junto do Poder Central, e que pode muito bem ser o "motor" de desenvolvimento harmonioso e integrado dos respectivos concelhos e um contributo activo para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes¹¹⁶.

Seguiu-se a composição dos órgãos sociais da Comunidade Intermunicipal, cujos elementos

sairão de uma eleição a realizar proximamente, sendo certo que nos referidos órgãos sociais deverão ser cooptados alguns elementos da Assembleia Intermunicipal, nomeados pela direcção que sair da eleição. A sede deste órgão intermunicipal ficará na Pampilhosa da Serra e o executivo reunirá, periodicamente, em cada um dos concelhos integrantes da Comunidade Intermunicipal¹¹⁷.

A Comunidade Intermunicipal do Pinhal foi formada pelos concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital e Pampilhosa da Serra, do interior sul do distrito de Coimbra, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, e Pedrógão Grande, do distrito de

¹¹⁶ Ansião na net [online]. *Notícias do Pedrógão Grande*, [consultado em 07/06/07; 19:40 horas], disponível em <http://www.ansiao.net>.

¹¹⁷ Ansião na net [online]. *Notícias do Pedrógão Grande*, [consultado em 07/06/07; 19:48 horas], disponível em <http://www.ansiao.net/pedrogao69.html>.

Leiria, e Sertã, concelho do distrito de Castelo Branco. A nova região agrupava 7 municípios com uma população aproximada de 74.000 habitantes.

Em 24 de Fevereiro de 2004 a Comunidade Intermunicipal do Pinhal adquire existência jurídica com a assinatura da escritura pública pelos representantes dos sete concelhos.

3.5 – Abrandamento do ímpeto regionalista

Mudam-se os governos, mudam-se as vontades. As eleições realizadas em 20 Fevereiro de 2005 ditaram o fim do processo de regionalização proposto pelo governo do Partido Social-democrata.

O governo socialista, liderado por José Sócrates e dispondo de maioria absoluta (45% dos votos)¹¹⁸, iniciou a revisão das propostas anteriores, assim justificadas (negrito do autor do texto):

Todavia, o mero associativismo municipal, incluindo na forma das actuais áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, não pode dar resposta suficiente a problemas e desafios de maior dimensão. Na verdade, estas entidades não garantem a necessária racionalidade e escala territorial, não dispõem de um quadro normalizado de transferência de competências e de recursos e apresentam-se destituídas da legitimidade democrática que é necessária para que possam assumir, plenamente, um protagonismo decisivo na condução de verdadeiras políticas de desenvolvimento regional.

*Quanto às actuais formas de associativismo municipal, e sem prejuízo de um prévio diálogo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, torna-se necessário intervir legislativamente de forma a corrigir as muitas insuficiências e disfunções detectadas no modelo das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais. Só uma profunda alteração do quadro legal recentemente adoptado permitirá potenciar a vontade manifestada pelos municípios no sentido de reforçarem a cooperação supra municipal e a própria descentralização. (Cap. III – Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável, VI. Modernizar a Administração territorial autárquica, in *Programa do XVII Governo Constitucional*, 2007: 20-26¹¹⁹).*

¹¹⁸ Ministério da Administração Interna [online]. *Secretariado Técnico dos Assuntos para o processo eleitoral*, [citado em 10/06/07; 22:08 horas], disponível em <http://www.eleicoes.mj.pt/legislativas2005/IS/D23/index.html>.

¹¹⁹ O programa do XVII Governo Constitucional encontra-se acessível a partir do Portal do Governo [online]. *Programa do XVII Governo Constitucional* [citado em 10/06/07; 22:28 horas], disponível em

As propostas dos socialistas surgem na altura em que se efectuavam as escrituras públicas que davam *corpo legal* às recém criadas regiões administrativas. Foi uma viragem política que criou angústias e expectativas nas novas estruturas regionais. Na altura da formalização da Comunidade Intermunicipal do Pinhal lia-se na comunicação social:

Acontece que o Governo já não é o mesmo que promulgou a referida lei n.º 11/2003 (que prevê a criação das Comunidades Intermunicipais) e a maioria dos subscritores desta escritura pública receia que o novo Governo de José Sócrates “trave esta lei e “enterre” as Comunidades Intermunicipais”¹²⁰.

Os socialistas retomam os projectos de regionalização da década 90. Sobre a vigência do anterior governo de António Guterres, em 1998, foram concebidas cinco regiões administrativas baseadas nas actuais NUT II.

A extinção das regiões, ou melhor, dos projectos de regionalização formulados em 2003, constituiu um bálsamo, ainda que momentâneo, para autores como Tomás Oliveira Dias. Ainda imaginam uma região de Leiria estabelecida ao nível do distrito e uma Grande Área Metropolitana de Leiria que compreenda um distrito unido na diversidade que consideram caracterizar a província da Estremadura.

A região de Leiria é uma região histórica e natural, oriunda da antiga Estremadura. Razões de ordem histórica, geográfica, económica e cultural, para aí apontam e aconselham que se mantenha a sua unidade. O futuro da região passa, essencialmente, por essa unidade e, também, pela sua diversidade e complementaridade, que não deverão ser postas em causa por novas formas de organização territorial.

Para tanto, parece possível e aconselhável a criação da Grande Área Metropolitana de Leiria, ou da Estremadura, que compreenda todo o distrito de Leiria, o concelho de Ourém, assim como o de Fátima se vier a ser criado, e mesmo outras zonas que com ela se venham a considerar identificadas (Dias, T. O., 2005: 61).

http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Programa/programa_p020.htm

¹²⁰ Ansião na net [online]. *Notícias do Pedrógão Grande*, [citado em 07/06/07; 19:48 horas], disponível em <http://www.ansiao.net/pedrogao69.html>.

3.6. - A Associação para o Desenvolvimento de Leiria (ADLEI)

As associações para o desenvolvimento regional têm desempenhado um papel fundamental nos debates sobre Leiria. É por seu intermédio que as elites regionais conjugam esforços na definição do que deve ser a região de Leiria, objectivando-a perante as regiões vizinhas. A Associação para o Desenvolvimento de Leiria (ADLEI), constituída em 13 de Junho de 1989, tem demonstrado uma dinâmica assinalável comprovada pela organização de quatro dos cinco congressos sobre a região de Leiria realizados nos últimos 15 anos.

Foram da responsabilidade da ADLEI o *1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura*, em Maio de 1991¹²¹, o *II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura*¹²², que teve lugar 4 anos depois, no mesmo mês, o *3º Congresso do Distrito de Leiria e Estremadura*¹²³, realizado entre os dias 20 e 23 de Maio de 1999, bem como do último, denominado *4.º Congresso Região de Leiria, Inovação e Oportunidades*¹²⁴, que teve lugar nos dias 20 e 21 de Abril de 2007. Em todos eles se pensou uma região de Leiria idealmente coincidente com o distrito fundado no século XIX.

Neste contexto, nem as mais recentes propostas de divisão administrativa, observada nos três subcapítulos anteriores, colocaram em causa os princípios defendidos pela ADLEI. A defesa de uma região coincidente com o distrito foi evidenciada pelo seu presidente, Tomás Oliveira Dias, na altura da realização do congresso *Pensar a Região de Leiria*, em 2003, como se viu anteriormente.

As sociedades do século XXI são caracterizadas por processos de comunicação em rede cada vez mais densos. Também na ADLEI se tem recorrido às novas tecnologias para dar novos ímpetos à comunicação e defesa das ideias sobre o que deve ser a região de Leiria. Observe-se o sítio da ADLEI onde estão expostos os seus objectivos:

A ADLEI - Associação para o Desenvolvimento de Leiria - constitui-se em 1989 como uma Associação Cívica, tendo como propósito o estudo, defesa e promoção do desenvolvimento

¹²¹Resultados publicados nas *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura* (1991). Leiria: ADLEI e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria.

¹²²Actas do II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o passado, navegar o futuro (1999a). Leiria: ADLEI.

¹²³Conclusões do 3º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura (1999b). Leiria: ADLEI.

¹²⁴Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. Leiria, *IV Congresso Região de Leiria, Inovação e Oportunidades*, [citado em 06/06/07; 22:00 horas], disponível em www.adlei.pt.

económico, social e cultural da Região de Leiria através de actividade cívica, não partidária, pautada pelos princípios da liberdade, justiça social, tolerância, bem como no respeito pelas instituições democráticas. Nessa matriz, tem prosseguido a missão de intermediação social promovendo o debate e a reflexão sobre o território onde se insere, tentando partilhar informação capaz de promover o fomento de uma opinião pública qualificada¹²⁵.

A organização do 4º congresso da Região de Leiria foi um dos seus momentos altos. As preocupações manifestadas já nada têm a ver com as propostas de regionalização administrativa dos governos PSD de Durão Barroso ou de Santana Lopes. A distribuição de fundos europeus de apoio ao desenvolvimento de regiões desfavorecidas que abrange as três NUT do distrito de Leiria, na sequência do Quadro de Referência Estratégico Nacional para os anos 2007 a 2013 [QREN]¹²⁶, bem como o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado [PRACE]¹²⁷, estiveram no centro das atenções da ADLEI. Fizeram ainda parte o debate de projectos tais como o TGV, o transporte ferroviário de alta velocidade, com paragem desejada na sede de distrito ou o novo aeroporto de Lisboa, na Ota.

As razões pela qual é importante a realização deste congresso são várias, tanto as políticas em curso para o ordenamento do território e consequente definição de estratégias prioritárias, como o QREN e as prioridades zonais de distribuição dos fundos comunitários e ainda o PRACE com o reordenamento dos serviços públicos e o impacto que isso terá no tecido empresarial e nos cidadãos comuns, obrigam a pensar o que pode ser potenciador ou lesivo para esta Região¹²⁸.

Discutir e pensar a repercussão destas medidas na região e analisar modelos de liderança a ela adequados foram temas que motivaram grupos de trabalho e a própria Assembleia-Geral da ADLEI. *Após a auscultação feita a agentes políticos, económicos e sociais, convocou-se um congresso regional que envolvesse todos os concelhos do*

¹²⁵ Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. Leiria, [citado em 07/06/07; 23:49 horas], disponível em <http://www.adlei.net/associacao/>.

¹²⁶ Jornal Oficial da União Europeia, em 24 de Março de 2007.

¹²⁷ Portal do Governo [online]. *Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado*, [citado em 21/05/07; 14:47 horas], disponível em http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MF/Comunicacao/Programas_e_Dossiers/20060330_MEAI_Prog_Proace.htm.

¹²⁸ Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. Leiria, *Mensagem do presidente no IV Congresso Região de Leiria, Inovação e Oportunidades*, [citado em 06/06/07; 22:00 horas], disponível em www.adlei.pt.

distrito e ainda Ourém, denominando-se esse evento de “Região de Leiria: inovação e oportunidades”. Para os organizadores fazia *todo o sentido uma nova discussão alargada, tendo em conta o aproveitamento dos novos saberes e de uma nova forma de ver o mundo, o País e a Região*. Foi, ainda, referida pela associação, *a importância de levar à participação dos cidadãos na discussão das políticas públicas e à discussão do posicionamento estratégico da Região, numa perspectiva de cooperação e integração nos objectivos do País*¹²⁹.

Reconhecendo a importância dos projectos do TGV e da Ota, esta associação advogou constituir-se como um *lobby* em defesa dos mesmos. Assim, a localização do futuro aeroporto de Lisboa na Ota e o TGV foram debatidos no 4º congresso da Região de Leiria, tendo-se alegado nas considerações finais que

o projecto da Ota, com base na actual localização, tem grande impacto na Região de Leiria, pelas oportunidades que irá gerar na internacionalização de importantes sectores da economia nacional, com evidentes impactos positivos na prestação de serviços, na indústria e na actividade turística do Oeste, da Alta Estremadura e, afinal, da grande concentração populacional e de produtores de riqueza a norte do Tejo, com projecção para todo o país em investimentos complementares.

Concluiu-se:

Ser da maior importância construir a estação ferroviária Leiria/TGV no quadro do desenvolvimento e modernização da linha do Oeste visando uma estrutura complementar de interesses e serviços entre as diferentes redes. O potencial de desenvolvimento de Leiria tem como pano de fundo os grandes projectos para a região, como o futuro aeroporto da OTA e o TGV, e a dinamização do turismo na região do Oeste e de Fátima.

(Conclusões do IV Congresso da ADLEI¹³⁰).

Das conclusões sublinho ainda outras duas questões: Voltou-se a defender uma região coincidente com o distrito acrescentado de Ourém, defendendo-se de novo uma região policêntrica e ressalvou-se o papel do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) na construção dessa região.

¹²⁹ Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. *IV Congresso Região de Leiria, Inovação e Oportunidades*, [citado em 07/06/07; 23:55 horas], disponível em <http://www.adlei.net/congresso>.

¹³⁰ Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. *Conclusões do IV Congresso*, [citado em 22/05/07; 15:30 horas], disponível em <http://www.adlei.net/congresso/conclusoes-do-iv-congresso>.

Relativamente à primeira questão é referido que

importa ter em conta que o território não é uma realidade estática mas sim um conjunto dinâmico, parte de uma geografia variável com o tempo. A consciência desse facto determina a conclusão, de que o distrito de Leiria e a sua região têm de ser olhados na nova geografia, física e humana, herdeira do passado, mas não igual a ele.

É isso que determina o seu policentrismo. Esse policentrismo tem de conduzir a um desenvolvimento em rede, que tem como factores de enriquecimento (ou partes de conexão): o património, os recursos naturais e humanos, a paisagem, a multiplicidade do percurso urbano e demográfico, as memórias e emoções. A junção de todos estes elementos tem de ser alcançada através da conversão dos cidadãos, não em espectadores passivos da história e sua cultura mas, em sujeitos activos da memória e sua transformação.

(Conclusões do IV Congresso da ADLEI¹³¹)

O IPL é reconhecido pela ADLEI como uma instituição fundamental na afirmação da região.

Todas as análises sociológicas confirmam a ideia de uma região polinuclear, diversificada, heterogénea. Os indicadores disponíveis quanto ao seu desenvolvimento situam-na, quase sempre, em patamar superior à média nacional, o que legitima, se tais potencialidades forem rentabilizadas, uma ambição, a de chegar bem longe [...].

Outro elemento constitutivo da multipolaridade de Leiria é a sua história e património, essenciais à identidade de uma região [...]. Nesse processo, o IPL tem papel determinante. Essa é uma conclusão unanimemente reconhecida e sem contestação [...].

O IPL como agente concentrador do conhecimento e criador do saber, deve contribuir para a inovação e deve adequar-se às necessidades dos agentes económicos da Região, bem como agente catalizador e de cooperação entre todas as entidades económicas, sociais e outras, visando a consenso estratégico de desenvolvimento, assumindo esse papel regional através de uma relação insistente entre os docentes e a Região e procurando parcerias com os municípios para estudos e projectos de definição vocacional de competências municipais e sua concretização. (Conclusões do IV Congresso da ADLEI¹³²)

¹³¹ Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. *Conclusões do IV Congresso*, [citado em 22/05/07; 15:30 horas], disponível em <http://www.adlei.net/congresso/conclusoes-do-iv-congresso>.

¹³² Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. *Conclusões do IV Congresso*, [citado em 22/05/07; 15:30 horas], disponível em <http://www.adlei.net/congresso/conclusoes-do-iv-congresso>.

PARTE II

PATRIMÓNIOS

Capítulo 4

A paisagem como metáfora

4.1. - A paisagem e a construção da região

Tal como os outros elementos patrimoniais, nomeadamente monumentos catedrais, palácios e museus públicos, a paisagem emergiu durante o romantismo dos finais do século XVIII como elemento inerente ao pensamento da comunidade nacional, tendo adquirido um significado especial no início do século XX. Cansados de uma modernidade fugaz e causadora de grandes angústias e inseguranças, todos os

*países fizeram das suas paisagens naturais uma representação nacional, sendo no entanto este, um fenómeno que desempenhou um papel particularmente importante no contexto do nacionalismo alemão. A paisagem, supostamente eterna deveria ser uma resposta ao pior da mudança*¹³³ (Mosse, 1990: 101-102).

A paisagem transformou-se numa metáfora da estabilidade da nação e da diversidade cultural que se começava a reconhecer dentro dos Estados-Nação. Em concomitância ao simbolismo da multiplicidade de quadros sociais e culturais que habitavam estes espaços, as representações da paisagem serviam o desejo do regresso às aldeias e às pequenas cidades em contraposição aos grandes meios urbanos, cosmopolitas, símbolos da modernidade e da cultura de massas (Hirsch; O'Hanlon, 1996).

Françoise Cachin (1992) demonstra como na França do início do séc. XX a paisagem serve para invocar o longínquo passado familiar, rural, camponês, por antítese a uma cansativa e descaracterizada urbanização. Neste sentido, o meio rural emerge

¹³³ Tradução do autor.

como um lugar de memória, de onde todos viemos e para onde todos queremos regressar em busca das nossas origens.

À semelhança da Europa, também do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos da América, a diversidade paisagística serviu de pretexto ao desenvolvimento de uma consciência regional, em particular nos anos que mediaram as duas guerras mundiais, como evidencia Robert Dorman (1993).

As rochas e os monumentos em pedra passam a ser interpretados como a solidez da nação, sublinhando o seu ideal de autenticidade e de estabilidade (Mosse, 1990). Enquanto os bosques, as plantas e as árvores, tal como todos os seres vivos evidenciam o permanente renascer da comunidade, as rochas pela sua imortalidade simbolizam a sua eternidade.

O simbolismo destas ideias incrementou-se na altura da Primeira Guerra Mundial com o culto às árvores ou às paisagens históricas. Coincidindo com a criação do bosque dos heróis alemães, mortos na guerra em 1914, o marechal von Hindenburg refere-se às árvores como metáfora da comunidade nacional, em que *a árvore alemã, vigorosa, com raízes sólidas, é o símbolo da força individual e comunitária*¹³⁴ (Mosse, 1990: 102).

Embora os países do norte europeu tenham cultivado a paisagem como metáfora da nação de forma vigorosa, outras comunidades nacionais que então estavam a nascer não ficariam indiferentes a estes acontecimentos. É assim que, na linha da construção de uma das mais notáveis composições arquitectónicas e paisagísticas do romantismo europeu, o Palácio e Real Parque da Pena, surgiram vários autores estrangeiros e nacionais dedicados ao estudo das paisagens portuguesas, tais como o arquitecto irlandês James Cavanagh Murphy (1760-1814).

Autor do álbum fundador do movimento neo-gótico internacional, dedicou grande parte do seu trabalho ao mosteiro da Batalha tendo, na sequência destas investigações, produzido a obra *Plans, elevations, sections and views of the Church of Batalha*, publicada em Londres em 1795 (Gomes, 2006). Murphy foi um dos maiores responsáveis pela divulgação deste monumento na Inglaterra oitocentista.

Nas gravuras do mosteiro da Batalha, produzidas durante os séculos XVIII e XIX, o monumento surge rodeado por uma paisagem idílica, onde a natureza se conjuga com as pessoas e as suas actividades (fig. 48).

¹³⁴ Tradução do autor.

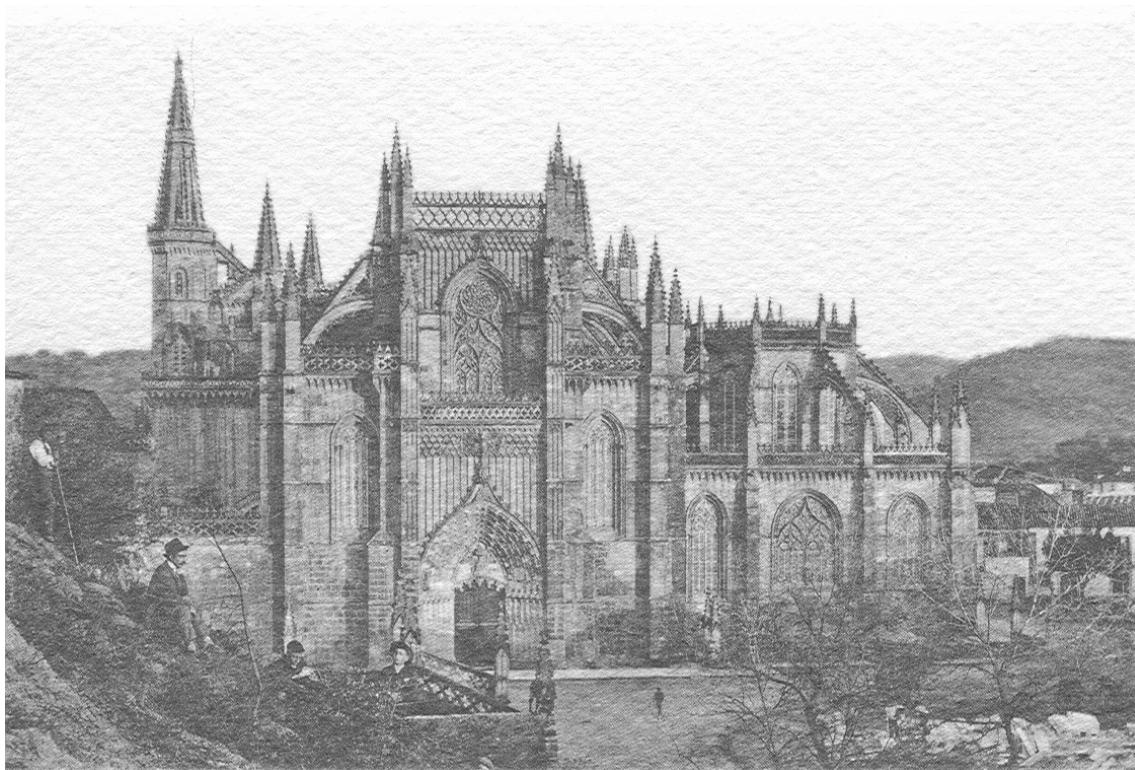


Fig. 48 – O Mosteiro da Batalha e a sua simbiose com a Natureza. Fonte: CIID – Instituto Politécnico de Leiria.

À semelhança de Murphy e seu contemporâneo, William Beckford (1760-1844), escritor romântico inglês, percorrerá toda a zona que se situa entre Sintra e Batalha, passando por Alcobaça, entre os anos de 1787 e 1799. À medida que vai fazendo a viagem, descreve as paisagens, as gentes e os monumentos, numa associação entre estes três elementos, característica dos românticos. As descrições seguem os estereótipos que os anglo-saxónicos da época vitoriana construíam dos outros povos. Beckford (1835) fazia a simbiose entre os elementos paisagísticos e a identidade dos portugueses, que denunciava como pouco educados e de hábitos rudes (Beckford, 1988 [1954]; 1997 [1835]).

Quanto aos portugueses destacam-se as obras de Almeida Garrett (1799-1854), em particular *Viagens na Minha Terra* (1846) (Silva, 1997a), José Malhoa (1855-1933) e Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), três expoentes da cultura nacional dos séculos XIX a XX. Retrataram paisagens portuguesas como elemento de uma identidade nacional. Bordalo Pinheiro, natural de Lisboa, mas com uma parte significativa da sua vida e obra desenvolvidas em Caldas da Rainha, dedicou-se ao desenho e à caricatura na sequência da fundação do jornal diário de crítica social “A Lanterna Mágica” (33

números publicados entre 15/05/1875 e 31/07/1875). Foram seus companheiros na revista Guilherme de Azevedo (1840-1882) e Guerra Junqueiro (1850-1923).

A “Lanterna Mágica” constituiu um projecto com o objectivo de fazer uma crónica e reflexão dos acontecimentos, políticas e instituições portuguesas na passagem do séc. XIX para o XX. Nascido a partir deste projecto, o *Zé-Povinho* inventado por Bordalo Pinheiro, rapidamente se transformou num ícone da sociedade portuguesa oitocentista, permanecendo no imaginário português até aos nossos dias.

José Malhoa (1855-1933), natural de Caldas da Rainha, estabeleceu-se no norte do distrito, mais concretamente em Figueiró dos Vinhos. Em 1898 mandou edificar o seu atelier e desenvolveu uma vasta acção cultural tendo como corolário a sua pintura. As telas de José Malhoa revelam motivos do Portugal de final de oitocentos, caracterizado pelo campo e pela emigração como o denotam o *Emigrante* (fig. 49).



Fig. 49 – O Emigrante (1918). Fonte: O Emigrante de José Malhoa.

A pintura de Malhoa constitui um documento social (Carvalho, 1995). A semelhança dos textos poéticos ou literários permite uma leitura cultural que evidencia estereótipos nacionais como a tristeza ou a melancolia de uma sociedade que, na perspectiva do artista, se caracterizava pelo elemento rural e camponês.

A região de Leiria assente na divisão distrital, acrescentada pelo concelho de Ourém, é caracterizada por uma paisagem heterogénea, replicando o que acontece na forma nacional. Ocupando uma faixa prolongada pelo litoral, as paisagens são variadas, destacando-se quatro áreas principais. O Norte, diverso do Sul do distrito e o Interior,

com características que o distinguem do Litoral (Dias, T. O., 2005; Vieira, 2005a). Estas particularidades foram observadas por Orlando Ribeiro (1998: 151) em meados do século passado. Na sua perspectiva o norte interior do distrito aproximava-se mais da Beira Alta do que da Beira Litoral, ou da Estremadura. A paisagem não serve apenas para pensar a nação, mas também as regiões (Girão, 1933; Cachin, 1992), antes imaginadas como províncias e actualmente como distritos. Para Tomás Oliveira Dias (2005) todo o distrito de Leiria está incluído numa região natural denominada Estremadura. Reconhecendo particularidades paisagísticas, o autor inclui todo o distrito numa só região correspondente à antiga província da Estremadura.

O distrito de Leiria está compreendido na Estremadura, região natural que tem como coluna dorsal o maciço calcário estremenho e se estende desde a cordilheira central até Palmela, sendo a Estremadura setentrional, até ao sul de Alcobaça, geralmente baixa e a Estremadura meridional, compreendendo o sul do distrito de Leiria, o distrito de Lisboa e parte do distrito de Setúbal, geralmente accidentada [...] enquanto os concelhos do norte e centro do distrito de Leiria, compreendendo Ourém, correspondem à Estremadura setentrional (Dias, T. O., 2005: 57-58).

O distrito de Leiria acrescentado pelo concelho de Ourém é litoral sobre o ponto de vista geográfico, mas apresenta também zonas de um interior caracterizado por paisagens mais montanhosas e agrestes (Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande). É uma paisagem de dunas, mas também de serras, de vales e de planaltos onde pontuam alguns dos monumentos mais significativos do país. Três deles estão classificados como património mundial. Esta configuração pode ser vista como um dos principais marcadores identitários da região de Leiria, *quase como que um microcosmo paisagístico, natural e cultural do próprio país* (Vieira, 2005b: 30)¹³⁵.

A paisagem é enaltecida, são-lhe atribuídos pontos de referência colectiva e criados laços de apego na sociedade (Branco, 2001: 505). Da heterogeneidade paisagística leiriense, da monumentalidade do património, das florestas associadas à gesta dos descobrimentos, do mar e da terra brota o carácter dos seus habitantes.

Tal como João Leal (1997) e Rui de Sousa Martins (2005-2006) referem em relação aos Açores, um

¹³⁵ Na linha deste tipo de apresentação, descriptiva e etnográfica, veja-se a obra Guia de Portugal, com apresentação de Santana Dionísio, que reproduz, integralmente, a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927. Relativamente a esta área em apreço, veja-se essencialmente o volume II dedicado à Estremadura, Alentejo e Algarve.

discurso (identitário) associado à predominância das representações icónicas dos valores da paisagem [...], inserido numa desigualdade de representações turísticas que reflectia o processo de produção identitária das elites urbanas, ao longo do século XIX, que seleccionou inicialmente os valores da natureza e da paisagem e consagrou os costumes populares como referente identitário fundamental (Martins, 2005-2006: 418),

na região de Leiria, a produção de discursos que privilegiam o património monumental e paisagístico da região reflectem um processo de construção identitária desenvolvido pelas elites, ao longo dos dois últimos séculos.

Os Açores foram apreciados por autores do século passado como um local de paisagens que transmitiam a calma e a pureza das tradições, ao contrário da Madeira. Das duas regiões autónomas emanam *dois teatros correspondentes a dois cenários, o da tradição e o do progresso* (Branco, 2001: 504).

Na perspectiva de Jorge Freitas Branco, Raul Brandão apontou o turismo como a razão da descaracterização e da infelicidade dos habitantes da Madeira. Turismo e cosmopolitismo ameaçavam e poluíam a paisagem cultural madeirense. Ideias semelhantes emanam de José Leite de Vasconcelos, para quem é devido à *influência dos forasteiros [...] que o elemento etnográfico sai tão empobrecido*. É neste cenário que várias personalidade madeirenses se dedicam à elaboração de

uma nova topografia mental do espaço insular. Criam factos de identificação regional pela marcação sistemática da paisagem madeirense e porto-santense [...]. Exaltam as referências históricas em torno da descoberta, compilam e fixam pela escrita lendas sobre o passado insular. É uma textualidade que abarca a natureza e as atitudes das gentes, manifestadas em romarias, arraiais e venerações. Produzida em prosa ou verso, circula na imprensa local visando um público treinado na leitura. Quando posta em cena, é vista por uma audiência urbana reduzida – a chamada boa sociedade (Branco, 2001: 504 – 505)

4.2. – A serra de Sicó

A serra de Sicó constitui um maciço calcário distribuído por vários concelhos do norte do distrito de Leiria, em particular pelos de Ansião e de Pombal, sendo partilhado com algumas localidades do sul do distrito de Coimbra, como Soure ou Penela. (fig. 50). A importância de Sicó, como plataforma a partir da qual as populações do norte se identificam enquanto grupo, é constatada por Diogo Mateus, que a relaciona com a Associação de Municípios das Terras de Sicó (ADSICO). A ADSICO integra os concelhos de Alvaízere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure.



Fig. 50 – Serra de Sicó. Foto: CIID – Instituto Politécnico de Leiria.

A primeira associação de municípios em que Pombal se integra, se pensarmos que é uma entidade administrativa que não é imposta mas sim opcional, onde há uma adesão consciente e portanto em determinado sentido, é certo que tem como referência uma área única que é a serra de Sicó [DM].

O norte do distrito evidencia uma variedade patrimonial e paisagística baseada em elementos como a serra, as florestas, as praias fluviais ou, ainda, muito do património construído. O percurso proporcionado pelo IC8, principal via rodoviária de ligação da capital do distrito ao norte do mesmo, propicia a visualização de um interior montanhoso. A apenas alguns quilómetros das planícies do litoral, deparam-se montanhas de dimensão assinalável, inspiradoras dos discursos que as elites da região têm produzido. Para Diogo Mateus há uma relação intrínseca entre a paisagem e o carácter dos seus habitantes.

O distrito de Leiria tem diferenças enormes em termos da forma como as pessoas encaram a vida, basta olhar para o litoral sul, tem uma forma de olhar a vida completamente diferente do que tem Figueiró dos Vinhos, Alvaízere, Pedrógão Grande ou Castanheira, a paisagem é também mais do que expressiva destas diferenças [...] [DM].

A atribuição de características particulares aos habitantes de zonas serranas é comum a várias etnografias. João Vasconcelos ao estudar a Serra de Arga e as etnografias produzidas sobre os habitantes das suas aldeias, demonstra como ao longo do século XX se desenvolveram um conjunto de percepções de pureza e preservação destes locais relativamente a forças sociais externas. Ignoraram-se sistematicamente os fluxos migratórios e a sua influência na vida das populações.

A descoberta da Serra de Arga surge assim marcada pela fixação da cultura das pessoas que a habitam naquilo que ela parece ter de mais arcaico, nos aspectos da vida social que parecem ter parado no tempo, na época das povoações castrejas. [...] os etnógrafos da Serra de Arga [...] constituíam a cultura dos seus habitantes como objecto, recusando-lhes a contemporaneidade, projectando-a em tempos remotos (Vasconcelos, 1997: 215).



Fig. 51 – Praça de Toiros de Abiul. Foto: CIID – Instituto Politécnico de Leiria.

A cidade de Pombal, maior aglomerado urbano da zona norte do distrito leiriense, está para a mesma como a cidade de Leiria para a denominada região da Alta Estremadura ou Caldas da Rainha para o Oeste. O castelo e demais monumentos marcam a paisagem do norte do distrito leiriense. Mais do que a principal cidade do norte, Pombal é um concelho simbólico desta zona geográfica. Localizando-se no litoral, marcado pela praia do Osso da Baleia, é nele que a serra de Sicó assume maior expressividade. Dionísio Santana referiu-se a esta paisagem montanhosa e às suas localidades, quando foi responsável pela sua caracterização no Guia de Portugal.

A estrada sobe, levando à esquerda a escaldada serra de Sicó, imponente, mas sem um arbusto, só pedra, ainda mais esquálida e nua que as serras de Aire ou Montejunto. A 8,3 km ramal de 2,6 km para Abiul, à direita, vila antiga a que D. Afonso Henriques deu foral em 1167, renovado por D. Manuel em 1515. Ainda há pouco ali se fazia, como em Pombal e no Avelar, a tradicional festa do forno (Guia de Portugal, 1927: 514).

Do património de que as populações se servem para marcar a sua diferença, destaca-se no norte do distrito a praça de toiros de Abiul. Considerada pelas autoridades locais¹³⁶ como a mais antiga praça de toiros do país, conserva ainda o palanque de onde os duques terão assistido às touradas. Não muito longe daí situa-se a nova praça (fig. 51) cuja dimensão e boa conservação traduzem a sua importância enquanto ícone cultural para a região.

4.3. - A paisagem ondulada do Oeste: uma Toscana portuguesa?

Os pensadores da região de Leiria têm recorrido aos elementos paisagísticos para marcar diferenças, à semelhança do que acontece com outras regiões portuguesas (Xavier, 2000). Ora se apela à diversidade paisagística distrital para reclamar a união em torno do distrito, ora se a invoca para demarcar as diferenças. Neste sentido, a paisagem surge como um importante meio de identificação de um grupo e da sua diferenciação relativamente a outros, pois *pelos signos que apresenta, permite-lhes (...) situarem-se no tempo e no espaço, e identificarem-se com uma cultura e com uma sociedade*¹³⁷ (Bonnemaison, 2001: 61).

O sul do distrito de Leiria, ou o denominado Oeste, é a região onde a agricultura mais molda a paisagem com os pomares e as vinhas. Para António Carneiro é



Fig. 52 – Oeste: Paisagem de pomares. Foto: Autor.

¹³⁶ Abiul [online]. [citado em 22/02/07; 19:00 horas], disponível em http://www.cm-pombal.pt/redesocial/agenda_social/Abiul.pdf.

¹³⁷ Tradução do autor.

impossível pensar o Oeste sem ter em mente a sua paisagem levemente ondulada, onde os terrenos de cultivo convivem com aldeias de casas caiadas de branco e azul.

Portanto o que sempre tenho dito é que há aqui uma fronteira mais ou menos fácil de definir entre esta zona de vinhedos, de fruta que é o Oeste e a parte de cima que já é mais beirã, no sentido em que já é mais a cultura da pedra e menos a cultura da cal, [...] temos clara noção de que Leiria é também distinta de nós relativamente à monumentalidade. Nós não temos grandes mosteiros, abadias, à excepção da vila de Óbidos, somos essencialmente uma região rural com tudo o que isso implica, enquanto que Leiria tem a Batalha, os castelos de Leiria, de Ourém, de Porto de Mós, tem de facto um aspecto monumental, e depois, toda aquela possível ligação aos templários, assim como Fátima. Há aqui um caminho de grande monumentalidade, religiosidade e misticismo que não temos do lado de baixo. Eu diria que basicamente este é o aspecto mais distintivo [AC].

O apelo à paisagem, principalmente por parte de alguns dos dirigentes do sul do distrito como António Fonseca Ferreira ou António Carneiro, enquanto elemento diferenciador e bom para pensar a região do Oeste como comunidade cultural diferente do resto do distrito de Leiria fora já debatido nos congressos sobre a região de Leiria e do Oeste, realizados na década de 90. No 2.º congresso do distrito de Leiria e Alta Estremadura, João Serra justifica uma região Oeste separada do distrito de Leiria, legitimando as suas ideias em vários factores, de onde se destaca o elemento paisagístico. Para este autor o *Oeste é uma sub-região com identificação histórica assente em traços identificadores da paisagem, actividade económica e feição cultural*, (Serra, 1999: 277) pelo que a repartição do distrito em duas regiões faz, na sua perspectiva, todo o sentido.

António Carneiro reconhece, do mesmo modo, como elementos paisagísticos significativos do sul do distrito, mais “encostado” ao mar, as fortificações, como a de Peniche, ou as actividades ligadas à pesca. As embarcações e a arte Xávega contrastam com uma agricultura de grande desenvolvimento, enquanto características da paisagem do Oeste.

O slogan que a Região de Turismo do Oeste criou em 1984 foi o de Terra de Vinhedos e de Mar, ou de pescadores, digamos assim. Esse é o aspecto que mais gostamos de distinguir [...] na promoção dos campos de golfe, nós gostamos de frisar que somos uma região rural mas com uma agricultura poderosa, onde

demonstramos que as aldeias estão recuperadas e não abandonadas, e os campos agricultados, [...] [AC].

O campo, a vinha e os pomares atribuem sentido a uma paisagem que, de acordo com António Fonseca Ferreira, recorda a zona de Florença, em Itália.

Os aspectos distintivos do Oeste em termos tradicionais, consistem numa certa identidade podemos dizer, quase geológica ou topográfica que é a ondulação do terreno, única no país, digamos moderada mas muito variada, que eu comparo muito com aquela zona de Florença, em Itália, depois ligado a isto também os factores de ruralidade, uma boa ruralidade quer em termos do espaço físico, quer em termos da produção agrícola e também tradicionalmente com uma boa articulação entre litoral, costa, elementos de praia, de lazer, com essa qualidade do espaço interior. O Oeste conta, ainda, com alguns elementos patrimoniais significativos como Óbidos. Em termos mais urbanos, portanto, há ali um conjunto de elementos que ainda fazem parte da memória e da identidade do Oeste e eu espero que mesmo nessa modernização que se está a dar muito fortemente por via do lazer e do turismo, não destrua tudo isso [...], por outro lado, as agro-indústrias, sobretudo ligadas à produção da pêra rocha, bem como algumas hortofloriculturas rapidamente se transformaram em imagens de marca do Oeste [AFF].

Esta diversidade paisagística é reclamada em nome da diferença em relação ao norte e centro do distrito. O centro, onde se localiza a capital da região, Leiria, constituindo uma zona intermédia entre o litoral e o interior, partilha com o Oeste, no sul, a sua costa atlântica (fig. 53).

Se a simbiose entre Leiria e o Oeste se estendem ao mar e aos seus extensos areais, já o pinhal serve mais o discurso da divisão do que da união:

Como lhe disse, [...] eu penso que há um limite mais ou menos estabilizado do que é a cultura mediterrânea, aqui e algures a norte de nós, percebe-se, o pinhal, a vinha, a norte estamos mais no pinhal e na pedra, no xisto, e portanto, aqui para baixo é mais a cultura ligada àquilo que é a imagem mediterrânea. Há esses caracteres distintivos, por outro lado [...] também há uma coincidência, [...], no norte, há o tal conjunto de monumentalidade e religiosidade, em que por exemplo o Convento de Cristo e Fátima servem para nos distinguir mas, e [...] quero frisar bem isto, existe uma complementaridade de umas regiões para com as outras, não estamos a colocar muros de Berlim a separar-nos. Pelo contrário, fizemos uma rota do vinho, simultaneamente construída com a do Ribatejo, fizemos acções de promoção no estrangeiro conjuntas, dos

nossos vinhos, concorremos a projectos comunitários conjuntamente, trabalhamos conjuntamente. Contudo, a partir de um momento em que a rota está implementada, cada uma trabalha à sua maneira, mas temos acções de formação conjuntas, se vierem jornalistas ligados ao turismo, circulam nas nossas quatro regiões. Inevitavelmente vêm de Lisboa a Óbidos e depois seguem para Alcobaça, Leiria e vão a Tomar, seguindo depois para Lisboa, é isto que habitualmente fazem, sempre em cooperação connosco.

Os nossos produtos complementam-se uns aos outros, há vantagens nisso, nós e Leiria podemos oferecer a praia atlântica e, simultaneamente, os monumentos, os vinhedos, os campos de golfe, e a lezíria, são coisas muito interessantes e uma enorme diversidade, e tudo isto na proximidade de Lisboa [AC].



Fig. 53 – O mar e a praia (Nazaré): Da divisão à união. Foto: Autor.

Para António Carneiro a zona norte do distrito distingue-se do sul pela monumentalidade da sua paisagem. Os mosteiros de Alcobaça, da Batalha e o Convento de Cristo, em Tomar, constituem algumas das edificações que servem como marcadores desse quadro paisagístico. Esses elementos não subsistindo isolados, induziram à monumentalização das paisagens urbanas de Alcobaça, da Batalha ou de Tomar. Como refere Raul Iturra, *os edifícios falam, contam épocas diferentes, não pelos anos, mas sim pelo contexto que dá vida às pessoas: senhores, proprietários, emigrantes, agricultores, técnicos, licenciados ou doutorados* (Iturra, 1999: 18).

4.4. - Entre o mar e a serra

A faixa de território ocupada pelo distrito leiriense e compreendida entre o litoral e o interior gera argumentos sobre a região. O mar inspira discursos de identificação regional baseados na pesca enquanto da serra provêm produtos agrícolas ou pastoris geradores de representações regionais que dão sentido à expressão *Distrito de Leiria: Entre a serra e o mar*. A frase serviu simbolicamente de título a um caderno editado pelo *Jornal de Leiria*, em 15/09/2005. A imprensa regional serve, neste caso, como elemento objectivador da visão das elites políticas sobre o que deve ser a região de Leiria, tal como havia sucedido no quadro da construção das comunidades nacionais oitocentistas (Anderson, 2005).

Segundo o editorial da publicação, o quadro geográfico e paisagístico, com que a *mãe natureza brindou o distrito, [...] uma diversidade que vai do mar à serra* (Distrito de Leiria: Entre a serra e o mar, 2005: 4), inclui as praias fluviais do norte do distrito, o empreendedorismo e o património histórico do centro e a agricultura do Oeste.

A publicação reúne ainda duas entrevistas. Uma feita ao ex. Governador Civil, José Miguel Medeiros, que aponta o mar e o litoral, o património, a floresta no norte, a agricultura do Oeste, ou ainda o eixo Alcobaça/Batalha/Óbidos enquanto elementos distintivos do distrito. A diversidade da paisagem constitui-se numa metáfora da união da região, num processo oposto ao verificado no anterior subcapítulo.

O discurso da unidade pela diversidade é evidenciado na forma como o caderno se encontra organizado. Contempla os 16 concelhos do distrito e cada presidente desses municípios aponta os traços particulares da sua autarquia.

As praias e as actividades ligadas à pesca são referidas pelos presidentes de câmara dos concelhos do litoral, que os utilizam como ícones das suas territorialidades. Incluem-se neste grupo José Gonçalves Sapinho, presidente da câmara de Alcobaça e Jorge Barroso, que destaca o mar e a pesca como importantes símbolos da Nazaré. Jorge Gonçalves, ex-presidente da câmara de Peniche, apresenta uma intervenção intitulada “Onde tudo vem do mar”, ou ainda António Martins Sousa Lucas, presidente da câmara da Batalha vê no respectivo mosteiro a sua jóia da coroa.

Os presidentes das câmaras do interior referem outros ícones através dos quais se constroem argumentos que pretendem demonstrar a heterogeneidade do distrito, tanto em termos de traços culturais seleccionados, como da sua ligação à paisagem (Santos, 2005). A paisagem rural do interior, produtos como o queijo, o azeite ou os enchidos, as

praias fluviais, os rios e as serras são uma constante dos seus discursos. Situam-se neste contexto José Ferreira, ex. -presidente de Porto de Mós, João Marques, presidente de Pedrógão Grande, Fernando Manata, ex-presidente de Figueiró dos Vinhos, Pedro Henriques, ex-presidente de Castanheira de Pêra, Fernando Marques ou ainda Álvaro Simões, presidentes em Ansião e em Alvaiázere, respectivamente.

Mar, sol, praia e florestas constituem os bens paisagísticos declarados do distrito, ao que se junta o património religioso ligado ao mar como o santuário de Nª Senhora da Nazaré. A sua projecção nacional acabou por ser ocultada pelas aparições em Fátima.

A Nazaré (fig. 53) tem servido de inspiração a investigadores nacionais (Trindade; Penteado, 2001; Trindade, 2005; prelo) e estrangeiros (Brøgger, 1989; Escallier, 1995; 1999), que procuram entender os processos através dos quais esta antiga comunidade piscatória foi constituída num lugar de memória da nação portuguesa. A Nazaré tem sido assumida como particularidade cultural da região de Leiria, reivindicando diferença (Penteado, 2005; Trindade, 2003; 2005; prelo) na sua qualidade de ícone nacional. Mais do que a região,



Fig. 54 – São Pedro de Moel. Foto: Autor.

o carácter rude dos pescadores da Nazaré, a dureza das suas condições de vida frequentemente marcada pela tragédia, e uma organização social particular em que a mulher aparece como a protagonista da comunidade, atraiu a atenção de uma élite intelectual, que no fim do século XIX procura no povo a alma que deveria regenerar a nação (Trindade, 2005: 151).

Os séculos XIX e XX demarcaram a metamorfose desta comunidade piscatória numa metáfora da comunidade nacional, à semelhança do sucedido em outros lugares, como o Soajo, que *têm servido, muito ostensivamente, para falar das origens, do presente e do destino da comunidade nacional* (Medeiros, 2006: 323), ideias cultivadas pelo Estado Novo (Penteado, 2005; Trindade, 2005).

Também São Pedro de Moel e as suas paisagens foram muitas vezes citados por Afonso Lopes Vieira em meados do século passado. Para o autor, Leiria era dotada de uma paisagem bucólica e romântica, onde maciços verdejantes de vinhedos conviviam com o pinhal e o vale do rio Lis. São Pedro de Moel (fig. 54) e o Pinhal de Leiria situaram-se entre as maiores fontes inspiradoras do poeta, como se pode ver ao longo da sua obra, sobretudo em *Onde a Terra se acaba e o Mar começa* (1940), e em *Nova Demanda do Graal* (1942).

Faço o resumo recorrendo ainda a uma breve citação de Afonso Lopes Vieira. Na perspectiva do poeta leiriense a Estremadura e a sua paisagem constituem *o coração de Portugal, onde o próprio chão, o das praias, da floresta, da planície ou das serras, exala o fluido evocador da história pátria; província heróica, povoada de mosteiros e castelos* (Vieira, A. L., 1942: 62).

4.5. - O maciço calcário estremenho

O maciço calcário estremenho ocupa uma parte importante do distrito leiriense e tem constituído um dos elementos agregadores da região. Para muitas elites locais o calcário serve de elemento homogeneizador regional (Rodrigues, 1999). Orlando Ribeiro referiu-se aos maciços calcários como o principal traço de originalidade da Estremadura. Na actualidade a obra do geógrafo serve para legitimar uma região de Leiria em torno da antiga província da Estremadura, ou da parte da Estremadura coincidente com o distrito de Leiria acrescentado do concelho de Ourém.

O principal traço de originalidade da Estremadura está nos maciços calcários onde se encontram belos exemplares de todas as formas cárssicas. Nestes relevos, ainda imponentes, geralmente formados por anticlinais cortados de grandes falhas, penetra uma cunha de chuvas abundantes, mas a água some-se pelas fendas da rocha descarnada e uma vegetação mediterrânea de carrasco, zambujeiro e ervas perfumadas cobre o solo de tufos intermitentes (Ribeiro, 1998: 153).

O maciço calcário estremenho (fig. 55) é constituído pelas serras de Aire e Candeeiros, pelos planaltos de St.º António e de S. Mamede bem como pelas depressões

de Minde, Alvados e Mendiga, e compõe uma das paisagens características da região de Leiria (Santos, 2005). Como refere Graça Poças Santos, a

região onde vivemos possui algumas paisagens [...] que lhe dão consistência, como o maciço calcário estremenho ou o pinhal de Leiria que constituem marcas que contribuem para moldar a nossa identidade [...] na medida em que tais elementos naturais nos identificam em relação ao exterior e nos enquadram no quotidiano (Santos, 2005: 301).

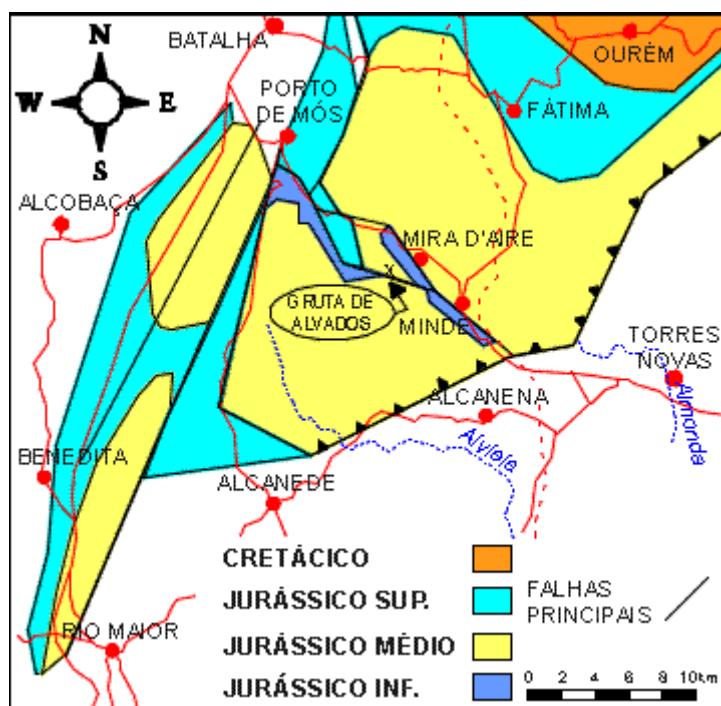


Fig. 55 – Maciço calcário estremenho. Fonte: Grutas dos Alvados.

Em 1949 o geógrafo conimbricense Alfredo Fernandes Martins também se referiu à área ocupada pelo maciço calcário estremenho como um local *assim tão diferenciado das regiões confinantes, pelas formações geológicas, pela carência e escassez de água, e reforçada ainda a sua fisionomia particular pelo típico revestimento vegetal, a individualidade do maciço calcário estremenho não pode oferecer dúvidas*, numa alusão às relações que se podem estabelecer entre a paisagem e os elementos naturais proporcionados pelo complexo calcário e sua apropriação enquanto traço cultural de uma região.

A frequência com que o maciço calcário estremenho é evocado na bibliografia e pelos autores da região e de fora dela evidencia a transformação deste elemento num emblema da região. No 1.º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta

Estremadura (1991), Jorge Estrela refere que possuímos um *conjunto formado pelo maciço calcário do interior e pelos terrenos sedimentares e de aluvião do litoral*, defendendo que a estrutura paisagística é que nos permite ler o património e *delimitar os actuais parâmetros de desenvolvimento regional* (Estrela, 1995: 167).

A paisagem cársica é caracterizada pela escassez de águas à superfície e atinge o seu auge nas serras de Aire e de Candeeiros. Neste local a dissolução lenta dos calcários em virtude da água da chuva, cujo escoamento se dá essencialmente por infiltração, conduziu à formação de grutas. Algumas foram aproveitadas para fins turísticos, e acabaram por ser transformadas numa marca de Leiria.

Constituindo um fenómeno raro a nível europeu, as grutas [...] contribuem para a enorme variedade de sítios e paisagens pitorescas da região de Leiria¹³⁸, onde o contacto com a natureza ainda é possível em muito razoáveis condições (Introdução às Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura, 1995:).

Do complexo de grutas abertas ao público destacam-se três: as grutas de Mira d'Aire, as primeiras e as maiores a ser descobertas, em 27 de Julho de 1947, as dos Alvados encontradas em 1964 e aproveitadas para fins turísticos na mesma década e as da Moeda, no lugar de Moita do Martinho, freguesia de S. Mamede, concelho da Batalha,

descobertas em 1971 por dois caçadores [...] que entrados no algar que se lhes deparava, ficaram surpreendidos com as formações calcárias que observaram, um conjunto de estalactites e de stalagmites impressionantes, consequência da erosão provocada pela água sobre o calcário¹³⁹.

A proposta de ver no maciço calcário estremenho um factor identitário da região de Leiria, nela se incluindo o concelho de Ourém, foi defendida por Maria Luísa Estêvão Rodrigues, em 1995. Em comunicação intitulada *Geomorfologia e Paisagens do Maciço Calcário Estremenho, Distrito de Leiria e Concelho de Ourém*, apresentada

¹³⁸ Tendo em conta uma região coincidente com a Alta Estremadura, e acerca da qual já expusemos algumas ideias em 1.7.

¹³⁹ Grutas da Moeda [online]. [citado em 20/02/07; 15:00 horas], disponível em <http://www.grutasmoeda.com>.

no 2º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura, a investigadora destaca a riqueza paisagística, proporcionada pelo maciço, que abrange o território leiriense.

Novamente em 2003, na altura da realização do congresso *Pensar a Região de Leiria*, o maciço calcário estremenho volta a ser assunto central no discurso de outros intervenientes: João Luís Jesus Fernandes, José Manuel Alho ou ainda Mário Oliveira e Nuno Carvalho, cujas comunicações se encontram incluídas no painel *Espaço e Ambiente na definição do Território*.

João Luís Jesus Fernandes refere que o norte do distrito marca a transição geomorfológica do xisto para o calcário, atingindo esta formação rochosa o seu ponto máximo nas serras d'Aire e de Candeeiros. Sublinha que o maciço é mais uma das muitas paisagens que compõem o mosaico paisagístico da região de Leiria¹⁴⁰. Na sua perspectiva a região de Leiria constitui uma área caracterizada pela diversidade paisagística. *Estamos perante um complexo conjunto limitado pela linha de costa, a Oeste, e por uma linha não contínua de calcários a leste* (maciços calcários Sicó - Alvaiázere e Estremenho) (Fernandes, 2005: 319). Os maciços servem para delimitar a área leiriense em relação ao interior.

Para Mário Oliveira e Nuno Carvalho, os ambientes calcários (cárnicos)

como por exemplo, o maciço calcário estremenho, revelam uma singularidade ímpar quando estudados em termos geológicos, morfológicos, ambientais, paisagísticos, sociais, culturais e patrimoniais, com influências determinantes no modo de vida das populações que os habitam, fornecendo contributos essenciais para a definição espacial dos territórios que abrangem (Carvalho e Oliveira, 2005: 367).

O maciço calcário estremenho tem constituído ao longo da história desta região um dos principais recursos económicos, proporcionando emprego nas pedreiras e matérias-primas para a construção de habitações como a rocha ou o cimento. Ele é determinante na definição das características da região sobre o património construído, imprimindo-lhe uma singularidade marcante [...]. O calcário é o principal material usado na construção de habitações [...] (Carvalho e Oliveira, 2005: 369).

O calcário não só foi incorporado nos discursos das elites regionais como serviu, segundo José Travaços dos Santos, para dar corpo e estilo próprio às habitações, mais modestas ou mais monumentais, como é o caso dos mosteiros de Santa Maria da Vitória

¹⁴⁰ O autor tem como ponto de partida para se referir à região de Leiria, o distrito com o mesmo nome.

e de Alcobaça ou do Convento de Cristo em Tomar. Como em outros contextos de montanha, a pedra adquire um valor que é *hoje simultaneamente “cultural” e “material”* (Vasconcelos, 1997: 227).

No caso do mosteiro da Batalha empregaram-se os [...] materiais [...] que aqui existem, como é o caso do calcário que teve um emprego abundante na região e foi empregue em muita coisa. Por exemplo todas as casas, de uma maneira geral, nas padeeiras e ombreiras das janelas, nas portas, nos rebates, eram de calcário e além das varandas alpendoradas, tinham também colunas em calcário, mas foi utilizado também em muitas outras coisas muito curiosas, na própria vida agrícola e domestica como as salgadeiras para a carne de porco, que eram muito utilizadas, também foi usado em pias de azeite, além das talhas de barro. O calcário teve e continua a possuir uma utilização muito vasta [...] ainda hoje quando se pretende fazer casas com características regionais utilizar-se o calcário, e não há duvida nenhuma que, empregando-se o calcário nas janelas e nas portas, as casas adquirem logo uma grande beleza [...]. Ganham uma certa nobreza, o calcário era a matéria-prima abundante da região e dai toca a empregá-la [...] [JTS].

O calcário é também observado por Saul António Gomes como um ícone importante da região de Leiria. A grandiosidade do mosteiro de Santa Maria da Vitória levou a que visitantes estrangeiros dos séculos XVIII e XIX confundissem o calcário com o mármore numa alusão aos tempos neoclássicos que se viviam.

Refira-se, a propósito, que alguns curiosos estrangeiros dos séculos XVIII e XIX, especialmente britânicos, se referem a este Monumento como tendo sido construído em mármore. Leitura apressada, numa região que não oferece, entre os seus recursos mineiros, o mármore, sendo que tal facto conduziu a que, como materiais de construção monumental desta área, em grande parte, se tenha optado por calcários e liozes, por vezes pintados como mármore fingido, caso do que se vê, por exemplo, no impressionante Santuário de Jesus dos Milagres, nos arredores da cidade de Rodrigues Lobo (Gomes, 2007: 31).

4.6. - Óbidos: invocando uma relíquia medieval



Fig. 56 – A vila de Óbidos. Foto: Câmara Municipal de Óbidos.

Restabeleçam sobre os alicerces que ainda existem alguns dos velhos edifícios arrasados pelo tempo ou destruídos pelo grande terramoto de 1755; suprimam não mais de uma dúzia de construções d'este século, dêem ao que fica a ligeira restauração cenográfica de alguns detalhes arquitectónicos, e, sem tocarem na disposição das casas, aqui tem, em Óbidos, fielmente ressuscitado, um velho burgo português de há trezentos anos (Ortigão, 1897: 409) (fig. 56).

Assim se referiu Ramalho Ortigão (1836-1915) ao burgo medieval de Óbidos. A sua disposição urbana não só inspirou o escritor contemporâneo de Rafael Bordalo Pinheiro e de José Malhoa, como tem proporcionado uma base de argumentação para os discursos das elites¹⁴¹ actuais. Servem-se da configuração obidense para marcar a diferença entre uma região do Oeste e o resto do distrito. António Carneiro defende uma região Oeste que nada tem a ver com os *obsoletos distritos*, aludindo ao caso de Leiria. O autor procura legitimar as suas ideias de secessão do sul, apelando à ruralidade e ao núcleo urbano de Óbidos, *única característica monumental do Oeste* [AC].

Ramalho Ortigão reconhecia a particularidade paisagística de Óbidos, em 1897, comparando o conjunto urbano a outras ruínas famosas. O autor referia que *as ruínas de Óbidos, ainda hoje por assim dizer palpitantes de vida histórica, não ficariam mal sobre as próprias margens do Reno, entre as ruínas famosas de Schonberg, de*

¹⁴¹ A este propósito observe-se o seguinte texto: “O mar por tradição: o património e a construção das imagens do turismo”, publicado em *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, pp. 83-96, de Outubro de 2003, de Elsa Peralta, onde a autora observa um processo semelhante, onde as elites culturais, mas sobretudo políticas, inventam e reinventam o património do concelho na projecção nacional do mesmo. Na sua análise sobre o património observa essas “manipulações” na construção das imagens do turismo no concelho de Ílhavo.

Ehrenfels ou Hautensberg (Ortigão, 1897: 409). Estas singularidades têm servido para a atribuição do cognome *Vila Museu*, numa alusão ao seu património histórico, por parte das elites culturais (Botelho, 1996) e políticas locais. Das últimas destaca-se a câmara municipal¹⁴² que aproveita o quadro arquitectónico para a realização de eventos como feiras medievais, o festival anual do chocolate, em Fevereiro (Alves, 2009: 59), ou a *Vila Natal*, em que o casco histórico se transforma num centro nacional das festividades natalícias. Neste processo, o

património [...] constitui-se como um importante capital simbólico susceptível de instrumentalização política, quer por via da legitimação social que é conferida aos eleitos locais que o promovem, quer através da rentabilização económica [...] , evidenciando a reciprocidade existente entre as dimensões simbólica, política e económica [...] (Peralta, 2003: 94).

A vila de Óbidos constitui um conjunto monumental (fig. 56), em virtude do seu passado e das marcas herdadas. No período medieval foi importante centro administrativo, económico e cultural da região e do país. Quase todos os soberanos da primeira dinastia a escolheram para residência. O terramoto de 1755 teve como consequência o desmoronamento de vários edifícios, como o paço do castelo, as igrejas de Santiago e de S. Pedro, parte do aqueduto e da muralha, bem como a torre albarrã, reconstruídos posteriormente. (Silva, 1994; Botelho, 1996). Invocando-se o peso deste passado histórico, Óbidos tem servido para dar corpo à ideia da região do Oeste. É sede da RTO, onde entrevistei o seu presidente António Carneiro, em Dezembro de 2006. A sua opinião nesta matéria ficou expressa em entrevista dada ao *Jornal de Leiria*, em 2007:

Não foi por acaso que, em 1983, os presidentes de câmara decidiram que a bela vila medieval fosse a sede da Região de Turismo do Oeste. Hoje, mais célebre ainda pelos seus famosos eventos e pelos “resorts” e golfe, que projectam o concelho e toda a região, internacionalmente. Deixemos de lado as habituais rivalidades de paróquia e percebamos que, sendo o único

¹⁴² Câmara Municipal de Óbidos [online]. [citado em 30/03/07; 13:00 horas], disponível em www.cm-obidos.pt.

monumento da região na corrida final¹⁴³, a responsabilidade é também de todos os oestinos¹⁴⁴.

Óbidos emerge, ainda, no discurso do presidente da CCDRLVT como um importante ícone da região do Oeste, na medida em que *constitui um importante elemento patrimonial, em termos mais urbanos, que faz parte da memória e da identidade do Oeste* [AFF].

A história bem como a disposição geográfica da vila sustentam os discursos de apropriação deste património na objectivação de identidades diversas: local, regional e nacional, como reconhece Dina Alves.

O relevo acidentado do morro, onde se situa o castelo e a vila, reflectiu-se indubitavelmente, na morfologia urbana: as suas ruas, estreitas e tortuosas parecem jogar às escondidas com os transeuntes. Esta limitação natural se impediu, por um lado, o crescimento da vila, por outro, conferiu-lhe características singulares que a colocam no centro do nosso imaginário medieval.

... Declarado Património nacional em 1951, a vila e o seu conjunto amuralhado formam um todo indissociável que evoca uma grandiosidade (...), assegurando (...) a identificação com um passado distante mas emblemático.

Este passado constitui a memória (...) dos portugueses, base para a formação da identidade, fundamental para a manutenção dos laços de pertença à humanidade e, numa escala progressivamente mais circunscrita, a uma nação e, dentro desta, a uma comunidade (Alves, 2009: 58).

¹⁴³ Eleição das 7 maravilhas de Portugal, cujos resultados serão divulgados em 07/07/2007. Acessível a partir de: As 7 maravilhas de Portugal [online]. [citado em 03/04/07; 10:00 horas], disponível em www.7maravilhas.sapo.pt.

¹⁴⁴ António Carneiro em entrevista ao *Jornal de Leiria*, edição 1180, de 22/02/07.

Capítulo 5

Inventando a tradição

5.1. – Islão e cristianismo

Comunidades imaginadas como nações ou regiões buscam a legitimidade da sua existência em eventos do passado, na memória, na religião ou numa língua comum. Como demonstra Cris Shore (2000), relativamente à construção cultural da União Europeia, aqueles constituem elementos criados e trabalhados pelas elites que os usam enquanto *cimento* identitário da comunidade. É no quadro actual de competição global que cidades e regiões europeias se procuram afirmar (re)activando os seus recursos culturais. Essas particularidades culturais ou tradições reinventadas que esgrimem permitem-lhes posicionarem-se de um modo novo no contexto europeu. Tornam-se mais visíveis, culturalmente mais centrais, e adquirem um lugar de relevo no seio de uma comunidade de 500 milhões de habitantes.

No âmbito da competição global e europeia por localizações, as cidades desenvolvem uma diversidade de estratégias culturais, reactivam tradições e inventam novas, descobrem o seu património na arquitectura, na gastronomia e na paisagem para se posicionarem de modo totalmente novo no processo de integração europeia (Blum, 2008: 1).

O que é afinal a tradição? De que modo e porque é que em tantos discursos orais ou escritos se defende a tradição histórica como base da legitimação de uma cidade ou de uma região?

Historiadores como Acácio Sousa, Orlando Cardoso ou Saul António Gomes, e outros autores leirienses como Tomás Oliveira Dias ou Travaços dos Santos, invocam a tradição histórica para reivindicarem pertença a uma territorialidade coincidente com a antiga província da Estremadura. Trata-se de uma operação em que a

*invenção de tradições locais e o trabalho de construção de novos quadros sociais da memória colectiva constituem processos ou momentos através dos quais as elites intelectuais, políticas, económicas elaboram e impõem representações de si e dos outros, visões do mundo*¹⁴⁵ (Davault, 2004: 231).

A tradição é definida por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984) como

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceites; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (Hobsbawm e Ranger, 1984: 9),

sendo que as tradições enquanto realizações culturais não podem ser olhadas sob um ponto de vista essencialista. Estas manifestações culturais surgem num determinado espaço e num tempo definidos de acordo com a sociedade onde nos movimentamos. São por essa razão acontecimentos inventados (Hobsbawm e Ranger, 1984; Foster, 1991: 241).

Para Josep Ballart a tradição é um elemento fundamental da coesão social e da permanência das sociedades ao longo do tempo, entendendo-se como o processo de *transmissão de ideias, costumes e crenças* (Ballart, 2002: 32) bem como de todos os outros actos humanos, de forma oral ou escrita. Os objectos e outros itens da cultura material e imaterial são as marcas gravadas do tempo que ficam para as gerações futuras. As sociedades históricas, tendo consciência dessa passagem, sempre se preocuparam não só em guardar alguns dos objectos dos seus antepassados, como em registar na escrita outros itens da sua cultura, como testemunho para as gerações futuras (Ballart, 2002: 33). Em sociedades sem escrita, a consciência da rápida passagem do tempo não existe e, por isso, mito e história confundem-se. A produção de objectos materiais é menor, e não obstante complexos sistemas de parentesco ou religiosos, a preocupação em deixar ou preservar objectos como testemunhos do passado também não é tão perceptível (Ballart, 2002: 33). Para estas culturas existe uma harmonia com os seres da natureza e a separação entre natureza e cultura, bem como entre profano e sagrado, ou passado e presente, bem como outras características cultivadas pelas sociedades modernas, não existe.

¹⁴⁵ Tradução do autor.

No que diz respeito à região de Leiria, Travaços dos Santos refere-se a uma tradição árabe, tantas vezes ocultada, mas que marcou e continua a definir o comportamento dos habitantes. Manifesta-se na poesia, nos contos e estórias, na arquitectura civil e nos monumentos nacionais situados na Estremadura, permitindo *estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado* (Hobsbawm e Ranger, 1984: 9).

É curioso que caminhando para trás, para a época da ocupação moura e essa quanto a mim, sob o ponto de vista cultural, foi uma das mais importantes para a nossa história, repare que hoje estão completamente esquecidos todos os grandes poetas hispano-árabes e acho que deveriam ser tratados pelo menos nas universidades [...] todos aqueles grandes poetas que andaram por cá nos séculos IX, X, XI, XII e XIII, no sul de Portugal, em Lisboa e em Santarém, no Algarve. Para além dessa influência que se reflectiu na poesia medieval, observa-se sobretudo na nossa arquitectura. As nossas casas são casas do sul, mediterrânicas, de influência mourisca, os telhados são pouco inclinados, as paredes brancas, e aquela barra azul ou ocre nas paredes, mas o próprio mosteiro, quanto a mim, tem uma influência mourisca muito grande e nós vemos no pórtico das capelas imperfeitas, aquele é um pórtico mudéjar, [...] a verdade é que este pórtico reflecte sobretudo a arte mourisca [...] no formato e na estrutura do arco e depois na disposição do mote do rei D. Duarte, em que faz lembrar versículos do Alcorão postos ao longo das paredes. Para mim continuava, por volta dos séc. XIV e XV, a existir uma influência cultural árabe muito importante entre nós, além disso muitos mestres que se dedicaram à construção do mosteiro foram trabalhar, depois da conquista de Ceuta, para o norte de África, voltando posteriormente.

Repare que aquele pórtico não tem nada a ver com os Descobrimentos nem com qualquer coisa marítima, é nitidamente mourisco. O pórtico de acesso às capelas imperfeitas é esplendoroso [...]. Houve aí a influência da arte mourisca, uma influência que foi também muito forte no povo, até na nossa fala nós quando dizemos o oxalá, isso é árabe.

Houve uma influência muito grande na nossa arquitectura, eu tenho a impressão que ela tem muitas influências árabes, o tipo de construção, a maneira como se construía, depois o povo inconscientemente foi continuando, foi transmitindo isso tudo, mas as construções desta região são mediterrânicas, de influência árabe [JTS].

Ernesto Korrodi (1870-1944) havia já consumido este passado árabe quando elaborou *Os Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria*, em 1898, ao defender

a influência de certos estilos arquitectónicos árabes ou mouriscos nas obras. Na sua opinião o castelo patenteia um

cunho decididamente árabe, inserido numa região em que não são raros os exemplos [...] onde a arte mourisca trabalha, em fraternal tolerância, de braço dado, com a cristã, tendo principalmente na arte da carpintaria civil, até ao século XVI, exercido a sua influência, ou directamente, ou por tradição (Korrodi, 1898: 9).

As influências árabes no sul de Portugal também foram constatadas por Orlando Ribeiro. Na perspectiva do autor os *moçarabes eram numerosos nas terras do sul: metade da população de Lisboa, segundo uma saga do começo do século XII*. Árabes e moçarabes viviam nas cidades e eram artífices e comerciantes enquanto o trabalho do campo era reservado aos Berberes, dos quais provêm os saloios dos arredores de Lisboa (*de uma raiz árabe que significa “habitante do deserto”, isto é, do campo, em oposição à cidade*), e os bairrões dos arredores de Santarém (*de um adjetivo árabe que quer dizer “de fora das muralhas”*) (Ribeiro, 1977: 91-92).

Segundo Saul António Gomes a presença árabe não desempenhou um papel significativo na fundação da região. O espaço da actual região de Leiria era uma espécie de terra de ninguém durante o período árabe e caracterizando-se por uma quase ausência de influências muçulmanas (Gomes, 2004). A fundação da região de Leiria deveu-se, na sua perspectiva, à acção de Afonso Henriques e às investidas cristãs, no âmbito das quais se edificou o castelo de Leiria na primeira metade do século XII. A herança muçulmana visível na arquitectura resultou do facto do primeiro rei português ter colocado ao seu serviço alguns moçárabes, que ajudaram a edificar o castelo e outros edifícios (*Idem*, 2004: 31).

5.2. A tradição cisterciense: em busca de outras origens

Se alguns autores procuram nas tradições árabes as raízes de uma comunidade leiriense, como o fazem Ernesto Korrodi e José Travaços dos Santos, outros optam pela reconquista cristã, de que é exemplo o historiador Saul António Gomes.



Fig. 57 – Acácio Sousa. Foto: Autor.

Acácio Sousa vê no estabelecimento dos monges de Cister em Alcobaça, a par de Santa Cruz e dos dominicanos instalados na Batalha, factores importantes da génese da comunidade regional. A actividade económica derivada desses mosteiros estaria na origem e desenvolvimento de uma comunidade local: Alcobaça e de outra regional: Leiria.

É evidente que o que me parece é que realmente a grandiosidade ou a marca estética desse património acabou por marcar também a localidade, para além de toda uma série de envolventes inerentes ao património. Se nós olharmos sobretudo para Alcobaça, há pois todo um labor dos frades de Alcobaça que vão, de facto, constituir uma marca na economia da região. [...] Houve ali uma série de frades, [...] que marcaram um ritmo de vida da comunidade adjacente, sem dúvida nenhuma. [...] É a meu ver a actividade económica que nasce daí que será um pólo de agregação, indo marcar aquilo que é um pólo de influência de uma região em Alcobaça, assim como em Leiria. [...] Enfim, tudo aquilo que se foi desenvolvendo na área económica, [...] em que o que me parece é que realmente os pólos agregadores das regiões só o são devido à matriz económica que têm. Isso, bem como a monumentalidade, património que se junta e que venha a dar uma outra componente não só vistosa, como também nos faça perceber o que é que foi o andamento histórico da região [...] [AS].

A fixação da Ordem de Cister em Alcobaça (1153) (fig. 58) representou um passo decisivo para o desenvolvimento de uma teia de relações económicas, sociais e culturais que contribuíram para o desenvolvimento de um espírito de pertença entre os habitantes que então começavam a povoar estas terras. Para Saul António Gomes a instalação das ordens dominicana e cisterciense explicam a ocupação cristã do território conquistado por Afonso Henriques. Atraíram gentes que aqui se fixaram e criaram

riqueza, contribuindo também para que os que já habitavam a região se unissem num esforço colectivo que culminou na construção dos mosteiros alcobacense e batalhense.

Como refere o autor, a

sua edificação¹⁴⁶ trouxe numerosa mão-de-obra especializada à região. A fixação desta neste espaço contribuiu poderosamente para o surgimento de novas dinâmicas sociais e de mercado de oferta e de procura de trabalho. Não se tratou, na verdade, de um fenómeno transitório, mas, bem, pelo contrário, de uma fixação de gentes cuja descendência aqui permanecerá ao longo de várias gerações (Gomes, 2007: 51-52).



Fig. 58 – Interior do mosteiro de Alcobaça. Foto: Autor.

As perspectivas defendidas pelos autores leirienses põem a descoberto uma produção dinâmica de memória das origens. Aportando inteligibilidade à experiência individual ou colectiva, ao mesmo tempo que a memória se revela como um processo flexível, versátil, maleável e frágil que recolhe, guarda, molda, transforma e nos devolve a realidade íntima e a partilha da nossa identidade pessoal, colectiva e cultural (Le Goff, 1982a, 1982b; Cano, 2006). Por esta razão se pode afirmar que muito pouco do património monumental foi criado com a intenção deliberada, ou consciente, de representar objectivamente um sentimento de pertença, isto é, de se constituir num ícone da identidade de uma determinada comunidade imaginada. Como refere Jacques Le Goff (1982b), o que *sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha feita quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e dos tempos passados, os historiadores* (Le Goff, 1982b: 103) e todos aqueles que procuram entender o papel da memória na reprodução social e cultural.

¹⁴⁶ Dos mosteiros de Alcobaça e da Batalha.

5.3. Regiões e tradições

Vários autores leirienses invocam o passado e os laços que os habitantes da extinta província da Estremadura têm construído entre si ao longo da história para legitimarem uma região de Leiria. Esta tanto é materializada no distrito como na província estremenha. A existência presente da região possui na sua base a memória dos tempos antigos, onde se encontram as *raízes* fundadoras. Tomás Oliveira Dias apela à memória, ao referir que a Estremadura é uma *realidade com laços históricos, em que a região de Leiria integrada na Estremadura possui 600 anos, [...]* [TOD.].

A tradição é testemunhada em monumentos que permanecem vivos como o castelo de Leiria, o burgo medieval da capital do distrito ou os mosteiros, que constituem *importantes referências ao passado que é urgente salvaguardar* [TOD]. Os monumentos constituem materiais da memória, a serem escrutinados pelos discursos dos autores da região, na medida em que são elementos evocativos do passado (Le Goff, 1982a), que é necessário preservar para as gerações futuras. Tendo estes factores em mente, Tomás Oliveira Dias tece várias críticas à destruição que se tem feito dos bens que constituem a memória da região.

Não por razões de revivalismo ou reaccionarismo, mas de salvaguardar as nossas referências provenientes do passado e essas não são só as pessoas, as nossas famílias, mas também as pedras que nos rodeiam e que foram construídas por essas pessoas e que têm de ser preservadas, salvaguardadas [...]. Mesmo que a pessoa que está a pensar numa situação dessas não seja minimamente impressionada por argumentos como referi, há um argumento económico ou economicista que o deve preocupar. É que uma zona histórica bem conservada e bem preservada é um chamariz para o turista. [...].

O acesso ao castelo de Leiria é difícil, a sua conservação não é o que deveria ser, as ruas estão como estão, as casas muitas vezes deixam-nas cair para depois construírem de novo a imitarem o antigo. Outras reconstruções são mal feitas, enquanto novas construções são maus modernos que não se harmonizam. Existe aqui um exemplo em Leiria que é curioso, há ainda fotografias do palácio dos marqueses de Vila Real que se situava à entrada da Praça Rodrigues Lobo, por onde se tinha acesso através de um largo. Foi destruído há menos de 100 anos, construindo-se posteriormente casas com interesse, [...] estava lá o palácio dos marqueses de Vila Real, que foram até 1640 os “donos” de Leiria. Portanto era um palácio manuelino, e como isso tantos outros arcos e casas foram destruídos. Nós temos obrigação de preservar esse património, de inventariar o património e não falo só em imóveis, mas no

património móvel também, como o folclore, tudo isto é património e deve ser preservado, inventariado, respeitado, exposto [TOD].

No âmbito das propostas de regionalização actualmente em discussão, mais questões se levantam acerca da ausência de tradições que permitam incorporar essas novas regiões, que deverão coincidir com as actuais cinco NUT II. Como refere Alfredo Marques relativamente ao Centro nunca existiu uma região Centro, *nós nem sequer possuímos uma tradição de regiões e, não sei se algum dia viremos a ter regiões culturais, não obstante a vontade política que pode, dentro de algum tempo, originar regionalização política [AM]*, pelo que será muito difícil contar com a tradição como um elemento aglutinador e legitimador da existência deste tipo de estrutura.

As propostas de Alfredo Marques de que se devem construir primeiro as regiões políticas e só depois criar as regiões culturais, em particular a do Centro, podem ser constatadas em diversos processos de imaginação e de construção comunitária, como a galega (Medeiros, 2005) ou a europeia (Shore, 2000). Neste caso a união política sobrepõe-se à construção da identidade cultural. Esta não é uma visão unânime entre os seus pares, pois para António Carneiro a definição e atribuição de competências no campo cultural constitui condição essencial para se poder pensar em regiões portuguesas.

Se os futuros espaços regionais tiverem muitas funções no plano cultural é bem possível que isso venha a funcionar e a propiciar o desenvolvimento de uma maior identidade cultural e política. Começará, então, a construir-se um discurso regional [...], partindo-se do património situado na região, faz-se cultura assim. [...] [AC].

Se as elites políticas nacionais decidirem regionalizar o país com base nas actuais unidades territoriais de nível II, será que poderemos vir a assistir num futuro próximo à invenção de novas tradições, ou a uma readaptação de outras já existentes, no sentido de dar configuração cultural às cinco NUT II?

5.4. - A universidade de Coimbra

A universidade de Coimbra representa tradição e memória em expoente máximo. Ligado a uma concepção de alta cultura (Cuche, 2003) patrocinado pelos estudos superiores, este centro do saber fundado em 1290¹⁴⁷ pelo rei Dinis transformou-se num factor de atracção para a área norte do distrito de Leiria.

Esta influência é reconhecida por alguns dos actuais líderes políticos do norte do distrito, tais como Diogo Mateus ou Carlos Domingues, presidente da junta de freguesia da Ilha, concelho de Pombal. Carlos Domingues, presente no almoço de trabalho que coincidiu com a entrevista que marquei com DM, afirmou que em relação *ás ligações a Coimbra há [...] uma grande história, e aquela torrezita que está lá em cima manda muito*, referindo-se à universidade.

A Universidade de Coimbra tem sido construída ao longo do tempo como um lugar de memória ou, citando Jacques Le Goff (1982b), uma instituição – memória. Por essa razão, a ideia de a frequentar é, segundo Carlos Domingues, marcante para os jovens do norte do distrito de Leiria. A universidade recorda constantemente o início longínquo dos estudos superiores em Portugal e a excelência do saber, factores atraentes para os jovens que procuram prosseguir os seus estudos universitários.

A hegemonia da instituição universitária coimbrã foi posta em causa pelo regime republicano. Foi da sua responsabilidade a fundação das novas universidades. Em 1911 surgem a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto. Em 1930 a Universidade Técnica de Lisboa, enquanto que no último quartel do século XX são criadas as restantes universidades portuguesas (Torgal, 2007), bem como os institutos politécnicos. O Instituto Politécnico de Leiria¹⁴⁸ surge em 1980 e constituiu, segundo Diogo Mateus, um dos principais motivos da perda de atracividade da Universidade de Coimbra relativamente ao norte do distrito de Leiria.

O ensino politécnico marca a opção por Leiria, neste sentido, a aproximação a uma região de Leiria constitui, actualmente, um processo muito mais consolidado, porque (...) existe uma consciência social que aponta nesse sentido. (...) Nas zonas onde existe alguma indefinição, como é o caso de Pombal, apenas existem

¹⁴⁷ Consulte-se o sítio da Internet da Universidade de Coimbra: Universidade de Coimbra [online]. [citado em 20/05/07; 13:00 horas], disponível em www.uc.pt.

¹⁴⁸ Relativamente ao Instituto Politécnico de Leiria e seus discursos sobre a região leiriense, observe-se o subcapítulo 2.7.

mais ligações sociais a Coimbra ao nível da saúde, é a única área, de resto somos pertença de Leiria [DM].



Fig. 59 – Pormenor da porta da biblioteca joanina – Universidade de Coimbra. Foto: Autor.

O apelo à memória como forma de justificar um prestígio e um saber cultivados ao longo de tantos séculos, tem permitido à Universidade de Coimbra, manter-se como um importante elemento de referência académica. Esta influência tem-se feito sentir na área em discussão, graças ao factor proximidade geográfica.

5.5. – Passado, presente e futuro: o património edificado e o regionalismo

Várias investigações que se têm vindo a desenvolver, relativamente às metamorfoses que o objecto sofre ao longo da sua vida (Mension-Rigau, 2000; Piniés, 2000; Magalhães, 2002; Brito, 2005), permitem constatar que os sujeitos modernos atribuem valores distintivos aos objectos, outorgando-lhes dessa forma uma linguagem patrimonial. Todo o objecto, ou conjunto de objectos, cujo valor simbólico ultrapassou o funcional é considerado património, em oposição aos outros artefactos de circulação comum (Magalhães, 2005).

No seu sentido etimológico património deriva de *patrius* e este de *pater* e de *monium* (Benveniste, 1969: 205-276) que tem que ver, segundo o direito romano, com o poder masculino, pátrio, e com a herança paterna (Pelegrini, 2006). Aludindo ao termo latino, o património cultural, considerado herança de uma comunidade, emergiu com a sociedade moderna que se começou a vislumbrar a partir do séc. XVI, passando a simbolizar, desde o séc. XVIII, um passado grandioso sobre o qual assenta a identidade cultural das sociedades modernas. É neste sentido, que se afirma que o património do distrito de Leiria não foi, originalmente, construído para materializar uma identidade, seja nacional ou regional, pois as comunidades imaginadas modernas são, com frequência, mais recentes do que os objectos de que elas se servem para lhes dar consistência.

A materialidade do património monumental tem despertado a consciência das elites políticas, culturais ou económicas, que se servem desses atributos na construção das suas comunidades. Michael Herzfeld (1991) demonstra a importância que o património tem assumido na construção de uma comunidade nacional grega, mas sobretudo nas dialécticas que subjazem à afirmação da cidade grega de Rethemnos enquanto cidade histórica marcada por conflitos entre dirigentes políticos que pretendem conservar os edifícios e os residentes impedidos de fazerem obras nas suas habitações. Mas a obra de Herzfeld evidencia também as problemáticas discursivas acerca da Grécia moderna enquanto berço da Europa, bem como os encontros e desencontros entre o ocidente e o oriente, demarcados no estilo das suas edificações.

Os mosteiros, os castelos e o restante património monumental situado no distrito de Leiria é constituído por objectos capazes de ocupar um tempo e um espaço, e por

isso distintos *de outras criações humanas insubstanciais, tais como a música, um poema, ou a ideia de casamento* (Pearce, 1992: 15; Lamy, 1996b).

O sujeito projecta a sua vida social nos objectos, apropria-se deles para dar corpo a sentimentos subjectivos como afectos ou outros, visualizando a sua vida, em tais objectos. Alguns duram apenas algumas horas mas outros, uma vez sujeitos à sua metamorfose em património, são dotados de valores especiais, permanecendo “vivos” durante séculos ou milénios. São estes objectos que, movendo-se no tempo, na história, passando por diversas mãos, lugares, e eventualmente contextos diversificados de uso, se transformam em testemunhos das realizações da comunidade.

O património monumental não podendo ser dissociado das ideias que comandam a vida social e cultural das comunidades, passa a desempenhar um papel fundamental na reprodução social. A capacidade de *viajar* por tempos e espaços longos permite atribuir-lhes o dom de comunicar tradições do grupo às gerações futuras, funcionando como sistemas de comunicação e de socialização.

As hierarquias sociais reflectem-se na selecção e apropriação dos objectos que irão servir para a representação externa da comunidade, bem como na afirmação interna. Os discursos que as elites nacionais assim como as de Leiria têm construído sobre os grupos culturais por si idealizados nos últimos dois a três séculos, circulam em torno de grandes realizações monumentais. Alexandre Herculano (1851), como Afonso Lopes Vieira (1942), colocaram uma ênfase especial em objectos monumentais como os mosteiros de Alcobaça ou da Batalha, os castelos da região de Leiria, ou ainda o conjunto edificado de Óbidos. A mesma importância é-lhes atribuída pelos autores que no presente constroem a região. Como refere José Travaços Santos

a Estremadura, [...] possui os principais monumentos portugueses, os mais expressivos sob o ponto de vista artístico, histórico e até religioso como é o caso do mosteiro da Batalha, de Alcobaça e dos Jerónimos, e mesmo do de Tomar, porque como sabe o Ribatejo também era Estremadura. Temos, de facto, os principais monumentos do país e os mais expressivos, isto quanto a elementos desse género [JTS].

Se todos os objectos podem funcionar como meios de comunicação permitindo a reprodução social, nem todos o fazem com a mesma intensidade. Os castelos situados no distrito de Leiria, os seus mosteiros e a arquitectura civil e religiosa, pela dimensão da sua (re)construção, isto é, pela sua monumentalidade, assumem um lugar de relevo

nos discursos das elites, lembrando-nos constantemente quem somos, de onde vimos e para onde vamos, bem como regulam o nosso comportamento em relação aos outros (Gossman, 1975). Estes objectos monumentais passam a testemunhar um passado feito de mitos e heróis, de grandes batalhas, fundamentais para a (re)invenção da identidade cultural comunitária, em todo um processo onde *cultura e tradição se transformam em objectos a serem escrutinados, identificados, revitalizados, e consumidos* (Handler 1988: 12).

O património monumental atesta não só as reflexões acerca da vida, feitas pelos nossos antepassados, como também a existência de grandes artistas, que com a sua habilidade contribuíram para o valor da herança cultural regional. O gótico, o manuelino e os outros estilos artísticos ostentados nos monumentos constituem esse testemunho das artes que os antepassados foram capazes de dar origem, contribuindo para uma maior consciência identitária, como observa José Travaços Santos.

Eu quando vou ver uma igreja gótica ou uma catedral [...] pela Europa fora, logo tenho como termo de comparação o mosteiro (da Batalha), e acho-as sempre menos belas do que o mosteiro, [...]. Tenho essa sensação quando entro nas catedrais de Colónia, de Sevilha ou de Voclav na Polónia, ou noutra qualquer, ou na de Berna, Brugges, [...], comparo e acho as outras sempre inferiores [JTS].

À arte evidenciada no património monumental, testemunho dos feitos dos fundadores da comunidade, acresce, por vezes, a antiguidade do objecto. O objecto antigo representa um passado que serve para legitimar a existência da comunidade. Ele é assumido como o fio do tempo que permite conhecer e sentir o passado, perceber os mitos fundadores. Como refere Adolfo Yañez Casal (1999), é o retorno ao objecto antigo, *um objecto que não foi produzido, mas criado... um objecto que incorpora na sua materialidade marcas únicas de um artesão, de uma região, de uma época ou de um contexto social-histórico particular* (Yañez, 1999: 58).

5.5.1. – O castelo de Leiria: fundação da região

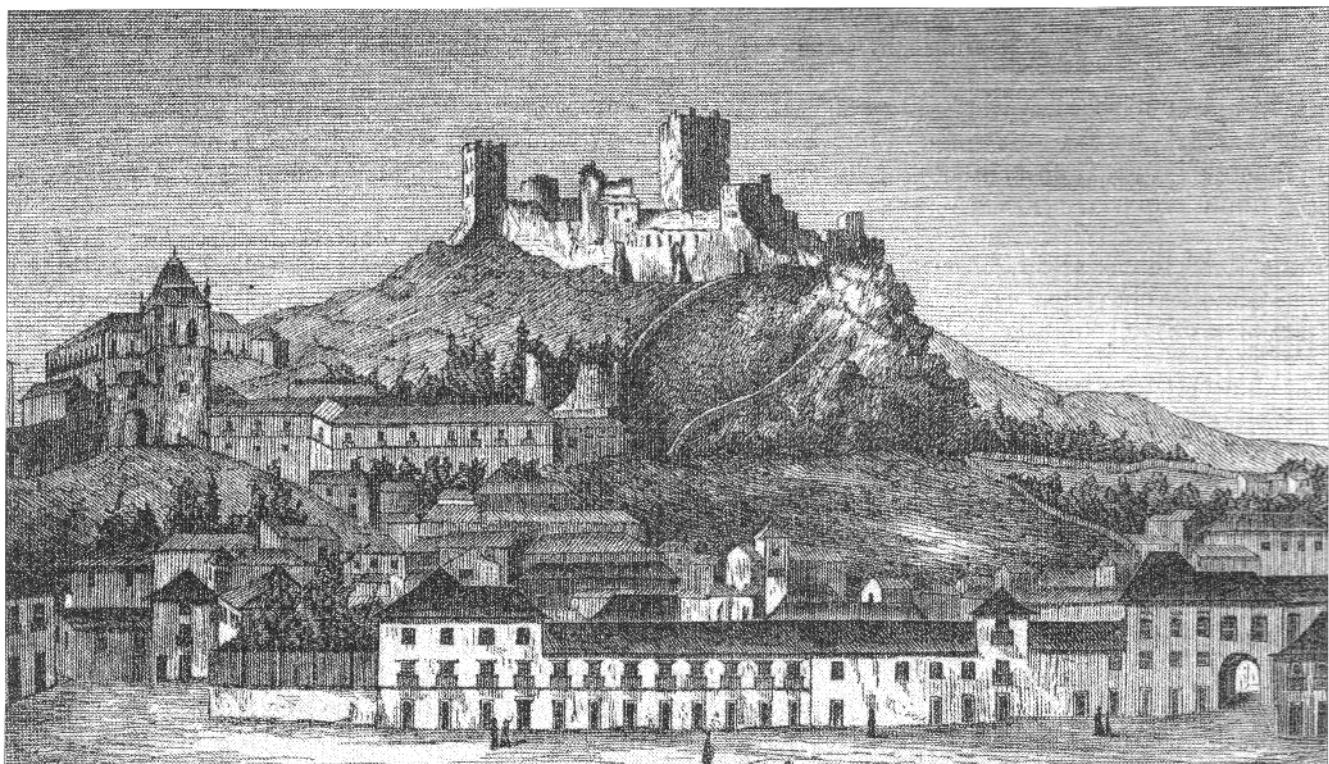


Fig. 60 – O Castelo e a cidade de Leiria em finais do séc. XIX. Fonte: Saul António Gomes, 2004.

A quem faz caminho da parte do meio dia contra norte pela estrada que vem de Lisboa para Coimbra, se oferece depois de um espaço de terras montuosas¹⁴⁹ [...] um soberbo penhasco sobre um monte prolongado pelo mesmo modo de Sul a Norte, no qual o Castelo de Leiria está fundado. Do princípio do rochedo [...] toma origem por aquela parte o muro, que descendo faz circuito à falda do monte pelo Oriente, e Norte, até tornar a subir ao alto quase para a parte do Ocidente. Neste âmbito se incluía a vila de Leiria, ficando toda a terra montuosa, e levantada, e muito defensável por natureza [...] (Brandão, 1973/1974 [1632]).

O castelo de Leiria, fundado em 1128 segundo Lucília Verdelho da Costa (1997: 156) ou em 1135 de acordo com Saul António Gomes (2004: 34), representa as gentes leirienses, suas vidas passadas e actuais (Cátedra e Tapia, 2007). Nele está inscrita a história mas também o presente dos leirienses, da região e do país. Fazendo uma analogia com a perspectiva de Marc Augé segundo o qual uma casa pode ser vista como

¹⁴⁹ O autor chama-lhe terra *montuosa*, referindo-se mais aos montes e penhascos que se elevam nesta parte do distrito, do que propriamente a montanhas.

um corpo, também o castelo de Leiria deve ser percepcionado como um organismo a dois níveis: É um corpo em si, possuindo a *sa propre personalité, son appearance, ses ouvertoirs, son intimité* (Auge, 1989: 149) mas é também um corpo social, a expressão daqueles que ocupam o espaço por ele “vigiado” e que se manifesta em adjetivos como força, valentia, coragem, trabalho.

Para historiadores como Saul António Gomes, o castelo deve ser compreendido a partir da sua integração num espaço que se estende até Ourém e a Porto de Mós. As três fortificações formaram a trilogia undecentista que passou a definir uma área de defesa perante os ataques dos mouros. Na perspectiva do autor a construção desta linha defensiva e a enunciação do espaço a proteger estiveram na origem da região leiriense.

A fundação do castelo (de Leiria) justificava-se primeiramente como acto estratégico na defesa de um novo espaço que se pretendia povoar e/ou colonizar [...] constituindo, com o de Ourém, um pólo significativo na organização de campanhas militares ofensivas, dirigidas ao Sul agareno, e lugar de protecção, em caso das ameaças exteriores, disponíveis para acolhimento das populações circunvizinhas (Gomes, 2004: 34).

A relação entre a edificação do castelo e a fundação da cidade de Leiria e da sua região sugerem *uma das funções mais importantes dos mitos de origem: proporcionar uma antiguidade à cidade através do herói fundador da mesma, [...] de um herói associado à força e à valentia, valores importantes para as sociedades de fronteira*¹⁵⁰ (Cátedra e Tapia, 2007: 17). O castelo foi mandado construir numa terra de fronteira, pelo rei Afonso Henriques.

A fortificação era considerada uma estrutura sagrada pois separava o território cristão do dos mouros. A questão da delimitação e protecção do território tem sido um elemento fundamental *na constituição e representação simbólica dos sistemas espaciais dos grupos humanos* (Cátedra e Tapia, 2007: 19). Para além de ser considerado um dos heróis fundadores da região (Gomes, 2004), Afonso Henriques era o portador da mensagem católica.

A imponência do castelo e os estilos românico e gótico que lhe imprimem uma configuração apalaçada (Costa, 1997; Gomes, 2004) sublinham a importância da conquista. Desde a sua construção, os espaços do castelo foram habitados pelas *elites nobiliárquicas e as oligarquias municipais que governavam o concilium* (Gomes, 2004:

¹⁵⁰ Tradução do autor.

13), simbolizando o lugar central ocupado pelo monumento na comunidade. Os artesãos e o resto da população povoavam a parte baixa da cidade, junto ao rio Liz. A ocupação diferenciada do espaço conquistado constitui uma característica comum a outras cidades medievais. Em Ávila as camadas sociais de estatuto elevado viviam na zona intra-muralhas, enquanto que o resto da população habitava os espaços exteriores (Cátedra e Tapia, 2007: 17; Cátedra, 2007b).

A orientação espacial do castelo, construído numa elevação rochosa a partir da qual se estendem as suas muralhas, confere personalidade ao conjunto urbano leiriense. O seu aspecto característico conduz à assumpção do monumento enquanto elemento simbólico agregador da região leiriense.

Neste contexto, como noutras muitas vilas e cidades medievais, as muralhas românicas da vila antiga, estendidas pelo sopé do morro em que assenta a Fortificação [...] assumem bem, ainda hoje, uma vocação histórica e simbólica centripeta, polarizando o povoamento de todo um território num raio envolvente próximo de 50 a 60 km [...], catalisando periferias concelhias vilãs e aldeãs, impulsionando fluxos económicos [...] congregando recursos dos poderes executivo, administrativo e judicial e manifestando-se como espaço de celebração e recepção de práticas culturais e religiosas criadoras de identidade (Gomes, 2004: 13).

Do século XII ao XVI o castelo expressou o poder régio sobre a área da região, bem como sobre o seu principal núcleo urbano. Com a perda da independência de Portugal, em 1580, caiu no abandono e na ruína (Gomes, 2004). Serviu os imaginários românticos dos séculos XVIII e XIX simbolizando, em conjunto com os mosteiros da Batalha e de Alcobaça, uma região monumental portuguesa: a Estremadura, bem como a cultura portuguesa (Gomes, 2004). Fenómeno comum a outros baluartes (Cátedra, 2007a: 67) as ruínas do castelo proporcionavam aos viajantes um ambiente de melancolia e uma paisagem pitoresca propícia à inspiração romântica (Costa, 1997).

Giner de Los Ríos [1839-1915] visitando Leiria em 1888 deixou as suas impressões.

El poema pétreo de Leiria reside en las ruinas de su formoso castillo. De todo ello, lo que à la simple vista se percibe en aquella silueta de ruinas son los restos de los siglos medios, algún elegante balcón morisco y la rica ornamentación del monarca afortunado que compartiu el cetro con la hija de los Reyes Católicos. La situación del castillo, por extremo romántica, le dan más aspecto que fortaleza, el

de sonada mansión de leyendas amorosas ó de fantásticas tradiciones (F. G. H., 1888: 268).

No século XIX o castelo arruinado é tomado pelas tropas liberais, que aí deixaram uma lápide gótica, *inscrição alusiva à sua presença, memorando D. Maria II como rainha de Portugal e consequentemente, como libertadora do país do jugo miguelista* (Gomes, 2004: 105). Com este enquadramento, o forte passa a ser considerado um lugar de memória da nação portuguesa, evocado por poetas e escritores românticos nacionais e estrangeiros como Almeida Garret (1828), que fala das ruínas do castelo como *uma beldade misteriosa*, Alexandre Herculano (1980 [1846-1853]) e Eça de Queirós (1875). Ramalho Ortigão refere-se ao castelo como uma construção da autoria do *rei mais artista, mais poeta e mais sábio do seu tempo, constituindo um documento, único talvez na Europa, da arqueologia romana e da vida da corte na Idade Média* (Ortigão, 1896: 66).

Fig. 61 – O castelo de Leiria na actualidade.
Foto: Autor.



O volver do século XIX para o XX acabaria por trazer uma importância renovada ao monumento. Novamente nas palavras de Saul António Gomes (2004: 199), *seria na década de 1880, contudo, que mais veria valorizar o castelo como fonte de património histórico citadino e português*. Este novo interesse marcou as primeiras ideias de recuperação do castelo apresentadas pelo arquitecto Ernesto Korrodi (Costa, 1997), suíço radicado em Portugal e professor de desenho na Escola Domingos Sequeira, na cidade de Leiria.

As obras efectuadas seguem os ideais do século XIX, em que se iniciou a apropriação simbólica do património para a construção da ideia de nação portuguesa. Como corolário da política republicana em prol da nação, o castelo foi classificado em 1910 como monumento nacional, terminando as obras de maior vulto nos anos 1956-1957. Dez anos depois a colina do castelo passou a ser considerada Zona Especial de Protecção [ZEP]¹⁵¹.

A fortaleza leiriense constitui um testemunho de eventos históricos. É alvo de múltiplas interpretações simbólicas, conforme o espaço e o tempo em que a sociedade

¹⁵¹ Decretos-lei classificando o castelo de Leiria como Monumento Nacional: 16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910. Classificado como ZEP em 1967 (DG (II Série), n.º 134, de 08-06-1967).

se movimenta, pelo que as suas associações ao passado sustentam uma relação metafórica com as batalhas travadas nos primeiros séculos da fundação de Portugal (Costa, 1997). Este monumento *incluir com frequência referências ao tempo histórico, passado heróico ou tempo metafórico*¹⁵² (Cátedra, 2007a: 66). Actualmente simboliza, quer em contexto turístico, quer educativo, o nascimento da cidade e da região de Leiria, a influência árabe na cultura portuguesa e a contribuição da Estremadura para o nascimento do reino de Portugal (Costa, 1997).

A história do século XX trouxe a Leiria um novo período de protagonismo e obrigou os seus intelectuais a repensarem a identidade regional. Isso sente-se com muita veemência em torno da questão da restauração da Diocese, lograda em 1918, mas também em consequência dos ideários republicanos de homens como Tito Larcher ou Ernst Korrodi e da acção destes em prol da restauração do castelo leiriense e da fundação da Biblioteca Eruditita e Arquivo Distrital de Leiria, bem como do Museu distrital. O último terço do século XX (...) conheceu, na verdade, um estrénuo combate em matéria de reflexão acerca da identidade local e da defesa do(s) seu(s) património(s). (Gomes, 2007: 57-59).

No processo de representação de uma região leiriense o castelo tem sido apropriado por autores como Saul António Gomes que realça o espaço de memória nacional e regional que a edificação constitui. Esteve na base da fundação do reino, permitindo a protecção e agregação de cristãos perante as investidas muçulmanas. O castelo simboliza, ainda, a introdução de Leiria na história após o desaparecimento de *Collipo*, povoado romano da região, perdido no século V (Gomes, 2004).

De facto, sabemos que o estabelecimento dessas fortalezas resulta, em parte, de uma pressão social e demográfica muito considerável na zona de Coimbra, a qual acabou por obrigar parte da população ali residente a procurar novos lugares de habitat a Sul do Mondego. As áreas de Soure, Ega e Redinha, por exemplo, desenvolvem-se sustentadamente a partir desse fenómeno socio-demográfico e económico. A defesa dessas populações deslocadas para o Sul obriga as autoridades governantes a tomarem opções em ordem a protegê-las e a organizá-las administrativa e politicamente. Edificam-se, assim, castelos e concedem-se cartas de foral. O território torna-se, desse modo, espaço de ataque por parte dos poderes muçulmanos fortemente sedeados em Santarém, os quais se sentem ameaçados pela ocupação cristã da bacia hidrográfica do

¹⁵² Tradução do autor.

Rio Lis e da faixa atlântica costeira. Leiria e Óbidos, no actual Distrito, polarizam o essencial desse percurso histórico undecentista (Gomes, 2007: 27).

Capítulo 6

Os monumentos na construção da região

6.1. Reequacionando os monumentos



Fig. 62 – Castelo de Pombal. Foto: Autor.

A monumentalização de uma memória regional constitui uma preocupação constante das elites leirienses. À semelhança do que sucede noutras contextos (Méndez, 2003; 2004; Medeiros, 2006) aquelas procuram projectar, através dos monumentos, as grandes obras dos seus antepassados em prol da comunidade.

A região de Leiria insere-se num Estado-Nação centralizado, apresentando particularidades quando comparada com

outros contextos, como por exemplo o galego. Neste sentido, a região leiriense, tal como todas as outras regiões portuguesas, é sobretudo uma realidade no plano discursivo. Este ganha intensidade quando se acendem os debates sobre a descentralização do país, sendo o património usado como um elemento agregador do sentimento de pertença comum. Permite ao indivíduo identificar-se com a sua colectividade (Lamy, 1996a; 1996b).

Neste sentido, têm surgido líderes regionais que defendem a afirmação da região de Leiria, procurando re-localizar nesta, alguns dos monumentos que têm servido para construir a comunidade nacional. Inserido nesta linha de pensamento está Saul António Gomes (1990; 1997; 2004; 2007) que atribui novas linguagens aos monumentos localizados no distrito.

Se o património monumental constituiu uma ferramenta ao serviço da construção das nações oitocentistas, os monumentos continuam a ser alvo de novos escrutínios, que emergem com força, num contexto que ultrapassa o âmbito nacional, como demonstra Daniel Fabre (2000). Actualmente, também os poderes locais e regionais estão a tomar consciência do potencial do património para a construção e reconstrução das suas comunidades culturais (Méndez, 2003; 2004). A sua apropriação já não significa apenas a conquista da diferença regional num quadro intranacional, mas também a afirmação dessa diferença num palco global. No século XXI, a afirmação da região de Leiria passa pelo espaço nacional, mas também pelo europeu e pelo mundial, que se condicionam mutuamente (Torrico, 2006).

A diversidade do património monumental da região de Leiria, e o seu uso para a produção de discursos sobre a mesma, apresentam desafios aparentemente contraditórios (Gomes, 2007). Se esses objectos monumentais podem constituir uma mais-valia para a afirmação da região, também a têm ocultado perante espaços identitários mais vastos e poderosos que se afirmam no campo nacional e no internacional. A classificação em monumentos nacionais, operada ao longo do século XX, de objectos situados no distrito de Leiria como a Igreja de São Pedro (intramuralhas do castelo), os castelos de Leiria¹⁵³, de Pombal (fig. 62), e o de Porto de Mós (fig. 63), o Mosteiro da Batalha ou o Mosteiro de Alcobaça¹⁵⁴, o castelo de Óbidos e o conjunto da vila¹⁵⁵, ou ainda o Forte de São João Baptista, em Peniche¹⁵⁶ constituíram metáforas da construção da comunidade de identidade nacional. Ao mesmo tempo que os novos monumentos serviram os ideais da construção de um espaço nacional, apropriados enquanto elementos da memória da nação, o papel que poderiam desempenhar nos discursos sobre o regionalismo e a afirmação da região de Leiria



Fig. 63 – Castelo de Porto de Mós.
Foto: Autor.

¹⁵³ Veja-se o subcapítulo 5.5. onde a classificação deste objecto como património nacional é tratada em pormenor.

¹⁵⁴ Da mesma forma, observe-se os subcapítulos 6.2. e 6.3. para os mosteiros da Batalha e de Alcobaça, respectivamente.

¹⁵⁵ Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. *Património* [citado em 19/06/07; 22:50 horas], disponível em http://www.ippar.pt/pls/dippar/web_patrim.forward_query.

¹⁵⁶ Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. *Património* [citado em 19/06/07; 23:00 horas], disponível em http://www.ippar.pt/pls/dippar/web_patrim.forward_query.

tornou-se menos visível e mais enfraquecido. Como evidencia Saul António Gomes, o excessivo protagonismo nacional e internacional atribuído a esses monumentos, em particular aos que se encontram classificados, acabou por retirá-los da região que é a sua: a leiriense (Gomes 2007).

6.2. - Linguagens do património: um hospital e um mosteiro

No limiar do século XXI as sociedades enfrentam novos desafios decorrentes dos processos que conduziram a uma globalização acelerada quer pelo desenvolvimento da economia mundial e das relações de produção - consumo (Miller, 1991; 1995; 2002a; 2002b), quer por intermédio dos meios de comunicação e das migrações crescentes de pessoas (Appadurai, 2004), bem como pelo acelerado crescimento das vias de comunicação.

Daniel Miller tem estudado a sociedade de consumo nascida depois da Segunda Guerra Mundial, procurando investigar as *consequências do consumo em todos os aspectos da vida social e cultural das populações*¹⁵⁷ (Miller, 2002a: 238). As suas problemáticas centram-se na observação dos objectos enquanto veículos transmissores de ideias. Pesquisa as dinâmicas associadas à implantação crescente do consumo nas sociedades estudadas tradicionalmente pelos antropólogos, procurando compreender os processos que conduziram à transformação de certos objectos de consumo em *poderosos símbolos ou meta-símbolos*. Por exemplo, a Coca-Cola é uma das *três ou quatro commodities que atingiu este estatuto*. Não se trata apenas de uma bebida mas de um produto cuja qualidade simbólica está para além do mundo visível. Como refere o autor ...*Coke is a dangerous icon that encourages rhetoric of the type West versus Islam, or Art versus Commodity* ... (Miller, 2002b: 246). Num contexto local de Trinidad, a Coca-Cola, levada pelos soldados norte-americanos em 1939, e adicionada ao rum, acabou por se transformar numa das bebidas e símbolos nacionais para os habitantes de Trinidad. Mas a Coca-Cola com rum é também uma expressão local de etnicidade. Enquanto os descendentes dos africanos se identificam com a *black sweet drink*, os descendentes dos indianos reclamam a sua *red sweet drink*, embora estas identificações não se reflictam no consumo (Miller, 2002b: 255), e sejam mais complexas do que parecem. A Coca-Cola é símbolo de modernidade e por isso

¹⁵⁷ Tradução do autor.

consumida pelos indianos de Trinidad que se querem identificar com a sua *imagem de modernidade*.

Para Arjun Appadurai o mundo actual enfrenta novos desafios em virtude das facilidades de comunicação concedidas pelo desenvolvimento tecnológico. Na sua perspectiva as movimentações massivas de pessoas colocam em causa as concepções tradicionais de organização das nações enquanto espaços culturalmente homogéneos. Estas movimentações contribuem para cinco dimensões *de fluxos culturais globais a que podemos chamar a) etnopaisagens, b) mediapaisagens, c) tecnopaisagens, d) financiopaisagens e e) ideopaisagens* (Appadurai, 2004: 50). As *etnopaisagens* colocam novos desafios aos Estados-Nação que enfrentam uma cada vez maior heterogeneidade cultural dentro das suas *portas*.

Por etnopaisagem designo a paisagem de pessoas que constituem o mundo em deslocamento em que habitamos: turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores convidados e outros grupos de indivíduos em movimento constituem um aspecto essencial do mundo e parecem afectar a política das nações (e entre as nações) a um grau sem precedentes (Appadurai, 2004: 51).

Estes factores têm fomentado e contribuído para os quadros sociais e culturais múltiplos e desterritorializados em que vivemos na actualidade. Turistas, imigrantes e emigrantes, refugiados e em boa verdade todos os actores sociais, inseridos num processo de deslocação, têm contribuído para a revisão do papel do património. O objecto patrimonializado adquire novos simbolismos e linguagens múltiplas.

A inovação e a mudança não são apenas *chavões* da modernidade, mas constituem-se paradoxalmente a par do revivalismo da tradição (Appadurai, 2004), em sinais da pós-modernidade. Assim, não sendo o comportamento cultural universal, nem tão pouco substancial, estático no espaço e no tempo, como reagem os actores sociais individualmente, ou em grupo, perante o cenário do mundo em que vivemos? Para Lévi-Strauss e outros antropólogos desafiados pela ONU para discutirem as problemáticas inerentes à globalização e o direito à cultura, no final da Segunda Guerra Mundial, só existiria um caminho, o da homogeneização cultural (Méndez, 2004). Os perigos associados à ocidentalização, à *macdonaldização*, à geração Coca-Cola ou outros termos que se queiram aplicar, a par do receio da destruição dos particularismos culturais, estavam nessa altura no centro das preocupações dos investigadores.

Algumas décadas depois veio a observar-se um cenário oposto ao prognosticado anteriormente. Não houve homogeneização, mas o oposto, a heterogeneidade cultural tornou-se mais visível e mais assumida uma vez que são (re)inventadas novas tradições. A identidade cultural, o ser e o sentir-se parte de um grupo ou de vários grupos em simultâneo, torna-se consciente num processo relacional, tal como referem Frederick Barth (1969), Ricardo Vieira (1999a), Denys Cuche (2003) ou Arjun Appadurai (2004). João de Pina Cabral (1991: 99) demonstra a natureza relacional com que se têm definido as regiões portuguesas do Minho *aquérm dos montes*, e de Trás-os-Montes, *além dos montes*, num processo em que se apropriam uma série de elementos presentes na paisagem e nas tradições para definir essa diferença.

E em todo este sistema, o património, frequentemente associado ao turismo cultural, elemento chave da globalização (Ballart e Tresserras, 2005)¹⁵⁸ e parte das etnopaisagens de que nos fala Arjun Appadurai (2004: 51), tem sido chamado a materializar sentimentos de pertença subjectivos, transformando-se numa *arma da identidade e imagem de marca* (Ballart e Tresserras, 2005: 206-208) de diversas regiões por todo o mundo. É neste contexto que pretendo abordar o mosteiro da Batalha e o hospital termal de Caldas da Rainha. Constituem dois contextos a partir dos quais se elaboram práticas discursivas reivindicadoras de identidades culturais múltiplas.

O mosteiro da Batalha, construído nos séculos XIV e XV como elemento comemorativo da vitória de João I de Portugal frente a Castela (Gomes, 1990: 3), constituiu um símbolo da independência portuguesa face a Castela. No século XIX, em virtude da emergência das comunidades nacionais, passa a ser apropriado como um dos principais símbolos da identidade nacional¹⁵⁹ por aqueles que, como Alexandre Herculano, escreveram a história da nação. Na contemporaneidade, o complexo monástico tem sido apropriado pelos actores sociais locais na imaginação das suas comunidades local, a vila da Batalha, e regional, a região de Leiria. A *sujeição* (da Batalha) à vila de Leiria acaba no momento da elevação do “mosteiro da vitória” a concelho (Gomes, 1990: 58).

Relativamente ao hospital termal de Caldas da Rainha, a sua edificação começou por ter um valor identificatório local. Adquirindo uma importância significativa no

¹⁵⁸ Veja-se a este propósito o destaque dado ao Turismo Cultural e à importância do património cultural no desenvolvimento daquele pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em UNESCO [online]. [consultado em 19/06/07; 23:30 horas], disponível em www.unesco.org.

¹⁵⁹ Observe-se a seguinte obra: *Santa Maria da Vitória: Batalha*, de Sérgio Guimarães de Andrade, publicado pela ELO, em 1993, Lisboa.

contexto nacional, este elemento esteve na origem do aparecimento de um novo espaço político-administrativo: Caldas da Rainha. Em tempos hodiernos tem sido apropriado pelas elites regionais, que procuram afirmar e construir uma nova região ou sub-região como é assim denominada por António Fonseca Ferreira, no sul do distrito: o Oeste (fig. 64).

Em toda esta problemática regionalista, ver-se à seguidamente como dois monumentos inseridos no distrito de Leiria têm sido apropriados pelos autores locais, na definição de identidades culturais regionais.

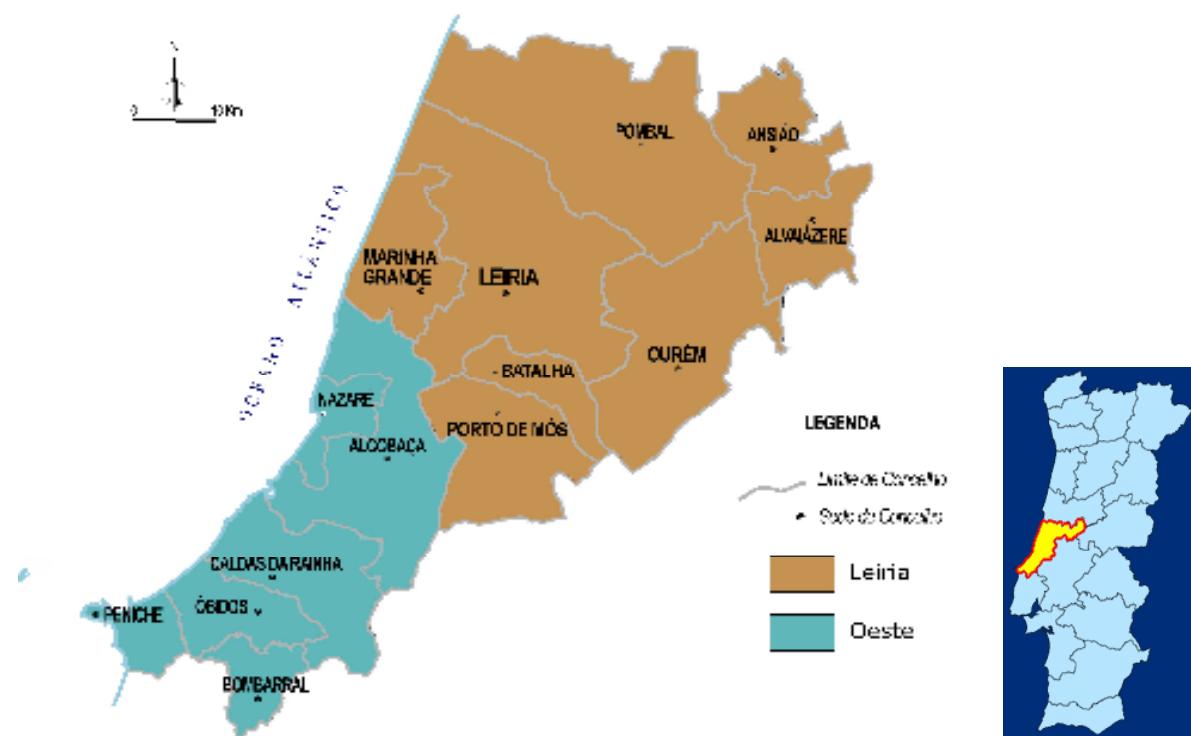


Fig. 64– Leiria e Oeste, de um distrito a duas regiões. Fonte: CIID / Instituto Politécnico de Leiria.

6.2.1. – Da cidade ou da região? O hospital termal de Caldas da Rainha

O hospital termal de Caldas da Rainha (figs. 65 e 66) remete para a fundação da cidade e do concelho de Caldas da Rainha. Actualmente observa-se a apropriação deste património termal por elites da região no propósito de se construir um imaginário oestino.

As referências à existência de águas termais, onde as relações entre saúde, religião e lugar habitado se fizeram sentir de forma muito estreita, remontam a *tempos*

imemoriais (Mangorrinha, 2002; Correia, 1995). Não serão estes tempos imemoriais que irão marcar a fundação e desenvolvimento do concelho de Caldas da Rainha, mas sim o interesse que a rainha Leonor veio a manifestar pelo local.



Fig. 65 – Edifício principal do Hospital Termal de Caldas da Rainha. Foto: Autor.

Quando essa notável soberana resolveu a edificação do balneário não existiam naquele sítio mais do que umas ruínas que segundo alguns autores seriam de origem romana. Não se encontraram até agora nenhum monumentos ou inscrições que possam esclarecer esse assunto (Correia, 1995: 197).

Segundo João Machado (1993) a instalação do hospital termal, e em virtude do mesmo, a

fundação da localidade, remonta a finais do século XV e inícios do século XVI. Estabeleceu-se desde logo domínio político da rainha e autónomo relativamente ao concelho de Óbidos, do qual Caldas da Rainha fazia anteriormente parte. Este não é, porém, o único caso em que os mitos de fundação de uma comunidade, do seu herói fundador e o do poder curativo das águas termais se cruzam. Como observa Maria Manuel Quintela, o poder sagrado que as águas termais possuem ao curar os enfermos é legitimado por *mitos de fundação da nação: D. Afonso Henriques, que com águas termais teria curado uma ferida que contraíra em batalha, e a Imperatriz Teresa Cristina, que teria, também por esse meio, resolvido o seu problema de esterilidade* (Pimentel, 2003: 172).

Em consequência da confluência de factores como a existência de águas medicinais, a construção do hospital e o interesse da rainha pelo local, veio a desenvolver-se uma urbe, que viria a ter um crescimento económico constante (Tavares, 1993; Correia, 1995).

Os movimentos demográficos positivos que se verificaram junto às termas de Caldas da Rainha (Gomes, 1994) estão, da mesma forma, ligados aos cuidados com o corpo e às ideias que sobre ele construíam os homens e as mulheres medievais, perante os recorrentes surtos de gripes e de pestes. Afim de apaziguarem os seus males as populações acorriam e estabeleciam-se junto a fontes termais como acontecia em Caldas da Rainha (Tavares, 1993).

A dinâmica social resultante da mudança de atitude verificada nos séculos XVIII e XIX teve repercussões no modo de apropriação do hospital termal, quer enquanto património construído, quer como local detentor de águas com poderes curativos.

A perseguição às instituições religiosas e a instauração de um paradigma científico baseado no racionalismo cartesiano, eventos ocorridos entre os séculos XVIII e XX, confluíram na aplicação de outras linguagens simbólicas ao hospital termal. Da explicação religiosa para as doenças, o complexo termal passa a estrutura secularizada. Assim, até ao século XVIII, as referências ao hospital termal estavam relacionadas com as doenças e epidemias. Supostamente as águas das termas tinham o poder de as curar ou pelo menos de servirem como analgésico, e por isso eram consideradas “milagrosas”, “santas” e “misteriosas” (Gonçalves (1993); Machado (1993); Mangorrinha (2002)¹⁶⁰; Quintela, 2003).



Fig. 66 – Torre da Igreja da N^ª Senhora do Pópulo anexa ao Hospital Termal de Caldas da Rainha. Foto: Autor.

A água tem tido uma função primordial na religiosidade desde tempos ancestrais, nomeadamente nas religiões cristã, judaica, islâmica e hindu, em que a água é utilizada nos rituais de purificação, pois “o papel da água é sempre fundamental não somente no sistema de pensamento que rege respectivamente judaísmo, cristianismo e Islão, mas também nos ritos que lhe são específicos”” (Quintela, 2003: 180).

A partir do século XVIII o hospital passou a ser encarado como uma estrutura de investigação científica, relacionado com o estudo científico das propriedades das águas e seus efeitos curativos (Pimentel, 1850). Tudo isto num contexto de invenção de vacinas e medicamentos que relegam instituições e métodos antigos de tratamento de doenças para segundo plano. A água termal passa a ser observada como um *agente terapêutico, prescrita como um medicamento* (Quintela, 2001: 360).

¹⁶⁰ Em relação a este aspecto, indicamos uma observação atenta ao texto *Pergaminhos das Caldas* de Fernando da Silva Correia, publicado em 1995 pelo Património Histórico – Grupo de Estudos, Caldas da Rainha.

As águas quentes de Caldas da Rainha estão na origem de práticas terapêuticas utilizadas no tratamento de reumatismos crónicos e subagudos e outras perturbações do aparelho locomotor, sequelas de traumatismos, afecções crónicas do aparelho respiratório e curas de desintoxicação. Neste caso a *água termal* é “*coisificada*”, *transformada num bem que se consome*. À semelhança de outros medicamentos ela

tem o seu local de produção (a nascente), é difundida pela imprensa e pelos mediadores turísticos, é objecto de prescrição médica, é distribuída por vários meios (canos que a conduzem até ao balneário, “taça”, “bica”) e é administrada, dentro ou fora do circuito institucional (Quintela, 2001: 360).

Em Caldas da Rainha o termalismo ultrapassa a questão medicinal e é apropriado como um ícone da região. Para autores dedicados ao sul do distrito de Leiria, tais como António Fonseca Ferreira, o termalismo tem vindo a desempenhar um novo papel na representação de uma região que se quer autónoma em relação ao distrito de Leiria: o Oeste. O autor insere Caldas da Rainha numa rede mais vasta de locais termais que, na sua perspectiva, constituem marcas da região Oeste.

Caldas, Vimeiro, Alcobaça, e os Cucos, constituem importantes referências num processo [...] em que se pretende apostar no termalismo e nas suas relações com a saúde e a identidade. Nesta perspectiva, o Oeste possui, nesse, um elemento tradicional. O termalismo é uma das marcas da região. Algumas dessas termas que tinham, entretanto, encerrado, estão actualmente a ser requalificadas e relançadas. O termalismo articula-se com o turismo e com os vários segmentos do turismo de lazer pelo que se, trata de um elemento regional de elevada valorização [AFF].

António Carneiro considera exagerado o valor simbólico dado ao hospital enquanto ícone do Oeste.

É uma falsa questão, o hospital termal não tem (qualquer importância para o Oeste), mas poderia ter. Sobre essa matéria há alguns tabus (...), a questão de Caldas ser a cidade termal é controverso. As Termas do Vimeiro, de que ninguém fala, facturaram cinquenta vezes mais do que Caldas, sendo que as termas de Caldas não são termas num sentido turístico. É um hospital como outro qualquer na rede de saúde pública. A única diferença é que é um hospital que faz tratamentos por águas, mas não são termas turísticas e, portanto, é um problema que Caldas tem que discutir. Quando o termalismo era pujante, nos anos 1920 a 1930, para as

pessoas se tratarem em termos de saúde [...] fazia sentido alegar a importância económica e simbólica do mesmo. Actualmente isso não acontece, primeiro porque com a indústria farmacêutica desapareceu a questão do termalismo. Segundo, porque mesmo que houvesse tratamentos de graça as pessoas regressariam para casa e, portanto, as unidades hoteleiras de Caldas não têm clientes das termas. A questão que considero mais grave é o abandono a que tudo aquilo chegou, é quase antipatriótico. Há ali um potencial de crescimento que o governo enjeita, tal como o têm feito os sucessivos governos. Desde que cá estou que fazemos esta discussão em torno do termalismo caldense.

Quando em 1985 as termas fizeram 500 anos, em que o discurso que se pregava, era o de que se tratava das termas mais antigas da Europa, pois bem, até podem ser as termas mais antigas da Europa mas economicamente, não têm peso nenhum, numa altura como a actual em que precisamos tanto de geração de riqueza e postos de trabalho. A situação do hospital termal já não se compadece com recordações do passado, e portanto é necessário uma transformação, a dinamização daquele complexo.

[...] Por outro lado, o parque termal das Caldas tem aqueles pavilhões abandonadíssimos, quando o Estado deveria privatizá-los e facilmente teria quem pegasse neles e lhes atribuisse uma versão termal, turística e simbólica. A partir daí as Caldas seriam uma cidade termal. Há distância que estamos de Lisboa, poderíamos ter uma importante cidade termal, mesmo em termos internacionais teríamos condições para isso [...].

Temos mais termas, as do Vimeiro que funcionam bastante bem, foram compradas pelo Grupo Espírito Santo, e essas sim são pujantes, do ponto de vista turístico e económico. Possuímos, ainda, as termas dos Cucos, para as quais vai ser lançado concurso de recuperação. [...] São as únicas termas que há em Portugal com tratamentos a partir de lamas quentes, uma peça arquitectónica única, [...]. [AC].

A associação do turismo aos tratamentos termais é complexa pois como todos os medicamentos a água possui características químicas específicas que, do ponto de vista médico, pode torná-la contra-indicada em diversos casos. A água é vista como um medicamento e tratada como tal no tratamento das doenças, embora no caso dos hospitais termais ocorra a *negociação entre médico e doente quanto à prescrição* (Quintela, 2001: 361).

Outra particularidade que as águas possuem e que as distingue de outros medicamentos, consiste nas percepções que os aquistas e os veraneantes possuem. Ao contrário dos médicos, consideram a água como um produto natural benéfico, evitando a toma de vários medicamentos prejudiciais ao estômago. Conforme estas percepções as termas são então procuradas por excursionistas e veraneantes e muitos dos seus

frequentadores e acompanhantes compararam a permanência nas termas a um período de férias, de lazer (Quintela, 2001: 362; 373).

Neste processo da procura de afirmação da região Oeste, o hospital termal de Caldas da Rainha, objecto material, sensível, é transformado num meio que permite fazer a ponte entre o visível mundo das sucessivas tentativas de objectivação identitária, e o sentimento subjectivo de pertença em torno de um grupo (Pomian, 1984). Se no passado a estrutura fazia a ponte entre o mundo visível dos homens e o invisível dos Deuses, detentores de poderes curativos, actualmente a ligação faz-se com o passado fundador. Ele testemunha o início do novo espaço administrativo local, mas também regional, imortalizando a rainha Leonor, heroína de Caldas da Rainha.

Para além das referências feitas às termas como ícone da região Oeste, constata-se por intermédio do audiovisual, a proeminência do tema do termalismo na afirmação e projecção do Oeste. O *Jornal Digital do Oeste*¹⁶¹ caracteriza em termos laudatórios a região atribuindo-lhe uma série de símbolos de onde se destaca o complexo termal de Caldas da Rainha, que surge como *um dos mais antigos da Europa* e constitui *um parque termal, hoteleiro e de animação de grande qualidade*.

6.2.2. - Dos muitos patrimónios que habitam o mosteiro da Batalha

No século XIX o mosteiro de Santa Maria da Vitória (fig. 67) foi apropriado pelas retóricas produzidas acerca da comunidade nacional. Em finais do milénio passou a ser inserido discursivamente num processo de afirmação regional (Gomes, 1990; 1997; 2007).

O complexo monacal da Batalha foi construído entre os séculos XIV e XV. Para além de constituir um elemento comemorativo, do ponto de vista militar, a magnificência e imponência arquitectónicas constituíram uma das muitas linguagens, através das quais se expressou o poder religioso sobre a sociedade medieval. A doação do mosteiro à Ordem de S. Domingos, no século XV, remete para dois factores que foram determinantes na formação de um imaginário cultural colectivo. O primeiro relaciona-se com o peso da religião na definição do que virá a ser a comunidade nacional portuguesa. O segundo foi a doação a uma ordem que esteve ao lado do rei nas

¹⁶¹ Oeste Online – portal jornal da Região Oeste [online]. [citado em 11/12/06: 15 horas], disponível em <http://www.oesteonline.pt>.



Fig. 67 – Mosteiro da Batalha. Foto: Autor.

Martins (1888), Afonso Lopes Vieira (1940), ou Jaime Cortesão (1966), monumentos góticos como o mosteiro de Alcobaça¹⁶² ou o de Santa Maria da Vitória transformam-se em palcos privilegiados do enredo literário. Estes monumentos representam, nesses discursos, as raízes da *alma nacional* (Catroga, 1998). Trata-se de uma performance que passa pela incorporação de ideias subjectivas e de sentimentos de pertença comuns, em volta de um objecto material, e portanto, objectivador da comunidade nacional.

Em *A Abóbada* (1851), *Lendas e Narrativas*, Tomo 1, o mosteiro de Santa Maria da Vitória é referido por Alexandre Herculano como a 8^a maravilha do mundo e para o entender,

cumpre ser português; cumpre ter vivido com a revolução que pôs no trono o Mestre de Avis; ter tumultuado com o povo defronte dos paços da adúltera [...]; ter pelejado nos muros de Lisboa; ter vencido em Aljubarrota. Não é este edifício obra de reis [...], mas nacional, mas popular, mas de gente portuguesa, que disse: não seremos servos do estrangeiro e que provou seu dito (Herculano, 1851: 239).

O monumento da glória dos nossos (Herculano, 1851: 240) emerge como o berço da moderna comunidade nacional portuguesa, reforçando-se a ideia de cidadania, elemento subjacente à construção das nações modernas. O monumento testemunha feitos da gente portuguesa e não do rei. À sua sombra, todos os portugueses parecem iguais, conforme caracteriza Anthony Smith 1997) o efeito de pertença colectiva.

¹⁶² As questões relacionadas com a apropriação dos mosteiros de Alcobaça no âmbito dos discursos produzidos pelas elites locais e nacionais acerca da região de Leiria e as suas relações com a comunidade nacional serão desenvolvidas com mais minúcia nos subcapítulo 6.3.

lutas contra Castela (Andrade, 1993), auxiliando-o a manter o seu domínio sobre o reino.

Foram vários os autores que entre os séculos XIX e XX se serviram da Batalha e do seu mosteiro para criar a ideia do nascimento da nação moderna portuguesa nesse local. Pelas narrativas de Alexandre Herculano (1851), Oliveira

Oliveira Martins reforça o papel atribuído ao mosteiro da Batalha ao referir que

o sentimento de independência nacional, a ideia de que os reis são os chefes e representantes de uma nação, e não os donos de uma propriedade que defendem e tratam de alargar, bem se pode dizer que só data da dinastia de Avis, depois do dia memorável de Aljubarrota (Martins, 1882: 15).

Para Oliveira Martins a batalha de Aljubarrota constituiu o período áureo português. Este havia terminado no século XIX em que se observava a decadência dos países ibéricos. A solução para este estado residia, na sua perspectiva, numa união entre Portugal e Espanha, originando-se assim a Ibéria (Maurício, 2005).

A apropriação do mosteiro da Batalha na promoção da nação e sua transformação em lugar da memória nacional, insere-se num percurso em que são sobretudo lugares de memórias mais recentes que surgem valorizados – em Sintra, em Belém, na Batalha – incidindo nos estilos gótico e no manuelino, que conhecem então os seus “pastiche” (Medeiros, 2003: 64). Se tanto Alexandre Herculano como Oliveira Martins procuram materializar as ideias de comunidade nacional destacando monumentos como o mosteiro da Batalha, Afonso Lopes Vieira, não deixando de contribuir para a sua transformação em monumento para a história da nação (Medeiros, 2003: 64), sublinha a importância da província da Estremadura no todo nacional.

...
*Batalha, a Vila Heróica,
Memória da Vitória;
Tomar – o povo cresce, o povo embarca...
E à roda destas pedras
encharcadas em alma
o Pinhal do Rei canta
com as ondas do mar!...*
(Vieira, A. L., 1998 [1940]: 29-30).

Em 1966, com a publicação *Portugal, a Terra e o Homem*, Jaime Cortesão (1884-1960) segue um percurso idêntico ao de Herculano e de Oliveira Martins, conduzindo a um *apagamento* da linguagem regional que o mosteiro da Batalha poderia adquirir. Como refere o autor, a Batalha constitui o *tronco robusto da Nação* (Cortesão, 1995: 192), onde nas suas naves, claustros e capelas se podem ler, *canto a canto, os Lusíadas de pedra* (Cortesão, 1995: 192).

O mosteiro da Batalha é para Jaime Cortesão

o monumento mais representativo e emocionante da história de Portugal [...]. Ali se comemoram os factos mais vivos da nação: Aljubarrota, a expansão marroquina e o sacrifício do Infante Santo, os Descobrimentos e, na parte manuelina do mosteiro, mais do que tudo, no portal das Capelas Imperfeitas, o esplendor final da Índia (Cortesão, 1995: 191-194).

Em Portugal, como noutras países europeus, o mosteiro da Batalha foi incluído num processo de selecção de monumentos que passaram a ser percebidos como metáfora da nação, feita de mitos e de heróis fundadores. Anne-Marie Thiesse (1999) observa os mesmos factos em relação à selecção da catedral de Colónia pelas elites que, com os seus discursos, conduziram à constituição da nação alemã unificada.

Terminer la cathédrale de Cologne devient unes des grandes affaires de la bourgeoisie allemande. [...] Pour la plupart des donateurs, la cathédrale est perçue comme métaphore de la nation, son achèvement marquant la progression de l'Allemagne vers sa perfection: une nation unie dans un État constitutionnel (Thiesse, 1999: 149).

A classificação do mosteiro da Batalha como monumento nacional ocorreu entre 1907 e 1910, pelos decretos-lei de 10-01-1907 e de 16-6-1910 (IPPAR, 1993: 20-21), incrementando a incorporação deste objecto na construção política da nação portuguesa.

Em 1983 foi classificado como património mundial, num processo dinamizado por uma instituição global: a UNESCO. Na sua 7ª sessão ordinária, o Comité para o Património Mundial da UNESCO classificou o Mosteiro da Batalha como Património Mundial com base nos critérios C (i):

*representativo de uma obra do génio criativo da humanidade; e C (ii) testemunho de uma importante troca de valores e influências, durante um determinado período de tempo ou numa determinada área cultural do mundo, sobre o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, do ordenamento das cidades, ou da formação das paisagens*¹⁶³.

¹⁶³ Relativamente aos critérios de selecção do Património Mundial, bem como ao processo de classificação do Mosteiro da Batalha como património mundial, observe-se a documentação presente nos seguintes sítios da Internet: Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. *Património*

A apropriação dos monumentos góticos localizados na província da Estremadura pelas elites nacionais, na sua definição do espaço da nação, em detrimento de outro património monumental, como por exemplo o românico (Medeiros, 2003), bem como a centralização histórica do Estado português (Claudino, 2006) acabaram por conduzir a um processo de invisibilização da memória cultural regional, como observa Saul António Gomes (2007).

São dois¹⁶⁴ monumentos mundiais, classificados como tal pela UNESCO, instituição em que se concentra o melhor da inteligência mundial, mas que não parecem arrastar notoriedade para o todo patrimonial que é o distrito de Leiria. São monumentos em Portugal, mas a sua localização na Estremadura leirense escapa de todo aos roteiros e inventários patrimoniais sobre os mesmos.

A contradição está neste aparente desacerto entre o significado mundial destes dois monumentos e o seu sentido local verdadeiro. Os “leirenenses”, em geral, conhecem bastante bem a sua história. Esta não coincide frequentemente com aquela que, por vezes, vem nos manuais escolares oficiais. Por exemplo, toda a gente que aqui vive sabe que a chamada Batalha de Aljubarrota aconteceu no Campo de S. Jorge, antigo e presente termo de Porto de Mós. Mas a imensa maioria dos portugueses coloca-a na actual povoação de Aljubarrota, na qual, de facto, ela não decorreu, posto que dali tenham retirado gerações tardias e estrangeiras, o título que a celebraria mundialmente (Gomes, 2007: 22-23).

O historiador leiriense está consciente das tarefas *hercúleas* que cabem às elites da região, na construção e afirmação da mesma com base no seu património. Devem elucidar os habitantes desta região sobre o papel dos seus antepassados na edificação dos monumentos. Saul António Gomes defende a deslocação de parte dos sentimentos de pertença à nação portuguesa, para o nível da região.

Enquanto não existir da parte das elites regionais um trabalho sério de deslocação da imaginação comunitária que se faz por intermédio de monumentos como os mosteiros da Batalha ou de Alcobaça para dar corpo à região de Leiria, eles continuarão a

Mundial [citado em 20/11/06; 19:32 horas], disponível em www.ippar.pt; UNESCO [online]. [consultado em 22/11/02; 10:20 horas], disponível em www.unesco.org.

¹⁶⁴ O autor refere-se aos mosteiros de Alcobaça e da Batalha.

*fazer, unicamente, parte do imaginário nacional, de nada servindo como matéria-prima na construção dos discursos da região*¹⁶⁵.

A nacionalização do mosteiro da Batalha, a classificação como Património Mundial e a apropriação actual regionalista incutem-lhe várias linguagens identitárias. O monumento simboliza múltiplas identidades: local, regional, nacional e mundial.

Concluindo, a análise das múltiplas linguagens contidas no património monumental constituído pelo hospital termal de Caldas da Rainha e pelo mosteiro da Batalha permite entender como os autores regionais constroem referências. Neste processo o termalismo torna-se marca do Oeste e o mosteiro, de Leiria.

À semelhança do que refere Denys Cuche (2003: 149), em que *um mesmo indivíduo, por exemplo, pode definir-se, segundo os casos, como natural de Rennes, como bretão (ou mesmo bretão gaulês), como francês, como europeu, e talvez, ainda como ocidental*, também, identificando-se com o mosteiro da Batalha, um indivíduo pode afirmar-se leiriense, estremenho, português, europeu e ocidental; e retomando a ideia do património mundial, seria então um cidadão do mundo. Situando-se no hospital termal, um indivíduo pode ser tudo isto, mas também afirmar-se mais como oestino e menos como leiriense.

6.3. O mosteiro de Alcobaça

A linguagem identitária do mosteiro de Alcobaça (fig. 68) e a apropriação feita deste objecto pelas forças regionalizantes seguem percursos semelhantes ao do mosteiro da Batalha. Assim, dois monumentos nacionais e mundiais marcam no pensamento de vários autores, a fundação e posterior desenvolvimento de uma comunidade cujo território é hoje conhecido como região de Leiria. O período mediado entre a fundação do mosteiro de Alcobaça, no século XII, e a construção do mosteiro da Batalha, iniciada no século XIV foi, segundo estes autores, decisivo para a construção da região de Leiria e do país. Como se viu Afonso Lopes Vieira refere-se a Alcobaça como *esse berço de Portugal menino* (Vieira, A. L., 1998 [1940]: 29).

O período mediado entre a construção dos dois monumentos constitui um arco temporal simbólico, marcando o início da utilização do estilo gótico nos edifícios

¹⁶⁵ Saul António Gomes em “Património Monumental, Identidade e História da Região de Leiria”, comunicação apresentada no âmbito do ciclo de conferências *Património e Identidade*.

religiosos, que atinge o seu apogeu em Alcobaça, e o período final ou tardio, manifesto no mosteiro da Batalha.

Pela sua importância histórica, Alcobaça também serviu de inspiração literária para escrever a história da nação portuguesa. Refiro-me ao romance histórico, o *Monge de Cister* (1848) de Alexandre Herculano que tem por palco, como se viu em 1.1. o mosteiro de Alcobaça.

A classificação do mosteiro de Alcobaça como monumento nacional operada em 1910 (IPPAR, 1993: 10), bem como da zona circundante, como Zona Especial de Protecção em 1957 (*Idem*), representaram a consagração de discursos nacionais assentes neste mosteiro, ofuscando a sua inserção regional (Gomes, 2007).

O reconhecimento de valor universal ao mosteiro, em 1989, e consequente inscrição na lista do património mundial, enquanto objecto

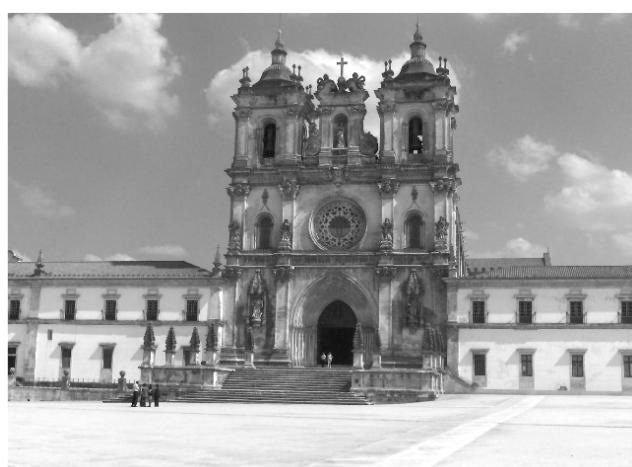


Fig. 68 – Mosteiro de Alcobaça. Foto: Autor.

*representativo de uma obra-prima do génio criativo da humanidade, bem como um excelente exemplo de um tipo de construção ou um conjunto arquitectónico, tecnológico ou paisagístico ilustrando um ou mais períodos significativos da história da humanidade*¹⁶⁶,

mais não faz do que tornar ainda mais complexas, as apropriações deste objecto, no âmbito da construção de um discurso regionalista. Estes factores estão na génese da posição de Saul António Gomes quando refere que

toda a gente sabe que existe um Mosteiro de Alcobaça, coroa de glória do património monumental cisterciense europeu; mas muito poucos colocam o Mosteiro de Alcobaça na região que é a sua, a leiriense, como se se tratasse de um monumento insituado,

¹⁶⁶ Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. *Património Mundial* [citado em 20/06/07; 9:30 horas], disponível em <http://www.ippar.pt/patrimonio/mundial/alcobaca.html>. UNESCO [online]. [citado em 20/06/07; 23:37 horas], disponível em <http://whc.unesco.org/en/criteria>.

erguido em território imaginário e não concreto, de uma aparição sem historial humano (Gomes, 2007: 22-23).

6.4. - A região de Leiria: património(s) e identidade(s)

O conceito de identidade cultural, bem como as suas relações com o património, e os consequentes estudos sobre os mesmos, têm-se apresentado ao investigador como um trabalho cada vez mais árduo e problemático. Nos primórdios da modernidade, coincidindo com a época iluminista, o indivíduo era visto como detentor de uma identidade única e estável, fechada e imutável (Hall, 2003), influenciada pelo colectivo onde estava integrado. Um leiriense seria uma pessoa detentora de um Bilhete de Identidade onde constava a comunidade nacional e a local. Era uma pessoa natural de Leiria e de nacionalidade portuguesa. A naturalidade inscrita nesse registo que se pretende identitário remete, por sua vez, para o conceito de raiz cultural, como se o indivíduo fosse detentor de uma identidade única e exclusiva. A identidade cultural, ou melhor, as identidades culturais são, desta forma, definidas socialmente e atribuídas ao indivíduo à nascença. Tornam-se por essa via imutáveis, independentemente dos seus percursos futuros.

Nos últimos duzentos anos foi o contexto social e cultural, com as suas normas e valores, que influenciaram a construção da identidade pessoal e cultural, onde havia pouco espaço para a individualidade, ao contrário do que a modernidade prometia. Na mesma medida, o colectivo era visto como detentor de uma série de características fixas e essencialistas que permitiam a um indivíduo que dele fizesse parte, uma sensação de segurança marcada pela estabilidade, unidade e previsibilidade.

Este quadro teve implicações profundas na formação das mentalidades sociais, de modo que, nas questões que frequentemente se colocam relativamente à ou às identidades culturais da região de Leiria, os discursos de algumas das suas elites evidenciem um conceito de identidade essencialista ou objectivista. Esta ideia adquire visibilidade em expressões como *ter* ou *não ter* identidade, ou ainda na alegada referência a traços culturais tradicionais das populações de Leiria, em que o património é visto como essa representação da identidade estática e imutável.

Eu penso que há suficientemente a demonstração de que existem traços culturais tradicionais que são comuns a estas populações que nós podemos denominar de Leiria. Se for feito um

estudo aprofundado das etnografias, das tradições, do folclore, das gastronomias, de determinada utilização de um infinável número de coisas, há situações muito idênticas, muito parecidas ao nível do concelho de Leiria do concelho da Batalha, do concelho de Ourém, de Porto de Mós, e depois toda a nossa orla costeira também mantém entre si, embora haja algumas diferenças na proa dos barcos, mas a norte é mais afilada mais a sul menos, mas há muitas características comuns que eu penso que podem fazer desta região um todo cultural. Por exemplo foi recentemente criada a confraria da morcela de arroz [GL].

Nos finais do século XX, a metamorfose social, acelerada a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, acabou por conduzir a um período, o que vivemos actualmente, apelidado de alguns autores como pós-modernidade (Jameson, 1985), ou sobremodernidade (Augé, 1994). Esta época coloca novos desafios às concepções tradicionais de identidade, uma vez que as transformações sociais e culturais, materiais e imateriais são muito mais rápidas do que as suas precedentes. A globalização, a transnacionalização de pessoas e, com elas, de bens e ideias, acelera essas transformações de modo que no século XXI o tempo de hoje pode já ser outro diferente do de ontem. O impacto na tradição e *rotinização dos comportamentos quotidianos* destas mudanças tem conduzido a uma sociedade *destradicionizada* (Giddens, 2000, 69). Na perspectiva de Anthony Giddens o universo social pós-moderno é destradicionizado, onde a rotinização, a repetição de comportamentos proporcionados pela tradição parece deixar de fazer sentido. E, no entanto, as rotinas são essenciais à vida quotidiana. Mas, ao contrário das sociedades pré-modernas, em que a *tradição providenciava um horizonte de acção relativamente fixo* (Giddens, 2000: 73), nas sociedades actuais temos mais opções, podemos escolher e decidir o que queremos fazer e o que queremos ser, embora com algumas limitações.

A tradição é também um modo de identificação de conexão do *self* com o colectivo. A tradição, *garantida por uma combinação entre ritual e verdade formular* permite discriminar os de dentro dos de fora, excluindo os últimos e incluindo os primeiros no grupo.

A tradição é assim um meio de identidade. Tanto a identidade pessoal como a colectiva pressupõem significado; mas também pressupõem o processo constante de recapitulação e reinterpretação [...]. A identidade é a criação de constância ao longo do tempo, esse trazer do passado, colocando-o em conjunção com um futuro antecipado. Em todas as sociedades, a manutenção da identidade

pessoal e a sua conexão com identidades sociais mais vastas, é um requisito primordial da segurança ontológica [...]. As ameaças à tradição são muito comuns, se não mesmo universais, e são experimentadas como uma ameaça à integridade do self (Giddens, 2000: 77).

Segundo Giddens, no *estado moderno inicial*, as tradições desempenharam um papel importante na legitimação dos novos espaços políticos nacionais. Foram tantas vezes invocadas para se implementarem os novos projectos políticos, económicos e sociais, resolvendo contradições de vários níveis existentes dentro das nações. A fase da “*modernização reflexiva*”, marcada pelos processos de globalização e pela descontextualização crescente altera o equilíbrio entre tradição e modernidade (Giddens, 2000: 92). Isto não significa que na ordem pós-tradicional, a tradição esteja completamente ausente, no entanto o sentido da sua persistência mudou. A globalização alterou os costumes locais, sendo que os que persistem foram transformados em *relíquias ou hábitos*. Neste sentido, os artefactos

que antes eram associados às grandes como às pequenas tradições tendem, na ordem pós-tradicional, a tornar-se relíquias [...]. As relíquias não são apenas objectos ou práticas que acabaram por perdurar como resíduos de tradições que enfraqueceram ou se perderam; elas são investidas de significado enquanto exemplares de um passado transcendido (Giddens, 2000: 98-99).

Os monumentos são relíquias valorizadas porque se associam ao passado. A um tempo diferente do presente da modernidade tardia que é caracterizada pela influência da globalização na vida social.

Zygmunt Bauman utiliza os estados da matéria: sólido, gasoso e líquido, como metáforas sociais. Para o autor, a nossa sociedade é líquida, caracterizada pela fluidez, ao contrário da pré-moderna, que era sólida. A modernidade que se deseja fluida, em mudança constante, implicou a fundição da solidez herdada da ordem social pré-moderna. Os primeiros tempos da era moderna substituíram uma solidez por outra. O encerramento das pessoas dentro das fronteiras nacionais significou a sua fixação a um território e a atribuição de uma identidade nacional. No estado actual da modernidade isto já não é possível. As novas tecnologias, a globalização e a extensão do poder a uma escala global conduziram à

[...] revenge of nomadism over the principle of territoriality and settlement. In the fluid stage of modernity, the settled majority is ruled by the nomadic and exterritorial elite. Keeping the roads free for nomadic traffic and phasing out the remaining check-points has now become the meta-purpose of politics [...] (Bauman, 2006: 13).

Perante rápidas mudanças, quer do ponto de vista individual quer colectivo, no primeiro caso, a explosão do individualismo e das liberdades do sujeito - indivíduo, onde a cada um é permitido ser o que quer, numa fluidez identitária sem precedentes (Bauman, 2006), e no segundo, cada sociedade começou a reconhecer novas e velhas diferenças dentro de seio, como identificar e reconhecer identidades sólidas e pouco ou nada mutáveis?

A abertura das fronteiras nacionais, a crescente deslocação de ideias, pessoas e bens, consequência do desenvolvimento recente de vias e de meios de comunicação tornam difícil estabelecer o que será uma região cultural de Leiria. A construção de uma comunidade regional apresenta complexidades comparáveis aos processos de configuração de outro tipo de comunidades. Cris Shore (2000) demonstra os desafios colocados à construção de uma comunidade europeia composta por várias nações. Seguindo os processos que conduziram à criação dos Estados-Nação no século XVIII, também os burocratas europeus tentam criar uma série de símbolos que transformem os cidadãos nacionais em cidadãos europeus, defendendo a ideia da *unidade na diversidade* (Shore, 2000: 55-56). Segundo o autor, a realidade europeia distingue-se da dos Estados-Nação, na medida em que a União Europeia é constituída por uma série de nações culturalmente heterogéneas, pelo que formar uma comunidade cultural europeia constitui um desafio novo e original no contexto da organização e construção deste novo espaço comunitário. A inexistência de uma língua comum, por exemplo, coloca dificuldades acrescidas à realização do conceito de cidadão europeu.

The argument that citizenship is increasingly being disassociated from the nation-state would seem to support claim that European citizenship represents a latent and embryonic form of nationality. However, comparisons with nation-state-formation are instructive. In the case of both France and the USA, as Hobsbawm (1990) observes, the key condition for granting full citizenship was the acquisition of language skills. Government and governed could thus communicate in a shared tongue. Europe's linguistic pluralism, much as it celebrated, also poses problems for the nation-building aspirations of EU policy-makers (Shore, 2000: 83).

Os desafios da constituição de um sentimento de pertença a uma região de Leiria não passam pela construção de cidadãos leirienses nos termos subjacentes ao das comunidades nacionais. Pretende-se afirmar uma região hierarquicamente integrada no espaço nacional português, invocando-se sentimentos de pertença a um espaço leiriense.

Os quatro congressos regionalistas realizados desde a década de 90 e a dificuldade na sua denominação demonstram a complexidade dos processos de identificação ao nível regional. No primeiro, a ideia de uma região de Leiria reduzia-se à soma dos concelhos que constituem a comunidade alto-estremenha. O seguinte pressupôs uma região mais vasta, capaz de abranger o distrito de Leiria. No terceiro entendeu-se por região de Leiria o distrito, tendo em conta a sua inserção num espaço mais vasto que correspondia à antiga província da Estremadura.

O último congresso foi dinamizado por um grupo de professores e investigadores da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, teve por lema *Pensar a Região de Leiria*, pretendendo-se dar voz a novas definições, mas sobretudo reflexões acerca da identidade cultural leiriense enquanto processo complexo e relacional (Barth, 1969).

Rejeitando as ideias que propõem que os grupos étnicos se constituem e mantêm isoladamente, Barth defende que a manutenção das diferenças culturais entre dois grupos étnicos depende menos de fronteiras geográficas e da

absence of social interaction and acceptance, but are quite to the contrary often the very foundations on which embracing social systems are built. Interaction in such a social system does not lead to its liquidation through change and acculturation; cultural differences can persist despite inter-ethnic contact and interdependence [...] Ethnic groups are not merely or necessarily based on the occupation of exclusive territories [...] (Barth, 1969: 10; 15).

Assim, as diferenças constituem-se e mantêm-se no encontro inter-étnico na medida em que há, de acordo com o autor, um sistema de negociação que regula as

situations of contact, and allowing for articulation in some sectors or domains of activity, and a set of proscriptions on social situations preventing interaction in other sectors, and thus insulating parts of the cultures from confrontation and modification (Barth, 1969: 10; 16.

Mas a identidade não é estática e imutável. Existe toda uma série de factores como os económicos, os sociais e os políticos que podem conduzir à mudança da identidade cultural. Neste sentido, os indivíduos assumem diferentes identidades culturais de acordo com as circunstâncias e os proveitos que daí poderão retirar (Barth, 1969: 25).

Nos tempos actuais o apelo à essência das tradições bem como à reprodução social baseada nas tradições e no saber dos mais velhos, seus *guardiões*, começam a ser colocadas em causa (Giddens, 1990; 2000). Mas muitas das concepções contemporâneas de identidade regional são ainda influenciadas pelos processos que conduziram à construção das comunidades nacionais. Neste contexto, não surpreende o constante apelo a uma região estremenha de características culturais distintivas.

Reflectir sobre a identidade ou identidades leirienses remete para a questão da identidade portuguesa. Jorge Dias, Jaime Cortesão, ou outros investigadores portugueses e estrangeiros, referiram um “carácter nacional português” (Dias, 1990) ou um “universalismo da cultura portuguesa” (Cortesão, 1995); “saudosismo” e certa tendência para a nostalgia... associada ao lirismo (Mendes, 1999).

Jorge Dias inspirado na perspectiva de Orlando Ribeiro adopta a divisão do país nas três áreas definidas pelo último autor. Assim, o Mediterrâneo, o Noroeste e o Nordeste corresponderiam a outras tantas zonas culturais

ligadas a um certo número de particularidades relacionadas com a cultura material, padrões de povoamento, tipos de família e de organização social, crenças religiosas, etc. Apesar desta diversidade, a cultura popular portuguesa mostrava entretanto, segundo Dias, uma forte unidade cultural. Esta unidade cultural assentava no carácter nacional português, que Jorge Dias analisou em “Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa”, um pequeno ensaio que permanece como um dos mais influentes textos alguma vez escritos por um antropólogo português (Leal, 2006: 71).

Em meados do século XX ainda parecia possível encerrar os portugueses num território e atribuir-lhe características físicas, culturais ou outras, cuja legitimação se consagrava em monumentos nacionais. Assim, a questão central não está em saber se Leiria, ou melhor os habitantes de Leiria, possuem ou não uma identidade cultural regional, ou se são apenas parte da comunidade nacional. O que se pretende averiguar é a possibilidade de atribuir uma identidade a um grupo, sem ter em conta as visões que

os actores sociais desse grupo têm acerca de si. Falar de identidade leiriense é, antes de mais, referirmo-nos a uma construção cultural, um processo dinâmico que não existe fora, nem sem os sujeitos, que a reclamam perante situações de adversidade ou de alteridade. Não se pode falar numa identidade pessoal ou cultural, mas em várias identidades, em que as sociedades actuais reconhecem as múltiplas identidades fragmentadas e mutáveis dentro de si mesmas (Bauman, 2000). Os sujeitos são livres de escolherem o que querem “ser”, com quem se identificar. Esta diversidade e escolha de processos de identificação poderiam conduzir, de acordo com Stuart Hall (2003: 17), à desintegração das sociedades modernas. Contudo, as sociedades não se desagregam porque há uma articulação, ainda que parcial, entre os seus elementos sociais e a construção identitária. Se por um lado, estas ideias se tornam perturbadoras, como refere Stuart Hall (2003: 17), por outro, abrem o caminho a novas possibilidades, onde ninguém é excluído pelas escolhas ou pertenças grupais que faz. Assim se entendem as angústias de algumas elites que constantemente problematizam a ideia da identidade regional leiriense. Acácio de Sousa dizia em 2003, por ocasião da realização do congresso *Pensar a Região de Leiria*, que a região de Leiria se encontra hoje com dificuldades de delimitação (Sousa, 2005).

De facto, a nova ordem mundial do pós Segunda Guerra e as mudanças sociais e culturais que se vieram a verificar desde aí, permitiram observar as contradições que sempre estiveram e fizeram parte das nossas sociedades mas que foram tornadas invisíveis por um *main stream* que podendo não ser maioritário, detinha o poder de definir o que cada um podia ou deveria ser. No século em que vivemos já nada é assim, e as diferenças, as identidades fragmentadas de que falam Bauman, Giddens ou Hall passam a ser reconhecidas e respeitadas dentro desses campos sociais.

Perante este cenário, comunidades imaginadas como Leiria, ou seja, os indivíduos que as compõem, procuram reinventar, ou mesmo inventar a identidade, alegando sentimentos de pertença comuns construídos em torno de objectos patrimonializados. A fundação do Centro de Património da Estremadura, a obra do historiador Saul António Gomes (1990; 1994; 1997; 2004; 2007), os estudos efectuados pelo antropólogo Ricardo Vieira (1999b; 2005a, 2005b, 2005d), bem como a obra da antropóloga Emília Margarida Marques (2005), ou ainda, os estudos literários de Cristina Nobre (2001; 2003), permitem vislumbrar a atribuição de múltiplas linguagens identitárias aos monumentos situados no distrito de Leiria.

A identidade constrói-se perante a alteridade, e esta torna-se mais discutida com a globalização. Desta forma, a aquisição de uma consciência leiriense afirma-se com uma intensidade proporcionalmente directa ao maior reconhecimento da existência de grupos culturais diferentes. Neste sentido, a emergência de espaços globais como a União Europeia permite acelerar os contactos interculturais entre diversas regiões da Europa. A imaginação de uma região de Leiria oscila entre um quadro sociocultural próximo que é o português e outro mais vasto, o europeu, ou ainda o palco global. Vitorino Vieira Dias, advogado e consultor em assuntos europeus, interveniente frequente nas discussões sobre a região de Leiria, evidenciou estes factores no congresso de 2003, período em que se debatia o Tratado da Constituição Europeia¹⁶⁷.

É neste contexto de uma União Europeia, dotada pela primeira vez na sua história, de uma Constituição Europeia, que a região metropolitana de Leiria, como mera região funcional, pode vir a desempenhar um papel de valor europeu.

Tem todos os requisitos para tal: centralidade geográfica, articulação com os diferentes níveis de governação (comunitário, nacional, regional, metropolitano) e cooperação transnacional (Dias, V. V., 2005: 338).

Em Portugal não existem políticas culturais regionais no sentido que lhe é atribuído noutros contextos regionalistas europeus (Méndez, 2003; Torrico, 2006). À excepção das duas regiões autónomas e dos distritos, a inexistência de regiões político-administrativas justifica a ausência de políticas culturais regionais.

Em contexto de globalização e consequente alteração das noções de espaço e de tempo emergem e afirmam-se espaços identitários mais vastos como a União Europeia, em simultâneo com o renascimento das identidades locais e regionais. A panóplia de seminários, congressos e conferências realizados sobre a região de Leiria bem como a elaboração de um discurso escrito pelas elites culturais, demonstram a vitalidade com que se reclama a identidade cultural leiriense.

Actualmente o conceito iluminista de identidade fixa e essencialista, *algo que [...] se supõe definir o próprio núcleo ou essência do nosso ser e fundamentador da nossa existência enquanto humanos.* (Hall, 2003: 11) está em revisão. Neste sentido, o

¹⁶⁷Este tratado foi assinado pelos então 25 Estados Membros da União Europeia, em 29 de Outubro de 2004. Porém, a rejeição do texto da constituição, em referendo, por parte de França e Países Baixos, em 29 de Maio e 1 de Junho de 2005, respectivamente, conduziu ao adiamento deste projecto europeu. Observe-se o seguinte sítio: Europa – Reforma institucional da União Europeia [online]. [citado em 26/05/07; 11:20 horas], disponível em http://europa.eu/constitution/index_pt.htm.

património passa a ser reapropriado pelos indivíduos para objectivar a sua identidade. Na perspectiva de Saul António Gomes (2007), o património monumental e ecológico da região de Leiria constitui os seus ícones e modos de identificação.

Património monumental, património ecológico, [...] mas sobretudo património identitário tradutor de uma memória colectiva leiriense que não se mostra devedora de hesitações fronteiriças quando posta perante o espelho reflector da sua imagem, corpo e alma, concebendo perfeitamente o discurso desses procuradores municipais de Seiscentos a delimitação do território local e regional que representavam e ao qual pertenciam (Gomes, 2007: 13).

Adolfo Yañez Casal (1999) aborda as questões relacionadas com a metamorfose de determinados objectos em património que, nos últimos dois séculos, se tem tornado numa ferramenta para pensar e construir diversos tipos de comunidade.

O património tem ocupado um lugar central nas sociedades modernas uma vez que é considerado guardião da memória cultural, permitindo a cada comunidade reclamar características identitárias particulares em contextos de deslocação espacial e temporal (Magalhães, 2005a). Neste sentido, os discursos que se constroem por intermédio dos monumentos, tornam tangíveis processos de identificação comunitária. Como refere Graça Leiras, relativamente à região de Leiria

há uma afirmação de monumentos como o castelo de Leiria, o mosteiro da Batalha, ou o mosteiro de Alcobaça, em termos de identidade regional. Há uma visão que não é só local mas um identificativo da região em si.

Se for feito um inquérito às populações, penso que irão assumir esses monumentos da seguinte forma: “isso é da minha região”. Um habitante de Leiria, quando confrontado com imagens dos mosteiros de Alcobaça ou da Batalha, é capaz de afirmá-lo como algo que lhe pertence! É um elemento identificativo. Existe, portanto, uma tendência para se identificar esse objecto como propriedade daquela região. Eu tenho observado que em contextos exteriores as pessoas são ainda mais capazes de ter uma atitude desse género [GL].

Actualmente assistimos a uma leitura simbólica do património ou dos objectos que o compõem, em que os sujeitos se apropriam dele na reivindicação das suas identidades culturais. Como refere Elsa Silva (2000), a patrimonialização consiste



Fig. 69 – Santuário da Senhora da Nazaré. Foto: Autor.

num processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objectos que conferem a um grupo um sentimento colectivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufacturada” pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais (Silva, 2000: 218-219).

Na sua abordagem ao conceito de património, vários autores como Josep Ballart e Tresserras (2002; 2005); José Amado Mendes (1999) e João Ramos (2002) referem que o património só tem sentido quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identificam como seus um objecto ou um conjunto de objectos. Ora se refere a religião, a gastronomia, os trajes ou as tradições orais, subjacentes ao modo como os habitantes da região de Leiria têm construído as suas vidas, ora se apela ao património material para invocar as capacidades de realização das gentes locais.

Temos toda uma panóplia de produtos que complementam esta âncora da região que é o património monumental, como a gastronomia, o artesanato, o folclore, portanto as festividades, as tradições culturais desta região, tudo isso serão, digamos que, atributos complementares ao património.

Recentemente criada a confraria da morcela de arroz. A morcela de arroz é um momento gastronómico muito comum aos povos de toda esta região [GL].

Para Saul António Gomes

hoje, esses castelos e mosteiros, vilas e cidades, estações arqueológicas e produções artesanais, essa terra e esse mar oceano, são uma herança insubstituível e fundamental da “alma leiriense”, conjugação vocabular traduzida, com rara felicidade, na metonímia maior que Afonso Lopes Vieira lhe dedicou, ao considerá-la [...] o promontório histórico estremenho “onde a terra se acaba e o mar começa” (Gomes, 2007: 61).

A identidade regional leiriense está em construção. O património apropriado pelas práticas discursivas das elites regionais não conta verdades absolutas, verdades acerca de identidades cristalizadas no espaço e no tempo. Os autores regionais projectam verdades identitárias simbólicas, momentâneas e espacialmente localizadas. Como afirma Anthony Smith relativamente à identidade nacional,

um cosmopolitanismo crescente não implica em si mesmo o declínio do nacionalismo; o aparecimento de culturas regionais não diminui a influência de identidades nacionais. [...] os seres humanos têm múltiplas identificações colectivas, cujo alcance e intensidade variam consoante a época e o local (Smith, 1997: 214)

6.5. – Acerca da vida cultural da região leiriense

José Mattoso no 1.º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura retirou à região a maior parte do património nela situado. Incrementando o valor nacional dos monumentos alegou, em contraposição à sua excelência, a existência de uma modesta vida cultural na região da Alta Estremadura. Mattoso confirmou as ideias que conduziram à nacionalização dos mosteiros de Alcobaça e da Batalha, referindo que *se situam aqui (Alta Estremadura) alguns dos mais famosos monumentos portugueses conforme os vários sectores religiosos ou culturais que eles representam para o conjunto do país* (Mattoso, 1995: 46), retirando-os da esfera do regionalismo.

Assim, do castelo de Pombal,

um dos mais importantes centros de uma ordem militar, fundado pelos templários, a três dos mais notáveis exemplos de arquitectura militar: os castelos de Leiria, Ourém e Porto de Mós; a um dos mais velhos santuários marítimos, a Nazaré; e ao maior centro actual de peregrinação: o santuário de Fátima, José Mattoso (1991) insiste em que não se trata em nenhum destes casos de monumentos de projecção regional mas nacional. Dificilmente se poderá encontrar em todo o país um conjunto equivalente (Idem: 46).

Se todos esses *grandes* monumentos são património da nação, então o que sobra para a região? Na perspectiva de José Mattoso, quase nada. O autor exemplifica as suas ideias referindo que *em contraste com um exemplo tão notável como Alcobaça, verifica-*

se que o resto da Alta Estremadura permanece num nível modesto ou mesmo medíocre, do ponto de vista cultural (Mattoso, 1995: 49).

O tipo ou o conceito de *cultura* a que José Mattoso se refere permanece complexo uma vez que a existência de inúmeros agrupamentos e instituições cívicas, culturais e recreativas em todo o distrito (Biscaia, 2005, Magalhães, 2005a) parecem contradizer a afirmação do historiador, no que diz respeito à existência de uma *cultura popular*. Observando a comunicação de José Mattoso, estamos mais perante um conceito de *alta cultura* tal como é definida por Denys Cuche (2003), do que da cultura no seu sentido popular, ou também como é por vezes designada, cultura de massas (Méndez, 2004), ainda que seja de todo impossível definir o polissémico e complexo conceito de cultura.

As discussões actuais acerca da noção de cultura não são novas. Emergiram a partir da nova ordem social instaurada depois da Segunda Guerra Mundial e dos esforços feitos por entidades como a UNESCO, que dinamizaram e organizaram diversos debates em torno das conceptualizações da noção de cultura e do seu acesso (Méndez, 2004).

O que está em discussão, relativamente a uma região alto-estremenha de Leiria, não é tanto o facto de existir ou não uma cultura regional sob o ponto de vista antropológico (Cuche, 2003), mas sim as diferentes noções de cultura que podemos encontrar numa sociedade, bem como as relações de dominação que umas formas exercem sobre as outras. Assim, a existência de uma *actividade cultural medíocre* de que José Mattoso faz tomar consciência, refere-se sobretudo à perseguição de um tipo de cultura de âmbito elitista que sirva para pensar e incorporar a região de Leiria. Pode-se encontrar um paralelismo entre a forma como se imaginaram as comunidades nacionais do século XVIII, recorrendo à noção de democratização de cultura e do acesso à alta cultura, e a forma como hoje se pretende (re)imaginar velhas e novas comunidades regionais (Méndez, 2004) ou transnacionais (Shore, 2000). Faz então todo o sentido colocar uma série de questões como: de que cultura se fala? Ou melhor, falam as elites nacionais, regionais e locais, no processo de imaginação das suas comunidades? Da *cultura tradicional*? Da *cultura dos operários*? Da *cultura das massas*? Ou da *baixa e da alta cultura*? (Cuche, 2003).

O processo de imaginação e de fundação das comunidades nacionais teve na sua base, o recurso às noções de *alta cultura*, ou cultura das elites. Neste sentido, as nações foram culturalmente imaginadas pelos seus grandes feitos. A fundação de imponentes

museus públicos, a apropriação discursiva dos monumentos arquitectónicos mais grandiosos, a promoção de pintores de excelência bem como da música erudita serviu como metáfora da grandiosidade das comunidades nacionais que germinaram há cerca de 200 anos (Duncan, 1991; Méndez, 2004; Magalhães, 2005b). Na perspectiva de José Mattoso a ausência desses elementos denuncia a inexistência de uma região de Leiria.

6.6. - O Centro de Património da Estremadura (CEPAE)

O Centro de Património da Estremadura é assumido pelos autores leirienses como uma instituição regional, abrangendo uma parte dos concelhos do distrito de Leiria. Para Tomás Oliveira Dias o CEPAE é uma das instituições que permite pensar e realizar uma região de Leiria coincidente com a área do distrito.

De inicio foi designado Centro de Património da Alta Estremadura, tendo posteriormente mudado a denominação para Centro de Património da Estremadura porque colaboraram nesta instituição [...], pessoas e entidades do sul do distrito nomeadamente a câmara de Caldas da Rainha, de entre outras. Aí está um campo em que tem havido colaboração a nível do distrito no seu conjunto em torno da ideia de criação do CEPAE, com o objectivo de salvar o património das inúmeras delapidações de que foi objecto [TOD].

O CEPAE foi fundado em 1993¹⁶⁸ (Fernandes, 1999: 89) e surgiu na sequência dos trabalhos do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura, que colocaram em evidência as preocupações dos seus intervenientes perante o quadro cultural do distrito. Tais problemáticas estiveram na base do projecto de constituição de um Instituto do Património da Estremadura, em 1991. Devido a condicionantes políticas este passou a ser designado Centro de Património da Alta Estremadura

Quando foi esse congresso o professor José Mattoso presidiu a uma secção que tratava das questões do património (congresso de 1991) em que ele propôs a criação de um Instituto do Património da Alta Estremadura, destinado a inventariar e a preservar o património cultural, [...]. Eu acompanhei esse processo de perto e elaborei os estatutos mas a denominação resolvida em congresso não foi aprovada pelo registo nacional das pessoas colectivas

¹⁶⁸ Data de aprovação dos estatutos e realização da escritura notarial, em Centro de Património da Estremadura [online]. [citado em 08/10/07; 11:09 horas], disponível em www.cepae.pt.



Fig. 70 – Joaquim Ruivo. Foto: Autor.

porque inculcava, não insinuava nada [...], mas segundo eles inculcia a ideia de instituto publico, [...], surgindo, então, a denominação de Centro de Património da Alta Estremadura e, mais tarde, Estremadura [TOD].

A ausência de realizações culturais, sobretudo ao nível da alta cultura, bem como a localização em Leiria de património nacional e mundial, do qual a região tem usufruído muito pouco, constituiu um tema central dos vários debates dos congressistas. Preocupações que são partilhadas pelo actual presidente do CEPAE, Joaquim Ruivo, segundo o qual existe um desfasamento entre o sentimento de pertença à região e os monumentos nela situados.

Se me perguntar se os habitantes desta região vivem o seu património, se o sentem, ou se fazem parte dele, o conhecem e lutam pela sua preservação, parece-me que não. Há, neste sentido, um trajecto muito longo a percorrer. Hoje em dia é prioritário, quando se faz, por exemplo, qualquer tipo de acção no âmbito patrimonial, ganhar [...] os habitantes, os cidadãos daquela região para que amem o seu património e para que forcem os organismos que têm responsabilidade a tomar medidas concretas de preservação desse património. Neste aspecto dá-me a impressão que há um longo caminho a percorrer, embora já haja uma identificação básica, por exemplo entre a vila da Batalha e o mosteiro da Batalha, mas isso é [...] é mais superficial, pois as pessoas não sentem nem vivem o património. No fundo não têm consciência de que ele faz parte da nossa identidade ancestral e que está por detrás do nosso ser [JR].

As preocupações com o mau estado de conservação e a delapidação do património situado no distrito de Leiria foram outras causas que estiveram na génese do CEPAE, como referiram Ana Fernandes (1999), Acácio de Sousa (2005), e Tomás Oliveira Dias.

Nós sabemos o que aconteceu no distrito de Leiria, na cidade e nas aldeias, em particular nas últimas, onde se têm feito muitas barbaridades. [...] O século XIX constituiu um período em que não houve qualquer preocupação pelos valores históricos, culturais, e de preservação do património. Ramalho Ortigão conta nas Farpas que numa noite de festa em Leiria pretendia-se lançar foguetes de

lágrimas a partir do castelo e como aquela galeria do castelo constituía um obstáculo ao lançamento dos foguetes, dever-se-ia derrubar a sua parte central. Isto documenta bem o espírito que havia no século das luzes, todo virado para o futuro mas ignorando o passado. Eu sou do tempo em que a parte central da galeria do Paço Real estava destruída. Depois é que foi reconstruída, de forma que os arcos ficassem iguais ao que lá existiam. As destruições que se fizeram no burgo de Leiria, na velha Leiria, de que eu fui testemunha, foram coisas bárbaras.

O estado de abandono em que se encontra ainda a zona histórica de Leiria deve merecer a nossa preocupação. As pessoas não têm o direito, para construir o futuro, de destruir o passado, as nossas referências. Já uma vez o referi e posso repetir, se o castelo de Leiria estivesse nos E.U.A. seria objecto de uma romaria de milhões de pessoas. Aqui tem os problemas que nós sabemos, tem alguns visitantes mas não são os que poderiam e deveriam ser, tal como o velho burgo medieval da cidade que não é constituído por casas muito antigas, mas existem habitações dos séculos XVII, XVIII e XIX em que as ruas têm um traçado medieval que se manteve e deve ser preservado. [TOD].

Relativamente à ausência de manifestações de alta cultura, como um dos factores explicativos do aparecimento do CEPAE, são vários os autores que demonstram grande preocupação perante a *debilidade cultural* (Mattoso, 1995) da região de Leiria. Para além de José Mattoso (1995), Vítor Ilharco (1995) utiliza o termo *cultura*, para se referir à fraca mobilização e participação dos actores sociais da região em eventos *culturais*. Refere ainda a ausência de *projectos culturais*, para além da intenção de construção de alguns edifícios como a biblioteca ou o pavilhão de exposições. O autor critica o facto dos pelouros da cultura e do lixo serem atribuídos ao mesmo vereador, sintoma da desvalorização da cultura no contexto regional. Opinião corroborada por Henrique Pinto, para quem a *uma região tão ampla e importante como a de Leiria e Alta Estremadura [...] falta a correspondência cultural ao indiscutível poder económico que já tem* (Pinto, 1995: 133).

Nas discussões sobre as manifestações culturais regionais nota-se uma referência constante à noção de alta cultura, enquanto coisa objectivada. A cultura regional deverá manifestar-se em grandes projectos, aos quais os habitantes leirienses devem aderir.

O substantivo “cultura” remete, segundo Arjun Appadurai, para uma ideia de *objecto, coisa ou substância, seja física ou metafísica* [...] e, por esse motivo, *cheira a biologismos, raça inclusive, certamente já superados como categorias científicas* (Appadurai, 2004: 25). O autor propõe a resistência ao conceito substantivo de cultura, e

à assumpção do mesmo enquanto adjetivo, ou seja o *cultural*, o que reforça as suas dimensões contextual, heurística e comparativa e nos orienta para a ideia de cultura como diferença, diferença especialmente no domínio da identidade de grupo (Appadurai, 2004: 27).

Denys Cuche (2003), defendendo a concepção relacional e situacional do conceito de identidade cultural, não faz coincidir este termo com o de cultura, pois

no limite, a cultura pode existir sem consciência identitária, ao passo que as estratégias identitárias podem manipular e, inclusivamente, modificar uma cultura, que deixará de ter grande coisa em comum com o que era antes. A cultura releva em grande parte de processos inconscientes. A identidade, pelo seu lado, remete para uma norma de pertença, necessariamente consciente, porque assente em oposições simbólicas (Cuche, 2003: 136).

Denys Cuche rejeita uma concepção estática de cultura, advogando tratar-se de um conceito dinâmico e por isso talvez fosse melhor substitui-lo por culturação como forma de *sublinhar esta dimensão dinâmica de cultura* (Cuche, 2003: 107).

O conceito de cultura não é pacífico, nem como categoria operatória e muito menos como algo correspondente à realidade em si, como têm demonstrado vários autores empenhados em estudos relacionados com a imaginação e construção cultural de várias comunidades. É o caso de Lourdez Méndez (2004) que tem estudado os processos de imaginação e de construção de uma comunidade nacional galega, ou de Cris Shore (2000), que investiga as políticas culturais da União Europeia e a suas tentativas de construção do *cidadão europeu*.

As questões ligadas à cultura e ao património ocupam um lugar de relevo nas narrativas construídas acerca da região de Leiria. Tais problemáticas estiveram na base do projecto de constituição do actual CEPAE. Este Centro tem sede no concelho da Batalha, junto ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória. São seus associados os municípios da Batalha, Caldas da Rainha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós. Estão agregados concelhos do distrito de Leiria, bem como o de Ourém, num princípio de coesão distrital dada pelo património (Sousa, 2005: 83).

Relativamente ao futuro do CEPAE, Joaquim Ruivo defende a intensificação das actividades educativa e de formação assim como outras prioridades mais “técnicas”, como *uma inventariação criteriosa* do património existente nos concelhos associados, e a divulgação do mesmo, através da realização de *jornadas sobre o desenvolvimento*

regional. O presidente do CEPAE propõe a formação de clubes de património, de circuitos patrimoniais e de guiões para professores e alunos do ensino oficial, bem como a produção de outro tipo de material pedagógico para se concretizarem os objectivos definidos pelo centro.

O CEPAE pode continuar a fazer a inventariação do património, mas é uma tarefa ciclópica, tendo em conta que são vários concelhos e que seriam necessárias, porventura, três ou quatro pessoas. Esta ideia está estagnada. Temos uma base de dados muito incompleta pois acabaram-se os fundos europeus e, quem estava aqui a tempo inteiro, já não pode continuar. Além disso cada concelho tem de momento uma dinâmica própria a este nível que não justifica um trabalho tão abrangente por parte do CEPAE.

Há todo um trabalho que foi iniciado e que está materializado nos registos patrimoniais que várias equipas fizeram, outro está por fazer e provavelmente nunca será feito. Por outro lado é sempre pertinente questionar e fazer jornadas sobre o desenvolvimento regional, que papel tem o património no contexto desse desenvolvimento?

A educação patrimonial é, da mesma forma, um vector prioritário. Quando falamos em educação, não nos referimos só às escolas, a crianças ou jovens, mas também aos adultos e a todos os habitantes da região. Neste aspecto, penso que cada concelho devia estruturar com alguma consistência algo relacionado com essas actividades. É também necessário formar os professores para estas temáticas bem como clubes do património nas escolas, circuitos patrimoniais, visitas de estudo que não estão feitas, guiões para professores e alunos. Tudo isso está por fazer, e é um grande campo de manobra para o CEPAE. Rota, que vão ao encontro das populações para que as pessoas conheçam e possam intervir como cidadãos conscientes [JR].

De entre as iniciativas do CEPAE, destacam-se a reformulação do seu sítio na Internet, a colocação *online* da base de dados do património da região, o lançamento de uma colecção bibliográfica denominada *Estremadura, espaços e memórias* e a efectuação do I Fórum Internacional do Património, Educação e Desenvolvimento, em 17 e 18 de Maio de 2007. Neste encontro pretendeu-se reunir um conjunto de personalidades de vários quadrantes culturais como fundações, museus e outros monumentos para discutirem e aprofundarem ideias em torno das temáticas propostas.

Capítulo 7

Leiria: do culto aos heróis ao museu do povo

7.1. - O culto aos heróis e aos grandes homens fundadores da região

Pierre Nora (1986) e Mona Ozouf (1986) demonstraram a importância que o culto aos heróis fundadores e aos grandes homens desempenharam nos discursos subjacentes à fundação dos vários tipos de comunidades modernas (Ozouf, 1986).

A criação dos grandes homens e dos heróis possui, em cada um destes conceitos, imagens sociais que ora os aproximam dos seres humanos, ora dos divinos. No primeiro caso temos os grandes homens, seres mortais, terrestres, cuja categoria inclui muitas figuras do Estado-Nação, escritores de renome, pintores, cientistas, poetas e gente comum como pais de família exemplares. Estes, de acordo com os cânones da Revolução Francesa, destacaram-se das massas pelo contributo que deram num qualquer campo da vida social.

Os heróis constituem personagens posicionadas num campo de contacto entre o mundo dos homens e o dos Deuses. Fazem parte desta categoria os santos, reis, guerreiros e rainhas, muitos deles santificados. Os heróis estabelecem a ponte entre o mundo visível e o invisível, reclamando a legitimidade em Deus para exercerem o poder político sobre os seus reinos (Bourdieu, 1989; Pomian, 1984; Kantorowicz, 1999: 37), no caso dos reis, ou religioso, no caso dos santos (Ozouf, 1986). Como declarou Jaime I, rei inglês de inícios do século XVII, “*Os Reis são com razão chamados Deuses, porque exercem sobre a terra um poder semelhante ao Poder Divino*” (Kantorowicz, 1999: 37).

Na categoria dos grandes homens incluem-se personalidades portuguesas que se destacaram pela sua obra em prol da nação. Também as regiões possuem os seus grandes homens. Este desiderato pode ser observado em Leiria, tendo Carlos André (1995) destacado reis e poetas fundadores da região.

A década de noventa foi profícua na realização de eventos em que se pretendia reflectir sobre a região, ou melhor acerca das regiões que compõem o distrito de Leiria.



Fig. 71 – Francisco Rodrigues Lobo.
Fonte: CIID – Instituto Politécnico de Leiria.

Para além dos três congressos já mencionados, realizaram-se três colóquios nos quais se discutiram aspectos relacionados com a história da região de Leiria, seus ícones e figuras proeminentes. Estes colóquios decorreram em 1991, 1995 e 1999, tendo reunido um conjunto de investigadores que abordaram diversas temáticas. Carlos André foi um dos participantes nesses colóquios. Nas suas intervenções o autor faz a simbiose entre aquele que considera um herói da região: o rei Dinis, e um grande homem: Afonso Lopes Vieira. O primeiro plantou o Pinhal de Leiria e o segundo transformou-o num ícone de Leiria, ao declamá-lo nos seus versos.

Os poetas Afonso Lopes Vieira e Francisco Rodrigues Lobo [1580-1622] (fig. 71), o arquitecto Ernesto Korrodi, Rafael Bordalo Pinheiro e José Malhoa fazem parte da categoria dos grandes homens leirienses. Pela obra desenvolvida foram imortalizados em estátuas, nomes de ruas e praças das cidades e vilas do distrito.

Tal como as elites nacionais criaram os heróis fundadores da comunidade nacional também os autores da região têm concebido os seus heróis fundadores. Afonso Henriques ou Dinis situam-se entre os fundadores da região de Leiria (Gomes; 2004).

A Reconquista cristã ibérica iniciada em meados do século VIII e prosseguida na centúria seguinte, teve na ocupação de Coimbra por D. Afonso III [...] e por Fernando Magno entre 1058 e 1064, momentos do maior significado, sobretudo a conquista deste último que logrou repelir os agarenos bastante mais para sul do Mondego. Criara-se desta forma uma área de fronteira que ficava à mercê dos fluxos militares muçulmanos, como dos cristãos, e que constituía naquela fase um palco pouco propício para colonização [...] qualquer que fosse o grupo humano [...].

Coimbra passava a dispor de um vasto território de influência marcadamente cristã que só nos últimos lustros do século XI e inícios da centúria seguinte começaria a ser repartido e delimitado em favor da promoção de novos concelhos, eles próprios núcleos fortificados, símbolo do comando organizativo da campanhas colonizadoras.

Foi neste contexto que se processou, anos mais tarde, a fundação de Leiria no Inverno de 1135. Momento que coincidiu com as presúrias de Fernão Peres Cativo na região de Ladeia, entre 1134 e 1135, e o fossado comandado também por este cavaleiro na mesma região cerca de 1136 – 1137. Por seu turno, D. Afonso Henriques concederia forais a Miranda do Corvo em 1136, e a Penela em 1137, fazendo também edificar novos castelos em Germanelo (Rabaçal), em 1142, e em Alvorge (1141 – 1169). A consolidação do senhorio cristão nestes locais permitiu, entretanto, a afirmação da comunidade leiriense que, mau grado os pesados reveses entretanto sofridos receberia carta de foral em 1142 (Gomes, 2004: 22-23).

Os monges dominicanos e os cistercienses constituem outros heróis fundadores. A relação entre os monges de Cister e a fundação e dinamização de uma região de Leiria é complexa. Se para Saul António Gomes a instalação desta ordem religiosa em Alcobaça é mais um símbolo da divisão do distrito do que da sua união, uma vez que o legado cisterciense esteve na origem da actual região do Oeste, para Acácio de Sousa a ordem de Cister não só foi uma das que esteve na origem de Alcobaça como de toda a região de Leiria.

Os Cistercienses souberam ocupar e explorar de forma rentável todo o território alcobaciano que lhes foi atribuído. Acarinham a emergência de novas aldeias e concelhos nesse espaço, arrotearam as suas paisagens [...]. O seu legado foi tão forte, que, na contemporaneidade, fez germinar o novel conceito geográfico-político de “Oeste”, aplicado em estudo sobre aquele território, dos anos 1960, depois apropriado para baptismo de um inédito quadro administrativo artificial como o “Oeste”, para abranger uma parte substancial das confluências “fronteiriças” dos actuais Distritos de Leiria, Santarém e Lisboa, preterindo-se, assim, a matriz plurissecular consubstanciada na designação “Estremadura” (Gomes, 2007: 42).

7.2. - O rei Dinis e o pinhal de Leiria

Afonso III e Dinis destacam-se na mesma ordem de grandeza que os outros reis e rainhas, santos ou santas medievais portugueses, nos discursos relacionados com a fundação da nação, assim como com os processos de imaginação da região (André, 1995: 17). Estes reis plantaram e desenvolveram o pinhal de Leiria.

O pinhal de Leiria, designado entre a população local como pinhal do Rei, foi classificado como mata nacional, em 1910, na sequência da implantação da República (André; Cordeiro, 2005: 374).

Dinis (fig. 72) exerceu o seu poder sobre o reino de Portugal entre os anos 1279 e 1325¹⁶⁹. Recebeu o cognome de rei agricultor em função da prioridade que deu ao desenvolvimento agrícola e florestal do reino ao longo do seu governo. Este rei é designado no meio das elites regionais como um dos fundadores da região leiriense. Apesar da plantação do pinhal ser atribuída ao rei Dinis (Morais, 1936), José André e Maria de Fátima Cordeiro (2005) defendem que se trata de *uma ideia arriscada*, uma vez que já existiriam manchas de pinheiros

ao longo das costas norte e centro do território português há milhares de anos. Contudo, a actividade que este rei exerceu, protegendo e ampliando a mancha, acabaria por lhe atribuir um lugar de relevo nos discursos sobre a região de Leiria e sua história.

O simbolismo que o pinhal de Leiria alcançou no repertório regional materializou-se na sua apropriação e inscrição no brasão de armas do município leiriense, que passou a incorporar *dois pinheiros ladeando o velho castelo* (Gomes, 2007: 13) (fig. 73). Nem sempre valorizada no trabalho dos antropólogos, a heráldica permite compreender a realidade cultural da cidade leiriense e sua região.

A heráldica municipal ha merecido poca atención como objeto simbólico por parte de los antropólogos. Y sin embargo encapsula símbolos de la realidad cultural en que se inserta. Es multifacética: representa personas, grupos, hechos históricos,



Fig. 72 – Dinis, Isabel e o pinhal em S. Pedro de Moel. Foto: Autor.

¹⁶⁹ O portal da história: história de Portugal [online]. *Reis, rainhas e presidentes de Portugal* [citado em 28/06/07; 23:46 horas], disponível em <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/dinis.html>.

valores, autonomía de la ciudad, individualidad, afirmación de soberanía. El análisis de los símbolos heráldicos revela motivos de la topografía o paisaje local (río, castillo, muralla, animales, árboles) hitos cristianos y situaciones históricas que denotan el valor y la lealdad de la ciudad a sus héroes (Cátedra, 2003: 64).

Os heróis de Leiria, de Afonso Henriques a Dinis, expressam-se em elementos pictóricos como o castelo ou os dois pinheiros que ladeiam o escudo leiriense, símbolos da cidade e da região.

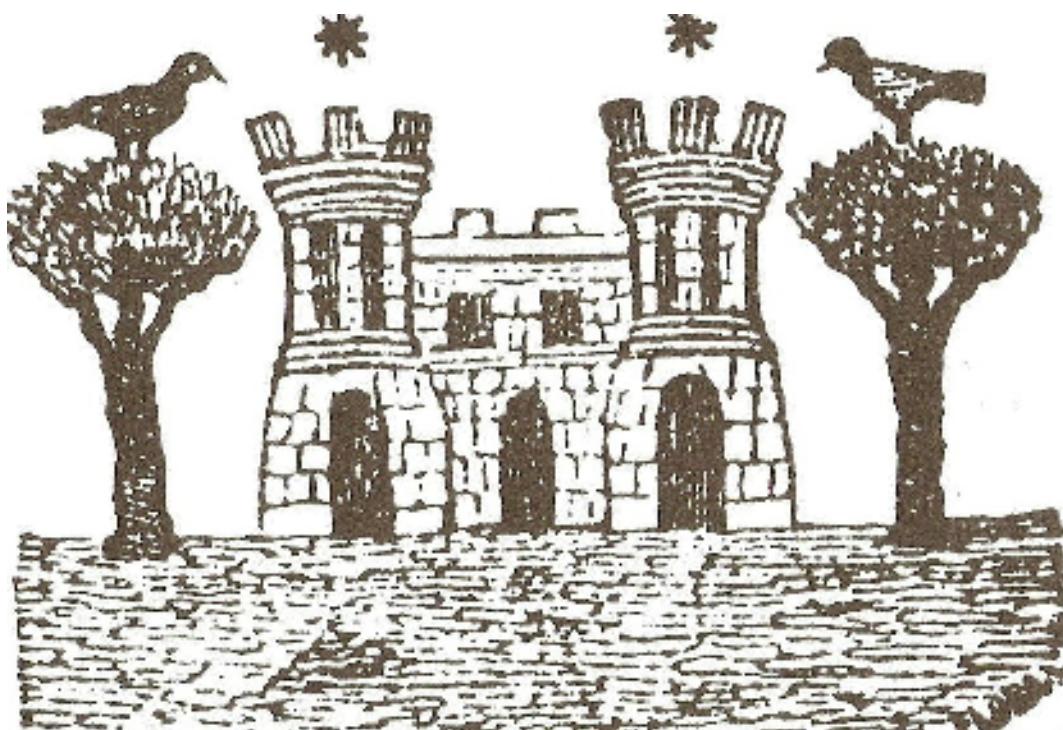


Fig. 73 – Brasão de Armas da cidade de Leiria – Jornal “O Leiriense” de 1854. Gravura: Saul António Gomes, 2007.

Se aceitarmos que as conhecidas Portas do Norte ou de Coimbra, em que se marcou por lápide gótica não reencontrada, mas lida e publicada por José Saraiva nos alvores de Novecentos, uma importante intervenção arquitectónica em tempos de D. Afonso IV (†1357) cuja meninice conheceu em Leiria dias felizes, então será de aceitar a hipótese de que o brasão de armas se apresenta sobre o arco românico date desse século XVI, traduzindo a sua iconografia a incorporação de novos elementos no brasão das décadas finais de Duzentos. Neste, em boa verdade, já se observam dois pinheiros ladeando o velho castelo. O símbolo, pelo seu futuro bem conhecido, é alegoria da riqueza florestal das terras banhadas pelo Lis, projectando o Pinhal de Leiria gémea invenção do Rei.

O castelo e o pinhal serão, desde aí, os elementos mais constantes da memória da cidade [...]. Na década de 1640, quando o Concelho de Leiria se fez representar nas Cortes de Lisboa de 1641-

42 e de 1645, o discurso dos seus procuradores, apelando ao olhar do Monarca para esta cidade, rica de história, acentua repetidas vezes o significado do [...] seu pinhal [...] (Gomes, 2007: 11-13).

O pinhal de Leiria (fig. 74), protegendo a costa da erosão provocada pelos ventos marítimos e ligado à actividade económica da região (André; Cordeiro, 2005), é

utilizado não só pelos discursos de académicos da região, como Saul António Gomes, mas também pelos representantes políticos leirienses. José Miguel Medeiros refere que o pinhal



Fig. 74 – O Pinhal de Leiria Foto: Autor.

é um elemento significativo na representação da região pois, constituindo um tipo de património diferente, não deixa de ser um elemento patrimonial de relevante valor histórico-cultural. O pinhal de Leiria está ao mesmo nível de alguns destes monumentos do ponto de vista do peso simbólico que tem [JMM].

A atribuição da acção heróica ao rei Dinis encontra-se da mesma forma ligada à importância do pinhal na epopeia dos descobrimentos. Nos séculos XV e XVI saiu desta mancha florestal muita madeira que serviu para construir as caravelas e as naus das descobertas.

Foi com a madeira do Pinhal de Leiria que se construíram as nossas caravelas, os mastros das nossas naus.

Foi [...] o distrito de Leiria, o seu solo abençoado, os seus areais doirados, que forneceram a seiva que alimentou esses gigantescos pinheiros, matéria-prima base da nossa frota dos Descobrimentos e Conquistas (Cardoso, 1944: 46).

Dois séculos depois o pinhal de Leiria viria a estar na origem do desenvolvimento industrial da região. Constituiu uma matéria-prima fundamental para a instalação da indústria vidreira na Marinha Grande. Fornecendo combustível para moldar o vidro, introduziu a região na modernidade industrial que se desenhou por toda a Europa, ao longo do século XVIII.

A expansão industrial (nos séculos XVIII e XIX) e o aumento demográfico trouxeram a necessidade de produzir carvão de madeira quer para alimentar os fornos das indústrias metalúrgicas e de vidro, quer para o aquecimento das populações. Em meados do séc. XIX começou a produção de produtos resinosos, nomeadamente com a extração da goma dos pinheiros (Joanaz; Soares, 2001: 1).

Actualmente, o poder do pinhal enquanto combustível que serve de alimento aos discursos dos autores da e sobre a região, tanto serve as retóricas de união como as de separação. Por um lado o pinhal constitui um elemento que se estende até à serra da Arrábida servindo, como refere Orlando Ribeiro (1998), para caracterizar a Estremadura, enquanto província de transição entre o norte atlântico e o sul mediterrânico. Por outro lado, segundo António Carneiro, esta mancha florestal constitui um elemento importante para distinguir a sua região da dos outros. Leiria, *região do pinhal e da pedra*, distingue-se do Oeste, *terra de vinhedos e de mar* [AC].

A inauguração das estátua comemorativa de Dinis, inserindo-se num tempo em que a estatuária se transformou num meio de imortalização de heróis e de grandes homens (Ozouf, 1986), na localidade de S. Pedro de Moel, povoação onde o pinhal e o mar se encontram, constitui o tributo ao rei Dinis.

A estatuária representativa de heróis ou grandes homens assume, pelas suas características como a estilização ou solidez, um lugar de relevo nos discursos sobre as comunidades imaginadas modernas, como demonstra Ozouf (1986).

Une foule de raisons concourt au lien privilégié du grand homme et de la statue: sa connotation antiquisant, car c'est alors un lieu commun de croire que c'est à l'emploi des statues que la Grèce a dû sa suite brillante de grands hommes; sa stylisation, car le choix nécessaire du geste expressif contribue à l'efficacité pédagogique; sa solidité, où il y a comme un son d'éternité, une promesse d'immortalité [...] ; la facilité qu'elle offre, bien mieux que le tableau, autour duquel on ne peut tourner, à être le centre d'une mise en scène. Bref, entre tous les genres convoqués à la gloire du grand homme, la sculpture occupe une place de choix : au salon de 1771, un tableau allégorique signé Lépicié montre la sculpture "occupée avec attendrissement de son véritable objet, qui est de conserver à la postérité la mémoire du grand homme" (Ozouf, 1986: 148).

Outra estátua comemorativa do rei Dinis situa-se numa das principais portas da cidade de Leiria, e corresponde a mais uma forma de materialização da memória. Esta corporização da memória consubstancia-se na inauguração de vários lugares como

aldeias, vilas e cidades históricas, e de objectos como a estatuária. A instalação do paradigma moderno, a inauguração das comunidades de âmbito nacional e a procura da sua legitimação em tempos imemoriais, incrementou o movimento de criação de lugares e de objectos de memória democratizados (Nora, 1986b).

A proliferação de discursos sobre a região de Leiria corresponde a um processo em que a materialização da memória se foi *prodigiosamente dilatando, desmultiplicando, descentralizando e democratizando* (Nora, 1986b: 27) ao longo do último século. Não são apenas as grandes instituições como famílias importantes, a Igreja ou o Estado que buscam preservar a memória, inscrevendo-a nos objectos. As regiões e seus autores edificam ou atribuem, da mesma forma, valores especiais a toda uma panóplia de estátuas, pinturas ou lugares de memória, que devem recordar os *feitos grandiosos* dos antepassados.

O pinhal de Leiria ou do rei (Gomes, 2007) constitui uma das metáforas da região de Leiria. O maciço florestal serve para denominar a unidade territorial de nível II, que corresponde à área situada no centro do distrito de Leiria, de Pinhal Litoral.

7.3. - O vidro da Marinha Grande: um ícone da região?

A instalação das primeiras indústrias vidreiras na Marinha Grande, na época em que a revolução industrial atingia o seu zénite na Europa, representou a introdução da localidade na sociedade industrial. A Marinha Grande constituiu então um dos poucos exemplos de desenvolvimento industrial no contexto do Portugal rural da época. A fundação da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande¹⁷⁰, em 1769, foi o primeiro passo na redefinição da identidade cultural dos marinhenses, que passou a estar ligada à produção e consumo do vidro (Marques, 1995).

Segundo autores da região como José Miguel Medeiros, o vidro, inicialmente representando a génesis e desenvolvimento da localidade marinhense, foi-se transformando, ao longo do século XX, num ícone da região de Leiria.

Há [...] uma matéria muito importante, quando falamos em ícones da região, que é a indústria do vidro e a sua ligação à

¹⁷⁰ Encerrada em 1992, num processo bastante complexo e tumultuoso. Para uma melhor elucidação acerca desta problemática, consulte-se a dissertação de Mestrado de Emilia Margarida Marques, sob o título *Cantigas e Cristais: actividade cultural, passado, identidade*, defendida em 1995, na Universidade Nova de Lisboa.

Marinha Grande, bem como à região de Leiria. Para além de ter permitido construir uma cultura muito própria marinhense e de ser algo muito importante para a auto-estima dos seus habitantes penso que é, também, um elemento bastante importante e que marca a nossa região, contribuindo para diversidade cultural que a caracteriza [JMM].

Emília Margarida Marques defende, por outro lado, que pelo menos até aos anos 1980, a relação identitária da Marinha Grande com o vidro elabora-se como estritamente local, e de modo algum regional (Marques, prelo).

A indústria vidreira e as particularidades marinhenses que dela resultam são trabalhadas como elementos de oposição, de diferenciação face aos concelhos à volta, face à região envolvente. O marinhense representa-se como diverso dos seus vizinhos – e a recíproca não é menos verdadeira. Veja-se o precoce “turismo cultural” das visitas às fábricas de vidros, que começa no século XIX, quando o comboio chega à Marinha Grande; vários monarcas lá foram, inclusive. Ia-se ver o que era diferente, reconhecia-se nos marinhenses/vidreiros um ethos próprio. Durante a ditadura, o oposicionismo prevalecente na localidade, de inspiração sobretudo comunista, foi outro traço muito trabalhado nestas representações; o mesmo se aplica ao facto, que muitos dados corroboram, de a ligação à igreja católica ter sido na Marinha Grande, durante muito tempo, menos acentuada que nas terras circundantes (Marques, prelo).

Os objectos de vidro, mesmo antes de integrarem o processo de patrimonialização, estando portanto sujeito às leis do mercado (fig. 75), serviram para materializar a noção de espaço local, coincidente com a Marinha Grande. Emília Margarida Marques utiliza o conceito de *identidade vidreira marinhense*¹⁷¹ para se referir à forma como a indústria vidreira e o vidro têm servido como elemento identitário, apropriado pelos marinhenses na reivindicação da sua identidade local.

¹⁷¹ Intervenção de Emília Margarida Marques no ciclo de conferências “Património e Identidade”, painel “Vidro e Identidade na região de Leiria”, realizado na Escola Superior de Educação de Leiria, em que proferiu uma comunicação sob o título *Identidades vidreiras: da Marinha à região?*

Há na Marinha Grande, evidentemente, várias formas de as pessoas se identificarem enquanto marinhenses, situando-se cada um face a essas narrativas em função do seu percurso e lugar social. Mas entre todas elas avulta um discurso e algumas práticas que constroem uma associação indissolúvel e identitária entre a Marinha Grande e a sua indústria vidreira: a Marinha Grande é a terra do vidro, existe tal como a conhecemos graças à presença do vidro e, reciprocamente, os marinhenses são vidreiros.

Esta construção resulta de dois processos interactuantes, que se desenrolam já ao longo dos duzentos e cinquenta e tal anos de existência da indústria vidreira da Marinha Grande. Por um lado, o processo de constituição do grupo vidreiro, no sentido de grupo sócio-ocupacional: os vidreiros enquanto grupo social e não só enquanto pessoas cuja profissão é trabalhar o vidro. Por outro lado, o processo, que interage com este e lhe é paralelo no tempo, de estabelecimento de uma identidade (no sentido lógico, $x \leftrightarrow y$) entre as condições de marinhense e de vidreiro – nós somos marinhenses, logo, somos vidreiros – e que se consubstancia na célebre frase “na Marinha Grande, quem não sopra já soprou” (Marques, prelo).

A questão da apropriação dos objectos de vidro para materializar sentimentos de pertença a uma região de Leiria é, segundo Emilia Margarida Marques, tão complexa quanto a definição do conceito de região de Leiria. Utilizando uma metáfora da autora, a passagem do *esboço de região* à região, implicaria uma terceira fase na apropriação do vidro, que se seguiria à *constituição dos vidreiros enquanto grupo sócio-ocupacional autónomo* e à *construção da identidade marinhenses/vidreiros*.

Há pouco falei de dois processos: a constituição dos vidreiros enquanto grupo sócio-ocupacional autónomo e a construção da identidade marinhenses/vidreiros. Aquilo que está em causa quando se fala de “vidro e identidade da região” corresponderia a um terceiro processo: a construção de uma identidade vidreira supra-marinhense, envolvendo a região (ela própria ainda uma entidade em esboço).

Quais serão os poderes, elites ou grupos sociais que poderão liderar esse processo? Quais poderão ficar de fora? E que consequências é que isso poderá trazer para a própria identidade vidreira marinhense?



Fig. 75 - Frascos do vidreiro. Foto: Museu do Vidro da Marinha Grande.

Do mesmo modo que o tecido industrial marinhense tem obrigatoriamente que ser considerado por quem quiser pensar, aqui na zona, uma região com alguma pertinência económica, será o vidro, enquanto recurso identitário, igualmente relevante para a sua pertinência simbólica? (Marques, prelo).

Quando a autora refere que a região de Leiria é uma entidade em esboço, evidência a centralização administrativa em Lisboa, pautada pela inexistência de regiões políticas em Portugal. Em virtude desse facto, as elites regionais têm tido dificuldades em desenvolver processos de auto-identificação colectiva através da cultura material, em particular da patrimonializada, em oposição ao que acontece noutras contextos de elevada descentralização político-administrativa regional, como é o caso de Espanha (Torrico, 2006).

Juan Torrico demonstra a variedade de legislação sobre património cultural, produzido pelas *autonomias espanholas*. O País Basco e a Catalunha constituem dois casos em que o património é nacionalizado por essas duas comunidades, não existindo qualquer referência a Espanha.

...na Lei do Património Cultural Basco (1990), não existe qualquer alusão a Espanha, considerando-se que “o património cultural basco é a principal expressão da identidade do povo basco e o mais importante testemunho da contribuição histórica deste povo para a cultura universal. Este património cultural é propriedade do povo basco” (idem: 30).

Quer no caso basco como no catalão, é constante a referência ao termo nação quando é referida a condição deste património enquanto bem da nação e da comunidade enquanto nacionalidade.

Todas as restantes regiões espanholas possuem legislações próprias sobre o seu património referindo-o, contudo, como património da região mas também do povo espanhol (*ibid.*, 30).

7.3.1. - O vidro e o cristal: da rua ao museu

A fabricação de objectos de vidro e a sua musealização no contexto da Marinha Grande constitui um exemplo da dinâmica dos significados atribuídos aos objectos de acordo com os múltiplos contextos sociais em que são usados e manipulados.

A musealização dos objectos de vidro não consiste em “guardar” relíquias sagradas que, sujeitas a uma vontade tantas vezes obsessiva pela conservação do original, parecem adquirir uma áurea estática. Sucede é que os objectos quando inseridos no espaço museológico assumem novos e diversos significados de acordo com as narrativas sociais que se pretendem construir num determinado espaço e tempo.

Os significados atribuídos aos objectos do museu dependem das prioridades políticas e económicas das elites locais, regionais ou nacionais. A cultura inerente às instituições responsáveis pela salvaguarda, pelo estudo e pela divulgação dos objectos de museu assim como os gostos e prioridades pessoais dos responsáveis pelos museus também determinam o valor atribuído ao património museológico (Smith, 1989; Vogel, 1991).



Fig. 76 - Vasos e Frasco do vidreiro com torcidos centrais (1990)¹⁷². Foto: José Amado Mendes, 2002.

Aos objectos que passaram a fazer parte do espólio do museu do vidro da Marinha Grande, inaugurado em 1998, foi atribuído o estatuto de património da(s)

¹⁷² Da autoria do mestre vidreiro Júlio Liberato, estes objectos fazem parte da coleção do Museu do Vidro da Marinha Grande.

comunidade(s) local e regional. Estes são objectos *sagrados*, na medida em que recordam *quem somos e de onde vimos*, num processo incrementado pelos serviços

educativos do museu. Os seus responsáveis seleccionam os objectos que servem para transmitir mensagens acerca do passado e do presente da comunidade.



Fig. 77 - Caravelas Portuguesas (anos 30/40). Foto: Museu do Vidro da Marinha Grande.

No museu do vidro da Marinha Grande, o frasco do vidreiro (fig. 76) ou a garrafa de 6 vinhos apresentam um passado feito de mitos e heróis, de grandes e exímios artesãos. Com a sua arte e o saber fazer contribuíram para a constituição e afirmação das

comunidades marinheira, leiriense e portuguesa.

Da vidraça à cristalaria, os objectos que têm por base este material testemunham a existência de grandes artistas, que com a sua habilidade contribuíram para a herança cultural da região. À antiguidade valorativa dos objectos é acrescentado o nível artístico da sua elaboração. O vidro presta-se à criatividade e os mestres vidreiros são peritos na arte de criar, de transformar a sílica ou o chumbo em objectos de complexidade e valor estético. O vidro transforma a luz e cria efeitos visuais agradáveis aos sentidos. Proporciona diversas formas geométricas, podendo ser polido, lapidado, gravado e pintado de acordo com os gostos e a criatividade dos artistas de uma época determinada.

As instalações do museu do vidro da Marinha Grande situam-se no palácio Stephens, antiga residência do industrial inglês Guilherme Stephens. Este edifício, a maquinaria, os fornos e cada objecto aí presente, possuem datas que os permitem localizar no espaço e no tempo. Tanto podem ter 50 ou 60 anos de existência como um ou dois séculos. As caravelas portuguesas (fig. 77), tal como os vasos decorativos com motivos nacionalistas, são dos anos 40 e constituem o testemunho de uma organização social. As galhetas unidas (fig. 78), peças que tinham a particularidade de associar o utilitarismo à arte e à complexidade de fabricar o vidro provêm dos séculos XVIII e XIX. Constituem, de acordo com a curadora do museu, Catarina Carvalho, os objectos

mais simbólicos do museu, uma vez que representam *épocas importantes da vida dos habitantes do concelho da Marinha e da região*¹⁷³.

O vaso comemorativo (fig. 79) fez parte do *corpus* material com que Oliveira Salazar pretendeu celebrar os centenários da fundação de Portugal e da restauração da independência. Elaborado em finais dos anos 1930 para ser utilizado na Exposição do Mundo Português, realizada em 1940, o vaso exibe uma série de motivos nacionalistas que visavam projectar o espírito imperial da nação herdado dos descobrimentos. As caravelas e as naus portuguesas pintadas sobre o vidro, o mar, o escudo de Portugal ou a esfera armilar, foram os elementos escolhidos pelo regime como símbolos das glórias que a nação foi capaz de atingir no passado.

Aparte o seu significado político, estes objectos são valorizados pela beleza pictórica, sentido estético e apuramento técnico dos seus autores. O mentor do vaso comemorativo foi João Barradas, considerado um dos grandes mestres na decoração de vidro (Santos, 1995).

O valor dos objectos de vidro reside não só no facto de constituírem fontes de prazer estético e de conhecimentos históricos e científicos, mas também no tipo de material com que são elaborados. Materiais nobres e raros como o ouro, a prata, as pérolas e o marfim conferem valor aos objectos nas sociedades contemporâneas (Gonseth, 1984:25; Pearce, 1992:33). O vidro não é elaborado à base de matérias-primas raras ou nobres mas possui características particulares que o permite entrar no mundo da arte. Trata-se de um material tão específico que não pode, segundo José Amado Mendes, ser incluído em qualquer dos 3 estados conhecidos (líquido, sólido ou gasoso). O vidro constitui um 4º estado da matéria: o vítreo.

As características endógenas (do vidro), por um lado, e a variabilidade do seu comportamento [...] por outro, fazem dele um material com uma especificidade tão destacada que torna difícil a



Fig. 78 - Galhetas Unidas. Foto: Museu do Vidro da Marinha Grande.

¹⁷³ Como me foi transmitido num encontro que tive em 27/09/04 com a curadora do Museu do Vidro, Dra. Catarina Carvalho.

sua inclusão em qualquer um dos estados tradicionais da matéria: sólido, líquido ou gasoso. De facto ele apresenta uma rigidez mecânica correspondente à dos materiais cristalinos, mas a sua estrutura molecular é desordenada, isto é, semelhante à dos líquidos (Mendes, 2002: 15).



Fig. 79 - Vaso comemorativo dos centenários (Anos 30/40). Foto: Museu do Vidro da Marinha Grande.



Fig. 80 - O 4º Estádio: Vítreo. Foto: CIID – Instituto Politécnico de Leiria.

se a alguns grupos sociais privilegiados, pois a complexidade da manufactura de vidro e cristais encarecia os produtos. Os objectos de vidro eram caros e estavam apenas ao alcance das camadas mais privilegiadas da população (Mendes, 2002).

A produção da vidraça, material que esteve na origem dos vitrais das catedrais e igrejas góticas, constituiu uma actividade de grande prestígio, conferindo um estatuto elevado aos seus produtores. Assim, vidraceiros e cristaleiros desfrutaram de certos privilégios, apenas comparáveis aos de outros grupos sociais restritos (Mendes, 2002; Marques, 1995; 2005).

Por características que têm a ver com o material, com as técnicas disponíveis para o trabalhar e com aquilo que dele se pretende obter, é obrigatório que o executante tenha capacidades de avaliação do estado da matéria-prima (o qual se modifica rapidamente ao longo do processo de fabrício) e de decisão quanto à sequência desse processo. Portanto, não é possível “taylorizar” completamente a indústria do vidro, no sentido de separar a execução da decisão. Aquele que está a executar é que tem que tomar essas decisões, no momento. Sendo, assim, detentores de um saber indispensável à marcha da indústria, os vidreiros puderam construir autonomamente os mecanismos da respectiva transmissão e, consequentemente, os mecanismos da sua reprodução social (reprodução social do saber e reprodução social dos vidreiros enquanto grupo), puderam constituir-se como um grupo operário qualificado – não porque aquelas coisas sejam difíceis de saber e de fazer (que até são, e de que maneira, para um leigo!) mas porque são eles que detêm aquele conhecimento: é vidreiro que ensina vidreiro e não engenheiro que ensina vidreiro (Marques, 2005: 119).

O estado vítreo (fig. 80), permitindo a moldagem de objectos em inúmeras formas, concede a manifestação de *belos estilos artísticos* (Mendes, 2002: 15).

O valor simbólico atribuído aos objectos de vidro advém também do factor posse. Durante muitos séculos a posse deste tipo de materiais restringiu-

As características únicas do vidro como a transparência ou a durabilidade originaram obras de arte que passaram a ser recolhidas pelos museus enquanto referenciais da memória comunitária. Como sublinha José Amado Mendes

pela sua natureza e características, as relações entre o vidro e a arte sempre foram muito estreitas. De facto, o vidro proporciona ao artista, material ímpar para as suas obras. Por sua vez, o artista, com o seu saber, a sua imaginação e ilimitada criatividade, fornece ao vidro - não só ao artístico mas inclusive, ao de uso comum e utilitário – uma graciosidade e uma beleza que muito o valorizam (Mendes, 2002:119).

7.4. – O museu português: da nação à região

Pelos museus nela instalados ao longo do tempo, a praça do Império materializa em dois fragmentos isolados o cerne de uma aspiração intelectual vinda de finais do século XIX: edificar um grande museu do povo português [...].

A fundação do museu leitiano, [...] [é] um padrão erguido para assinalar a nacionalização do povo na vida política nacional. Não invocando personagens, actos heróicos isolados, antes as gentes anónimas transformadas em entidade colectiva. Enaltecedo o sentimento nacional, escavando, pondo à superfície e interpretando fragmentos do seu passado, introduz-se um elemento ideológico na vida actual da nação: o povo e não as classes dominantes perpetuam a nacionalidade. O povo é o elemento instituído como novo factor político na nação [...] (Branco, 1995: 167-168).

Este trecho de Jorge Freitas Branco ilustra uma das razões pelas quais autores da região de Leiria, como Tomás Oliveira Dias, observam os insucessos que desde o início do século XX têm afectado a construção de um museu da região. Herdeiros das ficções que conduziram à construção das comunidades nacionais e à afirmação das suas identidades (Smith, 1997; Thiesse, 1997; Shore, 2000; Anderson, 2005) através da apropriação de materiais da memória, como os museus, esses autores sublinham a *triste pobreza de Leiria no que se refere à questão dos museus* [TOD].

Outro problema relativamente à construção e afirmação da nossa região é a triste pobreza de Leiria no que se refere à questão dos museus, tem sido sempre um factor de descontentamento por parte dos leirienses, e as pessoas estão todas de acordo que é preciso um esquema de museus, mas os processos não andam [...]! As Caldas possuem 5 ou 6 museus e, nesse aspecto, dá lições a Leiria.

Leiria teve um velho museu, uma coisa muito pequena da iniciativa do Dr. Agostinho Tinoco tendo-se mantido um espólio. Depois começou a construir-se um museu próximo do antigo claustro do convento de St.º Agostinho mas as obras pararam. Actualmente, no Banco de Portugal, ainda há umas exposições.

Nós sabemos que há muito património de Leiria localizado fora de Leiria, guardado noutras instituições e que deveria voltar a Leiria, e sabemos também que, inclusivamente, haveria museus que têm um conjunto de obras de arte muito importante e que cederiam a Leiria. A cidade precisa em absoluto de um museu, não só por razões culturais, mas até por razões económicas, por via da atracção dos turistas. Leiria não o tem, e isso é um problema numa cidade que quer ser uma peça importante no contexto da região. [TOD].

Para se entenderem os sucessivos fracassos com que se têm deparado os projectos de instalação de museus regionais, tem que se recuar à Revolução Francesa e ao significado que passa a ser atribuído ao museu moderno. Como refere Cristina Pimentel, o museu surgiu *intimamente ligado aos processos de construção da nação e de formação de classes* (Pimentel, 2005: 105). Os museus serviram às elites nacionais para materializarem as suas ideias de comunidade nacional. Por intermédio deles aprendia-se a ser cidadão nacional.

De entre os museus nacionais que em finais do século XVIII surgiram em alguns países europeus, o Louvre ficou na história pelo significado político que teve a sua transformação. Ao converter um palácio real num museu público, o governo francês legitimava em 1793 o novo Estado Republicano. O antigo palácio transformava-se num símbolo da queda do antigo regime e da imposição de uma nova ordem.

The French Revolution created the first truly modern art museum when it designated the Louvre Palace a national museum. The transformation of the old royal palace into the Museum of the French Republic was high on the agenda of the French Revolutionary government. Already, public art museums were regarded as evidence of political virtue, indicative of a government that provided the right things for its people. Outside France, too, educated opinion understood that art museums could demonstrate the goodness of a state or municipality or show the civic-mindedness of its leading citizens ... having a bigger and better art museum is a sign of public virtue and national identity – of being recognizably a member of the civilized community of modern, liberal nations (Duncan, 1991: 88).

Enquanto museu público, o Louvre passava a ser acessível a todos os cidadãos, independentemente da sua classe, pelo que deveria funcionar como uma demonstração clara do empenho do Estado na luta pela igualdade. O museu de arte conferia à cidadania um conteúdo em que *the work of art, now displayed as public property, becomes the means through which the relationship between the individual as citizen and the state as benefactor is enacted* (Duncan, 1991: 94).

Em Portugal o liberalismo seguiu os paradigmas ideológicos que se viviam por toda a Europa da época e que eram consonantes com os provenientes da Revolução Francesa. Na primeira metade do século XIX o rei Pedro IV funda o *Museu de Pinturas, Estampas, e outros objectos de Bellas Artes*. Esta iniciativa insere-se num movimento em que os novos poderes apostam na criação de academias, conservatórios, escolas politécnicas e museus, preocupando-se também com a preservação dos edifícios históricos (Garcia, 1989). Pretendia-se promover a civilização e a cidadania, a difusão da instrução pública e o gosto pelo belo.

O século XVIII português ficou marcado por dois factores no domínio museológico: por um lado é afirmada a ideia do museu público (Vitorino, 1930), que passa a constituir o melhor meio para concretizar os ideais liberais. Por outro lado, são extintas em 1834 as ordens religiosas, sendo o seu património nacionalizado e integrado nos museus públicos.

Segundo Cristina Pimentel (2005) a situação museológica portuguesa não era comparável à dos outros países europeus uma vez que os museus que iam surgindo, continuavam a ser criados e tutelados por uma pequena élite. O Estado português estava falido e só quem detinha poder económico é que comprava os bens confiscados às ordens religiosas e instalava o seu museu particular. A autora defende que, de um modo geral, as várias tentativas de instalação de museus nacionais fracassaram, pois para além da venda do património com o objectivo de obter receitas, os governos liberais do século XIX decidiram manter esses objectos junto dos locais originais, *num processo de devolução de propriedade cultural muito peculiar para a época* (Pimentel, 2005: 104).

7.5. - Leiria e o museu do “seu” povo

O problema do museu de Leiria, enquanto referente de uma memória da região, apresenta-se triplamente complexo no contexto discursivo da região. A primeira problemática prende-se com a ausência de um museu regional, o que coloca em evidência o *esboço* que é a região de Leiria (Marques, 2005).

A segunda problemática radica na noção de capitalidade. A existência de uma cidade capital constituiu um factor importante na conceptualização da comunidade nacional. Enquanto metáforas da grandiosidade das nações que comandavam, as capitais deveriam reforçar a sua monumentalidade com grandes museus nacionais, (Duncan e Wallach, 1978; Cantarel-Besson, 1981; Duncan, 1991; Garcia, 1989; Ramos, 1993; Branco 1999; Magalhães, 2005b). A ausência de um grande museu numa destas capitais simbolizava a fraqueza do poder do Estado sobre a Nação.

A terceira problemática tem a ver com o facto de Portugal ter sido pensado e construído como uma Nação culturalmente homogénea e centralizada em Lisboa. A criação do Museu Etnográfico Português por José Leite de Vasconcelos, ou a fundação de fontes literárias como a *Revista Lusitana* ou o *Arqueólogo Português* aprofundaram o processo de nacionalização do povo.

A criação do Museu Etnográfico Português no ano de 1893, uma iniciativa de José Leite de Vasconcelos, foi um marco decisivo nesta modalidade de nacionalização do povo, consagrando-o pela vertente cultural no seio da nação (Branco, 1999: 27).

O século XIX ficou ainda marcado pela intenção da criação de museus distritais, referindo a circular, emitida em 25 de Agosto de 1836, a intenção da *construção de uma Biblioteca Pública e de um Gabinete de Raridades, de qualquer espécie, e outro de pinturas, em cada capital de distrito* (Gouveia, 1985: 149). Tratou-se da primeira tentativa de cobertura museológica do país.

Embora podendo porventura concluir-se que o objectivo prioritário desta legislação seria o de proteger “as preciosidades literárias, e científicas que pertenciam aos conventos das extintas Ordens Religiosas”, e de passar a “empregar com proveito Nacional, todos esses poderosos meios de difundir a instrução, e de excitar o gosto pelas letras e belas artes”, será de salientar que se estava perante um programa envolvendo a cobertura museológica de todo o país (Gouveia, 1985: 149).

Com os gabinetes de raridades distritais pretendia-se a inculcação da identidade nacional. A cobertura museológica do país através deste género de “museus” significava a extensão do poder central sobre o território português numa altura em que os meios e as vias de comunicação se encontravam num estado incipiente. Na circular antes mencionada revelam-se como objectivos a atingir: *[...] empregar, com proveito Nacional, todos esses poderosos meios de difundir a instrução, e de excitar o gosto pelas letras e belas artes [...]* (Circular de 25 de Agosto de 1836: 149).

A instabilidade política que caracterizou o nosso país ao longo do século XIX retirou a eficácia a esta determinação legislativa. Apenas em finais do século é que *se iniciará um movimento de criação de pequenos museus de âmbito regional que virá a adquirir considerável expressão* (Gouveia, 1985: 149). É neste período que, coincidindo com a *moda* da arqueologia, a disseminação de trabalhos arqueológicos e o aparecimento de espólios variados, surgem os museus arqueológicos regionais. Defendia-se que estes museus deveriam situarem-se no contexto original das escavações, junto aos locais onde os vestígios eram recolhidos (Gouveia, 1985; Ramos, 1993). Para além dos museus de arqueologia destacaram-se uma série de museus agrícolas e industriais que surgiram em Santarém, Coimbra, Guimarães e Figueira da Foz.

A proposta de criação de um museu regional de Leiria remonta a 1917 (Ramos, 1993: 46). A ideia inseriu-se nas políticas procedentes da I República que visavam incentivar a criação de museus regionais. A aprovação do projecto museológico leiriense resultou de um processo iniciado com o Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911, em que se revalorizavam os museus regionais *como complemento fundamental do ensino artístico e elemento essencial da educação geral* (Ramos, 1993: 45). A partir da *base legislativa anterior [...] são criados no país, entre 1912 e 1924, treze museus regionais* (Gouveia. 1985: 164-165), de entre os quais o Museu de Arte, Arqueologia e Numismática de Leiria, aprovado pelo Decreto 3553 de 15 de Novembro de 1917. O governo central e o local, por intermédio da Câmara Municipal encarregar-se-iam da manutenção do museu.

Não obstante as sucessivas manifestações de vontade por parte do município em dotar a capital distrital de um museu, como se pode observar pela legislação que se

produziu ao longo do século XX¹⁷⁴, o projecto de edificação do museu regional nunca veio a ser concretizado.

Vários motivos estiveram na origem do fracasso dos museus regionais. A falta de verbas foi um deles, mas a ausência de uma definição político-administrativa das regiões portuguesas constituiu a principal.

Para aqueles que [...] se ocupavam de problemas relacionados com a conceptualização dos “museus regionais”, a delimitação das áreas de intervenção desses organismos e a definição dos critérios a que deveria obedecer colocaram-se sempre como questões fundamentais e difíceis de ultrapassar, dada a continua ingerência e sobreposição da divisão político-administrativa do País (Gouveia, 1985: 177).



Fig. 81 – Tito de Sousa Larcher. Fonte: Jornal *Região de Leiria*

Apesar destas dificuldades, Tito Larcher [1860-1932] defendeu a instalação de uma Biblioteca erudita que servisse o distrito de Leiria (Sousa, 2000) e foi o grande impulsionador de obras como o Arquivo Distrital de Leiria, seu primeiro director, e o Museu Regional de Arte, Arquitectura e Numismática (Larcher, 1930; Medeiros, 2006: 08).

José Miguel Medeiros (2006) indica também a falta de meios e de vontade política como os principais responsáveis pela ausência de um museu regional de Leiria.

Os dois poderes, central e municipal, não apoiaram convenientemente a consolidação das instituições culturais anteriormente mencionadas.

Aliás, a insensibilidade cultural e falta de determinação dos responsáveis políticos foram gritantes, criando constrangimentos diversos à instalação e funcionamento da Biblioteca, do Arquivo e do Museu, concretamente a falta de instalações e a carência de recursos humanos e materiais. Estes acontecimentos são reveladores das perversidades que, episodicamente, estão associadas ao exercício do poder, nos seus diferentes níveis: o central, ausente e apático, pela distância; o local, vingativo e iníquo, pela proximidade.

¹⁷⁴ Para além da legislação referida neste texto, observe-se ainda os Decretos produzidos após o 25 de Abril de 1974, e em finais do século XX, nomeadamente em 1980 e 1990, responsabilizando o ex. Instituto Português do Património Cultural pela coordenação de todas as actividades do museu de Leiria (Alínea 17, Artigo 3º do Decreto Regulamentar n.º 34/80 de 02/08/1980 e Decreto-Lei n.º 216/90 de 03/07/1990). Observe-se, ainda, as listas publicadas em anexo dos mesmos Decretos.

As dificuldades sentidas por Tito Larcher foram múltiplas: carência de instalações próprias e bem dimensionadas, com mudanças e indefinições sucessivas; falta de água e de luz; insuficiência de mobiliário e equipamento; inexistência de meios para a recolha de documentação para o Arquivo e para o Museu; escassez de recursos humanos e financeiros; deficientes condições de habitabilidade na sua residência (Medeiros, 2006: 09).

O espólio do projecto do museu de Leiria encontra-se concentrado no museu da diocese de Leiria-Fátima, no seminário diocesano, e no castelo de Leiria. Para Tomás Oliveira Dias, Leiria, ao contrário de capitais distritais portuguesas como Aveiro, Coimbra ou Viseu, não possui um museu regional. A cidade precisa, na sua perspectiva, de um museu digno de referência. O museu constitui um elemento importante para concretizar uma região cultural leiriense.

Há as cidades intermédias do litoral, Leiria é um caso, Caldas é outro, Pombal, depois Coimbra, claro, Aveiro, Viseu, as últimas detendo importantes museus. Há toda uma possibilidade de valorizar estas regiões mas uma região não se pode valorizar apenas pelo produto económico. De facto uma região tem que se desenvolver no aspecto cultural, senão não podemos falar num verdadeiro desenvolvimento porque o desenvolvimento económico só faz sentido se for para um desenvolvimento integral da pessoa como eu dizia há pouco, ao serviço da pessoa e o desenvolvimento integral da pessoa passa pelos aspectos sociais, económicos, culturais. E portanto é esse país e esta região que é preciso construir [TOD].

Algumas das propostas mais recentes acerca da necessidade de um museu que represente a *alma* de Leiria, remontam aos congressos sobre a região de Leiria realizados nos anos 90. Assim, se no primeiro congresso, Henrique Pinto (1995: 134) refere o facto de se tardar a cumprir o alvará de 1971, de criação do Museu de Leiria, no segundo, Américo Ferreira (1999) propõe a comunhão entre os objectos de arte sacra depositados no Seminário de Leiria e o património municipal que se encontra no castelo. Todos estes elementos reunidos em torno de um espaço comum, formado pelo edifício do antigo convento de Santo Agostinho, bem como pelo edifício e logradouros do antigo Seminário, permitiriam constituir o Museu de Leiria, *documento vivo da cidade que habitamos e somos* (Ferreira, 1999: 84).

O museu é produto e produtor nos seus campos administrativo, cultural e económico. Como refere António Nabais (1993) os museus de região devem constituir

um instrumento cultural capaz de encontrar soluções para o desenvolvimento integrado de uma comunidade, na medida em que, através dos recursos naturais, da realidade histórica e cultural, é possível descobrir e aproveitar criteriosamente os elementos geradores de riqueza e de qualidade de vida das gentes (Nabais, 1993:262).

Concluindo: Leiria, as territorialidades, os patrimónios

Analisar a região de Leiria é equacionar a multiplicidade de espaços nela inscritos. Implica pensar movimentos históricos remotos e contemporâneos subjacentes aos discursos de todos aqueles que, à semelhança de Alexandre Herculano ou Afonso Lopes Vieira, imaginaram a nação portuguesa na sua relação com as regiões. A província, concorrendo com o distrito a partir de oitocentos, constituiu uma das principais divisões aplicadas ao território nacional até meados do século XX.

A criação dos distritos em Portugal, mais do que a afirmação das regiões perante a comunidade nacional, determinou a centralização do poder, à semelhança do que sucedeu na França pós-1789 (Abélès, 1991). Os distritos significavam a formação de territorialidades comandadas pelo poder central.

Já distantes do tempo em que José Leite de Vasconcelos, quando em 1942 remetia para segundo plano as divisões distritais do país, na publicação da sua *Etnografia Portuguesa – Tentame de Sistematização, volume III*, estas divisões, dotadas de um governo civil de poderes limitados, foram-se construindo ao longo do século XX como novo ideal de região no imaginário das elites políticas portuguesas. A reorganização administrativa proposta em 1936 por Salazar (Código Administrativo publicado no decreto-lei nº 27 424 de 31 de Dezembro) e apoiada por Aristides Amorim Girão (1933; 1958) aponta nesse sentido. Assim, no contexto desta tese, a província da Estremadura, tal como o distrito de Leiria, emergem nos discursos de parte da elite leiriense, como acontece em Tomás Oliveira Dias ou em José Miguel Medeiros, enquanto projectos viáveis para se pensar Leiria como região. Não existe unanimidade relativamente a estas questões. Autores do norte do distrito como Graça Leiras, e outros do sul, dos quais se destaca António Carneiro, reconhecem e afirmam a não existência de laços comuns entre os habitantes do norte/centro distrital e os do sul, assistindo-se actualmente a movimentos de aproximação do sul a Lisboa, num eixo centrado em Caldas da Rainha – Torres Vedras. Por seu lado, parte das elites do norte pugna por uma

região leiriense centralizada na capital de distrito, e que abranja toda a área do mesmo. Esta não é contudo uma questão encerrada. Como argumenta António Fonseca Ferreira, para quem a ambiguidade verificada no Oeste (sul do distrito) relativamente à sua inserção na região de Lisboa, torna evidentes tensões entre o norte e o sul. O Oeste é, em sua opinião, a mais complexa sub-região da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Se para uns a unidade do distrito, ou mesmo da província da Estremadura, deve ser mantida a todo o custo, advogando que se trata de uma província inscrita na história e com massa crítica para se afirmar num futuro contexto de regionalização, para outros, tanto as divisões distritais como as provinciais tornaram-se obsoletas. São demasiado vastas e não correspondem a sentimentos efectivos de pertença comum e, por isso, nunca poderão ser assumidas como os novos *modelos* da regionalização. Autores como José Ribeiro Vieira defendem que só uma comunidade territorialmente pequena, como por exemplo a região de turismo Leiria/Fátima, a diocese de Leiria ou a alta Estremadura, centralizadas no corredor urbano/industrial de Leiria - Marinha Grande, é que seriam viáveis em termos de regionalização. Estes líderes de opinião não têm em mente uma dimensão convergente da região, sobretudo em termos populacionais e territoriais, mas sim a capacidade de se construírem redes relacionais mais intensas sob os pontos de vista económico, social e cultural.

Em finais do século XX é proposta a divisão do país em novas unidades territoriais. Aplica-se uma nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos (NUT). Por sua via, as clivagens entre o norte e o sul do distrito tornam-se mais evidentes. Ao facto do distrito de Leiria passar a ser repartido em 3 NUT III, acresce a introdução das 2 NUT III do norte (Pinhal Interior Norte e Pinhal Litoral) na NUT II – Centro, enquanto o sul (Oeste) é inserido na NUT II – Lisboa e Vale do Tejo, numa reedição do ocorrido na altura da criação da província de Beira Litoral, em 1936. Em consequência destes acontecimentos fortalecem-se as teses que defendem uma região administrativa pequena mas coesa, em torno da NUT III do Pinhal Litoral. Relegam-se para um plano menos prioritário o patamar superior das NUT II do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo. O contexto ganha maior complexidade na medida em que alguns regionalistas leirienses, como José Travaços dos Santos advogam a unidade do distrito em torno de região de Lisboa, uma vez que se trata, na sua perspectiva, da região mais rica do país, ao que acresce o facto de nela se situar a capital nacional.

A associação da NUT-III Oeste à região Centro, ocorrida no início deste século, tendo em vista a atribuição de fundos comunitários, foi vista como um regresso à

situação unitária original do distrito. Assim, ainda que sob o *chapéu* da região Centro, Leiria e Oeste passam a estar, de novo, unidas.

As últimas propostas de regionalização reavivam o confronto discursivo entre aqueles que defendem uma região de Leiria mais vasta, dotada de massa crítica e afirmativa quer no contexto nacional como no europeu, e os que advogam o regresso ao ideal da região pequena mas coesa, ainda que deixem aberta a *porta* ao aumento da sua dimensão. Deste modo, não se conseguindo em 2003 uma Grande Área Metropolitana de Leiria, que abrangeia grande parte dos concelhos pertencentes ao distrito, acabaram por nascer três propostas de regiões a partir do mesmo: A norte, a Comunidade Intermunicipal do Pinhal, ao centro, a Área Metropolitana de Leiria e ao sul a Comunidade Urbana do Oeste. Não mudasse o governo a partir das eleições realizadas em 2005, e assim teríamos definido uma região de Leiria correspondente, *grossso modo*, aos concelhos que actualmente compõem o centro do distrito. Este novo governo socialista determinou abandonar os projectos de regionalização pensados e quase efectivados pelos seus antecessores, sem que no entanto se deixasse de reconhecer a necessidade da regionalização administrativa do país. A tendência evidenciada no programa do governo é para se voltar ao nível espacial de *Grande Região* materializada numa NUT II, pelo que o futuro do distrito de Leiria numa regionalização fica em aberto.

Os discursos sobre a região de Leiria não se constroem apenas com o recurso às suas representações territoriais. Para além das fronteiras no espaço físico, as elites do distrito procuram legitimar os seus discursos regionalistas apoiando-se em ícones que servem como elementos individualizadores da região.

Assim, os recursos paisagísticos ou patrimoniais norteiam os discursos e as representações culturais que as elites produzem e veiculam. Dependendo de cada um dos autores locais e de seus interesses específicos, a apropriação do património ou das paisagens do distrito tanto serve para defender a convergência no distrito ou na província, como para advogar a sua separação. Tudo depende dos olhos de quem vê e das ideias de quem pensa a região. Se os defensores sulistas da aproximação a Lisboa, como António Carneiro, referem um Oeste paisagisticamente diferente do resto do distrito, alguns nortenhos, como Tomás Oliveira Dias, explicam a unidade do distrito pela heterogeneidade das paisagens. Tal como o país, o distrito leiriense é explicado pela unidade na diversidade. Se as diferenças entre norte e sul quanto à monumentalidade, mais marcante a norte, e à ruralidade, predominante a sul, são

reclamadas como factores de divisão, as praias ou o maciço calcário estremenho, prolongando-se por toda a área litoral e pela maior parte do interior do distrito, respectivamente, legitimam o discurso de todos aqueles que advogam uma unidade à escala do distrito.

A paisagem não é o único recurso utilizado pelos regionalistas na defesa de uma região leiriense. Criar legitimação para a região, extraída dos seus monumentos, apresenta dificuldades. Os monumentos que se pretende serem identificadores da região leiriense, já haviam sido apropriados pelo discurso oitocentista de fundação da nação portuguesa.

Se para Travaços dos Santos, Saul António Gomes ou Acácio Sousa, a herança árabe, a fundação dos castelos de Leiria, de Pombal, entre outros, ou ainda a instalação da Ordem de Cister em Alcobaça, constituíram uma espécie de *coração* remoto da região, para outros, como José Mattoso ou Afonso Lopes Vieira, Aljubarrota é o berço do Portugal moderno.

Mesmo para os maiores defensores da unidade regional em torno da província estremenha, tais como José Travaços Santos, o Mosteiro da Batalha é um monumento *nacional*, tendo José Mattoso defendido a nacionalização de todo o património monumental da região, incluindo os seus castelos. Também Afonso Lopes Vieira, que havia propalado em meados do século passado a manutenção de todo o distrito de Leiria na província da Estremadura, reconhecia a pertinência da nacionalização do património monumental situado no distrito.

A nova geração de militantes leirienses, de formação universitária, como Saul António Gomes, tem centralizado o discurso regionalista no património monumental do distrito. Nas suas obras sublinha a impossibilidade de edificação de obras arquitectónicas da dimensão dos mosteiros de Alcobaça ou da Batalha sem o esforço humano e material proporcionados pelos antigos habitantes da região.

A questão museológica está presente nos discursos dos autores regionalistas. Na perspectiva de Tomás Oliveira Dias a inexistência de um museu regional em Leiria torna evidentes as dificuldades da afirmação da região no contexto nacional.

O debate regional é marcado pela divergência em torno da espacialidade (distrito de Leiria, província da Estremadura). A importância económica, sublinhada desde os congressos distritais de meados do século passado, e reforçada em finais do mesmo, tem alimentado uma escrita sobre o território nos vários colóquios, conferências e congressos realizados desde 1940. Essa escrita do território leiriense e dos *seus*

monumentos constitui a mais importante indução ao sentimento regional. Como analisei, as territorialidades atribuídas a Leiria insere-se nos *inscribed spaces* discutidos por Denise Lawrence-Zuñiga e Setha Low. As autoras propõem um conceito que se refere à relação que os indivíduos estabelecem com o ambiente que os envolve, inscrevendo-o como lugar particular no espaço. Ao investigador cabe a tarefa de entender como esses actores sociais *form meaningfull relationships with the locales they occupy, how they attach meaning to space, and transform “space” into “place”* (Lawrence-Zuñiga e Low, 2003: 13). Com esta dissertação procurou-se entender não só a forma como as forças regionalistas organizam o espaço, quer do ponto de vista material, como do imaterial, mas também como o transformam num espaço identitário. Paisagens e monumentos são investimentos no espaço que visam fabricá-lo como lugar: uma região de Leiria.

O discurso regionalista leiriense tem em comum com outros, como o do Quebeque (Handler, 1988) ou ainda o da Galiza (Méndez, 2003, 2004; Medeiros, 2006), assentar na utilização de determinados símbolos (monumentos, museus, cultura de elite) a partir dos quais se pretende dar corpo a uma região. Diverge destes contextos pela sua dinâmica não geradora de processos de autonomização política. Esta situação condiz com o quadro do restante território português. As duas regiões autónomas (Açores e Madeira) são a excepção que se poderá explicar pela descontinuidade territorial.

Bibliografia

ABÉLÈS, Marc (1991) *Quiet Days in Burgundy: A study of local politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

ABREU, Manuel (1992) *A Identidade da Região Centro: Contributos para um modelo policêntrico e interaccionista da Região das Beiras*. Coimbra: CCRC.

ACTAS (2005) *Actas do Congresso Pensar a Região de Leiria*. Porto: Afrontamento e Projecto Identidades & Diversidades.

ADLEI E SCRITPO (1995) *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: ADLEI e SCRITPO – Clube de Imprensa de Leiria.

ADLEI (1999a) *Actas do II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o passado, navegar o futuro*. Leiria: ADLEI.

ADLEI (1999b) *Conclusões do 3º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: ADLEI.

ADLEI (2008) *Actas 4.º Congresso Região de Leiria: Inovação e Oportunidades*. Leiria: ADLEI.

AGULHON, Maurice (1988) *Histoire Vagabonde II: Idéologies et politique dans la France du XIXe siècle*. Paris: Éditions Gallimard.

ALMEIDA, Cândido Mendes de (1870) *Ordenações Filipinas, Livro I, título 65*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ALVES, Dina (prelo) “Identidade e Património – Um percurso por Óbidos Monumental”. In Magalhães, Fernando; Vieira, Ricardo (org.). *Património e Identidade*. Porto: Profedições e CIID, pp. 58-67.

ALHO, José Manuel (2005) “Olhar o Maciço Calcário Estremenho nos seus valores, na sua identidade, nos seus problemas, e nas oportunidades de um desenvolvimento sustentável”. In Vieira, Ricardo (coord.). *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades e Diversidades, pp. 359-366.

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000) *Um Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política de Identidade*. Oeiras: Celta.

ALMEIDA, Luciano de (2006) *Intervenção proferida na apresentação da nova imagem do IPL* [online]. Instituto Politécnico de Leiria [Leiria, Portugal], [citado em 12/06/07; 13:13 horas], disponível na Internet em www.ipleiria.pt/resources?portal=ipleiria&sruid=738-cms-main-documents&type=pdf.

ALVARÁ RÉGIO de 20 de Agosto de 1721 [online] Instituto Português do Património Arquitectónico [Lisboa, Portugal], [citado em 01/11/07; 23:39 horas], disponível em http://www.ippar.pt/apresentacao/apresenta_legislacao.html.

AMN (2004) Acta n.º 7/2004 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Nazaré.

ANDERSON, Benedict (2005) *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70.

ANDRADE, Sérgio Guimarães (1993) *Santa Maria da Vitória: Batalha*. Lisboa: ELO.

ANDRÉ, Carlos Ascenço (1995) “Terra de Poetas: Leiria e a Literatura de outrora”. In *Actas do II Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, I vol. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, pp. 17-38.

ANDRÉ, João; CORDEIRO, Maria de Fátima (2005) “Mata nacional de Leiria: evolução histórica e aspectos naturais”. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades & Diversidades, pp. 373-401.

APPADURAI, Arjun (2004) *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema.

APPADURAI, Arjun (2006) *Fear of Small Numbers: An Essay on the Geography of Anger*. Durham: Duke University Press.

APPLEGATE, Celia (1990) *A Nation of Provincials: The German Idea of Heimat*. Berkeley: University of California Press.

AUGÉ, Marc (1989) *Domaines et Châteaux*. Paris: Éditions du Seuil.

AUGÉ, Marc (1994) *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand Editora.

AZEVEDO, Delfim (1999) “Como homens do Sul permitam que lhes fale do Oeste”. In *Actas do II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o passado, navegar o futuro*. Leiria: ADLEI, pp. 215-226.

BALLART, Josep (2002) *El Patrimonio histórico y arqueológico: valor e uso*. Barcelona: Ariel Patrimonio (2^a ed.).

BALLART, Josep; TRESSERRAS, Jordi (2005) *Gestión del Patrimonio Cultural*. Barcelona: Ariel Patrimonio.

BARTH, Frederick (ed.) (1969) “Introduction”. In *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. London: George Allen & Unwin, pp. 9-38.

BARTHES, Roland (1977) *Image, Music, Text*. New York: Hill and Wang.

BACHELARD, Gaston (1984) *La poétique de l'espace*. Paris: Puf.

BASSAND, Michel (1981) *L'identité régionale*. Berna: Ed. Saint-Saphorin.

BASSAND, Michel (1981) *Villes, Régions et Sociétés*. Paris: Presses Polytechniques Romandes.

BASTIDE, Roger (1956) "La causalité externe et la causalité interne dans l'explication sociologique". *Cahiers internationaux de sociologie*, n.º 21, pp. 77-99.

BAUMAN, Zygmunt (2006) *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.

BECKFORD, William (1988) [1954] *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BECKFORD, William (1997) [1835] *Alcobaça e Batalha: Recordações de Viagem*, tradução de Iva Delgado e Frederico Rosa. Lisboa: Vega.

BENVENISTE, Emile (1969) *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. Paris: Ed. Minuit.

BISCAIA, Pedro (2005) "Associações cívicas, exercício de cidadania e identidade". In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Afrontamento e Projecto Identidades & Diversidades, pp. 147-150.

BLUM, Eva Maria (2008) "Überbaute Erinnerungen. Die Neuverhandlung von Kultur, Erbe und Geschichte im Verlauf eines Stadtumbauprojektes im Grossraum Lissabon". Schweizerisches Archiv fuer Volkskunde, 104, pp.3-27 ("Memórias sobrepostas: história, património e cultura no planeamento da "Cidade da Água" - Almada (versão em português em circulação restrita).

BONNEMaison, Joel (2001) *La Géographie Culturelle*. Paris: Edition do C.T.H.S.

BOTELHO, Joaquim da Silveira (1996) *Óbidos vila museu*. Óbidos: Câmara Municipal de Óbidos.

BOURDIEU, Pierre (1989) *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL.

BRANCO, Jorge Freitas; OLIVEIRA, Luísa Tiago de (1993) *A Missão*. Oeiras: Celta Editora, Volume I.

BRANCO, Jorge Freitas; OLIVEIRA, Luísa Tiago de (1994) *A Colecção*. Oeiras: Celta Editora, Volume II.

BRANCO, Jorge Freitas (1994) "Portugal e as suas Etnografias: Para uma Análise da Herança Leitiana (Compilação Bibliográfica)". *Revista Lusitana*, 12, pp. 95-110.

BRANCO, Jorge Freitas (1995) "Lugares para o Povo. Para uma Periodização da Cultura Popular em Portugal". *Revista Lusitana*, 13-14, pp. 145-177.

BRANCO, Jorge Freitas (1999) “A fluidez dos Limites: Discurso Etnográfico e Movimento Folclórico em Portugal”. *Etnográfica*, vol. III, (1), pp. 23-48.

BRANCO, Jorge Freitas (2001) “Paisagem com Gente: O processo de folclorização na Madeira”. In *Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente: Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Universidade dos Açores, pp. 502-520.

BRANCO, Jorge Freitas (2003a) “Carlos M. Santos (1893-1955) Folclorizador num tempo madeirense”. In Branco, Jorge Freitas e Castelo Branco, Salwa (eds.) *Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 447-453.

BRANCO, Jorge Freitas (2003b) “Peroguarda: Folclorização e Memória”. In Branco, Jorge Freitas e Castelo Branco, Salwa (eds.) *Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, pp. 409-417.

BRANCO, Jorge Freitas, (2007) "Metamorfoses Madeirenses. A propósito da colonia". Comunicação apresentada ao Fórum 30 anos da Publicação da Lei de Extinção da Colónia. Funchal.

BRANDÃO, Frei António (1973-1974) [1632] *Monarchia Lusitana*, 3^a e 4^a partes. Edição fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

BRITES, Nuno; FONSECA, João; ROMÃO, Jacinta (2007) “Leiria – Diário de Notícias, cidades”. In Teixeira A. J. (dir.) *Diário de Notícias*, edição de 24 de Janeiro de 2007.

BRITO, Joaquim Pais de (2005) “O museu, entre o que guarda e o que mostra”. In Lopes, João Teixeira; Semedo, Alice (coord.) *Museus, discursos e representações*. Porto: Afrontamento.

BRØGGER, Jan (1989) *Pescadores e Pés-Calçados*. Nazaré: Livraria Susy.

CABRAL, João de Pina (1991) *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel.

CACHIN, Françoise (1992) “Le paysage du peintre”. In Nora, Pierre (dir.) *Les lieux de mémoire I*. Paris: Gallimard, pp. 435-486.

CANEVACCI, Massimo (2001) *Antropologia da Comunicação Visual*. Rio de Janeiro: DP&A.

CANO, Nuria (2006) “Paisaje, Identidad Y Memoria”. *Ankulegi: Gisarte antropología aldiakaria*. Donostia: Ankulegi antropología elkartea.

CANTAREL-BESSON, Yveline (1981) *La Naissance du Musée du Louvre*, vol.1. Paris: Editions de la Réunion des Musées Nationaux, pp. XXV.

CARDOSO, António (1992) *A Identidade da Região Centro: Contributo para um Modelo Policéntrico e Interaccionista da Região das Beiras*. Coimbra: CCDRC.

CARDOSO, Leonel de Parma (1944) “O Distrito de Leiria: Coração do Império”. In *Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*. Leiria: Casa do Distrito de Leiria, pp. 45-49.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela (1998) *Metodologia da Investigação: guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

CARVALHO, Nuno; OLIVEIRA, Mário (2005) “Ambiente Cársico, um Território Singular”. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Afrontamento e Projecto Identidade(s) & Diversidade(s), pp. 367-372.

CARVALHO, Rómulo de (1995) *O texto poético como documento social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASA DO DISTRITO DE LEIRIA (1944) *Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*. Leiria: Casa do Distrito de Leiria.

CASA DO DISTRITO DE LEIRIA (1950) *Segundo Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*. Lisboa: Imprensa Municipalista.

CÁTEDRA, Maria (2003) “La violencia de las Imágenes: Giraldo Sem Pavor”. In Afonso, Ana Isabel; Branco, Jorge Freitas (orgs.) *Retóricas sem Fronteiras 2: violências*. Oeiras: Celta.

CÁTEDRA, Maria; TAPIA, Serafín de (2007) “Metáforas y Símbolos en torno de una Idea: La Muralla de Ávila”. In Cátedra, Maria; Tapia, Serafín de (coord.) *Para entender las Murallas de Ávila: una mirada desde la Historia y la Antropología*. Valladolid: Ámbito.

CÁTEDRA, Maria (2007a) “Imágenes Mitológicas e Históricas del Tiempo y del Espacio: Las Murallas de Ávila”. In Cátedra, Maria; Tapia, Serafín de (coord.) *Para entender las Murallas de Ávila: una mirada desde la Historia y la Antropología*. Valladolid: Ámbito.

CÁTEDRA, Maria (2007b) “No sólo la Ciudad tiene Murallas”. La Murallha de Ávila desde dentro”. In Cátedra, Maria; Tapia, Serafín de (coord.) *Para entender las Murallas de Ávila: una mirada desde la Historia y la Antropología*. Valladolid: Ámbito.

CATROGA, Fernando (1998) “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”. In *História da História de Portugal, sécs. XIX-XX*, vol. 1. Lisboa: Temas e Debates.

CHRISTIAN JR., William A. (1997) *Las Visiones de Ezkioga: La Segunda República y el Reino de Cristo*. Barcelona: Ariel.

CLAUDINO, Sérgio (2006) “Portugal peninsular e os desafios regionais”. *Finisterra*, v. XLI, n.º 81, pp. 105-120.

CLIFFORD, James (1988) *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art*. Cambridge: Harvard University Press.

CML (1991) *Actas do I Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

CML (1995) *Actas do II Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*. I e II vols., Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

CML (1999) *Actas do III Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região* (1999). I e II vols., Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

CMN (2003) Acta n.º 40/2003 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal da Nazaré.

COLE, Sally (1994) *Mulheres da Praia – O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

COLECTÂNEA DE AUTORES (1993) *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal de Caldas da Rainha.

COLECTÂNEA DE AUTORES (2000) *Tempos e História: Comemorações dos 500 Anos do Concelho e da Vila da Batalha*. Leiria: Magno.

CONNERTON, Paul (1993) *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora.

CORDEIRO, Carlos (1999) *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*. Lisboa: Edições Salamandra.

CORREIA, Fernando da Silva (1995) “Um balneário português do fim do século XV”. In *Pergaminhos das Caldas*. Caldas da Rainha: Património Histórico – Grupo de Estudos, pp. 196-204.

CORTESÃO, Jaime (1927) “Leiria”. In *Guia de Portugal*, v. II. Lisboa: Biblioteca Nacional.

CORTESÃO, Jaime (1995) (3^a ed.) *Portugal, A Terra e o Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

COSTA, Lucília Verdelho (1997) *Ernesto Korrodi: 1889-1944. Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*. Lisboa: Editorial Estampa.

COSTA, Fernando (2003) *Discurso de abertura do 2º Congresso do Oeste*, [online]. Actas do 2º Congresso do Oeste [Caldas da Rainha, Portugal], 13 de Novembro de 2003, [citado em 05 de Junho de 2007; 10:00 horas], disponível na Internet

http://www.congressodooeste.eu/Actas_do_II/Sessao_de_Abertura/Discurso_Presidente_da_Camara_Municipal_das_Caldas_da_Rainha/Discurso_Presidente_da_Camara_Municipal_das_Caldas_da_Rainha.pdf.

CUCHE, Denys (2003) *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século.

CUNHA, Luís (2001) *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.

DAVAULT, Corinne (2004) “Nantes, ville du monde: invention de tradition et délocalisation de la production”. In Dimitrijevic, Dejan (dir.) *Fabrication des traditions: Invention de modernité*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme.

DIAS, António Jorge (1964a) *Os Macondes de Moçambique, Aspectos Históricos e Económicos*, vol. I. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

DIAS, Jorge (1964b) *Museu Nacional e museus regionais de etnografia*. Barcelos: Museu Regional de Cerâmica.

DIAS, Jorge (1990) *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Casa da Moeda.

DIAS, Tomás Oliveira (1995) “Discurso do Presidente da Adlei”. In *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: ADLEI e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria, pp. 190-195.

DIAS, Tomás Oliveira (2005) “O Que é a Região de Leiria”. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades & Diversidades, pp. 55-61.

DIAS, Vitorino Vieira (1995) “A Política Regional Comunitária e o Desenvolvimento Socio-económico Português”. In *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: Associação para o Desenvolvimento de Leiria e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria, pp. 91-104.

DIAS, Vitorino Vieira (2005) “Leiria: Os desafios do futuro”. In Vieira, Ricardo (coord.). *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades & Diversidades, pp. 329-338.

DORMAN, Robert (1993) *Revolt of the Provinces: The Regionalist Movement in America, 1920-1945*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

DUARTE, Feliciano Barreiras (2002) *Leiria, Gigante Económico, Anão Político: Propostas para uma Estratégia de Desenvolvimento*. Lisboa: Âncora Editora.

DUNCAN, Carol; Wallach, A. (1978) “The Museum of Modern Art as Late Capitalist Ritual”. *Marxist Perspectives*. Winter, pp. 28-51.

DUNCAN, Carol (1991) “Art Museums and the Ritual of Citizenship”. In Karp, Ivan; Lavine, Steve (eds.) *Exhibition Cultures; the Poetics and Politics of Museum Display*. Washington: Smithsonian Institution Press.

DUNCAN, Carol (1995) “The Art Museum as Ritual”. In Duncan Carol, (ed.) *Civilizing Rituals inside Public Art Museums*, London / New York: Routledge.

DUNCAN, Carol (1999) “From the Princely Gallery to the Public Art Museum: The Louvre Museum and the National Gallery, London”. In Boswell, David; Evans, Jessica (eds.) *Representing the Nation: A Reader, Histories, heritage and museums*. London: Routledge, pp. 305-331.

DURKHEIM, Émile (2001) [1912] *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Oeiras: Celta Editora.

ESCALLIER, Christine (1995) *L'Empreinte de la Mer: Identité des pêcheurs de Nazaré, Portugal. Ethnologie d'une communauté de pêcheurs*. Paris: Université de Paris X – Nanterre, thèse de doctorat.

ESCALLIER, Christine (1999) “O papel das mulheres da Nazaré na economia haliútica”. *Etnográfica*, vol. III, (2), pp. 293-308.

F. G. H., Giner de los Rios (1888) *Portugal*. Madrid: Imprensa Popular.

ESTRELA, Jorge (1995) “Património Rural – Paisagens, Metodologias”. In *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: ADLEI e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria, pp. 165-168.

FABRE, Daniel (2000) *Domestiquer L'Histoire: Ethnologie dès monuments historiques*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme.

FERNANDES, Ana (1999) “CEPAE – História e Actividades”. In *Actas do II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o passado, navegar o futuro*. Leiria: ADLEI, pp. 89-93.

FERNANDES, António José (1995) *Métodos e Regras para elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos*. Porto: Porto Editora.

FERNANDES, António Teixeira (1999) *O confronto de Ideologias na Segunda Década do Século XX: À volta de Fátima*. Porto: Edições Afrontamento.

FERNANDES, João Luís J. (2005) “Imagens, Territórios e Paisagens de uma Região em Mudança”. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Afrontamento e Projecto Identidades & Diversidades, pp. 307-327.

FERREIRA, Américo (1999) “O Museu de Leiria”. In *Actas do II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o passado, navegar o futuro*. Leiria: ADLEI, pp. 83-87.

FERREIRA, Manuel Ribeiro (1944) “Discurso do Presidente da Comissão Executiva do Congresso”. In *Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*. Leiria: Casa do Distrito de Leiria, pp. 22-24.

FORTUNA, Carlos (1999) *Identidades, Percursos e Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta Editora.

FOSTER, Robert (1991) “Making National Cultures in the Global Ecumen”. *Annual Review of Anthropology*, n.º 20, pp. 235-260.

FRANÇA, José-Augusto (1999) *O Romantismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

FRAZÃO, Maria Celeste (2005) “A Dinamização do tecido empresarial na Região de Leiria”. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Afrontamento e Projecto Identidades & Diversidades.

GARCIA, José Manuel (1989) *História de Portugal: Uma visão global*. Lisboa: Editorial Presença.

GARRETT, Almeida (1828) *Adozinda*. Londres: Bossey & Son.

GARRETT, Almeida (1846) *Viagens na minha Terra*. Lisboa: Typ. Gazeta dos Tribunais – 2 vol.

GASPAR, Jorge (1972) *A Área de Influência de Évora – Sistema de funções e de lugares centrais*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

GASPAR, Jorge (1988) “Réseau urbaine et régionalisation”. In *Annales de Géographie*, n.º 541, pp. 291-307.

GASPAR, Jorge (1993) *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

GEERTZ, Clifford (1989) *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

GELLNER, Ernst (1988) *Naciones e Nacionalismo*. Madrid: Alianza.

GIDDENS, Anthony (1990) *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press.

GIDDENS, Anthony (2000) “Viver numa sociedade pós-industrial”. In Beck U., Giddens A., Lash S., (ed.) *Modernização Reflexiva*. Oeiras: Celta Editora.

GIORDAN, André (1984) “Déconstruction...reconstruction ou l'imagination et la raison, polarités créatrices de l'esprit humain”. In Hainaut J. ; Kaesong R., (des.) *Objets Prétextes Objets Manipulés*. Neuchâtel: Musée D'Ethnographie Neuchâtel.

GIRÃO, A. Amorim (1933) *“Esboço de uma Carta Regional de Portugal*. (2.ª ed.), Coimbra: Imprensa da Universidade.

GIRÃO, A. Amorim (1958) *Atlas de Portugal*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos.

GOMES, Paulo Varela (2006) *Rua Larga*. Coimbra: Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra.

GOMES, Saul António (1990) *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*. Coimbra: Faculdade de Letras.

GOMES, Saul António (1994) *As Cidades têm uma História: Caldas da Rainha das Origens ao Século XVIII*. Caldas da Rainha: P.H. – Estudos e Documentos.

GOMES, Saul António (1997) *Vésperas Batalhinas: Estudos de História da Arte*. Magno: Leiria.

GOMES, Saul António (2004) (2^a ed.) *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal.

GOMES, Saul António (2007) *A Região de Leiria: património, identidade e história*. Leiria: CEPAE.

GONÇALVES, Eunice (1993) “A Região de Caldas da Rainha: esboço físico”. In *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal de Caldas da Rainha.

GONSETH, Marc-Oliver (1984) “Le mirror, le masque et l’écran”. In Hainard J. e Kaehr R. (eds.) *Objets Prétextes Objets Manipulés*. Neuchâtel: Musée D’Ethnographie Neuchâtel.

GOFFMAN, Erwing (1975) *Frame Analysis*. London: Penguin Books.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1985) “Acerca do Conceito e Evolução dos Museus Regionais Portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo”. *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol. 1, p. 149.

GRABURN, Nelson (1995) “Tourism, Modernity and Nostalgia”. In Ahmed A.; Shore C. (eds.) *The Future of Anthropology: Its Relevance to the Contemporary World*. London: The Athlone Press, pp. 158-178.

GUIA DE PORTUGAL II – Estremadura, Alentejo, Algarve (1927) (Apresentado por Dionísio Sant’ana). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HALL, Stuart (2003) *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, (8^a ed.).

HANDLER, Richard (1988) *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Wisconsin: University of Wisconsin Press.

HERZFELD, Michael (1991) *A Place in History: Monumental and Social Time in a Cretan Town*. Princeton: Princeton University Press.

HERCULANO, Alexandre (1851) *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Imprensa Nacional: Viúva Bertrand e Filhos – Tomo I.

HERCULANO, Alexandre (1858) *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Casa da Viúva Bertrand – Tomo II, (2^a ed.).

HERCULANO, Alexandre (1986) [1848] *O Monge de Cister*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2 vol.

HERCULANO, Alexandre (1988) [1878] *O Bobo*. Mem Martins: Europa-América.

HERCULANO, Alexandre (1980) [1846-1853] *História de Portugal*. Lisboa: Bertrand.

HIRSCH, Eric; O'HANLON, Michael (1996) “Landscape: Between Place and Space” In: Hirsch, Eric; O'Hanlon, Michael, (ed.). *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Place and Space*. New York: Oxford University Press.

HOBSBAWM, Eric; RANGER Terence (1983) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOLO, Selma (1999) *Museums and Identity in Democratic Spain*. Washington and London: Smithsonian Institution Press.

ILHARCO, Victor (1991) “Algumas reflexões sobre cultura, desporto e poder local”. In *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: ADLEI e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria, pp. 126-132.

INE (2005) *Anuário Estatístico da Região do Algarve, 2004*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2005) *Anuário Estatístico da Região Centro, 2004*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2005) *Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2004*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INDURÁIN, Mata, C. (1995) “Retrospectiva sobre la evolución de la novela histórica”. In: Spang, K. et. all (ed.). *La novela histórica. Teoria e comentários*. Barañain: Universidad de Navarra.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO (1993) *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*. Lisboa: IPPAR.

ITURRA, Raul (1999) “Os monumentos também falam”. Prefácio a Vieira, Ricardo (1999). *Albergaria dos Doze, as partes e o todo – Um estudo sobre a identidade cultural*. Albergaria dos Doze: Quilate Artes Gráficas.

JAMESON, Frederic (1985) “Postmodernism and consumer society”. In Foster Hal (ed.) *Postmodern Culture*. London: Pluto.

JORNAL DE LEIRIA (2006) “Região de Turismo Leiria/Fátima pode desaparecer”. *Jornal de Leiria*, ano XVI, edição 1167 de 23 de Novembro, pp. 22.

JORNAL DE LEIRIA (2005) “DISTRITO DE LEIRIA: Entre a serra e o mar”, *Jornal de Leiria*, edição 1105 de 15 de Setembro.

KANTOROWICZ, Ernst (1999) *Morrer pela Pátria*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

KNAFOU, Rémy *et all.* (1997) “Une approche géographique du tourisme”. *L'Espace géographique*, Paris, n.º 3, pp. 193-204.

KORRODI, Ernesto (1898) *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria*. Zurique: Instituto Polygraphic.

LAMY, Yvon (1996a) (dir.) “Le creseut du patrimoine collectif”. In *L'Alchimie du Patrimoine, Discourses et Politiques*. Talence : Maison des Sciences de L'Homme D'Aquitane, pp. 9-23.

LAMY, Yvon (1996b) (dir.) “Le territoire revendiqué, le monument contesté, la ville patrimonialisée”. In *L'Alchimie du Patrimoine, Discourses et Politiques*. Talence: Maison des Sciences de L'Homme D'Aquitane pp. 231-246.

LARCHER, Tito de Sousa (1930) *Estudos de Regionalismo II: A divisão administrativa de Portugal, Correição, Província, Distrito, Região*. Leiria: Tipografia Leiriense.

LAWRENCE-ZÚÑIGA, Denise; LOW, Setha M. (2003) “Locating Culture”. In Lawrence-Zúñiga, Denise; Low, Setha M. (eds.) *The anthropology of space and place: locating culture*. Malden: Blackwell Publishers, pp. 1-50.

LE GOFF, Jacques (1982a) *História*. Lisboa: Edições 70, Iº Volume.

LE GOFF, Jacques (1982b) *Memória*. Lisboa: Edições 70, IIº Volume.

LEAL, João (1997) “Açorianiadade: Literatura, Política, Etnografia (1880-1940)”. *Etnográfica*, vol. 1, n.º 2, pp. 191-211.

LEAL, João (2006) “O Império escondido: Camponeses, Construção da Nação e Império na Antropologia Portuguesa”. In Sanches, Manuela (org.) *Portugal Não é Um País Pequeno: contar o “império na pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia, pp. 63-79.

LÖFGREN, Orvar (1999) *On Holiday: a History of Vacationing*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

MACHADO, João Saavedra (1993) “As Caldas. A fundação do Hospital e da vila pela Rainha D. Leonor”. In *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal de Caldas da Rainha, pp. 39-76.

MAGALHÃES, Fernando (2002) “A Magia dos Objectos de Museu: Análise Semiótica do Loudel de D. João I”. *Sociedade e Cultura 4, Cadernos do Noroeste*, vol. 18 (1-2). Braga: Universidade do Minho, pp. 169-182.

MAGALHÃES, Fernando (2005a) “Leiria, Museus e Identidade”. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*, Porto: Afrontamento e Projecto Identidades & Diversidades, pp. 171-186.

MAGALHÃES, Fernando (2005b) *Museus, Património e Identidade*. Porto: Profedições.

MAGALHÃES, Fernando (2006) “Objectos de Vidro. *Commodities* e/ou objectos mágicos”. In Lopes, João Teixeira; Semedo, Alice (coord.) *Museus, discursos e representações*. Porto: Afrontamento, pp. 135-148.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1999) “Os espaços da administração portuguesa no século XVI”. In *Actas do II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: ADLEI, pp. 29-40.

MALRAUX, André (1972) *O Museu Imaginário*. Lisboa: Edições 70.

MANGORRINHA, Jorge (2002) *Á Volta das Termas*. Caldas da Rainha: Livraria Nova Galáxia.

MARINHA, (2004) “Dia do Combatente”. *Revista da Marinha*, nº 377, ano XXXIII.

MARQUES, Célia. (2006) *Entrevista a José Ribeiro Vieira – Presidente do Conselho de Administração do grupo Movicortes*. [online]. Leiria Económica [Leiria, Portugal], 11 de Agosto de 2006 [citado em 30/10/07; 15:00 horas], disponível na Internet em: <http://www.leiriaeconomica.com/item648.htm>.

MARQUES, Emilia Margarida (1995) *Cantigas e Cristais: actividade cultural, passado, identidade*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Antropologia: Universidade Nova de Lisboa.

MARQUES, Emilia Margarida (2003) *Conduzir a máquina, construir o trabalho sobre usos sociais da matéria*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Antropologia: Universidade Nova de Lisboa.

MARQUES, Emilia Margarida (2005) “Memória e Identidade em Fontes orais: Reflexões sobre uma Experiência Marinhense”. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades & Diversidades, pp. 85-98.

MARQUES, Emilia Margarida (prelo) “Identidades vidreiras: da Marinha Grande à região”. In Magalhães, Fernando; Vieira, Ricardo (coord.) *Património e Identidade*. Leiria: Profedições e CIID.

MARQUES, João Paulo (2005) “As Instituições de Ensino Superior como catalizadoras da Identidade Regional”. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Afrontamento e Projecto Identidade & Diversidades, pp. 271-278.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1986) *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Palas Editores.

MARTINS, Oliveira, J. P. (1882) *História de Portugal*. 3^a ed., Lisboa: Viúva Bertrand, 2v. [online], Biblioteca Nacional Digital [Lisboa, Portugal] [citado em 14/11/07; 13:00 horas], disponível na Internet em http://purl.pt/217/3/hg-32225-p/hg-32225-p_item3/hg-32225-p_PDF/hg-32225-p_PDF_24-C-R0072/hg-32225-p_0000_anterosto-309_t24-C-R0072.pdf.

MARTINS, Fernandes Alfredo (1949) *Maciço Calcário Estremenho – Contribuição para um estudo de Geografia Física*. Coimbra, [reimpressão facsimilada, 1999].

MARTINS, Rui de S. (2005-2006) “A escultura cerâmica regionalista do Arquipélago dos Açores”. In *Arquipélago – História*, 2^a série, IX – X, pp. 409-467.

MATOS, José Rodrigues de (1950) “Discurso do presidente da Comissão Executiva do Congresso, Dr. José Rodrigues de Matos”. In *Segundo Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*. Edição da Casa do Distrito de Leiria. Lisboa: Imprensa Municipalista, pp. 27-30.

MATTOSO, José (1995) “Leiria e a Alta Estremadura na História Nacional”. In *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: ADLEI e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria, pp. 38-55.

MAURÍCIO, Carlos (2005) *A Invenção de Oliveira Martins: Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MEDEIROS, António (2003) *A Moda do Minho: Um ensaio antropológico*. Lisboa: Colibri.

MEDEIROS, António (2005a) “Emergent iconographies: regional identity and rural icons in northwestern Iberia”. *Etnográfica*, vol. IX, pp. 65-80.

MEDEIROS, António (2005b) “Trilhos de Celtas no Noroeste. Crenças etnogenéticas e novos consumos em Portugal e na Galiza”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 45, (1-2), pp. 59-86.

MEDEIROS, António (2006) *Dois lados de um rio: Nacionalismo e Etnografias na Galiza e em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais.

MEDEIROS, José Miguel (2006) “Tito Larcher: Um exemplo de autenticidade. Um defensor do distrito de Leiria”. In *Estudos de regionalismo I e II*, (reedição facsimilada da obra de Tito de Sousa Larcher - 2006). Leiria: Arquivo Distrital de Leiria.

MELO, Daniel (2001) *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

MENDES, José M. Amado (1999) *O Museu na comunidade: património, identidade e desenvolvimento*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa.

MENDES, José M. Amado (2002) *História do Vidro e do Cristal em Portugal*. Lisboa: Edições INAPA.

MÉNDEZ, Lourdes (2003) “Galicia, región de Europa: dimensiones europeístas del imaginario culturalista de la Xunta”. *Revista de Antropología Social*, 12, pp. 79-97.

MÉNDEZ, Lourdes (2004) *Galicia en Europa: El Lugar de Las Artes Plásticas en La Política Cultural de La Xunta*. Coruña: Edición do Castro.

MENSION-RIGAU, Éric (2000) “Des châteaux privés s’ouvrent au public”. In Fabre, Daniel (dir.), *Domestiquer L’Histoire, Ethnologie des monuments historiques*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, pp. 85-102.

MILLER, Daniel (1991) *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford: Basil Blackwell.

MILLER, Daniel (ed.) (1995) “Introduction: anthropology, modernity and consumption”. In *Worlds Apart: Modernity through the prism of the local*. London: Routledge, pp. 1-23.

MILLER, Daniel (2002a) “Consumption”. In Buchli, Victor (ed.) *The Material Culture Reader*. Oxford * New York: BERG.

MILLER, Daniel (2002b) “Coca-Cola: a black sweet drink from Trinidad”. In Buchli, Victor (ed.) *The Material Culture Reader*. Oxford * New York: BERG.

MOITA, Irisalda (1982) *Museu de Região. Pólo Dinamizador de Ação Cultural*. Lisboa: Actas do Colóquio APOM, 1977.

MONTEIRO, Zilda (2008) “Entrevista a Pedro Machado: A Região Centro é a mais completa e rica do país em termos turísticos”. In *O Despertar* [online]. [citado em 28/08/08; 19:00 horas], disponível em <http://www.odespertar.com.pt/seccao/index.php?x=73>.

MORAIS, J. Custódio de (1936) “Geologia e geografia da região do pinhal de Leiria”. In *Memórias e Notícias*. Coimbra: Museu mineralógico e geológico da universidade de Coimbra, n.º 9, pp. 1-46.

MOSSE, George (1990) *Reshaping the Memory of World Wars*. Oxford: Oxford University Press.

MURPHY, James (1795) *Plans, elevations, sections and views of the Church of Batalha*. London.

NABAIS, António C. Maia (1993) “Museus de Região”. In Rocha-Trindade, M. Beatriz (coord.) *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

NASH, Dennison (1995) “Prospects for Tourism Study in Anthropology”. In Ahmed A., e Shore C. (eds.) *The Future of Anthropology: Its Relevance to the Contemporary World*. London: The Athlone Press.

NETO, Henrique (2005) “Cluster de Produtos: Uma Diferença Qualitativa”. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Afrontamento e Projecto Identidades & Diversidades.

NOBRE, Cristina (2001) ...um longo ataque de melancolia mansa... *Correspondência e autógrafos (1909-1945) de Afonso Lopes Vieira a Artur Lobo de Campos*. Leiria: Magno Edições e Câmara Municipal de Leiria.

NOBRE, Cristina (2003) *Passeio sentimental de Afonso Lopes Vieira*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

NOBRE, Cristina (2005) *Afonso Lopes Vieira: A Reescrita de Portugal*, vol. I e II. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

NOBRE, Cristina (2007) *Fotobiografia de Afonso Lopes Vieira, 1878-1946*. Leiria: Imagens & Letras.

NORA, Pierre (dir.) (1986-1992a) *Les lieux de mémoire I-VII*. Paris: Gallimard (7 vols.).

NORA, Pierre (dir.) (1986-1992b) ”Entre Mémoire et Histoire”. *Les lieux de mémoire - I La République*. Paris: Gallimard, pp. 17-42.

ORTIGÃO, Ramalho (1896) *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: A. M. Pereira.

ORTIGÃO, Ramalho (1897) “Monumentos Nacionais”. In *Branco e Negro: semanário ilustrado*, Tomo II. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, pp. 409-411.

OZOUF, Mona (1986) “Le Panthéon, L’École normale dès mortes”. In Nora, Pierre (dir.) *Les Lieux de Mémoire – I La République*. Paris: Gallimard, pp. 139-163.

PEARCE, Susan (1992) *Museums, Objects and Collections: A Cultural Study*. Leicester and London: Leicester University Press.

PELEGRINI, Sandra (2006) “Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do património cultural e ambiental”. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, n.º 51.

PERALTA, Elsa (2003) “O mar por tradição: o património e a construção das imagens do turismo”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, pp. 83-96.

PEREIRA, Mário Ganhão (1995) “Alta Estremadura ou Oeste?”. In *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura (1991)*. Leiria: ADLEI e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria, pp. 87-88.

PEREIRA, Paulo (2001) ““Lugares de passagem” e o resgate do tempo”. In *Estudos/Património*. Lisboa: IPA.

PESSOA, Fernando (1934) *Mensagem*. Lisboa: Parceria António Maria Perreira.

PESTANA, Maria do Rosário Correia Pereira (2008) *À luz do sol, ao pé da Igreja: música, identidade e género na construção do Douro*. Tese de Doutoramento em Ciências Musicais (Etnomusicologia): Universidade Nova de Lisboa.

PIMENTEL, Júlio M. de Oliveira (1850) “Análise das águas minerais das Caldas da Rainha feita em Julho de 1849”. In Correia, Fernando (org.) *Pergaminhos das Caldas* (reedição de vários textos antigos sobre as Caldas da Rainha - 1995). Caldas da Rainha: P.H. – Estudos e Documentos.

PIMENTEL, Cristina (2005) *O sistema museológico português (1833-1991): em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PINIÈS, Jean-Pierre (2000) “Détruire ou conserver? L’émergence du monument (1800-1850)”. In Fabre, Daniel (dir.), *Domestiquer L’Histoire, Ethnologie des monuments historiques*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L’homme, pp. 129-146.

PINTO, Américo *et all.* (1936) *Leiria e a Reforma Administrativa (Representação ao Governo do Estado Novo)*. Leiria: Imprensa Comercial (A Sé).

PINTO, Henrique (1995) “A cultura como projecto de mudança”. In *Actas do 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: Associação para o Desenvolvimento de Leiria e SCRIPTO – Clube de Imprensa de Leiria, pp. 132-137.

PIRES, Laura (1987) *William Beckford: uma visão diferente do homem e do escritor*. Lisboa: edições 70.

POMIAN, Krystof (1984) “Colecção”. *Encyclopédia Einaudi*. Lisboa: INCM, pp. 51-87.

QUEIRÓS, José Maria Eça de (1875) *O Crime do Padre Amaro*. Lisboa: Livros do Brasil.

QUINTELÀ, Maria Manuel (2001) “Turismo e Reumatismo: Etnografia de uma prática terapêutica nas Termas de S. Pedro do Sul”. *Etnográfica*, vol. V, n.º 2, pp. 359-374.

QUINTELÀ, Maria Manuel (2003) “Banhos que Curam: Práticas Termais em Portugal e no Brasil”. *Etnográfica*, vol. VII, n.º 1, pp. 171-185.

RAMOS DO Ó, Jorge (1999) *Os anos de Ferro: O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.

RAMOS, Paulo Oliveira (1993) “Breve história do museu em Portugal”. In Trindade, Maria Beatriz Rocha (coord.) *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 19-62.

RAMOS, M. João (coord.) (2002) *A matéria do património: memórias e identidades*. Lisboa: Edições Colibri.

RIBEIRO, Orlando (1977) *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

RIBEIRO, Orlando (1993/1998) (6^a e 7^a ed.) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa.

RODMAN, Margaret C. (2003) “Empowering Place: Multilocality and Multivocality”. In Lawrence-Zúñiga, Denise; Low, Setha M. (eds.) *The anthropology of space and place: locating culture*. Malden: Blackwell Publishers, pp. 204-223.

RODRIGUES, Luís (1993) “Caldas da Rainha no século XVIII: o hospital e a câmara”. In *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal de Caldas da Rainha, pp. 105-134.

RODRIGUES, Maria (1999) “Geomorfologia e Paisagens do Maciço Calcário Estremenho, Distrito de Leiria e Concelho de Ourém”. *Actas do II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o passado, navegar o futuro*. Leiria: ADLEI, pp. 391-401.

SAID, Edward W. (1990) *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

SALAZAR, António de Oliveira (1951) *Discursos e Notas Políticas*, 2^a ed., vol. II. Coimbra: Coimbra Editora.

SAMPAIO RIO, Teles de (1944) “Sessão solene de recepção a S. Ex^a o Senhor Presidente de República nos Passos do Concelho”. In *Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*. Leiria: Casa do Distrito de Leiria, pp. 19-21.

SANCHES, Manuela (org.) (2006) “Introdução”. In *Portugal Não é Um País Pequeno: contar o “império na pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia, pp. 7-21.

SANTOS, Carlos *et all.* (1961) *A Região a Oeste da Serra dos Candeeiros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SANTOS, José (1985) *Regionalização: Processo Histórico*. Lisboa: Horizonte.

SANTOS, Manuela de Alcântara (1996) “Um Museu com História”. In *Patrimónia: Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, nº 1, pp.83-85.

SANTOS, Manuela de Alcântara (1998) “Breve história de uma coleção”. In Alcântara de Santos, Manuela; e Vassallo e Siva, Nuno (coord.) *A coleção de ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio*. Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 19-25.

SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças (2005) “Os elementos geográficos como factores identitários: Introdução ao tema “Espaço e ambiente na definição do território””. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Afrontamento e Projecto Identidade(s) & Diversidade(s), pp. 301-306.

SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças (2006) *Espiritualidade, Turismo e Território: Estudo geográfico de Fátima*. Estoril: Principia.

SANTOS, Rui Afonso (1995) *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

SERRA, João (1999) “Unidade ou diversidade do distrito: a linha do Oeste”. In *Actas do II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura*. Leiria: ADLEI, pp. 275-277.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1986) *História de Portugal*, V.VIII. Lisboa: Editorial Verbo.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990) *História de Portugal*, 4^a ed. rev. Lisboa: Editorial Verbo.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2000) “Santa Maria da Vitória e Portugal”. In *Tempos e História: Comemorações dos 500 anos do Concelho e da Vila da Batalha*. Leiria: Magno edições e Câmara Municipal da Batalha, pp. 27-35.

SERRÃO, Joel (ed.) (1979) *Dicionário da História de Portugal*, 2^a ed., 6 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

SHORE, Cris (2000) *Building Europe: The Cultural Politics of European Integration*. London and New York: Routledge.

SILVA, Ana Cristina N. da; HESPAÑHA, António Manuel (1993) “O quadro espacial”. In Mattoso, José (dir.) *História de Portugal, Quarto Volume: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

SILVA, Augusto Santos (1997a) *Palavras para um País*. Lisboa: Celta.

SILVA, Augusto Santos (1997b) “O Povo nos seus Lugares: O Clima Moral da Primeira Etnografia Portuguesa”. In Iturra, Raul; Jorge, Vítor Oliveira (coords.) *Recuperar o Espanto: O Olhar da Antropologia*, Porto: Afrontamento, pp. 117-141.

SILVA, Elsa P., (2000) “Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural”. *Antropológicas*, nº 4, Porto: Universidade Fernando Pessoa, pp. 217-224.

SILVA, Manuela Santos (1994) *A região de Óbidos na época medieval: estudos*. Caldas da Rainha: Património Histórico - Grupo de Estudos.

SILVANO, Filomena (1997) *Territórios de Identidade*. Oeiras: Celta.

SILVANO, Filomena (2001) *Antropologia do Espaço: Uma Introdução*. Oeiras: Celta.

SMITH, Anthony (1997) *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.

SMITH, Charles (1989) “Museums, Artefacts, and Meanings”. In Vergo, Peter (ed.) *The New Museology*. London: Reaktion Books, pp. 6-21.

SOARES, Clara (2001) *O Restauro do Mosteiro da Batalha*, Leiria: Magno.

SOARES, Renato; JOANAZ, Salomé (2001) *O Pinhal e a Lagoa* [online]. [Leiria, Portugal], [citado em 05 de Agosto de 2007; 11:10 horas], disponível na Internet em <http://www.regiaocentro.net/lugares/leiria/pinhalelagoa.html>.

SOUSA, Acácio Fernando de (1999) “As preocupações regionalistas na tradição do distrito”. In *Actas do II Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura*, Leiria: Associação para o Desenvolvimento de Leiria, pp. 161-174.

SOUSA, Acácio Fernando de (2000) “Arquivo Distrital de Leiria”. In *Arquivos Nacionais: Antigo Boletim*, N.º 13, Lisboa: IAN/TT.

SOUSA, Acácio Fernando de (2005) “O CEPAE e o Património: Que Identidade?”. In Vieira, Ricardo (coord.). *Pensar a Região de Leiria*, Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades e Diversidades, pp. 79-84.

TAVARES, Mário (1993) “Aspectos do quotidiano caldense no terceiro quartel do século XIX”. In *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal de Caldas da Rainha, pp. 219-258.

THIESSE, Anne-Marie (1999) *La création des identités nationales*. Paris: Seuil.

TILLEY, Crystoffer (1989) “Interpreting material culture”. In Hodder I., (ed.) *The Meanings of Things: material Culture and Symbolic Expression*. One World Archaeology. London: Unwin Hyman, pp. 185-195.

TORGAL, Luís (2007) “As Universidades em Portugal: História, Organização e Problemas”. [online] *Universia – Rede de Universidades*, [citado em 05/04/07; 23:00 horas], disponível em www.universia.pt.

TORRICO, Juan (2006) “Patrimónios e Discursos Identitários”. In Anico, Marta; Peralta, Elsa (org.). *Patrimónios e Identidades, Ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, pp. 21-34.

TRINDADE, José; PENTEADO, Pedro (2001) “A Nazaré e os seus Pescadores”. *Revista Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos 500 Anos dos Descobrimentos Portugueses, pp. 80-92.

TRINDADE, José (2005) “A Nazaré – uma singularidade cultural na Região”. In Vieira, Ricardo (coord.). *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades e Diversidades, pp. 25-30.

TRINDADE, José (prelo) *A Nazaré dos Pescadores: o turismo e a educação na transformação da comunidade piscatória*. Lisboa: Edições Colibri.

VASCONCELOS, João (1997) “Tempos Remotos: a Presença do Passado na Objectificação da Cultura Local. *Etnográfica*, vol. I, n.º 2, pp. 213-235.

VASCONCELOS, José Leite de (1980) [1941] *Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

VIEIRA, Afonso Lopes (1998) [1940] *Onde a Terra se acaba e o Mar começa*. Lisboa: Vega.

VIEIRA, Afonso Lopes (1942) *Nova Demanda do Graal*. Lisboa: Livraria Bertrand.

VIEIRA, Ricardo, (1999a) *Histórias de Vida e Identidades*, Porto: Afrontamento.

VIEIRA, Ricardo (1999b) *Albergaria dos Doze, as partes e o todo – Um estudo sobre a identidade cultural*. Albergaria dos Doze: Quilate Artes Gráficas.

VIEIRA, Ricardo (2005a) (coord.) “Introdução”. In *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades e Diversidades, pp. 17-19.

VIEIRA, Ricardo (2005b) (coord.) “Leiria: Identificação de uma região”. In Vieira, Ricardo (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades e Diversidades, pp. 25-30.

VIEIRA, Ricardo (2005c) (coord.) “A Universidade de Leiria como eixo construtor da região”. In *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades e Diversidades, pp. 279-286.

VIEIRA, Ricardo (2005d) (coord.) *Pensar a Região de Leiria*. Porto: Edições Afrontamento e Projecto Identidades e Diversidades.

VITORINO, Pedro (1930) *Os Museus de Arte do Porto*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

VINAGRE, Anabela da Silva (2008) *Casa do Distrito de Leiria (em Lisboa)*. Leiria: Folheto Edições & Design.

VOGEL, Susan (1991) “Always true to the object, in our fashion”. In Karp Ivan, Lavin Steve (eds.) *Exhibiting Cultures - The Poetics and Politics of Museum Display*. Washington: Smithsonian Institution Press, pp. 191-204.

WORSLEY, Peter, (1977) *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 3^a ed.

XAVIER, Sandra (2000) “O monumento é o vale: a retórica da paisagem no parque arqueológico do Côa”. *Etnográfica*, vol. IV (1), pp. 109-127.

YAÑEZ, Adolfo (1996) *Para Uma Epistemologia do Discurso e da Prática Antropológica*. Lisboa: Edição Cosmos.

YAÑEZ, Adolfo (1999) “Património e Modernidade”. In *Actas do IV Encontro Nacional Museologia e Autarquias*, pp. 57-61.

ZERUBAVEL, Eviatar (2003) *Time Maps: Collective Memory and the Social Shape of the Past*. Chicago: The University of Chicago Press.

ZÚQUETE, Afonso (1943) *Leiria: subsídios para a história da sua Diocese*. Leiria: Gráfica de Leiria.

Outras Fontes: Internet

Ansião na net [online]. [citado em 01/06/07; 17:34 horas], disponível em www.ansiao.net.

Ansião na net [online]. *Notícias do Pedrógão Grande*, [citado em 07/06/07; 19:40 horas], disponível em <http://www.ansiao.net>.

Ansião na net [online]. *Notícias do Pedrógão Grande*, [citado em 07/06/07; 19:48 horas], disponível em <http://www.ansiao.net/pedrogao69.html>.

Apresentação do livro “Senhora do Ó” – 2005. In *Viver em Leiria* [online]. [citado em 05/11/07; 12:00 horas], disponível em http://leiria.no.sapo.pt/autor_livros.html.

As 7 maravilhas de Portugal [online]. [citado em 03/04/07; 10:00 horas], disponível em www.7maravilhas.sapo.pt.

Associação de Municípios da Alta Estremadura [online]. [citado em 06/11/07; 16:04 horas], disponível em http://www.redeidt.org/pt/public/redeidt/membros_fundadores/amae/view.

Associação Nacional de Municípios [online]. Alcobaça: Fundos Municipais em 2003, [citado em 21/05/07; 13:30 horas], disponível em <http://www.anmp.pt/munp/mun/mun171s2.php?xsel=FM&ano=2003&mun=M2460>.

Associação Nacional de Municípios [online]. Nazaré: Fundos Municipais em 2003, [citado em 21/05/07; 13:32 horas], disponível em <http://www.anmp.pt/munp/mun/mun171s2.php?xsel=FM&ano=2003&mun=M2450>.

Associação Nacional de Municípios [online]. Pombal: Fundos Municipais em 2003, [citado em 21/05/07; 13:20 horas], disponível em <http://www.anmp.pt/munp/mun/mun171s2.php?xsel=FM&ano=2003&mun=M3100>.

Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. Leiria, [citado em 13/05/07; 22:34 horas], disponível em www.adlei.pt.

Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. *Apoio à construção do aeroporto na Ota*, [citado em 21/05/07; 15:00 horas], disponível em <http://www.adlei.net/2007/05/01/apoio-a-construcao-de-aeroporto-na-ota>.

Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. *Conclusões do IV Congresso*, [citado em 22/05/07; 15:30 horas], disponível em <http://www.adlei.net/congresso/conclusoes-do-iv-congresso>.

Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. Leiria, [citado em 05/06/07; 12:00 horas], disponível em www.adlei.pt.

Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. Leiria, *IV Congresso Região de Leiria, Inovação e Oportunidades*, [citado em 06/06/07; 22:00 horas], disponível em www.adlei.pt.

Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. Leiria, [citado em 07/06/07; 23:49 horas], disponível em <http://www.adlei.net/associacao/>.

Associação para o Desenvolvimento de Leiria [online]. *IV Congresso Região de Leiria, Inovação e Oportunidades*, [citado em 07/06/07; 23:55 horas], disponível em <http://www.adlei.net/congresso>.

Apoio à construção do aeroporto na Ota [online]. Leiria: Associação para o Desenvolvimento de Leiria, 1 de Maio de 2007 [citado em 21/05/07; 15:00 horas], disponível em <http://www.adlei.net/2007/05/01/apoio-a-construcao-de-aeroporto-na-ota>.

Biblioteca Nacional Digital [online]. *Portugal não é um país pequeno*, [citado em 11/07/07; 13:22 horas], disponível em <http://purl.pt/11440/1/P1.html>.

Câmara Municipal de Óbidos [online]. [citado em 30/03/07; 13:00 horas], disponível em www.cm-obidos.pt.

Centro de Investigação Identidades & Diversidades [online]. [citado em 15/06/07; 12:30 horas], disponível em <http://www.cid.ipleiria.pt>.

Centro de Património da Estremadura [online]. [citado em 03/03/06; 16:30 horas], disponível em www.cepae.ccems.pt.

Conclusões do IV Congresso “Região de Leiria, Inovação e Oportunidades”, [online]. Leiria: Associação para o Desenvolvimento de Leiria, [citado em 21/05/07; 15:32 horas], disponível em <http://www.adlei.net/congresso/conclusoes-do-iv-congresso>.

Congresso do Oeste [online]. Alcobaça, [citado em 05/06/07; 12:32 horas], disponível em <http://www.congressodooeste.eu>.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro [online]. [citado em 10/02/07; 14:00 horas], disponível em www.ccdrc.pt.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro [online]. [citado em 23/03/07; 20:00 horas], disponível em www.ccdrc.pt.

Conselho de Ministros [online]. *Programa do XVII Governo Constitucional* [citado em 30/03/07; 09:00 horas], disponível em <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/631A5B3F-5470-4AD7-AE0F-D8324A3AF401/0/ProgramaGovernoXVII.pdf>.

Convenção sobre a protecção do património mundial, cultural e natural, edição revista em 2005 [online]. [citado em 30/04/07; 15:00 horas], disponível em www.unesco.pt.

Convenção sobre a protecção do património mundial, cultural e natural, edição revista em 2005 [online]. [citado em 30/04/07; 23:30 horas], disponível em www.unesco.pt.

Cronologia comparada dos principais momentos da integração europeia [online]. [citado em 04/03/07; 10:00 horas], disponível em <http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/ahd/cron.html>.

Cronologia comparada dos principais momentos da integração europeia [online]. [citado em 04/03/07; 12:00 horas], disponível em <http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/ahd/cron.html>.

Dia do Combatente. In *Revista da Marinha* [online]. Julho de 2004, n.º 377, [citado em 05/09/06; 17:00 horas], disponível em www.marinha.pt/extra/revista/ra_jul2004/pag_24.html.

Diocese de Leiria/Fátima [online]. [Citado em 15/02/07; 16:00 horas], disponível em www.leiria-fatima.pt.

Diocese de Leiria/Fátima [online]. [Citado em 13/11/07; 11:38 horas], disponível em <http://www.leiria-fatima.pt/>.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [online]. [citado em 01/11/07; 23:50 horas], disponível em http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/001_A.aspx.

Europa – Reforma institucional da União Europeia [online]. [citado em 26/05/07; 11:20 horas], disponível em http://europa.eu/constitution/index_pt.html.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto [online]. Porto, *Administração*, [citado em 05/11/07; 12:56 horas], disponível em <http://web.letras.up.pt/gc/em%20portugu%C3%AAs/prod01%20%20administra%C3%A7%C3%A3o.htm>.

Fórum Portugal [online]. [citado em 01/08/08; 11:21 horas], disponível em <http://n-portugal.com/forum/index.php?topic=811.45>.

Grutas dos Alvados [online]. [citado em 16/02/07; 13:23 horas], disponível em <http://www.grutasalvados.com>.

Grutas da Moeda [online]. [citado em 20/02/07; 15:00 horas], disponível em <http://www.grutasmoeda.com>.

Grutas da Moeda [online]. [citado em 20/02/07; 15:10 horas], disponível em <http://www.grutasmoeda.com>.

Grutas da Moeda [online]. [citado em 20/02/07; 15:30 horas], disponível em <http://www.grutasmoeda.com>.

Igreja Católica em Portugal [online]. [citado em 15/02/07; 15:30 horas], disponível em <http://www.ecclesia.pt/dioceses/>.

Instituto Nacional de Estatística [online]. [citado em 28/02/07; 14:00 horas], disponível em www.ine.pt.

Instituto Nacional de Estatística [online]. [citado em 28/02/07; 14:30 horas], disponível em www.ine.pt.

Instituto Nacional de Estatística [online]. *Censos 2001* [citado em 15/06/07; 13:35 horas], disponível em www.ine.pt.

Instituto Politécnico de Leiria [online]. [citado em 03/03/06; 16:00 horas], disponível em www.ipleiria.pt.

Instituto Politécnico de Leiria [online]. [citado em 12/06/07; 12:15 horas], disponível em www.ipleiria.pt.

Instituto Politécnico de Leiria [online]. *Intervenção proferida por Luciano de Almeida, na apresentação da nova imagem do IPL* [citado em 12/06/07; 13:13 horas], disponível em www.ipleiria.pt.

Instituto Politécnico de Leiria [online]. [citado em 13/06/07; 12:10 horas], disponível em www.ipleiria.pt.

Instituto Politécnico de Leiria [online]. [citado em 14/06/07; 12:48 horas], disponível em http://www.ipleiria.pt/portal/ipleiria?p_id=5413.

Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. *Património Mundial* [citado em 20/11/06; 19:32 horas], disponível em www.ippa.pt.

Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. [citado em 20/03/07; 9:30 horas], disponível em www.ippa.pt.

Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. *Património* [citado em 19/06/07; 22:50 horas], disponível em http://www.ippa.pt/pls/dippar/web_patrim_forward_query.

Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. *Património* [citado em 19/06/07; 23:00 horas], disponível em http://www.ippa.pt/pls/dippar/web_patrim_forward_query.

Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. *Património Mundial* [citado em 20/06/07; 9:30 horas], disponível em <http://www.ippa.pt/patrimonio/mundial/alcobaca.html>.

Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. [citado em 01/11/07; 23:39 horas], disponível em http://www.ippa.pt/apresentacao/apresenta_legislacao.html.

Instituto Português do Património Arquitectónico [online]. [citado em 02/11/07; 00:19 horas], disponível em www.ippa.pt.

Jornal de Leiria [online]. [citado em 29/05/07; 19: 28 horas], disponível em <http://jornaldeleiria.mrnet.pt/index.php?article=962&visual=1>.

La Bataille des Pyramides [online]. [citado em 31/10/07; 12:00 horas], disponível em <http://perso.orange.fr/napoleonbonaparte/pyramides.htm>.

Leiria – Região Digital [online]. [citado em 22/05/07; 19:00 horas], disponível em <http://www.leiriadigital.pt/ARegiao/>.

Mapa de Portugal [online]. *Distrito de Leiria*, [citado em 31/10/07; 00:44 horas], disponível em <http://mapadeportugal.net/distrito.asp?n=leiria>.

Mensagem do Presidente da ADLEI no IV Congresso “Região de Leiria, Inovação e Oportunidades” [online]. Leiria: Associação para o Desenvolvimento de Leiria [citado em 21/05/07; 14:57 horas], disponível em <http://www.adlei.net/congresso>.

Ministério da Administração Interna [online]. *Secretariado Técnico dos Assuntos para o processo eleitoral*, [citado em 16/03/07; 11.00 horas], disponível em www.stape.pt.

Ministério da Administração Interna [online]. *Secretariado Técnico dos Assuntos para o processo eleitoral*, [citado em 21/05/07; 23:52 horas], disponível em http://www.eleicoes.mj.pt/legislativas2002/D230000/230000_IS.html.

Ministério da Administração Interna [online]. *Secretariado Técnico dos Assuntos para o processo eleitoral*, [citado em 10/06/07; 22:08 horas], disponível em <http://www.eleicoes.mj.pt/legislativas2005/IS/D23/index.html>.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior [online]. *Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais*, [citado em 12/06/07; 12:47 horas], disponível em http://www.estatisticas.gpearl.mctes.pt/docs/ficheiros/Evo193_04Polit.xls.

Ministério da Cultura [online]. [citado em 20/03/07; 13:00 horas], disponível em www.min-cultura.pt.

Ministério da Economia e da Inovação [online]. *Decreto-lei n.º 67/2008*. [Citado em 16/06/08; 0:17 horas], disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasActividade/qualificacaooferta/classificacaoequalidade/ofertaturisticaclassificada/Anexos/Lei%20Areas%20Regionais%20de%20Turismo.pdf>.

Ministério da Educação – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação [online]. [citado em 17/02/07; 13:30 horas], disponível em <http://www.gepe.min-edu.pt>.

Ministério da Administração Interna [online]. *Secretariado Técnico dos Assuntos para o processo eleitoral*, [citado em 08/07/07; 19:00 horas], disponível em www.stape.pt.

O Emigrante de José Malhoa [online]. [citado em 19/02/07; 9:00 horas], disponível em www.pitoresco.com.br/portugal/portugal/malhoa/malhoa.html.

O Fado de Malhoa [online]. [citado em 22/02/07; 19:00 horas], disponível em <http://ofadomalhoa.no.sapo.pt>.

O portal da história: história de Portugal [online]. *Reis, rainhas e presidentes de Portugal* [citado em 28/06/07; 23:46 horas], disponível em <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/dinis.html>.

Oeste Online – portal jornal da Região Oeste [online]. [citado em 11/12/06; 15:00 horas], disponível em <http://www.oesteonline.pt>.

Oeste Online – portal jornal da Região Oeste [online]. [citado em 29/05/07; 23:30 horas], disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=5725>.

Oeste Online – portal jornal da Região Oeste [online]. [citado em 30/05/07; 17:14 horas], disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=5725>

Oeste Online – portal jornal da Região Oeste [online]. [citado em 16/11/07; 1:10 horas], disponível em <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=10424>.

Outras divisões do território nacional [online]. [citado em 25/02/07; 12:00], disponível em [http://www.tuvalkin.web.pt/terravista/Guincho/1421/bandeira/pt\(otr.htm#nut](http://www.tuvalkin.web.pt/terravista/Guincho/1421/bandeira/pt(otr.htm#nut)

Portal do Governo [online]. *Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado - Março de 2003*, [citado em 21/05/07; 14:47 horas], disponível em http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MF/Comunicacao/Programas_e_Dossiers/20060330_MEAI_Prog_Procace.htm.

Portal do Governo [online]. *Programa do XVII Governo Constitucional* [citado em 10/06/07; 22:28 horas], disponível em http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Programa/programa_p020.htm.

Portal São Francisco [online]. *Obras Literárias: Alexandre Herculano* [citado em 28/08/08; 18:20 horas], disponível em <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/alexandre-herculano/alexandre-herculano.php>

Portugal [online]. [citado em 16/10/07; 20:26 horas], disponível em <http://portugal.veraki.pt/distritos/distritos.php?iddist=20>.

Portugal Distrital [online]. *Portugal em linha*, [citado em 30/10/07; 00:35 horas], disponível em <http://www.portugal-linha.pt/regpt/index.html>.

Portugal, Costa de Prata, Leiria [online]. *Clix*, [citado em 29/10/07; 00:08 horas], disponível em <http://viajar.clix.pt/geo.php?d=12&lg=pt>.

Programa do 1º Governo Provisório [online], [citado em 04/03/07; 11:30 horas], disponível em www.portugal.gov.pt.

Portal do Governo [online]. *Programa do XVII Governo Constitucional* [citado em 10/06/07; 22:28 horas], disponível em http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Programa/programa_p020.htm.

Programa Operacional Regional do Centro [online]. *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro* [Coimbra, Portugal], [citado em 04/06/07; 18:04 horas], disponível em http://www.redeidt.org/pt/public/redeidt/membros_fundadores/amae/view.

Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo [online]. *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo* [Lisboa, Portugal], [citado em 09/06/07; 16:00 horas], disponível em (<http://www.ccdr-lvt.pt>).

Prorestauro, Multilingual Conservation Message Board [online]. *Arquivo Distrital de Leiria foi o 1.º do país*, [citado em 04/04/07; 15:30 horas], disponível em <http://www.prorestauro.com/phpBB2/viewtopic.php?t=1572&sid=5ee1f53fc53b5b65175d485270063c71>.

Quadro de Referência Estratégico Nacional, Portugal 2007-2013 [online]. [citado em 21/05/07; 14:40 horas], disponível em <http://www.qren.pt>.

Região de Leiria [online]. *Estrelas*. [citado em 28/08/08; 20:00 horas], disponível em http://www.regiaodeleiria.pt/index.php?lop=conteudo&op=c042f4db68f23406c6cecf84a7ebb0fe&id=44b4034e6b33988e2b4539a0783215b9&drops%5Bdrop_edicao%5D=348.

Região de Leiria [online]. *Estrelas*. [citado em 28/08/08; 21:00 horas], disponível em http://www.regiaodeleiria.pt/imagens.php?src=imagens-bin_imagem_jpg_0171640001207839142-37.jpg&x=150&y=250.

Região de Leiria [online]. *Galeria dos antigos directores*. [citado em 28/08/08; 14:00 horas], disponível em www.regiaodeleiria.pt.

Região de Turismo Leiria / Fátima [online]. [citado em 15/02/07; 16:00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

Região de Turismo Leiria/Fátima [online]. [citado em 18/02/07; 15:20 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

Região de Turismo Leiria/Fátima [online]. [citado em 18/02/07; 17:00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

Região de Turismo Leiria/Fátima [online]. [citado em 21/02/07; 17:20 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

Região de Turismo Leiria/Fátima [online]. [citado em 22/03/07; 11:00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

Região de Turismo Leiria/Fátima [online]. [citado em 25/04/07; 18:00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

Região de Turismo Leiria/Fátima [online]. [citado em 25/04/07; 20:00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

Região de Turismo Leiria/Fátima [online]. [citado em 29/04/07; 22:00 horas], disponível em www.rt-leiriafatima.pt.

Regiões de Portugal Continental [online]. *Províncias*, [citado em 06/11/07; 14:21 horas], disponível em <http://www.tuvalkin.web.pt/terravista/guincho/1421/bandeira/pt/adm.htm#prov>.

Região Sul [online]. [citado em 15/03/07; 11:00 horas], disponível em <http://www.regiao-sul.pt/regional/nacional.htm>.

Resultados das eleições legislativas de 2002 [online]. Lisboa: Assembleia da Republica, STAPE, [citado em 21/05/07; 23:52 horas.], disponível em http://www.elecoes.mj.pt/legislativas2002/D230000/230000_IS.html.

Santuário de Fátima [online]. [citado em 03/03/07; 10:00 horas], disponível em www.santuario-fatima.pt.

Sistema Nacional de Informação Geográfica [online]. [citado em 16/02/07; 10.00 horas], disponível em http://snig.igeo.pt/produtos/inicio_bim.html.

Tratado de Roma de 25 de Março de 1957 [online]. [citado em 04/04/07; 22.00 horas], disponível em <http://dupond.ci.uc.pt/CDEUC/TRVRINT.HTM>; http://europa.eu/scadplus/treaties/eec_pt.htm e http://europa.eu.int/eur-lex/lex/pt/treaties/dat/12002E/pdf/12002E_PT.pdf.

UNESCO [online]. [consultado em 22/11/02; 10:20 horas], disponível em www.unesco.org.

UNESCO [online]. [consultado em 19/06/07; 23:30 horas], disponível em www.unesco.org.

UNESCO [online]. [citado em 19/06/07; 23:35 horas], disponível em www.unesco.org

UNESCO [online]. [citado em 20/06/07; 23:37 horas], disponível em <http://whc.unesco.org/en/criteria>.

Universidade de Coimbra [online]. [citado em 20/05/07; 13:00 horas], disponível em www.uc.pt.

Universidade de Coimbra [online]. [citado em 20/05/07; 13:23 horas], disponível em www.uc.pt.

Imprensa

Jornal Região de Leiria, edição 3483 de 19 de Dezembro de 2003

Jornal Região de Leiria, edição 3595 de 10 de Fevereiro de 2006

Jornal Região de Leiria, edição 3587 de 16 de Dezembro de 2006

Jornal Região de Leiria, edição 3712 de 09 de Maio de 2008

Jornal Região de Leiria, edição 3728 de 29 de Agosto de 2009

Jornal Região da Nazaré, edição 110 de 09 de Janeiro de 2008

Jornal de Leiria, edição 1167 de 23 de Novembro de 2006

Jornal de Leiria, edição 1180 de 22 de Fevereiro de 2007

Jornal de Negócios, edição de 02 de Maio de 2007

Jornal Oficial da União Europeia, em 24/03/2007

Jornal Diário de Leiria, edição de 29/03/2004

Kaminhos Magazine, edição de 29/01/2007

Revista da Sociedade de Instrução do Porto, n.º 1, 1881.

Tinta Fresca: Jornal de Arte, Cultura & Cidadania, edição 87 de 24 de Janeiro de 2008

Legislação

Circular de 25 de Agosto de 1836. In *Diário do Governo, n.º 203, de 27 de Agosto de 1836*.

Decreto-Lei de 10-01-1907

Decreto-Lei de 16-6-1910

Decretos-lei classificando o castelo de Leiria como Monumento Nacional: 16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910. Classificado como ZEP em 1967 (DG (II Série), n.º 134, de 08-06-1967)

Código Administrativo publicado no decreto-lei nº 27 424 de 31 de Dezembro de 1936

Diário da República nº 86 Série I Parte A de 10/04/1976

Decreto-Lei n.º 494/79 de 21-12-1979

Decreto Regulamentar n.º 34/80 de 02-08-1980

Decreto-Lei n.º 176-A/88 de 18-05-1988

Decreto-Lei n.º 46/89 de 15-02-1989

Decreto-Lei n.º 216/90 de 03-07-1990

Decreto-Lei n.º 252/92 de 19-11-1992

Decreto-lei nº 120/97 de 16-05-97

Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5-11-2002

Decreto-Lei n.º 104/2003 de 23 – 05 – 2003

Decreto-lei 96/2007 de 29-03-2007

Lei n.º 10/2003 in Diário da República – I Série - A, N.º 110 de 13-05-2003

Lei n.º 11/2003 in Diário da República – I Série - A, N.º 110 de 13-05-2003

Portaria nº 714/77, DR, 1ª série, nº 268 de 1911